

AFRICANOS

DOS PALOP

NO DISTRITO

DE BRAGA

CONDIÇÕES OBJETIVAS DE VIDA,
IDENTIDADES E RELAÇÕES INTERÉTNICAS



Manuel Carlos Silva

Colaboração: Vera Duarte | Sónia Silva | Elsa Moreira | Justino Tati

Manuel Carlos Silva

É doutorado *cum laude* em Ciências Sociais, Culturais e Políticas na Universidade de Amesterdão. Na Universidade do Minho, foi Diretor do Curso de Sociologia (1995-98), do Departamento de Sociologia (2000-2002) e do Centro de Investigação em Ciências Sociais (2002-2014). Foi ainda Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia (2010-12). Atualmente, é professor catedrático, membro integrado do CICS.Nova_UMinho e professor visitante no CEAM da Universidade Nacional de Brasília.

Coordenou projetos de investigação sobre relações interétnicas, toxicodependência, prostituição, desigualdades de género e habitação básica. Distinguido com o Prémio Sedas Nunes pela obra sobre o campesinato *Resistir e Adaptar-se* (Afrontamento 1998), publicou ainda em (co)autoria, 25 livros, 66 capítulos de livros e 76 artigos em revistas nacionais e internacionais sobre o rural-urbano, o desenvolvimento e as desigualdades sociais (de classe, étnicas e de género).

AFRICANOS DOS PALOP NO DISTRITO DE BRAGA

CONDIÇÕES OBJETIVAS DE VIDA,
IDENTIDADES E RELAÇÕES INTERÉTNICAS

Manuel Carlos Silva

Colaboração:
Vera Duarte
Sónia Silva
Elsa Moreira
Justino Tati



**AFRICANOS DOS PALOP NO DISTRITO DE BRAGA
CONDIÇÕES OBJETIVAS DE VIDA, IDENTIDADES E RELAÇÕES INTERÉTNICAS**

Autor: Manuel Carlos Silva
com colaboração de Vera Duarte, Sónia Silva, Elsa Moreira e Justino Tati

Diretor da coleção: Manuel Carlos Silva
Subdiretores: Luís Baptista e Ana Paula Marques

Capa: António Pedro

Paginação: Margarida Baldaia

© Edições Húmus, Lda. e Autor, 2018

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1.ª edição: Dezembro de 2018

Depósito Legal: 450395/18

ISBN: 978-989-755-331-8

Coleção Debater o Social – 51

Financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia,
no âmbito do projeto POCTI/SOC/103, 2001-2006.

ÍNDICE GERAL

Índice de quadros e figuras	7
Siglas	10
I PARTE. INTRODUÇÃO, MIGRAÇÕES E RELAÇÕES INTERÉTNICAS	11
1. Introdução: problema, estratégia de pesquisa e hipótese de trabalho	13
2. Migrações, identidades e relações interétnicas: enquadramento teórico	29
2.1. Migrações e capitalismo: breve síntese de modelos e perspetivas	29
2.2. Trabalho, desemprego e migrações: efeitos sobre imigrantes	35
3. Etnicidade, identidades e relações interétnicas	41
3.1. Etnicidade, identidade cultural e exclusão sociocultural	42
3.2. Exclusão social e breve enquadramento teórico sobre racismo	50
3.3. Da “integração” social a uma cidadania pluriétnica	56
4. Migrações: contextos europeu e português	65
4.1. As migrações no contexto europeu	66
4.2. Portugal: um país entre emigrações e imigrações	69
II PARTE. IMIGRANTES DOS PALOP NO DISTRITO DE BRAGA: PERCURSOS, CONDIÇÕES DE VIDA E RELAÇÕES INTERÉTNICAS	95
5. Imigrantes africanos/as: composição sociodemográfica e percurso migratório	99
5.0. Introdução	99
5.1. Braga como espaço de imigração: breve caracterização sociodemográfica e económica	99

5.2. Breve caracterização sociodemográfica dos imigrantes dos PALOP	103
5.3. Trajetórias: entre a partida e a chegada	109
6. Imigrantes no novo espaço social: situação laboral-profissional e habitacional	121
6.1. Trabalho: profissões e regimes contratuais	121
6.2. Habitação e alojamento: condições e equipamentos	136
7. As relações interétnicas: entre a convivência pluricultural, a acomodação passiva e o racismo institucional e na vida quotidiana	147
7.1. Entre a inserção, a condescendência paternalista e a exclusão social	148
7.2. Identidades e discriminações: adaptação, acomodação tática e resistência	149
7.3. Sociabilidades e interações quotidianas na comunidade envolvente	163
Balanço e conclusão	189
Bibliografia	195

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1. Percentagem da População Estrangeira em Portugal	76
Quadro 2. Imigrantes dos PALOP em Portugal por nacionalidade (1990-2017)	82
Quadro 3. Autorizações de permanência concedidas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de janeiro	84
Quadro 4. Imigrantes dos PALOP em Portugal por nacionalidade (2010-2017)	86
Quadro 5. Relação de masculinidade (1960-2017)	92
Quadro 6. Escolaridade por país de origem (em %)	108
Quadro 7. Tempos de entrada em Braga por país de origem (em números)	112
Quadro 8. Padrão de imigração, por sexo	113
Quadro 9. Salários por grupos de nacionalidades	125
Quadro 10. Regime contratual por setor de atividade	132
Quadro 11. Setor de atividade por comunidades nacionais de imigrantes	135
Quadro 12. Grau de escolaridade dos imigrantes por setores de atividade	136
Quadro 13. Tipo de área residencial por nacionalidade	137
Quadro 14. Tipo de alojamento. por nacionalidade	138
Quadro 15. Composição do agregado familiar	139
Quadro 16. Condições habitacionais	140
Quadro 17. Índice de bens por percentagem	142
Quadro 18. Mudança de residência por grupo etário	144
Quadro 19. Língua falada em casa por nacionalidade dos imigrantes	152
Quadro 20. Religião professada, por nacionalidade	154
Quadro 21. Diferenças salariais entre homens e mulheres	157
Quadro 22. Comparação das condições de vida antes da emigração e atualmente	159

Quadro 23. Instituições/Serviços a que os imigrantes recorrem	162
Quadro 24. Convívio com grupos por nacionalidade	169
Quadro 25. Amizades feitas em Portugal, por nacionalidade de imigrantes	170
Quadro 26. Opiniões sobre o tipo de acolhimento dos portugueses, por nacionalidade	176
Figura 1. Evolução da Imigração em Portugal. População estrangeira com estatuto legal de residente	77
Figura 2. Imigrantes africanos em Portugal. População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades	81
Figura 3. Comunidades imigrantes mais representativas em Portugal (2017)	87
Figura 4. População de países do Leste em Portugal (1960-2017) População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades	88
Figura 5. Número de imigrantes por região do globo em Portugal . População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades	89
Figura 6. Nacionalidades dos imigrantes da América em Portugal (2017)	90
Figura 7. Distribuição dos imigrantes por idade e sexo	103
Figura 8. Estado civil dos imigrantes	104
Figura 9. Nacionalidade dos inquiridos/as	105
Figura 10. País de origem dos imigrantes dos PALOP	106
Figura 11. Grau de instrução dos imigrantes dos PALOP	107
Figura 12. Saída direta do país de origem para Portugal, por nacionalidade	111
Figura 13. Tipo e forma de imigração	114
Figura 14. Motivos de saída do país de origem	116
Figura 15. Imigrantes não regularizados: razões e motivos	120
Figura 16. Meios de subsistência	121

Figura 17. Profissão atual dos imigrantes dos PALOP	122
Figura 18. Salário médio mensal	124
Figura 19. Situação profissional dos imigrantes dos PALOP	127
Figura 20. Perceções face ao trabalho	128
Figura 21. Frequência de controlo dos imigrantes no trabalho	130
Figura 22. Regime contratual dos imigrantes dos PALOP	131
Figura 23. Setor de atividade dos imigrantes PALOP	134
Figura 24. Dificuldades encontradas no processo de adaptação	151
Figura 25. Tipo de descontos	158
Figura 26. Opinião acerca da lei portuguesa de imigração	160
Figura 27. Medida de problemas com vizinhança	164
Figura 28. Motivos dos problemas com os vizinhos	166
Figura 29. Frequência de contacto com os vizinhos	168
Figura 30. Perceções sobre o acolhimento dos portugueses	175
Figura 31. Perceções dos imigrantes sobre práticas racistas de portugueses	177
Figura 32. Perceções sobre os grupos mais discriminados	178

SIGLAS

CAI	Centro de Apoio ao Imigrante
CDS	Centro Democrático e Social
CEE	Comunidade Económica Europeia
DL	Decreto-lei
EFTA	<i>European Free Trade Association</i> (Associação Europeia de Comércio Livre)
IIAPB	Inquérito aos Imigrantes Africanos dos PALOP, Braga
INE	Instituto Nacional de Estatística
MAI	Ministério da Administração Interna
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
ONG	Organização Não Governamental
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
UE	União Europeia
UM	Universidade do Minho
UNICEF	<i>United Nations Children's Fund</i> (Fundo das Nações Unidas para a Infância)
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola

a	angolano/a
m	moçambicano/a
g	guineense
cv	cabo-verdiano/a
st	são-tomense
h	homem
mu	mulher
c	casado/a
s	solteiro/a

I PARTE

INTRODUÇÃO, MIGRAÇÕES E RELAÇÕES INTERÉTNICAS

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO: PROBLEMA, ESTRATÉGIA DE PESQUISA E HIPÓTESE DE TRABALHO

A publicação deste livro é desfasada em relação ao tempo da recolha e tratamento dos dados. Foram certamente publicados alguns artigos em revistas e capítulos de livros (Silva e Pinto 2004, Silva 2006 e 2008), mas, dado o facto de a recolha e o tratamento dos dados terem ocorrido em 2003 na sequência de uma investigação por mim coordenada, os resultados deste trabalho deveriam ter sido logo publicados. Porém, as tarefas de docência, de coordenação de centro de investigação e outros encargos não o permitiram. Em todo o caso, deste projeto de investigação intitulado “Relações interétnicas no Distrito de Braga” já foram publicados, para além de diversos artigos e capítulos de livros, dois livros: um primeiro, de teor mais teórico-histórico e empírico, coordenado por mim e por José Manuel Sobral, intitulado “Etnicidade, Nacionalismo e Racismo” com a colaboração de vários membros da equipa e de outros colegas portugueses e estrangeiros, publicação esta resultante do colóquio final do projeto (Silva e Sobral 2014); e um segundo livro sobre comunidades ciganas no Distrito de Braga intitulado “Sina Social Cigana” da minha autoria com a colaboração de colegas e sobretudo alunos/as finalistas, os quais, tendo sido subsidiados pelo projeto nos trabalhos de recolha de dados, puderam não só elaborar os seus relatórios de estágio em trabalho final de licenciatura, como ver reconhecidos os seus contributos na obra final (Silva *et al.*, 2014b). Para além destas publicações, fica ainda por publicar, para além deste livro, um outro, científica e politicamente relevante, sobre Relações Interétnicas, o qual, ainda que com um similar descompasso temporal, dará conta das perceções e representações de portugueses brancos sobre negros e ciganos nos inícios do novo milénio.

Considerados e contextualizados temporalmente os resultados aqui vertidos, um rigoroso trabalho comparativo exigiria hoje um novo estudo aferido e atualizado com base nas mesmas metodologias aplicadas em 2000-2003: inquéritos, entrevistas semiestruturadas, histórias de vida e análise documental. Tal seria importante para confirmar ou infirmar até que ponto os resultados da pesquisa e suas conclusões são ainda atuais ou, mais concretamente, se as formas de discriminação e racismo, ora flagrante ora subtil, então constatadas, se têm mantido, diminuído ou exacerbado. As proclamações categóricas de Portugal como país de brandos costumes, não racista nem xenófobo, não são recentes; elas vêm de longa data não só por altura do colonialismo português maquilhado de luso-tropicalismo e miscigenação inter-racial, designadamente durante a longa doutrinação conservadora e colonial, particularmente na parte final do regime salazarista¹, aquando da eclosão das guerras coloniais, mas inclusive e ainda, embora num quadro já diferente de reconhecimento das novas nações africanas, por recorrentes proclamações durante o regime democrático desde 1974. Com efeito, ainda que sob formas mitigadas, a tese de Portugal como país multirracial, universalista e não racista tem perdurado, em grande parte, durante o regime democrático proclamado por Presidentes e Governos da República, por instituições governamentais e municipais e, por fim mas não menos importante, interiorizada entre grande parte dos cidadãos/ãs que nem sequer reconhecem o problema latente e, por vezes, manifesto. Não só em recentes declarações oficiais a propósito de casos como Cova da Moura, Bairro Jamaica e outros, como nos anos 1990 e 2000 era constantemente assinalado e lembrado pelos responsáveis governamentais que Portugal era e é um caso exemplar de coesão e harmonia inter-racial, de solidariedade com imigrantes e refugiados, a começar pelos ‘nossos irmãos/ãs africanos’. Nesta linha é largamente sustentado que Portugal e os portugueses/as, senão na sua totalidade, na esmagadora maioria não são nem racistas nem xenófobos. Ora, em contracorrente do silêncio perturbador ou do mito do Portugal interracialmente harmónico e que se vai afirmando até à exaustão, se sustenta neste

¹ A este respeito há já um acervo notável de trabalhos de carácter histórico, sociológico e antropológico sobre a ideologia e práticas coloniais ao longo dos séculos, sobretudo nos séculos XIX e XX e, em particular, sob o salazarismo: cf. Venâncio 1999, Alexandre 1999, I.C. Henriques 2009, Castelo 1999, M.V. Almeida 2000, L.Cunha 2001, Matos 2006, Cabecinhas 2007, Sobral 2014, J.G. Henriques 2017 e 2018. Sobre discriminação e racismo em Portugal, vários são os estudos referidos neste trabalho que o confirmam, sendo de relevar as conclusões do estudo de Vala e outros (1999, 1999a), segundo o qual Portugal ocupa um dos primeiros lugares a nível europeu com índices elevados de hierarquização racial, de racismo biológico (52,9%) e de racismo cultural (54,1%) por comparação com a média europeia de respetivamente 29,2% e 44%.

livro que há racismo institucional e a nível da vida quotidiana, não querendo todavia com esta afirmação cair em banalidades, generalizações ou declarações gratuitas de que “os portugueses/as são racistas”. Por isso, mesmo que esta publicação esteja algo desfasada em relação ao tempo da recolha da pesquisa em 2003, ela não é anacrónica, mas aponta para um problema que não é novo, mas velho e recorrente, o qual só não teve maior expressão e conflitualidade devido a vários fatores, contextos ou circunstâncias que têm inibido que formas latentes de racismo se manifestem de modo mais explícito no espaço público.

Portugal, país tradicional de emigração, tem vindo a constatar nas últimas décadas uma notável mudança societal, ao transformar-se também em país recetor de imigrantes. Não atuando preventivamente nem fornecendo condições sociais mínimas aos/às imigrantes, como aliás aos próprios portugueses/as em situação de pobreza, o Estado poderá acordar tardiamente quando as clivagens ou os confrontos se manifestarem com a sua crueza ou até crueldade. Por outro lado, convém precaver-nos contra uma forma perversa de ideologia dominante que parte do princípio etnocêntrico que os autóctones ou estabelecidos têm não só o dever como o direito de ‘integrar’, incorporar ou assimilar os de fora, ou seja, os imigrantes e demais minorias étnicas ou culturais. Por fim, importa ter presente que a declaração do princípio da diferença, se não deve constituir apenas um *slogan* para afirmar sub-repticiamente a supremacia dos nacionais, tão-pouco pode resumir-se a um simples álibi ou tática conjuntural para incorporar os não nacionais a médio-longo prazo.

Se hoje não é possível ignorar a relevância social e sociológica do fenómeno migratório, já, porém, difícil é responder de modo cabal aos problemas inerentes ao mesmo, mais ainda quando assumimos como pressuposto que a causa dos problemas nas relações interétnicas e os fenómenos de discriminação e racismo não reside nas migrações, sendo estas apenas a ocasião, o contexto e, por vezes, o pretexto em que eles amiúde se manifestam. Por outras palavras, constatar alguma correlação não significa haver uma causação ou relação causal. Neste sentido o estudo, após um enquadramento teórico quer sobre as migrações, quer sobre as relações interétnicas, debruçar-se-á sobre as migrações em contexto europeu e nacional, a que seguir-se-á um registo histórico-sociológico do fenómeno da imigração em Portugal, em particular no distrito de Braga e, mais especificamente, na cidade de Braga. Entre várias questões a ter presente, importa equacionar uma primeira: como compreender e explicar as estratégias, as motivações, os percursos e os objetivos dos imigrantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) em Braga? E em que medida foram alcançados tais objetivos de sobrevivência e/ou

melhoria social? Por outro lado, relevam outras questões que se prendem com as relações entre maioria autóctone e minorias de comunidades imigrantes, as respetivas condições objetivas de vida e eventual grau de privação relativa, o grau de inserção social e de entrosamento ou distância social, assim como os diferenciados modos de vida e cultura. Mais, até que ponto a sociedade envolvente e, em particular, as instituições (para)estatais estão em condições de assegurar a realização de necessidades materiais e culturais, quer da maioria autóctone, sobretudo dos mais desprovidos, quer das comunidades migrantes, favorecendo contextos organizacionais e interativos para a participação política numa base intercultural crítica e aceitação das diferenças?

A este respeito far-se-á uma segunda parte do enquadramento teórico sobre as relações interétnicas, dando conta das diversas perspetivas, mas sem deixar de assumir qual ou quais as mais adequadas sobre a racialização e etnicização das relações sociais, para o que será necessária uma abordagem multidimensional e pluricausal sobre as desigualdades e exclusões sociais, nomeadamente étnicas. Deste modo serão convocados teóricos clássicos e posteriores desde uma posição funcionalista (Durkheim, 1977, Berry 1980), passando por teóricos (neo)weberianos do poder e (inter)acionistas (Weber 1978, Goffman 1974, Barth 1980/1969, Elias e Scotson 1969, Rex 1986, Wieviorka 1992), pelos contributos de Simmel (1987) e pelos autores da Escola de Chicago (Park 1987, Wirth 1987), até às diferenciadas perspetivas (neo)marxistas (Cox 1970, Castles & Kosack 1973, Miles 1986, Balibar e Wallerstein 1988, Memmi 1993)². Nesta problematização serão incorporados também importantes contributos de especialistas portugueses provenientes de várias áreas científicas (Almeida *et al.* 1992, Machado 1992, Vala 1999, Silva 2000 e 2014, J. F. Marques 2000, Cabecinhas 2007, Sobral 2014, Maeso e Araújo 2016). Por fim, este estudo, procurando ser objetivo, não subscreve as premissas positivistas e, como tal, não é de modo algum axiológica e politicamente neutro. Ou seja, contrariamente ao pressuposto positivista em torno de uma alegada separação ‘cientificista’ entre factos sociais e valores, consideramos que, uma vez objetivada a questão, analisados os dados com o necessário rigor metodológico, consideramos que não há uma disjunção insanável entre factos sociais e valores e, como tal, assumimos, em nome do critério da relevância social, a necessidade do compromisso social, ético e político. Porém, qualquer intervenção sociopolítica para ser bem-sucedida pressupõe um conhecimento multifacetado e o mais

² Embora nesta obra seja feita uma breve síntese destes diferentes posicionamentos, para um maior desenvolvimento dessas abordagens e variantes internas, cf. Silva 2014.

pormenorizado possível, a fim de, uma vez realizado o diagnóstico da situação, se possa caminhar para uma estratégia política modelar a nível municipal, nacional e supranacional. Está portanto em questão o modo não só como as entidades (para)estatais como também as organizações da dita sociedade civil e, em particular, as diversas entidades e a população não imigrante podem e devem encarar de modo positivo os imigrantes que demandam o país. Mais, não só por razão da dignidade e defesa dos direitos humanos como pelo valioso contributo demográfico e económico na criação de riqueza, importa proporcionar aos/às imigrantes um bom e justo acolhimento, desconstruindo simultaneamente preconceitos e estigmas enraizados.

Mesmo quando não seja possível abranger todas as questões relacionadas com o fenómeno, numa primeira parte procurar-se-á, para além de oferecer um enquadramento teórico sobre migrações, trabalho e relações interétnicas, fazer uma breve exposição da emigração na Europa e em Portugal, analisar a componente imigratória na formação social portuguesa e, numa segunda parte, proceder a uma caracterização sociodemográfica da situação dos cidadãos/ãs imigrantes em Braga. A este respeito, serão identificadas as suas condições de vida e problemas, nomeadamente laborais e respetivos regimes contratuais, as condições de alojamento e, por fim mas não menos importante, as representações e perceções dos imigrantes inquiridos/as sobre Portugal e os portugueses autóctones, assim como atitudes e comportamentos destes, dando conta de eventuais formas de discriminação e racismo, ora institucional, ora quotidiano.

Em relação a estes últimos tópicos, as novas questões que se colocam serão, contextualizando-as, as seguintes: em que medida as minorias nacionais de imigrantes se sentem e estão inseridas na sociedade de acolhimento, em que medida a desejam, quais os seus constrangimentos e estratégias e de que modo gerem a sua presença no país recetor? Por sua vez, de que modo as instituições são capazes de gerir as diferenças? Mais, em que medida os portugueses que, não obstante se afirmarem, em regra, não racistas, apresentam contudo práticas e representações veladas de discriminação para com os imigrantes nomeadamente os africanos negros? E, por fim, verificando-se, como se explicam?

Embora já se constatem diversas publicações e projetos levados a cabo sobretudo nas duas últimas décadas – alguns já com notáveis resultados³ –, ainda há

³ Também em Portugal, embora mais tardiamente que noutros países europeus, têm surgido diversas publicações e resultados de projetos de investigação sobre esta temática, sendo de assinalar designadamente sobre imigrantes os de Saint-Maurice e Pires 1989; Saint-Maurice 1997; Machado 1992, 1994 e 1999; Peixoto 1992; Miranda 1994; Baganha 1999; Vala *et al.* 1999; Bastos e Bastos 1999; Khan 2003; Pires 2003; Marques e Santos 2001; Marques e Valente 2003;

um campo potencial de estudos sistemáticos sobre esta questão em Portugal. Apesar de alguns factos preocupantes e até visíveis atitudes de discriminação face a negros corresidentes, Portugal (ainda) não conhece, de facto, situações de gravidade semelhante à das cidades inglesas, francesas, belgas, austríacas, suíças ou alemãs. Tal situação terá provavelmente a ver, como refere Machado (1992: 124ss), com a não concentração residencial interétnica e a relativa fraca expressão numérica das comunidades migrantes – quando comparadas com as de outros países europeus –, com a não existência de fortes contrastes socioculturais com segmentos ou categorias sociais desprovidas da população portuguesa⁴ e até com a presença de continuidades culturais sobretudo linguísticas, embora este aspeto também invisibilize outros problemas. Por outro lado, a politização da questão étnica em Portugal encontra-se numa fase ainda não consolidada, até porque, para além da omissão política por parte do Estado, o próprio movimento associativo dessas minorias que alimenta essa politização é recente, débil e/ou tem estado bastante dependente de partidos de esquerda fora da esfera governamental, solidários com as causas dos imigrantes e minorias étnicas, mas de expressão minoritária no contexto nacional.

A par ou em articulação com outras formas de desigualdade (classe, género, idade), etnicidade constitui um dos principais eixos de diferenciação social, clivagem cultural e política, dando lugar, não raro, à “eticização” da exclusão social (cf. Glazer e Moynihan 1975, Machado 1992: 123ss, Fernandes 1995: 15ss)⁵, tal como o reforça Wieviorka (1992: 214): “a etnicidade é uma categoria

Baganha *et al.* 2004; Casa-Nova 2005; Cabecinhas 2007; Silva e Sobral 2014; e, de modo geral, sobre racismo não só para com imigrantes mas também com minorias étnicas como os ciganos, SOS Racismo 2005; Cortesão e Pinto 1995; Silva 2000; J. F. Marques 2000 e 2013; Silva e S. Silva 2002; Casa-Nova 2002; Silva e Pinto 2004; Silva, Sobral e Ramos 2012; Gomes 2014; Mendes e Magano 2013; Silva 2014; Maeso e Araújo 2016; J. G. Henriques 2017 e 2018.

⁴ As categorias sociais mais vulneráveis à pobreza em Portugal são, por ordem decrescente: idosos pensionistas; agricultores de baixos rendimentos; assalariados de baixo nível de remuneração; trabalhadores precários e da economia informal; minorias étnicas; desempregados; e jovens de baixa escolaridade e qualificações à procura de primeiro emprego (Almeida *et al.* 1992: 77).

⁵ É a este fenómeno que se refere Machado (1992: 123): “falar de etnicidade é, genericamente, falar da relevância que a pertença a determinados grupos étnicos pode adquirir no plano das desigualdades sociais, das identidades culturais e das formas de acção colectiva” e, por seu turno, Fernandes (1995: 15): “De uma maneira ou de outra, as pessoas são continuamente afastadas da esfera de bens, privilégios, do mundo dos valores, da escolaridade normal ou de um meio familiar digno” (1995: 15). Cf., a propósito de processos de marginalização de imigrantes em Portugal, Machado 1994, Fonseca 1999, Baganha *et al.* 2000, tendo presente que em tais processos são afetados pela cor da pele não só imigrantes africanos mas também portugueses negros que entretanto adquiriram a nacionalidade portuguesa (alguns dos quais, ainda que residuais, integram a amostra).

que parece dever aplicar-se prioritariamente a grupos que a nossa sociedade põe à parte, a quem recusa a integração social e económica...”. Os grupos étnicos dominantes, sobretudo quando confrontados a viver numa área residencial partilhada com grupos étnicos minoritários, sentem-se entalados entre a necessidade de respeitar os valores da democracia plural (liberdade, justiça, igualdade) e o sentimento de rejeição para com esses grupos étnicos considerados estranhos e *outsiders*, sobretudo quando partem do pressuposto que estes são concorrentes e vêm ameaçar a sua posição.

Como diz Wieviorka (1993), as relações entre maiorias autóctones e minorias étnicas lançam importantes desafios à democracia e exigem, como refere Pierré-Caps (1995), uma nova gestão política, uma vez que determinadas situações históricas e atuais têm demonstrado que a identidade étnica tem constituído uma fonte de clivagem social tão ou mais importante como a pertença de classe. Tal como refere Seabra (1994), a própria tensão vivida pelas minorias étnicas entre integração e exclusão encerra contradições que refletem as da própria comunidade ou sociedade autóctone face a elas, pois esta deseja a integração daquelas, mas simultaneamente reage, subalternizando-as e confinando-as, por exemplo, à ocupação de determinado espaço. Se, por um lado, a retórica oficial proclama o imperativo de integração e a promoção das minorias étnicas, sempre que membros destas acedem a determinados recursos, lugares ou espaços, nomeadamente em meio urbano, e conhecem uma caminhada num sentido ascendente, emergem ressentimentos e fenómenos de resistência por parte de membros da maioria, sobretudo quando, perante a ‘concorrência’ de membros das minorias, se sentem ameaçados, vulneráveis ou precarizados (cf. Rudder e Taboada-Leonetti *in* Seabra 1994: 16, 17, Venâncio 1999: 127). Estas reações, por sua vez, incitam à revivescência e ao reforço da identidade cultural por parte das minorias étnicas, que realimentam o sentimento de pertença pela preservação dos seus traços identitários, o que contribui para manter e até reforçar processos de distanciamento, quando não de separação e exclusão social interétnica. Tal distanciamento faz com que cada grupo tenha uma consciência mais ou menos nítida da sua própria situação social e da posição dos outros, gerando uma potencial eclosão de conflitos, os quais sedimentam, por sua vez, a consciência de cada um dos grupos contendores. Com efeito, um grupo étnico, sempre que separado social e economicamente dos demais ou quando, como enfatizam Simmel (1987), Elias e Scotson (1969), Bourdieu (1979) e Giddens (1997), se apresenta como distintivo pelas suas origens, vínculos de pertença e práticas culturais, demarca-se de e/ou é demarcado por outros grupos nas suas relações interétnicas, as quais poderão

caraterizar-se ora por copresença e coexistência, ora por distância e exclusão, ora ainda por afrontamento e hostilidade. As estratégias de preservação das identidades étnicas reforçam-se, sempre que as minorias são alvo de processos de exclusão no país de acolhimento ou por parte da etnia dominante, fazendo emergir o que Weber (1978: 303) denominava “comunidade negativamente privilegiada”, equivalente a desprivilegiada ou desprovida, e Myrdal (1944) designava de ‘subclasse étnica’⁶. Este conceito em Myrdal foi construído a partir da existência de categorias étnicas que sofriam de privação relativa num contexto de pobreza e/ou exclusão social, nomeadamente nos Estados Unidos. As “subclasses”, constituídas, amiúde, por trabalhadores imigrados e minorias étnicas têm sido e ainda são apresentadas como ‘perigosas’ em certos círculos conservadores, sem que estes se preocupem em aprofundar as raízes e causas da marginalidade e da criminalidade nomeadamente urbana: dificuldades de acesso à escola e situações de desemprego, desintegração social, barreiras socioculturais e/ou linguísticas, acumulando assim obstáculos e dificuldades de vária ordem, nomeadamente o problema habitacional, que segrega um determinado grupo étnico como um grupo minoritário excluído e discriminado.

Sempre que a pertença étnica comporte um eixo de diferenciação social e sobretudo, como reiteram Machado (1992: 123-124) e Seabra (1994: 9ss), ocorra um processo de construção de identidade sociocultural das minorias étnicas contrastante com o da sociedade envolvente, estas duas (pré-)condições favoráveis a mobilizações coletivas são suscetíveis de desembocar em conflitos interétnicos. Em diversos países e regiões, tais clivagens têm comportado, nas últimas décadas, repercussões tão ou mais relevantes que os conflitos de classe, cujo potencial de mobilização tem vindo a diminuir relativamente nas últimas décadas. Já Weber (1978) e neoweberianos como Parkin (1979), Rex (1986: 27) alertaram para o facto de que, enquanto as classes ou formas associativas nomeadamente com base na pertença de classe, precisando de ajustar racionalmente os seus interesses, só o adquirem gradualmente ou, em terminologia marxista, forjam a consciência de “classe para si” de modo progressivo, exigindo

⁶ Era aliás aos grupos “desprivilegiados”, quase párias, que, vivendo em “comunidades desprezadas”, Weber (1978) se referiu e tipificou na sua classificação de classes, sendo o conceito de pária também retrabalhado na América por Du Bois (1961) em torno do negro americano do início do século XX. Hoje, devido a processos de gentrificação, a expulsão de famílias e, em particular, de jovens para as periferias e áreas suburbanas, sem condições habitacionais dignas, sem infraestruturas e equipamentos sociais e culturais, contribui para explicar o surgimento de novas formas de contestação social e política nalguns países europeus (v.g. ‘coletes amarelos’ em França). Sobre a utilização do conceito em Portugal, cf. Baganha *et al.* (2000), Silva (2008 e 2014).

tempo e compromissos, as filiações étnicas, incorporando um sentimento de pertença e afetividade em base (quase) comunal ou comunitária, beneficiam da particularidade adicional de já possuírem o sentimento de formarem um todo disponível para a mobilização, quando necessária (cf. Silva 2000: 64).

Focalizando-nos de novo no projeto realizado, tendo em conta a problematização teórica, importa antes de mais dar conta da estratégia de pesquisa, quais os métodos e técnicas aplicadas nesta investigação quer sobre o fenómeno migratório, quer sobre as relações interétnicas entre autóctones e imigrantes, nomeadamente os imigrantes africanos dos PALOP, procurando articular um enquadramento teórico com a pesquisa empírica, tendo por campo de análise o distrito ou, mais incisivamente, a cidade de Braga. A problematização e respetivo enquadramento teórico permitiu identificar e selecionar os objetos de trabalho e contribuiu para planear as etapas de trabalho e delinear os métodos e as técnicas adequadas para a recolha e análise da informação.

Na pesquisa foram utilizados métodos de ordem quantitativa, designadamente o inquérito, e qualitativa – a entrevista semiestruturada, a história de vida, o grupo focal e a observação, nomeadamente participante –, permitindo estas últimas técnicas uma apreensão e compreensão mais aprofundada do objeto de estudo. Com efeito, entre os instrumentos disponíveis, para além da utilização de estatísticas a nível nacional e local, foi elaborado e aplicado um inquérito junto de imigrantes dos PALOP a residir em Braga e arredores, a que se seguiram, uma vez ganha a confiança, entrevistas semiestruturadas e algumas histórias de vida e, nalguns contextos, o grupo focal. A conjugação dos métodos quantitativos e qualitativos tornaram possível fazer uma caracterização sociodemográfica dos inquiridos/as e entrevistados/as, analisar os seus contextos socio-espaciais, as suas condições de vida, tipos e perfis socio-profissionais, as suas mundividências simbólico-culturais e, em particular, as suas representações e perceções sobre Portugal e os portugueses/as nomeadamente nas relações destes com eles enquanto imigrantes.

O inquérito abrangeu os seguintes itens: (i) características sociodemográficas dos imigrantes (idade, sexo, nacionalidade, naturalidade, país de origem, estruturas familiares, situação socioeconómica da família de origem e de pertença); (ii) características socioprofissionais dos imigrantes (nível de instrução, profissão, situação na profissão, local de trabalho); (iii) percurso migratório dos inquiridos/as desde a sua chegada, tipos e padrões de migração, antecedentes e motivações da vinda para Portugal e, em particular, para Braga; (iv) sociabilidades e relações de vizinhança, quer com membros autóctones portugueses, quer com membros do próprio país de origem e doutros países africanos dos

PALOP; (v) avaliações dos entrevistados(as) quanto às instituições e serviços públicos (educação, saúde, segurança, transportes) e, em particular, com representantes das autoridades policiais (v.g., SEF); (vi) condições laborais e regimes contratuais, rendimentos nomeadamente níveis salariais, situações de emprego, desemprego e precariedade; (vii) condições de alojamento; (viii) principais problemas e dificuldades de adaptação, hábitos, costumes, línguas utilizadas, posicionamentos políticos e/ou práticas religiosas; (ix) tensões e gestão de eventuais atritos entre práticas da cultura de origem e/ou a adoção ou rejeição de práticas culturais do país de acolhimento; (x) perceções e representações sociais dos imigrantes sobre Portugal e sobre cidadãos/ãs portugueses/as autóctones, assim como eventuais perceções de discriminação e racismo institucional e na vida quotidiana. Atendendo ao facto de ser um inquérito longo, foi constatado no terreno alguma resistência e até uma ou outra recusa fosse por desconfiança, fosse por não verem utilidade imediata nalgumas das perguntas do inquérito. Foi, porém, certamente a confiança alcançada pelas assistentes de pesquisa em contexto de apoio aos imigrantes que permitiu superar alguns destes problemas.

No que concerne o uso de entrevistas semiestruturadas e dos grupos focais, umas e outros se focalizaram em termos qualitativos sobre as suas perceções e representações sobre as instituições e os portugueses/as autóctones, sendo igualmente fonte importante para analisar as questões relativas às sociabilidades inter e intraétnicas. Para tal foram igualmente muito úteis os apontamentos registados em tempo de observação, nomeadamente participante nas vivências e relações com os imigrantes não só diádicas como poliádicas em contexto de convivência, designadamente em tempos de lazer, festa e convívio. Estes encontros informais e momentos de descontração foram os mais profícuos para captar fragmentos de histórias de vida e obter informações de ordem qualitativa, nomeadamente conhecer melhor as suas culturas, os seus costumes, hábitos alimentares, gostos musicais e de dança.

Uma vez realizados os inquéritos e recolhido o material de ordem qualitativa, os dados obtidos foram inseridos e tratados através do Programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), os quais permitiram uma análise bivariada da informação de tipo quantitativo. Por seu turno, o material recolhido através das entrevistas, dalgumas histórias de vida e dos grupos focais propiciou informação qualitativa relevante. Parte considerável dos inquéritos e das entrevistas foram realizados por alunas/os finalistas do Curso de Sociologia, a saber, Vera Duarte, Sónia Lima, Elsa Moreira e Justino Tati, que foram subsidiados por verbas do projeto para o efeito, tendo, como referido, o duplo efeito de realizar o trabalho final de curso e ser um contributo relevante para o

projeto. Porém, importa destacar que, enquanto o Justino Tati fez o seu estágio utilizando o inquérito mas focalizando a sua abordagem sobre as condições laborais e de alojamento de trabalhadores dos PALOP na construção civil num espaço suburbano de Braga numa atitude de descoberta e solidariedade com imigrantes compatriotas, as referidas alunas finalistas, sem deixarem de lidar com imigrantes trabalhadores/as negros/as e se confrontarem também com situações de privação, desemprego e de exploração por parte de patrões menos escrupulosos, aliaram o seu trabalho de estágio no quadro da Associação Olho Vivo – Núcleo de Braga⁷ com um sentimento de solidariedade e de claro compromisso na defesa dos interesses dos imigrantes desprotegidos e amiúde sem informação sobre os seus direitos. Neste sentido não só faziam atendimento no Centro de Apoio ao Imigrante (CAI) aos imigrantes que solicitavam apoio para os seus problemas (regularização, trabalho, alojamento), como inclusive acompanhavam os imigrantes a determinadas instituições e/ou se deslocavam aos locais de trabalho (v.g., Braga Parque) ou alojamento, amiúde a viver em

⁷ A Associação Olho Vivo é uma organização para a defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos. Nasceu quando um grupo de jovens lançou um projeto denominado *Jornal Juvenil Olho Vivo* – um espaço para reflexão e debate sobre as temáticas relacionadas com questões sociais e ambientais, mas que rapidamente sentiui a necessidade de aprofundar e transformar essa discussão em ação, impulsionando então a criação da Associação. Esta Associação, que tinha a sua sede em Lisboa, foi multiplicando núcleos por diversas cidades, designadamente em Braga, Barreiro, Évora, Coimbra, Açores, Foz do Côa, Marinha Grande, Oeiras, Sintra e Porto. A Associação foi alargando o seu âmbito de intervenção e definiu em 1987 os seus objetivos principais: *i*) divulgar e defender o património histórico e natural, *ii*) fomentar a educação ambiental, *iii*) lutar pela Igualdade de Direitos, tendo a sua existência sido reconhecida e publicada a sua constituição legal no *Diário da República*, série III n.º 234 de 11 de outubro de 1998. De entre as várias atividades realizadas destacou-se nomeadamente em Braga a área dos direitos humanos, considerando o desfasamento entre um crescimento acelerado mas desordenado da cidade, um aumento exponencial de emigrantes e a falta de apoio consistente a esses imigrantes, nomeadamente dos PALOP, razão pela qual foi criado o Centro de Apoio ao Imigrante (CAI) em Braga, em particular o apoio jurídico na sua legalização e defesa dos seus direitos laborais e sociais.

Dado que no decurso desta introdução não se proporcionou, aproveite para exprimir os meus agradecimentos às pessoas inquiridas e entrevistadas que se prestaram a responder, assim como às ex-alunas finalistas de Sociologia e hoje colegas Vera Duarte, Sónia Lima, Elsa Moreira e Justino Tati, que, não obstante serem subsidiadas na aplicação de inquéritos e recolha de entrevistas e doutros elementos relevantes para o projeto, foram incansáveis no desempenho das suas tarefas, manifestando uma elevada motivação, solidariedade e compromisso na defesa dos interesses e diversos problemas dos imigrantes.

Em segundo lugar, devo uma palavra de agradecimento às/aos colegas que deram a sua colaboração noutros livros e capítulos de livros resultantes deste projeto. Em terceiro lugar, estou muito grato ao técnico informático Francisco Mendes relativamente ao tratamento e à apresentação das figuras e dos quadros. Por fim, mas não menos importante, devo salientar o trabalho de paginação da Margarida Baldaia e o empenho do editor Rui Magalhães, sempre disponível para fazer de cada livro um ato de cultura e um ato de arte.

pensões ou residências, a espaços de entretenimento (associações de imigrantes), onde davam a conhecer as funções de assistência e apoio da Associação Olho Vivo aos imigrantes, além de a publicitar através de jornais e rádio. Foi com efeito nestes locais que se foi criando um clima de confiança, na base do qual os imigrantes partilhavam seus problemas e receios, localizavam outros compatriotas, de modo a cobrir os espaços onde as alunas finalistas e assistentes de investigação poderiam aplicar os inquéritos e realizar as entrevistas. Mais, esta base de confiança conquistada pelas referidas finalistas do curso de Sociologia possibilitou que, na parte final, com base na sua introdução junto dos imigrantes africanos dos PALOP, outros/as inquiridores, mesmo sem realizar o estágio de curso de Sociologia, fossem bem-sucedidos na aplicação dos inquéritos que no total se cifraram em 300. Por fim, embora sem grande espírito de colaboração e disponibilidade, foram igualmente abordadas algumas instituições tais como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o Centro de Emprego e os Consulados dos PALOP, alguns dos quais inclusive demonstraram alguma estranheza sobre o interesse de tal investigação.

Tendo presentes os trabalhos anteriores em torno da problematização e do desenvolvimento dos temas sobre etnicidade, nacionalismo e racismo em diversos contextos, nomeadamente em situações migratórias e contextos escolares (Silva e Sobral 2014), assim como a análise em torno da minoria étnica cigana (Silva 2014b), neste livro começaremos não só por equacionar, como referido, o problema das migrações, nomeadamente no contexto do modo de produção capitalista e seus diversos modelos de interpretação e explicação, como por problematizar determinados conceitos como identidade e etnicidade e, por fim, mas não menos importante, revisitar o conceito de exclusão social e fazer uma breve síntese sobre as diversas (pseudo)teorias sobre o racismo.

Seguidamente, oferecer-se-á uma panorâmica dos contextos migratórios europeus e, em particular, do português e, a este propósito, não só refletiremos sobre as razões macroeconómicas e constrangimentos da imigração de cidadãos/ãs dos PALOP como procuraremos indagar sobre as motivações destes imigrantes, compreender e explicar os seus percursos, objetivos e estratégias. Neste âmbito debruçar-nos-emos mormente sobre os processos de imigração destes cidadãos/ãs em Portugal, aproveitando para fazer algumas reflexões sobre as causas das migrações, impactos e efeitos na economia e na sociedade portuguesa. Trataremos também da distribuição dos imigrantes em Portugal, contextualizando e diferenciando os tipos de imigrantes presentes em Portugal não só no início do milénio, como também atualizar alguns dos dados estatísticos sobre diversos *itens* até aos dias de hoje. Para além da atualização de

dados no que concerne a evolução de algumas variáveis até ao presente, este trabalho é também tributário de reflexões teóricas e resultados valiosos de pesquisas empíricas que entretanto foram realizadas. Quanto ao registo dos demais dados sobre os inquiridos/as e entrevistados/as, suas percepções e representações, estas comportam, como assinalado, a marca do espaço e do tempo em que foram expressas.

Por fim, tendo consciência que o mais relevante para acrescentar novo conhecimento empírico reside justamente na apresentação dos resultados da investigação relativamente aos imigrantes africanos dos PALOP, damos assim conta desses resultados empíricos e sua contribuição para testar as hipóteses a esboçar de seguida no tocante às migrações e às relações interétnicas. Tal como referia Luvumba (1997), era e, de certo modo, ainda é exíguo o conhecimento sobre os imigrantes africanos, sobretudo fora das grandes áreas metropolitanas.

“Sabemos todos muito pouco sobre os africanos em Portugal; e sabemos ainda menos sobre aqueles que habitam outras zonas que não a Grande Lisboa. Sabem muito pouco os serviços governamentais competentes; sabem pouco as Instituições e os Serviços Públicos que contactam, por uma ou outra razão, com parte dessa comunidade, por exemplo, as Universidades; sabem pouco os órgãos de Administração local, Municípios ou Juntas de Freguesias; e não sabe quase nada a opinião pública e o senso comum dos portugueses.” (Luvumba 1997: 11)

É óbvio que o conhecimento das realidades sociais por si só não gera soluções mágicas e que o mesmo nem sequer é fator suficiente para enquadrar social e politicamente os problemas e, assim, procurar caminhos para conseguir a inserção social dos migrantes e doutras minorias nacionais no quadro duma sociedade democrática, pluriétnica e multicultural. Porém, tal é um primeiro passo para a prossecução de uma estratégia política, atendendo a que o desconhecimento, sendo sintoma de desinteresse ou de incapacidade para construir relações com base na defesa de direitos cívicos, sociais, políticos e culturais, constituirá certamente um fator que impede a compreensão mútua e a aproximação de modo a ressaltarem as similitudes, enquanto fator impulsionador de interação e coesão social, como inferiria Simmel (1987). A ignorância ou o desconhecimento do Outro, do Diferente cria distâncias, alimenta medos infundados e reproduz ou reforça estereótipos e preconceitos. Mais uma vez, como diria Luvumba (1997: 11), “o desconhecimento não ajuda à implantação de serviços e programas de acolhimento e inserção social”. Deste modo, o esforço para dar a conhecer uma realidade nas suas múltiplas

facetas, seus aspetos positivos e negativos na interconvivência entre os grupos ditos maioritário e minoritários, visa atenuar o défice de interconhecimento e, com isso, contribuir para obter um conhecimento adequado das situações, dar pistas para combater formas de discriminação e encontrar soluções na perspectiva duma multiculturalidade crítica, de modo a implantar uma convivência intercultural efetiva.

No devido momento apresentaremos um retrato sociodemográfico dos imigrantes inquiridos/as no distrito de Braga, daremos conta do seu percurso migratório, dos motivos de saída, da sua situação legal ou irregular, laboral e habitacional e, por fim, ainda que de modo sumário, das relações de sociabilidade interétnica⁸. Procuraremos também, na medida do possível, desconstruir o que certos antropólogos e psicólogos de orientação culturalista designam e valorizam positivamente mas de modo acrítico de “processo de integração”. Em termos empíricos, cingir-nos-emos à perspectiva e visão dos próprios imigrantes dos PALOP inquiridos/as no distrito de Braga com base numa amostra aleatória mas, na medida do possível, representativa dos diversos e heterogêneos grupos sociais presentes nesta área geográfica. Com efeito, a base empírica deste trabalho assenta na recolha e no tratamento de dados obtidos por questionário junto de 300 cidadãos negros/as de origem africana, com predomínio do sexo masculino, como veremos, sobretudo entre os que, por razões económicas, emigraram sozinhos, deixando as mulheres nos seus respetivos países de origem. Na amostra há também alguns poucos inquiridos/as que adquiriram a nacionalidade portuguesa, os quais foram todavia inquiridos ou entrevistados com base na cor da pele, traço este que, não sendo oficialmente reconhecido

⁸ Uma primeira e parcial apresentação destes resultados teve já lugar no âmbito do Congresso sobre Cidadania realizado na Câmara Municipal de Palmela em 2006, em que foi solicitada ao investigador responsável uma reflexão sobre a cidadania a partir da situação e perspectiva dos imigrantes dos PALOP, enquanto grupo de comunidades com suas identidades e problemas específicos de inserção e, em particular, as relações de sociabilidade com a população autóctone da sociedade de acolhimento – neste caso a portuguesa. No tocante à problematização da relações interétnicas, viria também a ser apresentada, em novembro de 2006, uma comunicação ao Congresso Luso-Afro-Brasileiro, na Universidade Agostinho Neto em Luanda, pelo investigador responsável, o que, para além de remeter para uma considerável produção científica sobre esta vasta matéria, obrigou, dum ponto de vista empírico, a ter mais em conta as mundividências e perspectivas dos próprios membros das minorias étnicas migrantes.

⁹ Nesta visão enquadram-se autores como Berry (1980), cujo posicionamento teórico, inspirando-se ou convergindo com uma visão estruturo-funcional de laivos psicologizantes, constitui uma forma de legitimação dos processos de aculturação numa ótica integracionista das minorias étnicas, neste caso, dos imigrantes negros na sociedade de acolhimento.

nas estatísticas oficiais, é relevante na medida em que conta como fator de discriminação racial e étnica (cf. Hall 2000, Silva 2014).

A hipótese esboçada no início e aqui reconstituída no essencial no que concerne o processo migratório desenha-se da seguinte maneira: para além de uma minoria que demanda Portugal por estratégias educativas e formativas, os cidadãos/ãs africanos/as dos PALOP emigram, na sua grande maioria, por razões de sobrevivência, por carência socioeconómica e/ou melhoria das suas condições de vida (causas endógenas do país de origem), o que, em parte, conseguem realizar e, por parte de Portugal como país recetor, por alguma capacidade de absorção de mão de obra estrangeira, atendendo à fase de desenvolvimento capitalista da economia portuguesa. Pela parte de Portugal como país recetor, tal serve em simultâneo para compensar os fluxos emigratórios de portugueses para o exterior e afetar os trabalhos mais duros e pior remunerados a imigrantes africanos (causas exógenas).

Numa outra dimensão, e integrando uma outra hipótese mais orientada para as relações interétnicas, é assumido que os comportamentos sociais e as mundividências culturais dos imigrantes são compreensíveis e explicáveis a partir das respetivas condições de vida, a que acrescem a natureza e o grau de presença/ausência de outros fatores nomeadamente de ordem étnico-cultural e organizacional-política. Ou seja, em termos de relações interétnicas e culturais, os imigrantes dos PALOP não se desvinculam da sua identidade cultural, embora se adaptem à cultura, aos hábitos e costumes da sociedade de acolhimento por razões instrumentais de acomodação e resistência passiva, nomeadamente perante processos de discriminação e racismo institucional e na vida quotidiana, não obstante uma residual minoria, com mais recursos, capacidades e estratégias de melhoria ou mesmo de ascensão social, apresentar um maior grau de adaptabilidade, ao mesmo tempo que se conforma com os padrões de vida dominantes.

A dimensão do estudo relativa às relações entre minorias étnicas e maiorias autóctones foi objeto de particular ênfase. Atendendo a que as relações estabelecidas entre estes grupos constituem um importante desafio às sociedades democráticas, assumimos, na esteira da tese (neo)weberiana (Weber 1978, Rex 1988, Parkin 1979), que determinadas situações históricas e atuais têm demonstrado que “a identidade étnica tem constituído uma fonte de clivagem social tão ou mais importante como a pertença de classe” (Silva, 2008: 64).

CAPÍTULO 2. MIGRAÇÕES, IDENTIDADES E RELAÇÕES INTERÉTNICAS: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

As migrações constituem um fenómeno secular coetâneo às concentrações e circulações de grupos humanos pelas mais variadas razões, como veremos. As primeiras tentativas de elaborar uma teoria para explicar as deslocamentos humanos vieram a lume no século XVI com a doutrina mercantilista¹, cujos defensores desde John Hales no século XVI a Jean Colbert (1619-83) no século XVII, visando reforçar pela economia os respetivos estados-nação emergentes, avançavam a ideia de que o quantitativo de moeda e metais preciosos entesourados eram a principal fonte de riqueza e, como tal, facilitavam a entrada de moeda. Nesta ótica considerava-se igualmente vantajoso para o Estado o aumento populacional e, por seu turno, as migrações eram devidas à abundância de mão de obra que, quando excessiva numa região, acorreriam a outras embarateando o custo da mão de obra local, sendo de evitar taxas de emigração elevadas ou incentivar imigração, sempre que necessária, para evitar subidas de salários.

2.1. MIGRAÇÕES E CAPITALISMO: BREVE SÍNTESE DE MODELOS E PERSPETIVAS

No século XIX, com a emergência da revolução industrial e as aceleradas mudanças em que as unidades artesanais e manufaturas são suplantadas por unidades de produção mecanizadas, verifica-se um enorme êxodo rural e

¹ A doutrina mercantilista, obcecada pelo entesouramento e pelas relações comerciais, foi criticada por Quesnay (1778/1758) no seu *Tableau économique*, cuja tese fisiocrata sustentava que apenas a agricultura era produtiva e a renda da terra a única fonte líquida de receita, sendo parasitários os demais setores (industrial, comercial) e respetivas classes sociais.

a aglomeração de pessoas concentradas em territórios, implicando fluxos acentuados de migrações internas e mesmo externas. Sobre as migrações têm surgido vários quadros conceptuais, de que damos conta de modo breve e sucinto, sobretudo em articulação com as explicações correntes em economia, de modo a melhor compreender e explicar as razões e os mecanismos dos fluxos migratórios. Há, portanto, vários modelos e perspectivas analíticas que se têm debruçado sobre os fenómenos migratórios, sendo de relevar a teoria liberal e neoliberal, a neoinstitucional, a marxista e, em particular, as teorias neomarxistas da dependência e do centro-periferia. Não havendo convergência interpretativa e explicativa entre as lógicas e os fundamentos teóricos destas correntes, convirá fazer uma breve síntese de cada uma destas visões:

2.1.1.

(i) A teoria (neo)liberal (Smith 1993/1776, Mill 1970/1848 e Hutt *in* Cepeda 1988) parte do pressuposto de que os movimentos migratórios se explicam pela lei da oferta e da procura, segundo a qual os agentes económicos são movidos pelo cálculo racional ou por uma escolha individual num quadro de liberdade de circulação, como pré-condição de remoção de feudos e barreiras, de concorrência e de criação de riqueza. Os migrantes, sendo seres racionais capazes de avaliar as vantagens e desvantagens do ato de emigrar, decidem, com base nas informações e recursos ao seu alcance, sair do seu país ou região de origem e demandar outros países ou regiões. A migração é assim concebida como resultante da distribuição desigual de capital e força de trabalho entre países de origem e países de acolhimento, tendo o efeito de produzir vantagens comparativas para ambos os lados, quer do capital – que adquire mão de obra concorrencialmente mais barata –, quer dos trabalhadores, os quais poderão, à luz do modelo de atração-repulsão, escapar das más condições de vida no país ou região de origem, encontrar trabalho e usufruir de diferenciais salariais mais vantajosos no país de acolhimento². Donde, na ótica liberal concorrencial,

² Contrariamente a Smith (1993/1776) que via com bons olhos o crescimento demográfico e a sobrepopulação que seria resolvido pelas migrações, já, porém, Ricardo (1975/1817) e sobretudo Malthus (1999) manifestavam certas reservas ao fenómeno da sobrepopulação porque, segundo este último autor, enquanto os recursos naturais cresciam numa progressão aritmética, a população tenderia a aumentar em progressão geométrica, o que conduziria as nações à sobrepopulação e, por consequência, à fome, às epidemias e às guerras. Por isso, o recurso à emigração deveria ser visto como um expediente temporário para aliviar a pressão demográfica sem, contudo, ser esse o mecanismo essencial de contenção populacional, devendo verificar-se, segundo Malthus (1999), a abstinência sexual e limitação de casamentos ou a restrição de

antifeudal e antiabsolutista, importava valorizar não só o trabalho e a divisão do trabalho como a propriedade e o capital, defender a separação de poderes (executivo, legislativo e judicial), o princípio da liberdade económica, de modo a superar barreiras e feudos impeditivos da circulação de capital e de mão de obra, possibilitando também as migrações desta última em vista do crescimento económico e da criação de riqueza, o que se enquadra aliás no lema central do liberalismo *laissez-faire, laissez-passer*. Num contexto de concorrência tanto da parte dos empregadores como dos trabalhadores assalariados e livres no mercado, o preço da força de trabalho seria a resultante alegadamente “natural” entre a oferta e a procura da força de trabalho, em que a chamada “mão invisível” induziria ao equilíbrio, independentemente das intenções individuais, dispensando em simultâneo qualquer tipo de regulamentação estatal, porque desnecessária e até prejudicial (cf. Napoleoni 1995: 52-53). É justamente esta perspetiva do equilíbrio que está presente no modelo de atração-repulsão, dado como lei fundamental dos movimentos migratórios por Ravenstein (1885)³. Segundo este autor, o país de destino funciona como mola de atração (trabalho e mercados de trabalho, melhores salários) por comparação ao país de origem, cujas condições de existência (falta de terra, desemprego, baixos salários, secas, fomes, sobrepopulação) repelem certos indivíduos tornados emigrantes, o que se torna mais fácil à medida que evoluem os meios de transporte.

2.1.2.

(ii) A teoria (neo)institucional (Myrdal 1970 e 1974; Schiavo-Campo e Singer 1970; Streeten 1972), a qual, começando por pôr em causa o princípio da concorrência perfeita entre a oferta e a procura, não só desconstrói um alegado equilíbrio não realizado como procura superar o fosso entre a situação de

nascimentos dentro do casamento e, segundo Ricardo (1975/1817), a manutenção de salários ao nível de subsistência.

³ Ravenstein (1885) no seu estudo *The Laws of Migration* procurou estabelecer um conjunto de princípios explicativos das migrações e dos tipos de emigração, tendo em conta a distância e o tempo (de curta ou longa duração). De modo geral, enquanto os fatores repulsivos no local de partida seriam o desemprego, as condições de privação, os baixos salários, os fatores de atração na (futura) sociedade de acolhimento residiriam nas melhorias económicas e alternativas de vida. A teoria de Ravenstein viria a ser desenvolvida e refinada pelo demógrafo Lee (1969), na medida em que, considerando os elementos facilitadores ou bloqueadores dos fluxos migratórios (distâncias, transportes e tecnologias, contexto rural ou urbano das correntes migratórias, leis migratórias), tem em conta os fatores das fases do ciclo de vida (a fase de escolaridade, a entrada no mercado de trabalho, o casamento), as motivações, as capacidades pessoais e os fatores de avaliação de ordem subjetiva.

atraso dos países ou regiões pobres e a dos países com maior desenvolvimento através da intervenção estatal e interestatal, sendo de relevar, nesta matéria a teoria do capital humano, já parcialmente esboçada em Smith (1993/1776), na variante neoclássica liberal e aprofundada numa perspectiva institucional. À luz desta teoria as migrações explicam-se pelo diferencial de formação de capital e desigual distribuição de capital e explosão demográfica nos países do Sul, pelo que esta teoria propõe que o círculo de dependência e assimetria seja, senão superado, pelo menos reduzido, de modo que os efeitos negativos, nomeadamente no campo migratório, sejam minorados. Assim, estabelece a existência de estruturas de apoio aos imigrantes, por parte das entidades governamentais do país de acolhimento, de forma a minorar situações de privação económica, sobretudo iniciais, a falta de contactos, o défice de recursos escolares e, por fim, estimula a própria qualificação e valorização dos imigrantes, enquanto recursos humanos. Nesta perspectiva, deverá haver, a respeito dos fluxos migratórios, uma certa regulação, sobretudo por parte dos países de acolhimento, eventualmente em concertação com os países de origem dos próprios imigrantes.

2.1.3.

(iii) A teoria (neo)marxista (Marx 1974/1867, Castles e Kosack 1973), segundo a qual as migrações são um dos efeitos da desigual distribuição de volume de capital inerente ao desenvolvimento desigual do capitalismo e, correspondentemente, do grau diferenciado de acumulação de capital entre países e regiões. Por isso, as regiões e países centrais com abundância de capital tendem a absorver mão de obra vinda de países periféricos com baixo grau de capitalização da agricultura e da indústria e sobrepopulação ativa. Este processo traz maiores vantagens para os países desenvolvidos e, em especial, mais valias acrescidas para os detentores de capital, os quais podem tirar partido de mão de obra que, ainda que desqualificada ou pouco qualificada e vivendo em más, degradantes ou mesmo míseras condições de vida, constitui, nas palavras de Marx (1974/1867), um “exército industrial de reserva”⁴. Com efeito, Marx (1974/1867), contrariando as premissas malthusianas centradas na sobrepopulação

⁴ O ‘exército industrial de reserva’ não é só dependente da evolução demográfica mas é resultante também do crescente processo de mecanização, automação e incorporação de novas tecnologias na produção, dispensando força de trabalho e provocando desemprego (‘sobrepopulação relativa’). Porém, o ‘exército industrial de reserva’ de trabalhadores desempregados, para além de disponíveis para entrar no mercado de trabalho a qualquer preço, tem uma outra função no processo de acumulação de capital: a de nivelar por baixo os salários dos que estão no ativo, tal como refere Marx (1974/1867).

em relação aos recursos disponíveis, demonstra que os movimentos migratórios obedecem à “lei económica do movimento da sociedade moderna” – a acumulação e concentração de capital desigualmente distribuído também por regiões e países. Estes movimentos migratórios, intensificando-se, acompanham o processo de internacionalização do capital, cujo modo de produção, segundo Marx (1974/1867), não é visto como ‘natural’ ou imutável mas histórico, contraditório mas transitório e superável por um outro: o socialista⁵. A dependência e a vulnerabilidade dos imigrantes, devido não raro a situações de não regularização da situação laboral, levam-nos a aceitar salários abaixo da média dos trabalhadores nacionais, o que, aliado à sua baixa sindicalização e mobilização política, faz descer o nível salarial dos trabalhadores autóctones.

A clássica teoria marxista viria a ser desenvolvida por neomarxistas à luz da teoria da dependência (Frank 1961, Marini 1973) e do centro-periferia (Wallerstein 1990), também com aplicação aos fluxos migratórios que, segundo Castles e Kosack (1973), conheceriam também a divisão social do trabalho à escala mundial, provocando deslocalizações em três patamares: centro, semiperiferia e periferia. As regiões e países periféricos, feitos colónias desde a época da colonização, nomeadamente da África, foram ao longo dos séculos objeto de saque dos seus recursos minerais e matérias primas e de exploração de força de trabalho em regime de escravatura, trabalho forçado e, subsequentemente, de força de trabalho assalariada nos seus próprios países sob o regime colonial, com as deslocações para o país colonizador não só antes como após a independência. Os países recém-independentes, para além de guerras intestinas e conflitos armados, não possuem nem capital, nem infraestruturas e transportes, nem indústria ou esta é muito incipiente para absorver a sua força de trabalho e, por isso, muitas pessoas veem-se forçadas a refugiar-se em locais seguros ou simplesmente a emigrar por razões de sobrevivência. Segundo os autores acima referidos, o capital, as mercadorias e a própria força de trabalho providas do exterior mobilizam-se através das fronteiras, se bem que, enquanto a força de trabalho – que funciona como uma reserva internacional de mão de obra e de

⁵ Segundo Marx (1974/1867), a base da contradição entre trabalho e capital reside na teoria do valor trabalho, segundo a qual os produtos vendidos no mercado são trocadas ao tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção; porém, no modo de produção capitalista o trabalhador, para além do trabalho socialmente necessário expresso no salário, produz uma mais-valia que teoricamente é distribuída pelo proprietário que percebe uma renda, o banqueiro que retira o juro e o empresário que fica com o lucro. A contradição nuclear do capitalismo consiste no facto de que, enquanto a produção é social, a apropriação do produto é privada e, como tal, é insustentável pelo menos a mui longo prazo.

pressão salarial sobre os ativos – conhece restrições de ordem legal ou política, o capital não conhece pátrias ou fronteiras. Os países e regiões periféricas acabam por fornecer, para além das matérias primas, força de trabalho porque não possuem capital suficiente para implementar infraestruturas e desenvolver e diversificar as suas indústrias, ficando limitados a produzir e exportar monoculturas, em regra agrícolas, obrigando-os a depender da importação de produtos industriais dos países centrais e a exportar a mão de obra indiferenciada que, como referido, não conseguem absorver. A esta força de trabalho indiferenciada e amiúde mais mal paga acrescem refugiados de guerras internas nalguns dos países periféricos, nomeadamente na África ou no Médio Oriente.

Estas teorias, situando-se, de modo geral, em termos macroeconómicos e sociológicos, necessitam de ser completadas com as próprias estratégias dos atores, ou seja, na perspetiva dos próprios imigrantes, como veremos ao descer ao estudo de caso. Em Portugal os estudos desenvolvidos sobre as migrações têm dado valiosos contributos de ordem reflexiva e empírica por parte de uma plêiade de cientistas sociais, nomeadamente na sociologia a nível internacional e nacional⁶.

A imigração, constituindo um fenómeno visto a partir do país de acolhimento, integra-se na problemática geral do fenómeno geral das migrações, sendo este fenómeno objeto de estudo por vários sociólogos desde Simmel (1984 e 1987), passando por autores da Escola de Chicago como Thomas e Znaniecki (1971) e Wirth (1987) até aos estudos do pós-II Guerra Mundial e, em particular, nas últimas décadas (cf. Castles e Kosack 1973, Tapinos 1974, Jackson 1991, Fonseca 1999). Em nosso entender, se no fenómeno migratório há que ter em conta as razões da lei da oferta e da procura de força de trabalho no mercado numa ótica neoliberal, bem como, numa perspetiva neoinstitucional, os processos de regulação dos fluxos migratórios por parte das instâncias estatais, é contudo a abordagem neomarxista do centro-periferia aquela que, em termos macroeconómicos, se revela particularmente frutífera para a compreensão e a explicação dos fenómenos migratórios. No entanto, se é incontornável assumir a vertente estrutural dos mesmos, ela necessita de ser matizada e enriquecida com as abordagens acionalista e interacionista, que colocam em destaque as perspetivas dos próprios atores e suas estratégias ora de sobrevivência ora de melhoria e até mobilidade social.

⁶ A nível nacional, refiram-se, entre outros, Almeida e Barreto (1976), Godinho (1978), Serrão (1985), Cepeda (1988), Peixoto (1992), Rocha-Trindade (1995), Baganha *et al.* (2000 e 2004), Leandro (1995), Silva (1998), Leandro *et al.* (2014).

2.2. TRABALHO, DESEMPREGO E MIGRAÇÕES: EFEITOS SOBRE IMIGRANTES

Uma das principais razões das deslocações migratórias, senão mesmo em muitos casos a mais importante e exclusiva, é o trabalho, quer visto do lado da oferta pelo capital, quer da procura por parte do trabalhador migrante⁷. Dado que o controlo da força de trabalho e sua oferta é, em larga medida, condicionado pelos detentores dos meios de produção, o acesso e a manutenção nos postos de trabalho é, não obstante as conquistas históricas dos trabalhadores ao longo dos séculos XIX e sobretudo XX, uma situação sujeita ao risco do desemprego. Tal situação é ainda mais premente e ameaçadora no caso dos imigrantes e, muito mais ainda, quando a situação jurídica é frágil e fatores extraeconómicos como a discriminação racial e étnica entram em jogo, como sucede amiúde, também concretamente no estudo de caso com os imigrantes africanos em Portugal. Trabalho e desemprego estão estreitamente interligados, os quais têm sido objeto de explicações teóricas e pesquisas empíricas não só por economistas, como também por outros cientistas sociais, nomeadamente sociólogos, os quais procuram detetar as causas e analisar os impactos, efeitos e significados quer do trabalho, quer sobretudo do desemprego, pelo que será dada especial atenção a este último conceito no quadro da atual pesquisa, fornecendo uma breve síntese das diversas abordagens.

Segundo os economistas clássicos liberais, o “emprego alcançar-se-ia espontaneamente pelos mecanismos de concorrência dominada pela lei dos mercados de Say: o equilíbrio representaria uma ótima economia, no qual realizar-se-ia de modo automático a plena ocupação dos recursos produtivos” (Samuelson e Nordhaus 1993: 47). Donde, qualquer interferência estatal era inoportuna, prejudicial e vista como empecilho, pelo que, na ótica da concorrência perfeita e do equilíbrio e graças à “mão invisível”⁸, deveria ser o mercado de trabalho o lugar de confronto entre a oferta e a procura e suas

⁷ Trata-se de um conceito central na vida económica e social, de tal modo que é entendido por uns, nomeadamente liberais, como um dos fatores de produção e criação de riqueza e pelos marxistas como único fator de criação de valor, sendo as mais valias, enquanto fruto do trabalho não pago, acumuladas pelo capital. No quadro do capitalismo, a força de trabalho é também uma mercadoria, que tem um valor – o tempo de trabalho envolvido na produção de determinado número de mercadorias – e um preço traduzido numa quantidade de dinheiro que é o salário pago ao trabalhador, flutuando este em função do aumento e da queda na oferta e na procura de força de trabalho.

⁸ O princípio da “mão invisível” em Smith (1993/1776) sustentava que, não obstante cada um prosseguir egoisticamente o seu bem pessoal, ao fim de contas todos os indivíduos seriam levados, como que por uma “mão invisível”, a atingir o melhor bem para todos.

respetivas quantidades. O salário seria o ponto de equilíbrio entre ambas com base num contrato de prestação de serviço e no quadro duma livre circulação de fatores (capital e trabalho), os quais conheceriam uma espécie de autorregulação “natural”. Este otimismo viria a ser questionado por outros liberais: primeiro por Malthus (1999), segundo o qual a lei de ferro salarial conduziria os salários dos trabalhadores abaixo dos níveis de subsistência e, seguidamente, por Ricardo (1975/1817), para quem, de acordo com a lei dos mercados decrescentes, a terra e as rendas fundiárias seriam fatores de estrangulamento e, por isso, era relevante a lei de repartição mais equilibrada. Tendo presente que os ganhos de uns eram realizados à custa das perdas de outros, ambos os autores, ainda que com métodos diferentes, advogavam a diminuição do tamanho da família e cortes na proteção social na mira de maior acumulação de capital a ser reinvestido para proporcionar mais trabalho. Contrariamente a Smith (1993/1776) que imaginava um crescimento progressivo e ilimitado, Malthus (1999), Ricardo (1975/1817) e sobretudo Mill (1970/1848) consideravam o progresso limitado e suscetível de manter-se num estado estacionário, reconhecendo este último autor que os empregos mais pesados eram os mais mal pagos em termos salariais, ao mesmo tempo que propunha, como medida contra o desemprego, a diminuição das horas de trabalho mas acompanhada duma diminuição de salários. Por fim, o liberal francês Say (*in* Samuelson e Nordhaus 1993: 563), considerando que a oferta cria a procura, estabelecia como lei que a superprodução seria impossível pela sua própria natureza, não vendo diferença substantiva entre uma economia monetária e uma economia de troca direta, pois se as fábricas produzirem, os trabalhadores acorrerão a comprar o produto. Assim, tendo como perspectiva de fundo o princípio do pleno emprego, para os liberais o desemprego explicar-se-ia graças à rigidez de salários ou à existência de salários reais mais elevados que os resultantes do equilíbrio entre oferta e procura, propondo para tal a não intervenção institucional e deixando que os salários se flexibilizem em curva descendente.

A emergência recorrente de crises consubstanciadas ora em sobreprodução ora em estagnação da procura⁹ veio pôr em causa as teorias clássicas de equilíbrio de pleno emprego e, sobretudo com a grande depressão dos anos trinta do século XX, tais teorias, nomeadamente a de Say, sofreram um rude

⁹ As crises de sobreprodução ocorrem no quadro dos processos de concorrência no seio do capital, a qual dá lugar a uma tendência para a queda da taxa de lucro, que constitui a causa principal das recorrentes e cíclicas crises do capitalismo.

golpe, sendo objeto de forte contestação por parte de Keynes, em 1936, na sua obra sobre a *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro* (Keynes 1947), a qual, negando a possibilidade das crises de sobreprodução, visava renovar as teorias clássicas e neoclássicas. Segundo Keynes (1947), dado que o nível de emprego dependia do volume de investimento, o desemprego resultaria duma deficiente procura agregada de bens e serviços. Por isso, contrariamente às teorias clássicas liberais, para Keynes tornava-se imprescindível a intervenção governamental no sentido de, através de instrumentos de política orçamental e fiscal, regular e manter uma baixa taxa de juro, obter o pleno emprego pelo aumento do investimento e implementação de infraestruturas e obras públicas, promover direta ou indiretamente o aumento de procura agregada de bens, de modo a elevar a procura para o nível que permitisse que a produção e o emprego se equilibrassem, controlando assim os excessos na inflação e no desemprego.

Num paradigma radicalmente diferente, Marx (1974/1867) na sua obra *O Capital* produziu uma abordagem nova na análise económica, nomeadamente sobre o modo de produção capitalista e um dos corolários a ele inerentes: o desemprego¹⁰. Na perspetiva marxista o desemprego, sendo uma consequência esperada no sistema capitalista de produção pela automação e introdução de novas máquinas e consequente dispensa de antigos trabalhadores¹¹, gera também a função útil e manifesta de engrossar o designado “exército de reserva”,

¹⁰ Segundo Bertrand (1975), o próprio conceito de desemprego no sentido que hoje lhe é atribuído é concomitante ao aparecimento e desenvolvimento do capitalismo. O termo *desemprego* em francês é traduzido por *chomage*, o qual, sendo utilizado em França a partir do século XII, deriva do latim popular *caumare*, que significava repousar durante os grandes calores, significado mantido durante a Idade Média. Entretanto, já no século XIX, a palavra muda de sentido, ou seja, fica-se desempregado, sempre que a máquina económica lança o trabalhador pela porta fora. Assim, segundo o autor, os desempregados seriam os trabalhadores excluídos do circuito de produção e que procuram encontrar um trabalho assalariado. Se o trabalho implica um conjunto de relações específicas com os donos do capital, então, o desempregado será visto como um trabalhador sem trabalho, que não tem função social enquanto tal, e que se define principalmente porque procura um emprego, um trabalho pela primeira vez ou pretende regressar ao trabalho. Samuelson e Nordhaus (1993: 666ss) identificam três tipos de desemprego: (i) friccional, devido ao “movimento incessante de pessoas entre regiões e empregos ou ainda nas diferentes etapas do ciclo de vida”, o que pressupõe certa margem de opção em tipos de trabalho ou mesmo entre trabalhar e não trabalhar; (ii) estrutural, enquanto desajustamento ou desequilíbrio permanente entre a oferta e a procura de trabalho; (iii) cíclico, sempre que a procura global de trabalho é diminuta (e não apenas quando a procura é baixa nalgumas bolsas de emprego), verificando-se um aumento de desemprego em todas as regiões e um desaproveitamento da mão de obra.

¹¹ Segundo Marx (1974/1859), o capital deve dispor de uma reserva de trabalhadores novos e qualificados que substituam os trabalhadores aquando de processos de reestruturação.

ou seja, os excedentários ou supranumerários que pressionam sobre o nível dos salários em sentido descendente face aos trabalhadores no ativo. Deste modo, o desemprego é uma resposta à necessidade de acumulação capitalista porque mantém à disposição do capital um conjunto de trabalhadores disponíveis e predispostos a aceitar níveis salariais mais baixos, substituindo, sempre que possível, os ativos inseridos. Como resultado da alternância do ciclo de desenvolvimento capitalista, os empresários optam, em função das respetivas crises, por recrutar um determinado tipo de população excedentária. É à luz deste processo que a vinda de trabalhadores imigrantes deve ser analisada, do mesmo modo que a fragilidade da sua posição os pode a todo o momento tornar dispensáveis e substituídos por outros mais baratos e rentáveis, fragilidade essa derivada também de outros fatores não económicos como sejam a situação jurídica irregular, os atributos descritivos tais como sexo, idade, raça ou etnia, o que representa um ponto adicional de reflexão crítica no quadro da teoria da discriminação sustentada por Becker (1968) e a teoria da segmentação (cf. Marques 1997, Silva 2002).

Segundo as teorias da discriminação e segregação, fatores sociais e culturais e, portanto não estritamente económicos, são suscetíveis de afetar, não só a relação na oferta-procura de trabalho e, conseqüentemente, o acesso ao trabalho e sua integração em determinados segmentos do mercado de trabalho (v.g. construção civil), como provocar uma diferenciação salarial no seio de determinada categoria profissional e com o mesmo tipo de funções. Ou seja, a discriminação com base nas referidas características descritivas (raça, sexo, idade) constitui a resposta ou a razão da diferenciação e do tratamento desigual no mercado de trabalho, em consequência de determinados preconceitos acerca da capacidade ou produtividade, por exemplo, do trabalhador imigrante¹². Isto significa que o mercado de trabalho não é neutro e pode mesmo estar afetado de preconceitos e subjetividades não pautadas pelo estrito cálculo económico.

Com a teoria da discriminação pode articular-se a teoria da segmentação e inclusive a da segregação, provinda das teorias críticas de inspiração não só marxista como dos estudos feministas e dos estudos sobre etnicidade

¹² Cf. Marques (1997). O mesmo se aplica no tratamento desigual e discriminação em relação à mulher, alegando a menor produtividade simplesmente "por ser mulher", evidenciando um preconceito machista e patriarcal (cf. Amâncio 1994). Outros espaços em que se verificam preconceitos no senso comum são, por exemplo, as representações generalizadas em torno do homem brasileiro como futebolista e em torno da mulher brasileira, amiúde dada como prostituta (cf. a este respeito, o trabalho de Ribeiro *et al.* 2007).

e racismo. Na teoria de segmentação releva o conceito de “segregação”, que, face à relação entre trabalhadores autóctones e imigrantes, se baseia na ideia de que o “capitalismo divide para reinar”. Ou seja, segundo Jackson (1991: 26-27), os interesses do capital são melhor servidos mantendo-se uma pressão constante da procura e um aumento da oferta de trabalho capaz de aproveitar o potencial laboral mais barato e dócil caracterizado por expectativas de aspirações modestas, além de segmentado, possibilitando que os níveis salariais possam ser estabelecidos por baixo com base em fatores não-laborais como o sexo, a raça, a etnia ou a idade.

Em jeito de conclusão, a perspetiva liberal não resiste, porém, a críticas que lhe têm sido dirigidas, dado que a tese de um mercado de trabalho livre é pura ficção, pois o mercado para ser livre teria, como refere Jackson (1991: 25ss), de preencher determinadas condições, tais como distribuição de recursos nomeadamente informação disponível, razoável variedade de tipos de emprego igualmente disponíveis e acessíveis a todos os trabalhadores e uma real concordância entre as preferências e o número de postos de trabalho existentes. Ora, o trabalhador apenas é “livre” em termos jurídico-formais (e nem sempre como é o caso de trabalhadores imigrantes), do mesmo modo que não dispõe de meios para realizar as escolhas mais convenientes nem tem condições e recursos para estabelecer contratos de trabalho em base equitativa.

Quanto à visão keynesiana, embora seja relevante a sua contribuição, é de salientar que uma das críticas que se pode observar prende-se com o facto de, por um lado, não operar a rutura total com os princípios do liberalismo (propriedade privada, competição) e, por outro, por assumir o desemprego como fenómeno económico temporário e não o considerar como um fenómeno social heterogéneo, desigual e potenciador de desigualdades. Neste sentido não só a teoria marxista viria a ter uma perspetiva crítica de fundo, pondo em causa as premissas do próprio modo de produção capitalista, como as subseqüentes teorias da discriminação e da segmentação e, em particular, da segregação vêm contestar não só as premissas liberais como suprir as lacunas e insuficiências reformadoras da abordagem keynesiana. Os contributos destas teorias estão assim relacionados com a rutura entre a oferta e a procura no mundo de trabalho. Trata-se de desconstruir a pretensa ideia (neo)liberal da igualdade e livre circulação de indivíduos no mercado de trabalho, o que não será difícil se atendermos à descontinuidade entre a oferta e a procura de trabalho nos mais diversos níveis: a atribuição salarial, a ascensão profissional e a qualificação. Segundo Marques (1997) numa organização existem diferentes segmentos de mercado: mercado interno onde se encontram trabalhadores com uma situação

relativamente estável e com qualificações avançadas e mercado externo onde encontramos trabalhadores com menor nível de qualificação, com precariedade, instabilidade, situando-se a maior parte dos trabalhadores imigrantes nesta última situação, em que não só fatores económicos como outros não económicos condicionam a afetação dos trabalhadores a certo segmento do mercado de trabalho. Com efeito, os imigrantes são não raro vítimas de uma espécie de discriminação ou exclusão social oculta, a respeito da qual a própria neodurkheimina Xiberras (1993: 20), apesar de ignorar o contributo marxista no que concerne a exclusão social, assinala:

“existem formas de exclusão que não se vêem, mas que se sentem, outras que se vêem, mas de que ninguém fala, e, por fim, existem formas de exclusão completamente invisibilizadas, dado que não sonhamos com a sua existência, nem possuímos vocábulo para designá-las.”

CAPÍTULO 3. ETNICIDADE, IDENTIDADES E RELAÇÕES INTERÉTNICAS

Tendo em vista a compreensão e a explicação das relações interétnicas, importa questionar a apropriação e a utilização do conceito de etnicidade, reconstruindo-o sociologicamente. Para tal será necessário levar em consideração que a pertença a grupos étnicos aparece quase sempre associada a um padrão de comportamentos e valores contrastantes com a cultura dominante, a uma condição social desprivilegiada e economicamente desvantajosa e à mobilização para formas de ação socialmente disruptíveis (Machado 1992). Estes fatores, conjugados, provocarão mudanças nos processos de construção de identidades e de alternativas, ora para uma possível inserção social, ora para a mobilização social. A relevância que a pertença a determinado grupo étnico pode adquirir no plano das desigualdades sociais e das identidades culturais é sintetizado no conceito de etnicidade que Bell (1975) designa como “unidade macrossocial da sociedade”, embora importe reter que a etnicidade implica várias dimensões e níveis de análise, tal como o modelo proteórico de Bader (2005 e 2008) a concebeu.

Um outro tópico muito frequente para assinalar a situação dos imigrantes e minorias étnicas é o conceito de exclusão social (assim como o seu contraponto, a inclusão social), o qual, apresentado amiúde como conceito inovador e arquitetado no quadro do modelo social europeu, teria o condão de substituir o próprio conceito de pobreza, evitando até num primeiro momento o próprio conceito de desigualdade social. Sucede, porém, que o conceito de exclusão social não é assim tão recente e inovador, na medida em que já foi trabalhado pelos clássicos da Sociologia, em particular por Weber (1978); contrariamente ao conceito de desigualdade e mesmo de pobreza, trata-se de um conceito polissémico e mesmo equívoco, que importa conceptualmente

deslindar. Neste sentido, não obstante ser analiticamente preferível o conceito de desigualdade enquanto processo de apropriação ou usurpação de bens por parte de uma classe ou grupo social em prejuízo de outras/os (cf. Silva 2009), num segundo momento importará explicitar e debater o conceito de exclusão e, seguidamente, de modo mais específico, expor sucintamente as diversas (pseudo)teorias sobre discriminação e racismo, dada a sua presença correlacionada, ainda que não causada pelo fenómeno das migrações. Por fim, num terceiro momento, procuraremos desconstruir o corrente conceito de integração pela sua frequente conotação, não só com as diversas variantes da perspectiva estruturo-funcional, por vezes com forte carga psicológica, como com discursos institucionais, amiúde presentes no próprio senso comum.

3.1. ETNICIDADE, IDENTIDADE CULTURAL E EXCLUSÃO SOCIOCULTURAL

A etnicidade deve ser vista a partir da importância das filiações étnicas na estruturação identitária, mostrando o modo como a pertença a determinado grupo étnico condiciona as práticas e as representações dos seus membros. Como fator de identificação de um grupo social minoritário numa sociedade multicultural, a etnicidade assume-se pela tendência positiva de identificação e inclusão no grupo (Ringuelet 1997: 147), como forma de identificação coletiva, pela imbricação de dois processos: “o processo pelo qual os actores sociais se integram em conjuntos mais vastos de pertença ou de referência, com eles se fundindo de modo tendencial (processo de identificação) e o processo através do qual os agentes tendem a autonomizar-se e diferenciar-se socialmente, fixando, em relação aos outros, distâncias e fronteiras mais ou menos rígidas (processo de identificação)” (Pinto 1991: 218). Nas relações interétnicas, o processo de identificação étnica, tal como refere Jenkins (2008: 15), é um fenómeno que não diz apenas respeito às minorias étnicas, mas engloba também os membros da dita maioria num quadro de relacionamento que não é fixo e imutável, mas sujeito a mudanças por fatores externos e internos aos processos sociais.

Neste sentido, as diferenciações raciais e culturais apresentam-se como duas formas de distintividade endogrupal que, numa diferenciação simbólica, mostram que as diferenças percebidas são revestidas de valor, conduzindo a uma diferenciação positiva do endogrupo e uma desvalorização do exogrupo (Ringuelet 1997: 147 ss). A identidade surge, segundo Tajfel (1983), Turner (1982) e Amâncio (1993: 292ss), como um “epifenómeno” do conflito inter-grupal, através dos juízos perceptivos que acentuam a diferença numa dimensão

em que esteja associada também a dimensão valorativa e assente num processo cognitivo universal de categorização transmitido pela cultura e pelos valores do grupo de pertença. Neste sentido, a identidade é criada dentro do paradoxo do igual e do diferente e é dentro desta polaridade que se funde o seu fulcro conceptual. A atração/repulsão entre grupos, na ótica de Rokeah (*in* Vala e Monteiro 1993: 317), desencadeia-se por causa da ameaça que a diferença constitui para o sistema de crença e nem tanto pela pertença a determinados grupos étnicos¹, grupos estes com dificuldades de atingir objetivos partilhados. A escolha do alvo expiatório será explicado por Herowitz (*in* Vala e Monteiro, 1993: 314) pelas variáveis de ordem histórica e cultural, o que, embora relevante, não será suficiente para explicar os processos de identidade e identificação. Segundo Saint-Maurice (1997: 23), é a “interface” entre *inside* e *outside* que, por um processo de comparação social, permite aos indivíduos encontrar semelhanças entre os membros do seu grupo e as diferenças entre o seu grupo e o outro.

O processo de categorização, imputação e atribuição de características determinará, na ótica de Tajfel (1978 e 1981), a identidade social positiva ou negativa do grupo. Uma vez que a identidade está associada ao conhecimento de pertença, ditado pela categorização, tal explicará o favoritismo pelo grupo em detrimento do outro. A subestimação do grupo externo, bem como a discriminação de que este é alvo, pode ser motivada pela luta dos membros do próprio grupo na procura de uma identidade social positiva, segundo Brown (*in* Amâncio 1993: 293), pelo “autofavoritismo relativo”, sendo compreensível que, segundo Allport (*in* Vala e Monteiro 1993: 311), aquilo que tem valor para um grupo seja positivo e que os valores diferentes e contrários indiciem a emergência da rejeição de acordo com as normas sociais dominantes (cf. Pettigrew e Meertens 1995, Saint-Maurice 1997: 23, Vala 1999).

Assim, o processo de comparação determinará não só a pertença do indivíduo ao grupo mas também as diferenças sociais, económicas e culturais que o separam dos outros grupos (Martins 1998: 108). O grupo, em si, segundo Turner (1982), servirá de entidade temporária ao serviço da satisfação de um *self* positivamente distinto. Mais longe foram Doise (*in* Amâncio 1993: 298) e Jahoda (1999), ao mostrarem que o tratamento diferenciado dos membros do endogrupo e dos membros do exogrupo não depende somente de uma categorização classificatória mas também de um significado subjetivo para os

¹ Na ótica de Adorno *et al.* (1950), estes grupos constituiriam “bodes expiatórios” de “personalidades autoritárias”, cuja frustração desembocaria em fenómenos de agressão face aos grupos de imigrantes.

membros, ou seja, a evolução dos conflitos entre grupos é acompanhada de uma evolução de imagens e representações que cada grupo desenvolve sobre si e sobre os outros, representações estas, velhas ou novas, que permitirão interpretar a realidade e agir orientando os comportamentos.

As identidades sociais emergem num quadro relacional onde os papéis, adquiridos no processo de socialização e subsidiários da cultura, assumem uma importância acentuada. Segundo Berger e Luckman (1973) e, entre nós, Saint-Maurice (1997: 26), os indivíduos, ao desempenharem papéis, participam e constroem um mundo social e, ao interiorizarem esses papéis, assumem determinadas identidades. O caráter múltiplo da identidade passa pela identificação de um conjunto de fatores que influem na formação da consciência étnica que só tem pertinência por relação a um Outro que se apresenta estranho, segundo Simmel (1984 e 1987), cujo sentido simbólico dessa identidade será definido pelo contexto e na forma social em que dois atores se situam, um em relação ao outro. Neste sentido, a produção social da etnicidade será feita neste jogo entre heterodesignação, onde o ator étnico é definido pelo Outro dominante, e autodesignação, onde é fundamental a afirmação daquele a quem a identidade étnica diz respeito. Porém, esta pertença étnica, reivindicada ou atribuída, será um “rótulo de potência primordial” (Allport *in* Vala 1999a: 158) ou uma dimensão relacional, mutável e instrumental?

A noção de que, no interior dos grupos humanos, predominam elementos primordiais, solidariedades de sangue, língua, costumes, religião, tradições e símbolos, que se impõem a qualquer pessoa nascida no grupo, tornando-a semelhante aos outros, remete-nos para uma perspectiva de cariz algo mítico e retroprojetado, que considera a etnicidade um dado primordial e identidade básica de um grupo (cf. Shils 1957, Geertz 1978). Mais do que interessar-se pela consciência, a subjetividade ou a ação, a definição primordialista remete para uma visão essencialista da identidade, esquecendo o caráter relacional e situacional. Contudo, segundo Wieviorka (1995: 128), a etnicidade é tão difusa quanto os grupos aos quais se aplica, grupos estes que vivem no seio da nossa sociedade e que não são definidos tanto pelos laços primordiais mas pela escolha estratégica de cada indivíduo para a obtenção de mais poder e prestígio. Neste sentido, etnicidade não seria a propriedade de um grupo, mas um aspeto de uma relação e, se a diferença cultural dos dois grupos não é o aspeto crucial da etnicidade, isto equivale a dizer que um grupo étnico não é um grupo cultural e que a base étnica não é ter-se uma cultura própria, mas sim reconhecer-se como membro do grupo (Breton, s/d: 57). Para ser um grupo étnico tem contudo de se reivindicar, entre outros requisitos, como refere amplamente

Bader (1995), cultura. Esta, sendo imprescindível, para além da pertença, não é todavia o elemento único e suficiente. Assim, a etnicidade é uma diferença social entre dois grupos, algo que se adquire, segundo Weber (1978: 14ss), pela sua relação, pela afirmação da suas subjetividades e pelo reconhecimento de um sentido às suas experiências, e não como fruto de uma alegada essência, que resultaria independentemente da vontade dos indivíduos e que, segundo Durkheim (1994: 122), existiria fora das consciências individuais, dotados de um poder de coerção em virtude do qual se impõe.

Nesta esteira, a pertença étnica é reivindicada ou atribuída no seio da dimensão interativa e relacional, dando mais relevo à dimensão expressiva e simbólica, e a etnicidade definida como sistema cultural usado pelas pessoas no processo de inserção social, um sistema entendido como comunicação significativa da diferença, onde os símbolos culturais estabelecem fronteiras entre as categorias étnicas. “As perspectivas dos outros, do mundo comum, não são idênticas às minhas. Na esteira de Berger e Luckman (1973), o meu ‘aqui’ é o ‘lá’ deles” (cf. Saint-Maurice 1997: 113). Estas representações sociais que, segundo Moscovici (1989) e Vala (1993: 354), serão um reflexo do mundo exterior, isto é, um reflexo interno de uma realidade externa, são construídas na interação quotidiana, diferenciando-se consoante a inserção dos indivíduos nos campos das estruturas socioeconómicas e socioculturais.

A cultura, entendida como um campo de significação onde existem numerosos sistemas simbólicos que resultam ou da interação social ou da manipulação cultural, é como uma espécie de apropriação do mundo. Segundo Mead (1934), as diversas interações sociais articulam-se pela conversação gestual e pela interação simbólica. É com os símbolos e pelos símbolos que esses gestos e ações representam e significam que os indivíduos interagem, atribuindo significado à sua própria experiência e à experiência com os outros. A partir deste imaginário coletivo, o homem/mulher constrói as suas trajetórias de vida na procura dos que acha semelhantes e afastando-se daqueles/as que lhe são significativos/as pela negativa. Inerente a este propósito encontramos os rituais sociais positivos ou negativos, respetivamente, que, segundo Goffman (1974), constituem quadros de referência à organização de expectativas sociais e à orientação dos comportamentos. Esta ideia de que a interação social não é apenas a articulação dos papéis pela exigência de uma atividade cooperativa mas como forma de preservação da sua identidade leva Goffman (1981 e 1974) a concluir que a pluralidade de situações sociais e o modo como o indivíduo interpreta o universo simbólico – pelo processo comunicativo – remetem para um jogo de estratégias específicas de preservação da identidade social e dos

seus territórios (*self territories*). Assim, a interação entre grupos é um esquema complexo em que se trocam percepções e conceções do mundo através de códigos e de regras que regem os comportamentos. Esta perspetiva semiótica mostra que “a organização durável das representações e das práticas de um grupo só pode ser feito no interior do seu espaço simbólico, que constitui um campo de oposições semânticas” (M. Martins 1996: 25).

“As identidades constroem-se na interação que os indivíduos protagonizam com ‘outros significativos’, portadores de expectativas em torno das posições que os primeiros ocupam no espaço social” (Saint-Maurice 1997: 24). Salientar o carácter relacional da produção de identidades sociais não deve iludir a desigual possibilidade que têm os diferentes grupos em definir papéis em relação aos outros, um papel-identidade, na expressão de McCall (*in* Saint-Maurice 1997: 25), que tende a alterar-se mediante as diversas situações em que se encontram os atores sociais. As identidades, no quadro das interações quotidianas, devem incluir referências à estrutura política e económica da sociedade. Contrariamente às formas de abordagem interacionista que reduzem as relações de força a relações de comunicação, os sistemas simbólicos, segundo Bourdieu (1989: 11), enquanto instrumentos estruturantes e estruturados de comunicação e conhecimento, cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, contribuindo para assegurar a dominação de uma classe/grupo sobre outra/outro. A identidade, mais do que uma tendência positiva de identificação e reconhecimento cognitivo e afetivo de pertença a um grupo, pode ser utilizado como instrumento para ganhar espaço político e económico na sociedade global. A etnicidade surge como princípio e nova fonte de estratificação e diferenciação social, mas em que contexto? As tensões entre inserção e exclusão, vivida por muitos grupos étnicos, encerram as contradições da própria sociedade recetora, principalmente no que se refere às suas lógicas de hegemonia ou pluralidade cultural. Tal poderá ser fator explicativo de um maior ou menor ressurgimento cultural e identitário.

Conceber todavia a sociedade apenas numa perspetiva estruturalista de hegemonia cultural implica ignorar a interação entre os indivíduos e os grupos, as próprias relações e contactos entre eles, bem como a sua capacidade de alterar essa hegemonia². Nas sociedades hodiernas tende a predominar

² Postulando a assimilação dos diferentes grupos étnicos na base de uma cultura homogeneizada, modelos como “Anglo-Conformity”, surgido nos séculos XIX-XX e defendido, quer de modo extremo por autores como Gobineau (1940/1852), quer na modalidade mais tática do *melting-pot* (*in* Rocha-Trindade 1995: 252), são fruto da economia-mundo capitalista que tende a eliminar as diferenças étnicas, locais e regionais e implicam que as diversas culturas devam desaparecer

um pluralismo mais ou menos generalizado, não existindo uma cultura mas várias culturas coexistentes entre si, sem ignorar que umas se têm sobreposto, em regra, a outras. Onde se formam sistemas sociais diferenciados, aí se tendem a (re)produzir universos simbólicos específicos que comportam relações de dominação, também no campo étnico. Deste modo, sempre na procura dos valores plurais, os Estados-Nação reconstituem as suas identidades coletivas de acordo com estratégias pluralistas e multiculturais, tomando em consideração as diferenças existentes. A multiculturalidade traz consigo uma “cultura emergente”, segundo Glazer e Moynihan (1975), porque a “estrutura cultural é produto de uma interação dinâmica entre culturas com estatutos diferentes³. Cada grupo étnico-cultural, ao interagir com o outro, sofre uma alteração dos valores e normas originais, produzindo mudanças sociais e culturais na sociedade global” (Rocha-Trindade 1995: 100), mas estas só serão significativas quando as mudanças também ocorram ao nível económico e político.

Contudo, apesar de mostrar um certo progresso conceptual, a multiculturalidade mostra-se insuficiente porque arrasta consigo a conceção tradicional de cultura, continuando a proceder a uma interpretação “esféricizada” da cultura. A sociedade multicultural permite a coexistência de uma multiplicidade de culturas sem que exista um intercâmbio real e simbólico entre elas, ficando-se apenas na simples proclamação retórica de interculturalidade ou “multiculturalidade benigna” na expressão de Stoer e Cortesão (1999) ou “multiculturalidade táctica” na formulação de Silva (2000).

A inserção dos grupos étnicos minoritários na sociedade tornar-se-á mais exequível, se partirmos de um processo de interculturalidade em que a

ou fundir-se numa espécie de cultura cosmopolita (Perotti 1997: 43). Porém, ao se verificar a persistência de desigualdades sociais fundadas na etnicidade, nos contrastes sociais e culturais, conclui-se que tais modelos foram incapazes de atingir os seus objetivos. Se conseguiram uma assimilação cultural, referente às interações quotidianas, aos modos de agir, de vestir e de comunicar, não conseguiram, de modo algum, atingir uma assimilação estrutural que, segundo Gordon (*in* Saint-Maurice 1997: 15, Rocha-Trindade 1995: 99), só se verificará perante o acesso das minorias às instituições sociais e aos grupos primários. Começam, assim, a ser criadas as condições para contestar o mito de *melting pot* americano, que desenhava uma sociedade recortada e dividida pela presença de diferentes grupos étnicos.

³ Este é de resto a definição de integração pela Comissão ao Conselho e/ou Parlamento Europeu: “a integração é um processo bilateral (*two-way process*) que envolve a adaptação tanto da parte do imigrante, como pela sociedade de acolhimento”. Sendo aceitável em termos de declaração de princípio, o problema surge nas práticas institucionais e sobretudo quando não se tem em conta o desequilíbrio nas relações de força entre a maioria e as minorias, entre o Estado e os grupos minoritários, designadamente imigrantes.

identidade cultural se encontra estreitamente ligada a outras dimensões de ordem estrutural, nomeadamente a nível socioeconómico, cultural e político. Há que reforçar e recriar um “sentimento de lugar” já perdido pela “relativização do espaço quotidiano” (C. Almeida 1975: 208), como fenómeno particular da globalização. As políticas interculturais pretendem criar condições facilitadoras do diálogo entre diferentes culturas, mas necessitam de precondições ou requisitos que não se ficam no âmbito cultural ou simbólico. Há, segundo Vachon (*in* Dias *et al.* 1997: 141), a necessidade de um “reencontro entre as culturas maioritárias e minoritárias a partir dos seus critérios e valores mais profundos para afrontar uma perspectiva transcultural, universal e supercultural que as supere a ambas”.

Este diálogo entre culturas poderá criar, segundo Rocha-Trindade (1995: 258), uma “transidentidade” muito vantajosa para o relacionamento social. Esta ideia de Rocha-Trindade vai ao encontro da teoria da transculturalidade de Welsch (1999), a qual não será mais do que a consequência da diferenciação e da complexidade das culturas modernas que se permitem com o trabalho em rede (“*culture’ external networking*”)⁴. Os estilos de vida não terminam na moldura das culturas nacionais, são encontradas, também, e da mesma forma, noutras culturas. As invariantes culturais do velho conceito de cultura tornam-se transculturais, para poder acompanhar a forma atual da cultura, segundo A. F. Costa (1999), uma “cultura-síntese”, com novos valores, novos tipos de relações, embora não seja nunca possível desarraigá-las dos contextos estruturais, nomeadamente socioeconómicos e políticos em que estão incorporadas.

Aliado à transculturalidade está uma transnacionalização. A difícil capacidade de integração das sociedades atuais e a relativa perda de poder por parte do tradicional Estado-Nação, em termos infraestatais e sobretudo supraestatais (cf. Silva 2006), propiciam então o reforço de identidades culturais sob a forma de identidades comunitárias, onde a etnia assume-se como fator aglutinador de fortes identidades, mundividências e racionalidades locais, as quais, a par de relações de cooperação, não raro entram em conflito.

A realidade multicultural não permite conceber que as nações sejam campos culturalmente homogéneos, porque, neste quadro, surgem novas configurações políticas, onde a integração e/ou identidade cultural nem sempre é acompanhada de uma integração e identidade nacional, porque as identidades

⁴ Para Welsch (1999), as culturas, hoje em dia, estão extremamente interconectadas e as diferenças não estão justapostas numa clara delimitação cultural, como no mosaico cultural, mas resultam de um trabalho transcultural em rede (*transcultural network*).

culturais são múltiplas e tendem a pulverizar-se, nem sempre coincidindo com a teia nacional. As sociedades passam a ser, segundo Lapeyronnie (*in* Fernandes 1995), economicamente dualizadas e culturalmente fragmentadas.

Segundo Delgado (*in* Camilleri 1995: 96), a “segurança democrática”, um conceito adaptado à necessidade da sociedade atual, vem a par de uma “segurança cultural”, visto que existe a necessidade de preservar os fundamentos de identidades pluriétnicas constitutivas. Quando não respeitada a pluralidade étnica, pode abrir-se o caminho à intolerância, ao racismo e à discriminação. A “fricção interétnica” que, na base de uma “identidade contrastante”, na expressão de Oliveira (1976), conduz a uma violência aparentemente gratuita, provém, precisamente, deste choque de identidades, ora nacionais, ora regionais ou locais, que indisponibilizam o canal de participação e cogestão do poder político. A democracia cultural seria uma alternativa que pretende dar a cada indivíduo os meios para um desabrochar cultural a partir do conceito de cidadania cultural, juntando-se ao de cidadania política e ao de cidadania social. Assim, poder-se-á dizer que, para além da democracia socioeconómica e política, a expressão da vertente cultural seria mais uma garantia da democracia.

O ideal de sociedade multicultural verificar-se-ia quando a igualdade de oportunidades, na esfera pública e privada, fosse idêntica e real, o que na sociedade atual não acontece. Ao falarmos de igualdade de oportunidades e de reconhecimento da diversidade falamos, igualmente, de choques de valores entre a sociedade secular e as culturas particulares e diferentes. Estas culturas representariam e proporcionariam uma base para lidar com as relações sociais, mas elas entram não raro em choque com a cultura dominante da sociedade, ao oferecer a sua interpretação dessas relações (Rex 1988: 206). O pensamento da diferença, segundo Simmel (1984 e 1987), está imbuído na sociedade moderna, onde o estrangeiro, que é o Outro, mantém a sua estranheza e suscita hostilidade, embora não necessariamente, se as semelhanças se forem sobrepondo às diferenças. Apesar das sociedades multiétnicas e multiculturais serem palco privilegiado para o relacionamento interétnico, segundo Rex (1988), é também nestas sociedades multiculturais que existe um conflito entre grupos distintos, onde se jogam poderes desiguais entre eles num quadro de coação real e simbólica. Ao reconhecerem-se as diferenças e os culturalmente diferentes, a defesa da própria multiculturalidade sem mais pode ser, em si, forma de discriminação, se não se alterarem as relações de poder entre uns e outros.

A vaga de fluxos culturais, funcionando como detonador de consciência da pluriculturalidade, não significa que haja uma maior familiarização com o “outro”. Tal pode dar origem a sentimentos perturbadores originados pela

ameaça da ‘desordem’ cultural. A diferenciação social poderá ocorrer em contextos de pluralismo étnico, quando grupos de culturas e características físicas diferentes participam juntos na mesma sociedade, procurando, porém, manter a sua identidade social e cultural. O relacionamento entre os indivíduos, as suas alianças e conflitos resultam de muitos fatores de desigualdade, em que a raça e a etnia assumem um papel relevante. Este papel varia, segundo Oomen (*in* Ferreira *et al.* 1995: 403), entre o aspeto positivo da integração e da criação de laços coletivos, e o aspeto negativo da discriminação social, das injustiças, dos conflitos étnicos e do racismo.

Assim, no “jogo social”, o sentido prático da etnicidade variará também em função da pertença a uma classe e das crenças ou construções/produções culturais do grupo, comportando consequências económicas e de poder. Ao combinar o interesse com os laços afetivos, a etnicidade permite às filiações étnicas a vantagem de se poderem constituir, enquanto “unidades simbólico-expressivas e instrumentais” (Seabra 1994: 11). Porém, só o preenchimento de certas pré-condições de carácter estrutural, organizativo e interativo permitirá o acesso e uso equitativo dos recursos, o que não ocorre na sociedade atual perpassado de desigualdades territoriais, de classe, étnico-raciais, de género, simbólico-cultural e educativas.

3.2. EXCLUSÃO SOCIAL E BREVE ENQUADRAMENTO TEÓRICO SOBRE RACISMO

É comum apontar-se nos estudos sobre exclusão social serem os imigrantes considerados um grupo ou conjunto de grupos-alvo de situações de exclusão social. Mas o que se entende por exclusão social?

Uma breve retrospectiva sobre os pressupostos e orientações teóricas sobre a exclusão social⁵ mostra-nos que há diversas perspectivas a que não são estranhos os enquadramentos teóricos de base em que se situam as correntes sociológicas e seus representantes. Assim, para a corrente funcionalista representada em Durkheim (1977), exclusão social é entendida como perda de laço social,

⁵ O conceito e a temática da exclusão tem sido tratada sem ser dado suficiente relevo aos contributos seminais dos clássicos, em particular de Weber (1978) e Marx e Engels (1998/1848), pelo que esta problemática surge não raro desligada da problemática das desigualdades sociais. Independentemente dos posicionamentos teóricos, para um maior desenvolvimento do conceito, das formas e dos grupos mais vulneráveis à exclusão social, cf., entre outros, Xiberras (1993), Paugam (1996), Schnapper (1996), Castel (1998) e, em Portugal, Almeida *et al.* (1992), M. Silva (1996), Costa (1998), Capucha (1998). Sobre o diverso entendimento de exclusão social e sobre desigualdades sociais em Portugal, cf., entre outros, Estanque e Mendes (1997), Silva (2001 e 2009).

como fenómeno disfuncional e/ou até mesmo como forma patológica duma sociedade doente e falha de referências morais para alguns dos seus membros – no que será reforçado por estruturo-funcionalistas como Parsons (1988). Tais situações seriam resultantes da divisão forçada do trabalho e da prevalência da densidade material sobre a densidade moral, na base das quais emanaria a desorganização e a anomia social, desembocando em exclusão social e afetando, em regra, uma minoria na sociedade.

Já, porém, numa visão (neo)weberiana (cf. Weber 1978, Parkin 1979), a exclusão social é vista como fechamento social ou usurpação de recursos por parte de determinado grupo estatutário face aos demais, o que pressupõe um outro ponto de partida diferente do de Durkheim (1977), admitindo a conflitualidade nas suas diversas expressões e formas: económica (classes), social (estatutos), política (partidos), sem deixar de referir outros tipos de conflitos nomeadamente étnicos e religiosos (e no seio de cada religião). Neste sentido, exclusão social para Weber (1978: 276ss) é, por isso, resultante ora das formas de concorrência e competição nos diversos tipos de mercado, ora das relações fechadas próprias de certos círculos e atores sociais individuais ou coletivos que, invocando determinadas características (raça, língua, religião, classe social ou domicílio), monopolizam e/ou restringem o acesso a determinados bens, saberes e funções, ora ainda da desigual atribuição e distribuição de poderes e recompensas pela via político-partidária.

Na articulação com o pensamento weberiano releva o pensamento de Simmel (1987), segundo o qual a forma de ‘medir’ o grau de fechamento ou de abertura duma sociedade reside no modo como os autóctones se relacionam com os forasteiros, os estrangeiros. Estes, quando aceites, sentem-se menos estranhos, sendo relevadas não tanto as suas diferenças mas mais as suas semelhanças com os autóctones e, a partir daí, começam a ser integrados na coletividade ou grupo de acolhimento. Quando tais processos de inclusão não ocorrem, a individuação e a exacerbação das diferenças étnicas e culturais, sobretudo quando associadas a formas de nacionalismo sobretudo xenófobo, provocam quebra dos laços sociais e com esta sentimentos de desconfiança, discriminação e racismo, todas elas formas de exclusão social.

Embora com antecedentes na Escola de Chicago, uma outra corrente – o interacionismo simbólico (Goffman 1988, Becker 1968) – desenvolverá nos anos sessenta a teoria da rotulagem centrada na explicação dos comportamentos ditos desviantes, os estereótipos e estigmas de vária ordem (físicos, de personalidade, tribais) em torno de pessoas portadoras de deficiência, alcoólicos, homossexuais, prostitutas, doentes mentais, toxicodependentes, desempregados

e, no caso em questão, em torno dos imigrantes, enquanto membros de minorias nacionais ou étnicas e suas interações com a maioria autóctone, processos esses analisados como resultantes da conjugação de dois olhares: o da sociedade ou dos indivíduos ‘normais’, estabelecidos e o dos (recém-)chegados de fora, não raro estigmatizados ou marginalizados. Estes dois olhares, ora se interpenetram e até se sobrepõem, ora se demarcam e até se hostilizam.

Segundo a perspectiva marxista, a exclusão social é vista como desapropriação dos meios de produção e demais recursos políticos e simbólicos, incluindo a não participação nos processos de decisão política. Para Marx (1974/1867), Marx e Engels (1998/1848) serão excluídos não só determinados grupos sociais mais desfavorecidos ou vulnerabilizados e afetados pelo processo de mecanização e modernização (v.g., camponeses pobres, subsidiodependentes, desempregados, minorias étnicas, os sem-abrigo), mas também, em maior ou menor grau, conforme o nível de exploração, todos os assalariados dependentes que não têm (quase) nenhum controlo dos meios de produção, os quais acabam por ser centralizados e monopolizados por uma minoria – a classe burguesa com as suas diversas frações (agrária, industrial, comercial e financeira) –, a qual cresce e se desenvolve à custa da exploração dos diversas frações das classes trabalhadoras: agrícolas, industriais e dos serviços, incluindo obviamente trabalhadores qualificados como médicos ou professores assalariados.

Com as questões da exclusão social, nomeadamente nas relações interétnicas, prende-se a problemática da identidade social e cultural. Tal como referem Rocha-Trindade (1995: 221), Bastos & Bastos (1999), as comunidades de imigrantes que demandaram a sociedade portuguesa vieram conferir à mesma um carácter multiétnico e pluricultural que, a par de enriquecimentos mútuos, vieram pôr à prova a interculturalidade, emergindo não raro certos atritos e conflitos que, estando normalmente latentes, vêm por vezes à tona da água, sobretudo quando autóctones e alotóctones são vistos como competidores nas áreas sociais, laborais e/ou residenciais.

Rigorosamente não há qualquer relação causal entre processos migratórios e as diversas formas de exclusão social em base étnico-racial e, neste sentido, não se justificaria qualquer tratamento sobre formas de discriminação e racismo a partir do tratamento das migrações (inter)nacionais. Porém, dado verificar-se um fenómeno de correlação entre um e outro e, estando comprovado em vários estudos que os fenómenos de racismo institucional e quotidiano, flagrante e subtil, têm ocorrido, sempre que comunidades migrantes se estabelecem em certos países e regiões, importa procurar interpretar e explicar as formas de discriminação e racismo de que são amiúde vítimas os imigrantes e refugiados.

Sem negar a ocorrência de casos, ainda que excepcionais, de discriminação e racismo por parte de minorias étnicas de imigrantes para com residentes autóctones, importa avaliar, compreender e explicar a emergência de práticas de discriminação e racismo para com os imigrantes, o que nos obriga a uma breve revisão das principais teorias sobre o racismo.

Se hoje são cada vez menos os defensores do racismo em base biogenética, têm sobretudo nas últimas décadas emergido autores que sustentam formas de racismo neonacionalista, ‘sem raça’, ‘diferencial’ e alegadamente cultural (Bader 1985 e 2008, Barker 1981, Balibar e Wallerstein 1988, Taguieff 1987, Cunha 2000), escudando-se inclusive em formas e práticas subtis de racismo institucional, o qual se afigura como fator coadjuvante das formas de discriminação e racismo na vida quotidiana (Essed 2002), seja sob formas mais brutais, flagrantes e diretas, seja sob formas mais subtis, discretas e refinadas para utilizar a distinção conceptual de Petigrew e Meertens (1995) e, em Portugal, Vala *et al.* (1999), Cabecinhas (2007), Silva (2008 e 2014), Maeso e Araújo (2016), Roldão e Abrantes (2016), Seabra *et al.* (2016). Porém, quais as principais teorias que, ao longo da história sobretudo contemporânea, se têm perfilado ou têm sido avançadas para explicar o racismo?

A este respeito e seguindo de perto Bader (2008) e Silva (2000 e 2014), não obstante as variantes e diferenças internas, as principais teorias poder-se-ão subsumir em quatro tipos:

- (i) as teorias biogenéticas, afirmando a pureza e a hierarquização das raças, sustentam o racismo em fatores de ordem biogenética, legitimando assim a superioridade de umas raças sobre outras (Gobineau 1940/1852). Mais, conforme explicita criticamente Todorov (2000: 65), as diferenças biogenéticas estariam na base dos valores, das características morais e culturais.
- (ii) as teorias etológicas e sociobiológicas (Lorenz 1987), segundo as quais os genes, os caracteres seletivos e/ou os instintos seriam os fatores responsáveis dos diferentes comportamentos e qualidades humanas. Embora não declaradamente racistas, estas teorias têm alimentado interpretações racistas ou sido apropriadas por ideólogos racistas e movimentos de ultradireita.
- (iii) algumas teorias (socio)psicológicas. Estas teorias, algumas das quais, com base num estudo sobre as relações entre brancos e negros realizado por Dollard (1937), explicam o preconceito racial e os comportamentos autoritários respetivamente pelo lado emocional inerente a certas

predisposições psíquicas ou atitudes de personalidade. Ainda num registo psico-social e mesmo psicanalítico outros autores como Adorno *et al.* (1950) e Reich (1972) assumem que os síndromas autoritários são explicáveis a partir processos de socialização e de sentimentos de frustração, dando lugar a “personalidades autoritárias”, conformistas e subservientes para os ‘superiores’ e rígidas e preconceituadas para com os ‘inferiores’.

- (iv) algumas teorias sociológicas, fortemente diferenciadas entre si e com conteúdos e perspetivas bem diferentes. Enquanto certas teorias conservadoras apelam a conceitos orgânicos de ‘vínculos primordiais’ (cf. Shils 1957, Geertz 1978), as conceções liberais, orientando-se em função da discriminação nas relações face a face, veem o racismo resultante da insuficiente adequação jurídico-política. Por outro lado, enquanto para a teoria funcionalista o fenómeno da discriminação e do racismo seriam atribuíveis à anomia social derivada da diminuição da densidade moral ou da divisão forçada do trabalho (Durkheim 1977), a Escola de Chicago, interpretando por analogia os comportamentos urbanos em base geo- e bio-ecológica, enquadra as relações raciais e respetivas situações de competição e segregação como resultado de processos históricos de expansão “numa sociedade ‘cosmopolita e livre’ (Park 1987). Subsequentemente, quer a perspetiva interacionista quer sobretudo a transacionalista definem comportamentos dos grupos étnicos pela organização das diferenças culturais, pela partilha de significados e pela demarcação de fronteiras e respetivas formas sociais entre o ‘nós’ e o ‘eles’ (Goffman 1988, Barth 1980: 10ss). Por sua vez, os (neo)weberianos, destacando os significados na crença de origem e sentimentos de pertença de vida em comum (*Gemeinsamkeitgefühl*), na ação coletiva e na comunidade política (Weber 1978: 416s), tendem, por sua vez e unilateralmente, a explicar o racismo na base de relações assimétricas de poder e/ou da estratificação social, da exclusão social (Rex 1988, Memmi 1993, Parkin 1979). Por fim, os autores de orientação marxista e socialista, embora com variantes umas mais ortodoxas (Cox 1970), outras mais abertas à especificidade das relações étnicas (Miles 1986, Balibar e Wallerstein 1988), enquadram todavia o racismo basicamente nas relações de produção e dominação capitalistas, em que as ‘relações raciais’ e clivagens interétnicas, ora imaginárias, ora reais, servem para ocultar ou desviar a atenção da contradição nuclear de interesses antagónicos entre a burguesia e as classes trabalhadoras.

Procurar uma explicação das relações interétnicas implica, na esteira de Luhmann (1982), Bourdieu (1979), Bader (2008) e Silva (2014 e 2014b), articular a abordagem estrutural com a perspectiva acionalista, a que acrescem as dimensões organizacional e interativa. Com efeito, para Bader (2008) é a acumulação de fatores de desvantagem, por um lado, nomeadamente de etnia oprimida e ‘subclasse’⁶ social desprivilegiada e, por outro, de determinada assertividade na sua cultura identitária com os seus hábitos e estilos de vida específicos que potenciam estratégias, geralmente defensivas, face aos estereótipos e à discriminação de que são alvo, mantendo um certo sentido de solidariedade de grupo (endogrupo *versus* exogrupo) e autopercecionando-se como pessoas à parte ou *outsiders* em relação à maioria ou *insiders* (cf. Elias e Scotson 1969).

Ainda na busca de uma explicação sobre formas de exclusão e dominação nas relações inter-raciais e interétnicas não é hoje possível ter uma resposta cabal numa perspectiva monocausal, pelo que se impõe cada vez mais não só um enquadramento plurinível, como referido, mas também um abordagem pluridimensional e interseccional, na esteira de diversos autores como Hall (2002/1980), Gilroy (1991), M. V. Almeida (2000), Omi e Winant (2002), na medida em que raça, etnia e racismo são construções sociais resultantes de relações sociais e políticas que vieram conquistar uma relativa autonomia em relação ao conceito de classe. Por outro lado, a problematização em torno da desigualdade étnico-racial em base (neo)colonial e racista (como aliás a de género) não pode ser desligada da perspectiva de classe, o que obriga, tal como o propõem Bonacich (1980), Garnsey (1982), Benschop (1993), Bader (2005 e 2008) e Silva (2009 e 2014), a uma reconceptualização do conceito e das teorias das classes sociais, integrando nesta revisão a perspectiva decolonial emancipatória (Quijano 2005, Dussel 2009, Grosfoguel 2016, Mbembe 2017). Nesta linha de pensamento, poder-se-á e dever-se-á empreender a análise dos processos interseccionais com base nos conceitos de raça e/ou etnia, género e classe, um tema já tratado por A. Davis (1983) e desenvolvido por outras feministas negras e, posteriormente, reincorporado por feministas brancas (Creenshaw 2000, Hooks 2000, Collins (2000), Carby (2000), Stolke (2006)

⁶ Rex e Tomlinson (1979: 275), na esteira de Myrdal (1944), designam como subclasse a posição de desvantagem das minorias étnicas e migrantes – mesmo em relação à classe operária autóctone assalariada pelo facto de aqueles estarem excluídos da negociação e da participação em termos sindicais e políticos, assim como as correlativas conquistas sociais (v.g. salários, emprego, educação e saúde). A discussão em torno deste conceito de ‘subclasse’ étnica é também colocado com pertinência no contexto português por Baganha *et al.* (2000) e Silva (2008 e 2014). Porém, para uma visão radicalmente crítica, cf. os clássicos escritos de Du Bois (1961) e Fanon (1961).

e Nogueira (2013). Esta perspetiva contraria posicionamentos unilineares e unidimensionais focalizados no conceito de género quer por parte de feministas brancas em torno do patriarcado, quer por parte de abordagens marxistas tradicionais centradas apenas no conceito de classe. Os contributos teóricos e empíricos referidos evidenciam que a intersecção do género com etnia (e certamente classe) estrutura de modo constitutivo mas diferenciado as posições das mulheres afro-americanas, assim como dos negros/as nas suas respetivas comunidades e relações na sua vida quotidiana.

3.3. DA “INTEGRAÇÃO” SOCIAL A UMA CIDADANIA PLURIÉTNICA

Entre outros modelos de alcance intermédio cabe salientar, por exemplo, em relação à questão da identidade étnica e cultural, o modelo quadrimodal de aculturação⁷ delineado por Berry (1980), em que a integração, a assimilação, a separação e a marginalização constituíam modalidades estratégicas dos atores sociais na gestão das suas trajetórias entre a cultura de origem e a cultura da sociedade de acolhimento. Berry (1980), embora considere o seu modelo quadrimodal da aculturação como algo não ideal e, como tal, sujeito às mudanças das relações interétnicas, assume de maneira acrítica o conceito funcionalista de aculturação, o qual seria visto como uma espécie de género face às diversas diferenças específicas. O próprio conceito de aculturação, além de herdeiro do berço estruturo-funcionalista, detém, para já em termos etimológicos, uma dimensão de negação ou privação da própria cultura. Donde, admitir aculturação como conceito-‘guarda-chuva’ de diversos modos de relacionamento entre os grupos étnicos enferma à partida de um enviesamento teórico, pelo que tal conceito, não dando conta das diversas formas de relacionamento intergrupual nomeadamente interétnico, deveria ser banido para este efeito ou, pelo menos, circunscrever-se apenas a abarcar duas das modalidades apontadas por Berry (1980): a assimilação e a integração. Por fim, há que sublinhar que, nesta tipologia arquitetada em torno dos processos de interação interétnica, Berry (1980) acaba por arredar da análise os constrangimentos de vária ordem, em especial a questão fulcral do poder – não só do poder político na sociedade de acolhimento, mas das várias formas de poder nas diversas esferas sociais.

⁷ Para Berry (1980), a aculturação é abordada como um fenómeno multilinear, como um conjunto de alternativas (integração, assimilação, separação, marginalização), mais do que uma simples modalidade que desemboca na assimilação ou na absorção por parte da sociedade de acolhimento.

O conceito de integração apresenta para Berry (1980), em termos de médio-longo prazo, uma dupla positividade do indivíduo ou, mais exatamente, uma relação positiva de equidistância, quer em relação à sua própria cultura e ao seu próprio grupo de pertença, quer em direção aos grupos da sociedade de acolhimento. Esta pretensa relação de equilíbrio estável nas duas direções eventualmente opostas não é contudo sustentável a médio-longo prazo, pois o processo de integração não é resultante da simples vontade ou decisão dos indivíduos em questão e, em regra, por razões de tempo e outros constrangimentos, um dos polos da tensão entre culturas tende a subordinar-se ou a claudicar em função do polo oposto mais forte. Além disso, há aparentes comportamentos de ‘integração’ e, portanto, de não afrontamento que o são a título meramente instrumental ou mesmo de autodefesa no sentido de retirar o máximo proveito possível em termos individuais ou familiares, mas tal não corresponde a uma integração efetiva na sociedade recetora.

A tese de Berry (1980), segundo a qual as chamadas situações de separação e de marginalização seriam, dum ponto de vista sistémico, respostas negativas dos atores sociais e/ou reflexos da incapacidade do sistema em integrar os indivíduos guetizados ou marginalizados, ignora de modo soberano que elas amiúde também exprimem de modo informal, subterrâneo e (semi)oculto as formas quotidianas de fuga e resistência silenciosas, passivas e, como tal, sintomáticas de uma identidade étnica contida ou reprimida, que Scott (1990) traduz por “registos ocultos” (ou semiocultos) de resistência. A identidade coletiva numa situação de separação/demarcação poderá constituir um processo de identificação e mesmo de integração não no grupo dominante mas justamente no seio dos grupos dominados. Além disso, por que é que a dita marginalização implicaria, de facto, a perda total da cultura de origem e/ou que a não integração na sociedade de acolhimento deva ser necessariamente conotada em termos negativos? Será que os marginalizados serão despidos de alguma forma de cultura? Não será esta visão um vago reflexo de formas perversas de ideologia etnocêntrica que parte do pressuposto que as minorias deverão ser, senão assimiladas, pelo menos integradas, aceitando taticamente as suas diferenças culturais para num segundo momento as dobrar à cultura, à sociedade e ao Estado dominantes?

Subjacente a este conceito de integração mitigada reside, com efeito, uma estratégia de interculturalismo que Stoer e Cortesão (1999) denominam de ‘multiculturalismo benigno’ e que também designei de ‘interculturalismo tático’ (Silva 2000) que, a curto prazo, visa evitar clivagens e ruturas mas, estrategicamente e a longo prazo, pretende conseguir a incorporação ou a fusão dessas minorias étnicas nos parâmetros políticos e ideológicos vigentes. Tais

estratégias políticas, supostamente mais humanistas e democráticas do que a exclusão ou reclusão sociais, para além de não produzirem tão rapidamente os efeitos desejados, são contudo confrontadas com princípios duma multiculturalidade crítica que pressupõe o respeito pela respetiva identidade étnica e pelo reconhecimento dum espaço de afirmação política próprio.

A este tipo de interculturalismo tático se associam amiúde atitudes de condescendência paternalista que, embora não sejam confundíveis com puras estratégias assimilacionistas, tem certamente em vista a adaptação/acomodação das etnias e (sub)culturas minoritárias às etnias e culturas dominantes. Por outro lado, esta conceção interculturalista, ora tática, ora ingénua, ignora ou, pelo menos, obnubila duas questões centrais: as diferenças e contradições nas posições objetivas de vida e sobretudo a questão do poder entre ambos os grupos protagonistas e a relação de forças dos respetivos agentes criadores e portadores das diversas culturas.

A interculturalidade adquire relevância e sentido em base democrática, mas ela só é, de facto, possível, se, como referem Dias *et al.* (1997: 141), cada uma das culturas aprender a conhecer os seus limites inerentes, se autointerprete e dialogue com as demais. Daqui se infere a necessidade e a importância do pensamento crítico e do chamado ‘multiculturalismo crítico’ ou progressista (cf. Santos 1995, Taguieff 1995: 308-344, Stoer e Cortesão 1999, Silva 2000). Não basta, por isso, proclamar princípios universalistas “que não passam da face iluminada de uma imagem da sociedade de que o racismo é a face sombria” (Touraine 1995: 42), tal como o demonstra também Wachsmann (*in* Pierré-Caps 1995: 228), ao concluir que o discurso internacional dos direitos humanos traduz a conceção do universal elaborada pelo ocidente numa “*contemplanção narcísica de si*”. Sem menosprezar determinados avanços e conteúdos progressistas proclamados desde o iluminismo, não será que esta razão ocidental se pretende e inclusive se arroga como universal porque se alimenta do poderio económico e político?

Rex (1995: 297) considera que “o pensamento político europeu só dificilmente ainda admite a ideia de uma sociedade realmente pluricultural”, pois uma tal sociedade pluricultural não só exige que haja uma única cultura política de direitos iguais no domínio público, como também reclama o livre curso do reconhecimento da língua, da religião, dos costumes familiares e da cultura das minorias no domínio privado, concluindo que a União Europeia, não cumprindo estas exigências, conhecerá cada vez mais racismo⁸. Mais, a

⁸ Rex (1995) salienta as desigualdades cívicas e sociais que resultam da atual União Europeia e que “separarão os cidadãos da Comunidade Económica Europeia que gozarão do direito de livre

política de exclusão poder-se-á transformar em política de reclusão através de uma integração autoritária e, não raro, violenta e, justamente por isso, globalmente mais ineficaz.

Países assentes nos princípios do Estado de Direito têm desenvolvido alguns mecanismos contra o racismo flagrante, frontal e agressivo. Contudo, têm surgido, nas últimas décadas, o que alguns autores (Taguieff 1987, Petigrew e Meertens 1995: 127, Vala *et al.* 1999, Cabecinhas 2007, Silva e Pinto 2004) designam de racismo subtil, o qual, segundo recentes investigações na área da sociologia e da psicologia social é, do ponto de vista cognitivo, relativamente coerente, não se tratando de uma tomada de posição consciente mas mais de um processo subconsciente ou inconsciente.

A acentuação dos estereótipos negativos sobre as minorias étnicas exprime e reflete a exclusão/rejeição destas por parte considerável dos membros do grupo étnico dominante. Se, por um lado, tais atitudes incitam as comunidades das minorias étnicas a reforçar a sua identidade, refugiando-se nela para alimentar um sentimento de pertença e coesão de grupo e para garantir a sua reprodução social⁹, tal reforço identitário acentua, por sua vez, a exclusão a que são sujeitos, funcionando estes mecanismos num sentido circular (cf. F. Pinto 1995: 37-51).

As identidades sociais produzem-se a partir da interação dialética entre o lugar ocupado pelos atores sociais na estrutura social – na qual interferem basicamente, entre outros, fatores como a classe social, o género, a etnia, a idade – e a construção social das mesmas forjadas e incorporadas nas trajetórias dos próprios atores sociais. Na formação das identidades sociais, tal como a conceptualiza Pinto (1991: 218), imbricam-se, como referido, dois processos: um primeiro em que os atores sociais se fundem entre si e se integram em conjuntos mais vastos de pertença ou de referência (processo de identificação); e um segundo em que os atores sociais tendem a demarcar-se, autonomizar-se e diferenciar-se socialmente, fixando, em relação a outros, distâncias e fronteiras mais ou menos rígidas (processo de identização).

circulação e os imigrantes na mesma Comunidade que não beneficiarão desse direito: os imigrantes brancos vindos do Leste, os imigrantes originários do Terceiro Mundo e um grande número de indivíduos em situação irregular e de refugiados” (1995: 295).

⁹ Wieviorka (1993: 181ss) reconhece aqui a etnicidade na sua plenitude: em nome da sua identidade particular, da respetiva experiência ou da necessidade de assegurar a sua sobrevivência em épocas particularmente difíceis, um grupo étnico é capaz de apelar à sua memória para “pressionar” a história.

A pertença étnica, reivindicada ou atribuída, só existe e será inteligível na condição de serem pressupostos certos pré-requisitos, como vimos acima. As relações interétnicas fornecem-nos um código de categorias destinado a orientar o desenvolvimento das relações sociais, sendo este um código de contraste, na medida em que a identidade étnica se afirma, por um lado, “negando” a(s) outra(s) identidade(s) e, por outro lado, em confronto com ela(s), apreendida(s) num sistema de representações de carácter ideológico (cf. Barth 1980/1969, Oliveira 1976: 5ss, Sán Roman 1986, Memmi 1993).

Do exposto poder-se-á inferir ser necessário não só contrariar os preconceitos e as formas de racismo subtil entre os cidadãos da maioria autóctone dominante como também exigir-se aos Estados europeus, em nome do princípio constitucional da igualdade de tratamento, uma nova atitude para com as minorias étnico-culturais, incluindo obviamente as comunidades de imigrantes. Dum considerável grau de práticas discriminatórias e representações racizantes não é pertinente deduzir concepções essencialistas em torno do racismo como se este fosse uma espécie de propriedade intrínseca de determinadas pessoas, enquanto outras seriam imunes a tal. Ele é o resultado de determinadas estruturas e contextos específicos, de relações sociais assimétricas perpassadas de etnocentrismo e dominação de uns grupos sociais sobre outros, caracterizadas por contrastes de identidades, culturas e estilos de vida entre dominantes e dominados. Se o conflito em bastantes situações não assumiu outras proporções de confronto mais violento, tal se deve, entre outros fatores, ao facto de as próprias comunidades migrantes, além de minoritárias, serem desprovidas de recursos internos e externos suficientes nomeadamente não deterem capacidade política e organizativa adequada.

Para Lévi-Strauss (1975) – para quem a civilização implica a coexistência de culturas, oferecendo entre elas o máximo de diversidade –, a civilização mundial, sem negar ou mutilar a originalidade e a especificidade de cada uma das culturas, pressupõe a articulação e a aliança das diversas culturas. Vivendo nós em sociedades plurais¹⁰, urge a tomada de consciência deste facto, de modo não só a tolerar mas a aceitar gradamente o diferente, o estranho à nossa identidade e cultura enquanto autóctones.

¹⁰ Giddens (1997: 310) define sociedades plurais como sendo aquelas “onde existe uma grande variedade de grupos étnicos englobados na mesma ordem política e económica, mas, por outro lado, completamente distintos uns dos outros. Fala-se, por isso, em mistura mas não em associação. Vivem todos lado a lado, mas separadamente, dentro da mesma unidade política”.

Perante os problemas e as ameaças à coexistência e à convivência pluriétnica e multicultural, é curial questionar-se sobre quais os caminhos que se afiguram mais prováveis nas próximas décadas, quer na América, quer, pelas crescentes dificuldades do modelo político a configurar, na Europa. Uma das pistas de solução, sobretudo defendida por certas correntes monolíticas, resume-se à integração pura e simples, ou melhor, à assimilação das minorias étnicas, forçando, senão a curto, pelo menos a médio-longo prazo, os seus membros a renunciar à endogamia, às suas práticas religiosas e demais tradições culturais e, assim, moldá-los pelos padrões, normas e valores dominantes. A palavra de ordem seria: “ou te integras e deixas-te assimilar ou põe-te a andar”.

Uma segunda consistiria numa fusão de culturas (*melting pot*), procurando dar lugar a novas formas culturais. No entanto, dado o maior peso ou influência da tradicional cultura dominante, mesmo que esta não apresente uma estratégia de aniquilação das demais, este modelo acabará no predomínio da cultura autóctone dominante.

Uma terceira defenderia o princípio da diversidade e do pluralismo cultural, em que todas as culturas seriam igualmente dignas e reconhecidas. Este caminho é defendido sobretudo pelas organizações das próprias minorias étnicas e organizações antirracistas solidárias com as minorias e cuja divisa, cada vez mais popularizada, se resume: “Todos diferentes, todos iguais”. A defesa do multiculturalismo não poderá ser simplesmente de ordem tática e, por outro lado, só poderá ser efetiva, se acompanhada por uma política de partilha do poder e não de simples subalternização estratégica, a médio-longo prazo, das respetivas minorias étnicas e culturais.

Independentemente do modelo social mais adequado para fazer face a este problema, importa assumir como prioridade política, pelo menos, a intensificação de medidas de prevenção, regulação e superação da conflitualidade interétnica. Só deste modo é possível, a curto-médio prazo e de modo gradual e progressivo, criar condições favoráveis para combater situações de rotulagem, estigmatização e exclusão sociais e perseguir um objetivo estratégico a médio-longo prazo: a convivência pacífica e a solidariedade entre os portugueses autóctones e os diferentes grupos étnicos¹¹.

Diversos são os autores que vão apontando para a realização deste objetivo a necessidade de uma educação multicultural. Um tal discurso, ao dar lugar ao reconhecimento da diferença, é um primeiro passo positivo. No entanto, se ele

¹¹ Cf. respetivamente Becker 1968, Goffman 1988, Weber 1978, Abou 1990, Almeida *et al.* 1992, Xiberras 1993, Martins 1996.

se resumir a uma simples folclorização das diferenças assumidas como exóticas (música, dança), tal poderá revelar a face do ‘multiculturalismo benigno’, a que se referem Stoer e Cortesão (1999) ou desembocar no que Santos (1995) designa com justeza uma “gestão controlada da exclusão”. Quando não caricata, esta folclorização, tranquilizando as consciências e ficando-se não raro pelas boas intenções, comporta efeitos perversos de despolitização anestesiante. O multiculturalismo educativo, quando simples retórica ‘inofensiva’ e sem consequências políticas na relação com o poder, servirá ora para reforçar a guetização, ora para assimilar, numa segunda fase, as culturas e os frágeis poderes dos grupos minoritários. Não basta preservar a identidade cultural, há que fornecer meios e recursos que permitam que os grupos ditos excluídos e desprovidos conquistem eles próprios, de modo organizado, o seu lugar na sociedade, influenciando decisivamente a própria dinâmica do poder local, regional e central. E isto é tanto mais válido e premente quanto, no processo de globalização transnacional, as identidades das minorias étnicas vão sofrendo uma erosão pela via educativa, ao mesmo tempo que a sua identidade e valores culturais podem constituir uma forma de resistência à triunfante lógica da globalização.

O combate ao racismo depara-se, porém, com diversas dificuldades: uma patente ineficácia devida à falta de vontade política para o fazer e certa argumentação de algumas políticas antirracistas¹², que contribuem para a “racialização” da vida social e política. É, então, necessário caminhar numa outra direção para que possamos alcançar a atitude que, a nosso ver, é a verdadeiramente positiva – reconhecer o princípio do pluralismo cultural, assumindo as diversas exigências que daí advêm. Revela-se, assim, urgente reconstruir espaços sociais e políticos que combinem três orientações: (i) sentido comum de pertença a uma sociedade; (ii) clareza das escolhas políticas; (iii) e maior participação política (Touraine 1995: 43).

¹² Taguieff (1995: 309-317) evidencia as contradições ideológicas de um certo discurso antirracista: a contradição do “pluricultural”, que consiste em enunciar a eminente respeitabilidade das diferenças grupais e, simultaneamente, apontá-las como uma causa da falta de respeito entre as pessoas; a contradição das atitudes eruditas face à “raça”, pois os preceitos legais (que, enquanto proibitivos da discriminação em função da “raça”, pressupõem que as diferenças “raciais” são um fator de discriminações) contradizem a proclamada e provada não cientificidade da noção de “raça”; a contradição das duas tolerâncias, traduzida na necessidade de compreensão entre humanos que não podem compreender-se; a contradição da posição mistófila, que para combater a mistofobia elogia imoderadamente a mistofilia; o dilema da hipertolerância diferencialista e da conceção assimilacionista da cidadania, traduzida na oscilação entre os ideais da coexistência e da assimilação progressiva.

Neste sentido Taguieff (1995: 308-344) salienta a importância do desenvolvimento do pensamento crítico capaz de reconhecer os seus próprios limites, o que deverá envolver a participação da escola, pois a prevenção pela educação é, segundo o autor, essencial para combater os preconceitos, embora tal missão deva ser complementada pela responsabilidade intelectual dos jornalistas, uma vez que o exame crítico do racismo contemporâneo tem de considerar as suas duas principais características: a hipermediatização e a instrumentalização políticas. Paralelamente, há que antecipar o racismo através de políticas voluntaristas geradoras de uma ética da responsabilidade capaz de criar um “civismo anti-racista que, juntamente com a virtude da justiça, redescobriria as da generosidade e dedicação” (Taguieff 1995: 344).

CAPÍTULO 4. MIGRAÇÕES: CONTEXTOS EUROPEU E PORTUGUÊS

Tal como evocamos na reflexão teórica sobre as migrações, estas respondem, por um lado, a exigências do desenvolvimento da procura ou contenção da mão de obra externa a cada país (cf. Almeida e Barreto 1976) e, por outro lado, tal como o têm evidenciado alguns estudos no panorama português, são respostas estratégicas por parte dos atores sociais em situação de penúria, precariedade, em busca de melhoria social ou mesmo de mobilidade social. Neste sentido, o fenómeno migratório, embora aproveite mais aos países e regiões centrais no processo de desenvolvimento ou, pelo menos, de crescimento, representa um dos fatores-chave dos processos de mudança e comporta amiúde melhorias sociais, quer nas famílias de origem dos imigrantes, quer especialmente nos próprios países de acolhimento. Aflorar algumas das vertentes deste processo constitui um desafio e obriga a encetar percursos de pesquisa que aliem à pesquisa histórica e documental a utilização de dados obtidos por via de inquéritos e entrevistas, como ocorreu junto dos imigrantes africanos no distrito de Braga.

As migrações de populações provindas de países colonizados em direção a diversos países colonizadores (Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Portugal) verificaram-se desde o período colonial até ao presente, mas elas terão de ser contextualizadas, o que exige fazer uma certa periodização, nomeadamente no caso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Colocando de parte o longo período secular de subjugação colonial pelo facto de tratar-se não de migrações contemporâneas mas de processos de colonização, importará reter as diversas fases desde os séculos finais do século XIX, passando pelo século XX até à queda do regime ditatorial e colonial, em que é de assinalar a mais intensa vaga migratória a partir dos processos de industrialização nos anos 60 do século XX com a entrada de cabo-verdianos e doutros imigrantes africanos.

Há diversas causas das migrações, exógenas e endógenas, em que também contam as motivações dos próprios atores sociais migrantes. Todavia seria enviesado delimitar o objeto de estudo no presente sem conhecer os antecedentes do mesmo no passado e, em particular, nos últimos cinquenta anos e, sobretudo desde o 25 de Abril de 1974, com a transição do contexto colonial para uma situação pós-colonial. No processo de demanda de populações migrantes providas de países outrora colonizados há que reter, a par de características gerais de deslocação de pessoas, especificidades que se prendem com processos históricos no passado mais recente: ou seja, a par das algumas semelhanças no que respeita a língua e, não raro, a religião, relevam costumes e traços identitários próprios que podem comportar dificuldades de inserção, agravadas por fatores institucionais e comportamentais nas sociedades de acolhimento. Estamos perante um processo complexo, o que nos obriga a ter um conhecimento dos problemas ao nível económico, político, social e cultural, quer dos países de origem, quer dos países de acolhimento, equacionando-os em três domínios básicos – o espacial, o temporal e o social – que são indicadores essenciais para quem pretende abordar o fenómeno da migração.

No caso em questão, depois de proclamada a independência de cada um dos países africanos outrora sob o jugo colonial português, alguns destes países recém-independentes, nomeadamente Moçambique e Angola, estiveram sujeitos a guerras e convulsões prolongadas que provocaram migrações e a busca de refúgio seguro, para além das razões de ordem económica – a maioria em todo o caso, como veremos. Mas delimitemos o objeto das deslocações populacionais ao fenómeno imigratório – um termo que remete para o processo de entrada em Portugal a partir dos diversos países dos PALOP.

4.1. AS MIGRAÇÕES NO CONTEXTO EUROPEU

No quadro dos processos migratórios, a nível nacional e internacional, a evidência histórica mostra que os fluxos migratórios ocorrem, em regra, entre países com sobrepopulação e crescimento demográfico mas sem recursos suficientes de sobrevivência para áreas onde o capital excede a mão de obra disponível ou não existe força de trabalho disponível a aceitar determinados trabalhos mais duros e pior remunerados¹. Se é certo que a população no século XX,

¹ Em termos hipotéticos, as migrações podem também verificar-se não tanto por necessidade de mão de obra menos qualificada e disponível para trabalhos mais duros e mais mal remunerados, mas também por necessidade de mão de obra qualificada por esta ser insuficiente nos países de acolhimento, um fenómeno presente nas últimas décadas, sendo de assinalar o caso mais recente

sobretudo após a II Guerra Mundial, sextuplicou, representando o crescimento de um milhão de habitantes por cada década, esta enorme expansão tem sido desigual por continente. Cerca de 3/4 da população mundial retêm apenas um quinto do rendimento mundial, o que tem obrigado a uma redistribuição da população através das migrações. Se, no passado, nomeadamente entre os séculos XVI e XIX, a Europa conheceu uma enorme expansão das suas populações no contexto da colonização a taxas bem superiores às das regiões sediadas nos continentes africano, asiático e latino-americano, a partir dos anos trinta do século XX e sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, teve uma evolução em sentido inverso, ou seja, tornou-se importadora líquida de mão de obra estrangeira. Ou seja, os influxos vindos do exterior ultrapassam os fluxos em direção a outras regiões, países e continentes, de modo que os próprios países europeus de emigração – nomeadamente mediterrânicos (Itália, Espanha, Portugal, Grécia) –, se bem que continuam a exportar mão de obra, registam, a partir dos anos 80 e sobretudo 90, um considerável saldo imigratório.

A Europa, vista numa perspetiva de conjunto, conheceu movimentos de emigração, particularmente nos anos 1960 e 70. Muitos destes fluxos ocorreram no seio do próprio continente europeu, sobretudo se nos referimos à emigração de teor económico dos países mediterrânicos para países do centro e oeste-norte de Europa, designadamente França, Alemanha, Suíça, Luxemburgo, Bélgica, Holanda, Dinamarca e Suécia. Neste período as populações excedentárias, sobretudo rurais em relação a uma baixa procura dos setores secundário e terciário internos – o que se explica pelo défice de capital interno de cada um destes países periféricos com fraca industrialização –, constituíam reservas demográficas que foram sendo absorvidas pelos países centrais e mais industrializados a norte e centro-oeste², nomeadamente no período de reconstrução do pós-guerra.

A exposição, ainda que breve, deste processo foi levada a cabo de modo a ter presente que o panorama na Europa meridional – no qual Portugal se enquadra – entretanto mudou com a entrada dos países da Europa do Sul na Comunidade Económica Europeia (CEE) nos anos 80, para o que contribuíram não só os apoios comunitários como algum desenvolvimento, ainda que mais arrastado e lento por parte de Portugal ou de Grécia que de Itália ou Espanha

de emigrantes qualificados de países do Sul de Europa, designadamente portugueses, em direção a países altamente desenvolvidos como a Inglaterra, a Holanda ou a Alemanha.

² Ainda que sobretudo antes da segunda guerra mundial e, posteriormente, com restrições ou por fuga, há a referir os fluxos de migração do leste para o oeste, especialmente da Alemanha Oriental e da Polónia para a Alemanha Ocidental.

que haviam conhecido um processo mais avançado de industrialização a partir dos anos cinquenta e sessenta do século passado. No que concerne Portugal, mais que a relativa melhoria no desempenho económico foi sobretudo o cumprimento dos objetivos estratégicos traçados por muitos emigrantes que proporcionaram o regresso de bastantes destes emigrantes nos anos 80 e 90, para além do facto de tratar-se de um país potenciador para algum investimento e sobretudo um país atrativo, quer para estrangeiros, quer para emigrantes em fim de ciclo migratório. Se os países meridionais se defrontam com a procura crescente de força de trabalho vinda de países periféricos tanto asiáticos ou sul-americanos como africanos³, no caso específico português foram sobretudo imigrantes africanos que demandaram Portugal em busca de asilo, por causa das situações de guerra, nomeadamente em Moçambique, Guiné e Angola, ou em vista da sobrevivência como emigrantes económicos, por vezes apresentando-se também como turistas mas contando com apoios de conterrâneos já residentes. As necessidades de mão de obra para determinadas infraestruturas, obras públicas e construção civil como a própria queda demográfica constituiriam fatores decisivos para a relativa abertura ao crescente contingente de imigrantes, nomeadamente africanos⁴. Assim, os imigrantes presentes hoje nos países da Europa meridional procedem, em primeira instância e numa primeira fase, de países periféricos com excedente de mão de obra disponível, sem trabalho e em prementes situações de privação ou pobreza provenientes de África, de Ásia e, nas últimas décadas, da América Latina e da própria Europa de Leste.

Se a Alemanha constitui a porta de entrada de cidadãos/ãs do Leste europeu para a União Europeia, a Itália, a Espanha e Portugal representam a via de entrada mais acessível para os que vêm do outro lado do Mediterrâneo, predispostos a correr riscos para chegar a um porto dum dos países do sul europeu. Estas migrações provindas do chamado Terceiro Mundo têm dado lugar a tensões crescentes entre os imigrantes destituídos e a população nativa, a que os governos – de resto apoiados por autoridades de países magrebins – têm

³ Cada vez mais a circulação de pessoas tornou-se um fenómeno que se repercute à escala global, destacando-se, no conjunto das mais diversas razões e motivações, migrantes de países como os da Europa do Sul, que tanto registam entradas como saídas, denotando a sua condição de países semiperiféricos como é o caso português (cf. Santos 1985, Fortuna 1987, Silva e Cardoso 2005, F. B. Ribeiro 2017). Esta nova reconfiguração das migrações faz diluir a velha distinção entre “países de emigração” e “países de imigração” e “países de trânsito”, o que complexifica os padrões migratórios a nível interno, nacional e internacional.

⁴ Tal situação representa, simultaneamente, do lado dos países de acolhimento, um fator de pressão sobre os salários dos autóctones.

respondido de modo inadequado ou mesmo desumano. Esta pressão não se deve apenas a uma opinião pública mal informada e receosa de perder os seus lugares como permeável, à medida que o mercado unificado avança, a políticas restritivas e hostis à imigração por parte de países do Centro, do Norte e sobretudo do Leste da União Europeia no sentido de apertar mais a vigilância nas fronteiras meridionais.

Com efeito, a Europa, de longa data assumida e apresentada como uma sociedade da abundância e das correlativas oportunidades de ascensão social, tem vindo a tornar-se num espaço especialmente apetecido por cidadãos/ãs de países periféricos ou em vias de desenvolvimento, os quais procuram obter trabalho para a subsistência sua e das suas famílias e, se possível, conseguir aforrar para os mais diversos objetivos: comprar terra, montar oficina ou outro empreendimento e sobretudo proporcionar melhor futuro educacional para os seus filhos, enfim, obter uma substancial melhoria das condições de vida.

4.2. PORTUGAL: UM PAÍS ENTRE EMIGRAÇÕES E IMIGRAÇÕES

As migrações não constituem apenas um movimento populacional; elas implicam também modalidades de entrada e inserção social que se diferenciam consoante as expectativas, os projetos, as trajetórias, os recursos e as oportunidades de cada um, assim como a procura por parte das empresas e instituições e dos diferenciados sistemas de acolhimento dos países recetores.

Nesta rubrica far-se-á uma breve síntese dos movimentos migratórios de portugueses para o exterior e, embora com raízes no passado colonial, as vindas de imigrantes, nomeadamente africanos para Portugal, fluxos esses que, como veremos, se intensificaram nas últimas décadas, sobretudo desde os anos oitenta.

4.2.1. UM PAÍS DE EMIGRANTES

Embora a emigração constitua o que Godinho (1978) considera uma constante estrutural e secular, é evidente, como este e outros autores já o denotaram, que não devem confundir-se as diversas etapas das migrações além-fronteira. Se o século XV serve para alguns autores como marco cronológico no arranque do que designam eufemisticamente como ‘migrações’, estas ocorrem todavia num contexto de conquista e expansão colonial (desde as praças-fortes do norte de África como Ceuta, Tânger e Arzila, entre outras), passando pelas ilhas atlânticas da Madeira (1420-1425) e dos Açores (1427) e, posteriormente, pelas diversas regiões ao longo da costa africana (litoral sariano como Arguim, rios da Guiné, Serra Leoa, costa do Golfo (São Jorge da Mina) até ao Congo e a Angola.

Em finais do século XV cerca de 100 000 portugueses haviam já ‘saído’ de Portugal. Seria, porém, no século XVI, a partir das expedições marítimas de achamento da Índia, que se permitem fixar comunidades em Goa, Damão, Cochim, Columbo e São Tomé de Melimpor, as quais fundam e consolidam feitorias na Costa de África, onde viriam a surgir as colónias portuguesas em Angola, Moçambique e Cabo Verde. Segundo Godinho (1978), entre 1500 e 1580, seriam cerca de 280 000 os portugueses saídos de Portugal e, durante os reinados filipinos, teria o seu número subido para 360 000. A expansão marítima viria a chegar não só até ao Extremo Oriente, criando colónias em Timor, mas também nas Américas, de que resultou a colonização do que viria a ser o maior país da América do Sul, o Brasil, que no século XVII se tornou o principal destino dos portugueses. Também na Europa a emigração portuguesa se fez sentir. Em Antuérpia nas atividades comerciais, mas também em Sevilha, Londres e em diversas cidades de França, Itália e dos Países Baixos, neste caso produto da diáspora luso-judaica em fuga da Inquisição.

Já no século XVIII, a continuada ocupação territorial do Brasil absorveu grande parte do fluxo destes ‘emigrantes’, tendo-se acentuado, ainda mais, no século seguinte graças à exploração mineira. Ainda segundo Godinho (1978), o total de colonos e ‘emigrantes’, entre 1700 e 1760, teria atingido as 600 000 pessoas, um volume impressionante, se tivermos presente que a população portuguesa, em 1732, rondaria os 2,4 milhões de indivíduos.

Durante o século XIX, não obstante a independência do Brasil em 1822, não diminuiu o caudal de emigrantes, tendo-se mesmo verificado no último quartel deste século e até 1930 um êxodo maciço, não só e sobretudo para o Brasil, mas também em direção aos Estados Unidos, à Argentina, ao Uruguai e à Guiana Inglesa, entre outros países. Na Europa, a partir sobretudo dos finais do século XIX, os emigrantes portugueses dirigiram-se sobretudo para Espanha, mas também para a França, prosseguindo as saídas para os já mencionados países da América, acrescidos da Venezuela e da Austrália. A partir dos anos cinquenta e sobretudo sessenta verifica-se uma viragem nos destinos, sobressaindo alguns dos países europeus a começar pela França e Alemanha, seguidos da Bélgica, da Holanda, da Grã-Bretanha, Suécia e, sobretudo nas últimas décadas, do Luxemburgo e da Suíça. O incremento do processo de colonização portuguesa em África fez igualmente disparar o número de emigrantes que desde os anos 60 se instalaram nas ex-colónias, particularmente em Angola e Moçambique⁵.

⁵ Para um maior desenvolvimento e caracterização da emigração, designadamente para o Brasil e demais países da América Latina, para além de Godinho (1978), cf. M. B N. Silva *et al.* (orgs.)

Se é certo que, ao longo do continuado percurso, os portugueses se foram redistribuindo pelo mundo, tais movimentos não tiveram a mesma intensidade nem as mesmas motivações – a maior parte com estratégias de regresso e recomposição social nomeadamente camponesa, mas entretanto alteradas pela evolução em Portugal e nos países de acolhimento – desde o processo de colonização secular até à transferência de mão de obra especificamente emigrante sobretudo a partir do século XIX. As comunidades portuguesas de emigrantes espalhadas pelo mundo, quando somadas, perfazem mais de um terço da própria população residente em Portugal, configurando uma imagem tradicional de Portugal como país de emigração. Embora no pós-25 de Abril se tenha verificado uma diminuição dos fluxos emigratórios, por comparação com as vagas de mais de 100 000 emigrantes por ano na década de 1960, a partir dos anos 1990 e 2000 e, especialmente, com o despoletar da crise de 2008, tal como refere J. C. Marques (2009), “Eles (os emigrantes) continuam a partir”, nomeadamente para países europeus como a Espanha, a Inglaterra, a Alemanha, a Holanda, o Luxemburgo e sobretudo a Suíça, combinando trabalhos sazonais com trabalhos permanentes.

4.2.2. A IMIGRAÇÃO COMO NOVA FACE DA FORMAÇÃO SOCIAL PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA

Embora mais marcante nas últimas décadas, a vinda de africanos para Portugal tem um lastro histórico, ainda que menos visibilizado pelo seu caráter colonial-escravocrata⁶. Com efeito, tal como analisa I. Henriques (2009), há que realçar que, entre o século XVI e o século XIX, se tratava de fluxos de africanos escravos para a Europa e as Américas, cujo tráfico transatlântico foi maioritariamente da responsabilidade do colonialismo português. No Portugal

(1993), F. Sousa *et al.* (2014); e, quanto a tipos e fluxos de emigração para a Europa, cf. Rocha-Trindade (1973, 1976 e 1995), Antunes (1981), Serrão (1982 e 1985), Arroteia (1983), Trindade e Arroteia (1986), Peixoto (1992), Leandro (1995), Baganha e Peixoto (1996), V. Pereira (2012).

⁶ Sobre o lastro da presença escravocrata de africanos em Portugal entre séculos XV e XX, cf. I. Henriques (2009). Por outro lado, para além desta presença, não fazemos aqui referência doutras presenças em Portugal. Porque não se enquadra propriamente na perspetiva de imigração em Portugal, deixamos aqui de lado todo o processo de ocupação do território lusitano por diversos povos desde as invasões ao tempo do Império Romano, bem como as sucessivas ocupações ou povoamentos por parte de tribos celtas, visigodos e outros, a que se seguiram mouros, judeus, ciganos e outros indivíduos que, desde o século XVIII e sobretudo XIX vieram para Portugal originários de países ocidentais (Espanha, Grã-Bretanha, França e Alemanha) ligados à exploração mineira e à produção e comércio do vinho do Porto.

imperial, para substituir portugueses fugidos à miséria, entraram escravos, criados e serventes africanos dóceis, uns mantendo-se nas cidades em funções de serventia – Lisboa seria, no dizer de Pestana (1995: 130), uma cidade africanizada –, outros nos campos a desbravar terras. Mesmo sabendo da condição de subalternidade secular dos negros em Portugal, não é pertinente confundir a atual imigração no contexto capitalista com a que ocorria nos tempos da escravatura, pois trata-se de dois contextos bem diferentes. Basta salientar que, contrariamente ao longo contexto imperial-colonial, a imigração das últimas décadas, nomeadamente no pós-25 de Abril de 1974, ocorre já em contexto de descolonização e da legítima transformação das ex-colónias em países jurídica e politicamente independentes.

Desde os anos setenta e oitenta que Portugal, país semiperiférico mas cada vez mais aproximado na fase de desenvolvimento dos países centrais no tocante à absorção de mão de obra estrangeira, combina as tradicionais características de país com fluxos emigratórios com significativas diásporas antigas e diferenciadas com novas faces de país de imigração, conhecendo sobretudo nas últimas três décadas consideráveis entradas de imigrantes provenientes de diversas origens geográficas e sociais.

Se, sobretudo durante os séculos XIX e XX, Portugal constituiu palco de partidas, nas quatro últimas décadas tornou-se também território recetor de emigrantes. Contudo, ainda nos anos oitenta, tal como referia Miranda (1984: 22), “ao contrário do que se verifica relativamente à emigração, a imigração para Portugal é um fenómeno pouco conhecido, até recentemente, de reduzida visibilidade. Não se tem relevado uma temática privilegiada dos estudos, nem tem constituído objecto de representação enraizada por parte da população”, se bem que, entretanto, entre a década de 80 e os dias de hoje, a visibilidade e o tratamento da imigração em termos políticos e científicos têm obtido uma maior focalização.

Com efeito, os fluxos imigratórios das últimas décadas constituem um fenómeno que se prende com vários fatores: um primeiro mais afastado com a crescente abertura da economia portuguesa em relação ao exterior, sobretudo desde a entrada de Portugal na EFTA em 1959 e correlativo crescimento económico a partir dos anos sessenta a uma média de 6% (cf. J. S. Lopes 1996), o qual se traduziu num aumento de dois tipos de imigrantes: (i) por um lado, imigrantes de tipo profissional média ou superiormente qualificados sobretudo europeus (67%), em particular, espanhóis, alemães e ingleses, seguidos dos brasileiros com 22% – a que acresciam as entradas de africanos, nomeadamente os provindos das ex-colónias, compostos por uma população

maioritariamente urbana, constituída sobretudo por quadros técnicos, funcionários da Administração Pública e estudantes; (ii) por outro lado, devido à guerra colonial, ao êxodo maciço de camponeses e outras camadas sociais em direção à Europa nos anos sessenta e setenta, vai verificar-se, sobretudo a partir dos finais dos anos sessenta, um fluxo de mão de obra de imigrantes indiferenciados com poucas ou nenhuma habilitações, provenientes sobretudo de Cabo Verde, os quais se dirigiram ou foram recrutados para a metrópole, a fim de colmatar o défice ou compensar a falta de mão de obra não qualificada, ao tempo a cumprir o serviço militar nas ex-colónias ou emigrada para França, Alemanha e outros países europeus (cf. Pires 1999 e 2003).

Um fator subsequente mas obviamente relevante neste quadro é o que se prende com as vicissitudes e efeitos da revolução de Abril em 1974 e, correlativamente, o rápido processo de descolonização, dando assim lugar ao fim da guerra colonial e, com ela, ao “fim do Império” por efeito conjugado dos movimentos de libertação nacional e das lutas antifascistas nomeadamente do bem sucedido Movimento das Forças Armadas (MFA). Nestes processos – que em Moçambique e sobretudo em Angola desembocaram em conflitos militares internos e de guerra civil – registaram-se fluxos de retorno ou fuga de cidadãos portugueses e africanos que, para além de razões económicas, tiveram na base razões de ordem política. Neste contexto, afluíram a Portugal milhares de refugiados africanos, sendo este mais um fator a engrossar as fileiras de imigrantes e a contribuir para uma assinalável viragem no quadro migratório português. Este processo está fortemente relacionado com a génese das principais comunidades estrangeiras de origem não europeia que se vieram a instalar em Portugal. Tal como referem Saint-Maurice (1997), na sequência de trabalho anterior (Saint-Maurice e Pires 1989), nessa fase considerava-se que a imigração seria produto da descolonização, pontual, temporária, o que, como referem os mesmos autores, não seria todavia o caso, como se veio a revelar posteriormente, embora, numa fase posterior, tenha perdido peso em relação a imigrantes vindos doutras paragens⁷.

Neste processo a grande maioria dos imigrantes era predominantemente de sexo masculino. No entanto, sobretudo nos anos 90 fosse por reagrupamento familiar, fosse por própria iniciativa e com projeto de vida próprio, as

⁷ Para um retrato dos/as imigrantes africanos/as em Lisboa logo no pós-25 de Abril, nomeadamente nas condições de um mercado de trabalho marginalizado, mal pago e em condições socioespaciais degradadas, designadamente em Lisboa e, em particular, no campo da habitação cf. M. Antunes (1977) e, numa fase posterior, Amaro 1986, Tinhorão 1988, Rodrigues 1989, Esteves 1991, Malheiros 1996, Saint-Maurice 1997, Leandro 1999, Fonseca 1999, Miranda 2009, Padilla e Ortiz 2012.

mulheres imigrantes foram engrossando o contingente de imigrantes, primeiro e sobretudo provindas dos PALOP e, em menor medida, mulheres islâmicas provindas da Ásia, particularmente mulheres indianas e, num segundo momento, mulheres originárias dos países do Leste europeu, dando lugar a uma crescente feminização da imigração em Portugal. As dificuldades e inclusive situações de exploração e discriminação destas mulheres migrantes foram analisadas por diversos autores/as, amiúde numa perspetiva multidimensional, nomeadamente por ocasião de uma iniciativa coletiva do SOS Racismo em 2005 (Perista e Machado 1997, Sertório e Pereira 2004, Branco 2005, Schouten 2005, Abranches 2005, R. Albuquerque 2005, Horta 2005).

Um outro fator assinalável relaciona-se, na sequência da anterior entrada na EFTA, com as virtualidades e os efeitos do enquadramento de Portugal na CEE e, seguidamente, na União Europeia. Este facto estimulou a vinda de um novo e crescente fluxo de imigrantes graças à instalação de empresas de capitais estrangeiros que afluíram a Portugal como parte de um mercado alargado, o qual atrairia uma segunda vaga de mão de obra qualificada, sobretudo dos países da UE – a chamada fuga de cérebros (*brain drain*) (Peixoto 1999, Findlay 2001), estreitamente ligada à penetração de investimentos estrangeiros, à implantação ou desenvolvimento de empresas multinacionais, assim como à transferência de cérebros científicos e tecnológicos. As multinacionais, embora recrutassem nacionais qualificados, procuravam manter o controlo da gestão das empresas mediante a colocação de gestores e alguns recursos humanos da sua inteira confiança. Já num outro plano, a saída, reduzida mas constante, de emigrantes teria de ser compensada com a entrada da mão de obra estrangeira necessária à implementação de infraestruturas, de obras públicas e de construção civil mas também em diversos serviços de limpeza, restauração e outros. O fluxo de fundos comunitários vindos da então CEE dinamizou os referidos setores da atividade económica, suscitando a crescente necessidade de mão de obra indiferenciada, contribuindo para novos padrões migratórios que Portugal até então desconhecia. Uma parte substancial continuou a ser fornecida por imigrantes africanos, na sua maioria oriundos dos PALOP, facilitada pelas afinidades históricas, culturais e linguísticas, embora estas alegadas afinidades amiúde invisibilizem subalternidades e assimetrias étnico-raciais. Assim nos finais dos anos setenta e sobretudo na década de oitenta começa, com efeito, a vislumbrar-se um novo padrão migratório, assumindo já os contornos dos demais movimentos migratórios, independente de um outro tipo de imigração, de caráter forçado, proveniente de Angola e Moçambique. Com efeito, estes países, dilacerados por uma guerra civil impiedosa, forçaram bastantes

cidadãos/ãs a refugiar-se em Portugal, a que cresceu o drama de Timor-Leste devido à brutal ocupação pela Indonésia, situações que desembocaram na formação de comunidades africanas e timorenses em Portugal, conhecendo um aumento notável e até assumindo um certo protagonismo através das suas associações entretanto criadas.

Num segundo momento, não só nos anos oitenta como sobretudo noventa reforçam-se os fluxos crescentes de brasileiros e, por outro lado, a multiplicação intensa de entradas de imigrantes provindos de um outro espaço geográfico – os países do Leste Europeu, sobretudo após a queda dos regimes ditos socialistas. Grande parte destes imigrantes apresentam a particularidade de serem média ou superiormente qualificados, indo todavia a maior parte ingressar as fileiras de trabalhadores indiferenciados – os homens sobretudo na construção civil e as mulheres nos serviços de limpeza, restauração e serviço doméstico e cuidados, seja a idosos, seja a crianças.

4.3. BREVE SINOPSE DA IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL EM NÚMEROS: IMIGRANTES DOS PALOP

Tal como referimos, a imigração em Portugal tem evoluído de forma sistemática devido a diversos fatores dos quais se destaca o crescimento económico sobretudo nos anos 90 e a baixa capacidade do mercado de trabalho nacional em dar resposta sobretudo em função da oferta de postos de trabalhos mais duros, arriscados e mal pagos designadamente nas infraestruturas, grandes obras públicas e construção civil.

De um país de emigrantes, sobretudo nos séculos XIX e XX – o que ainda perdura –, Portugal veio a tornar-se, especialmente nas últimas três décadas, também um país de destino de crescente número de imigrantes, ou seja, como refere Garcia (2000), um país de emigrantes e imigrados. Não obstante a presença de trabalhadores estrangeiros em Portugal datar dos finais dos anos 60 e inícios dos anos 70, o seu considerável volume, impacto e visibilidade começaram a fazer sentir no início dos anos 80, tal como se pode ver no Quadro 1:

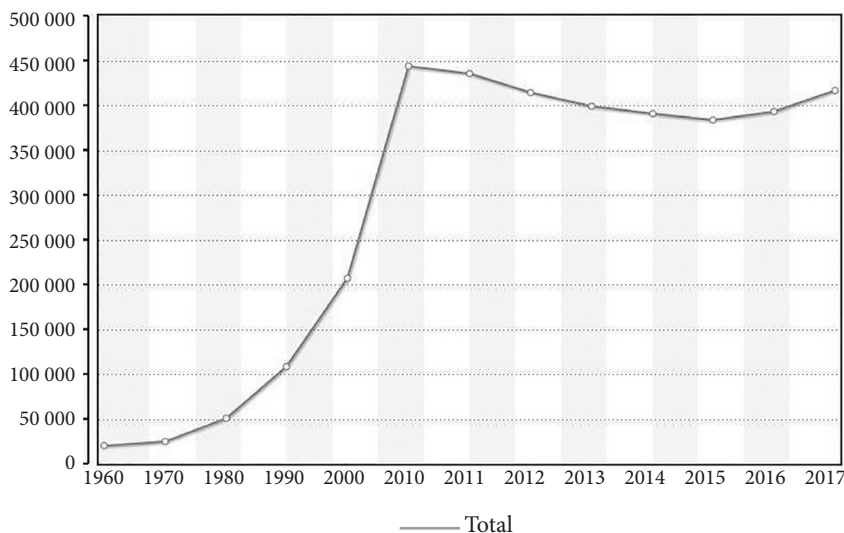
Quadro 1. Percentagem da população estrangeira em Portugal

	População residente	População estrangeira	%	Varição
1970	8 663 250	24 703	0.29	1970-1981 (339%)
1981	9 833 014	108 526	1.10	
1991	9 867 147	127 370	1.29	1991-2001 (78%)
2001	10 356 117	226 715	2.19	
2011	10 542 398	434 708	4.20	92%
2017	10 291 027	416 682	4.04	4.2%

Fonte: INE.

Como se pode constatar, a população estrangeira em Portugal que em 1970 constituía 0,29% da população autóctone, em 2011 passa para 4,2%, conhecendo três grandes saltos: um entre 1970 e 1981, um outro mais substancial entre 1991 e 2001 (+78%), seguindo-se ainda um outro entre 2001 e 2011 (+92%), embora em 2017 se verifique uma ligeira diminuição em termos absolutos, que não se repercute na sua relação com a população residente total que também diminuiu entre 2011 e 2017 por efeito da emigração de residentes, nomeadamente portugueses. A população imigrante vem suprir em parte a estagnação ou mesmo relativa queda demográfica interna, para além de constituir uma componente fundamental no desenvolvimento do país com a vantagem de não recair sobre o erário público e famílias os custos de sustento e formação, devendo ser entendido como um ganho líquido para Portugal como país recetor. Se quisermos obter uma imagem gráfica da evolução das entradas migratórias desde 1980, a Figura 1 ajuda-nos a ter uma imagem mais precisa:

Figura 1. Evolução da Imigração em Portugal
População estrangeira com estatuto legal de residente



Fontes/Entidades: INE | SEF/MAI, PORDATA.

Em inícios de 1980, segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a imigração não tinha ultrapassado os 50 mil residentes, cifrando-se o seu número, em 1980, em 50 750. Em 1990 esse número teria duplicado somando 107 767 imigrantes e, em 2000, voltava a duplicar com o registo de 207 607 imigrantes. Em 2005, sobe consideravelmente, atingindo os 276 460 – isto sem entrar em linha de conta com os imigrantes irregulares sem autorização de residência. Não sendo possível contabilizar de modo preciso o conjunto dos imigrantes legais e os irregulares, calcula-se um número em torno dos 436 000 imigrantes, não sendo descabido afirmar que provavelmente o número de imigrantes – legais e irregulares – não andar­á longe do meio milhar.

O ritmo mais acelerado no aumento de imigrantes relaciona-se, como mencionámos, com o lançamento de grandes obras públicas (Lusoponte, Expo'98, extensão do metropolitano de Lisboa e construção do do Porto, remodelação da ponte 25 de Abril, grandes centros comerciais, barragem do Alqueva, renovação ou criação de novos estádios de futebol por ocasião do Euro 2004) e o relativo dinamismo da construção civil, para além da expansão de alguns setores e manutenção dos tradicionais, na base de um modelo de baixos salários, tendo

a mão de obra estrangeira pressionado e reproduzido este modelo, dada a sua situação de maior fragilidade, sobretudo quando em situação irregular. Não só em pequenas, médias e grandes empresas privadas da construção civil, como na construção de centenas de hotéis e centros comerciais (v.g., Colombo) e algumas indústrias (têxtil, calçado, eletromecânicas) mas inclusive nas obras públicas a cargo do Estado – em particular na Ponte Vasco da Gama –, fecharam-se os olhos à imigração dita ilegal, com todas as vantagens daí inerentes para o patronato e os riscos para os trabalhadores, simplesmente porque era mais rentável a angariação de imigrantes à margem da lei. Em 1996, o próprio Secretário da Administração Interna, Luís Amado, reconheceu, em abono da verdade, “existir cumplicidade do Estado na animação do mercado de mão de obra clandestina” (*in Público* de 11.06.1996). Esta situação reproduziu-se noutras situações e tempos, não havendo intervenção sistemática neste campo, limitando-se o Estado a proporcionar algumas medidas de regularização da mão de obra irregular no país. Se os imigrantes quisessem regularizar a sua situação, teriam de a comprovar com um contrato de trabalho por parte do patrão – o qual amiúde o sonegava ou então despedia o trabalhador, se este insistisse em ter um contrato de trabalho em vista da legalização. Independentemente destes casos – aliás frequentes, conforme foi possível apurar – é de registar, em todo o caso, por parte do Estado, a regularização de emigrantes nas décadas de 1990 e 2000. Assim, tornou-se possível o aumento dos residentes legais justamente graças a diversos processos de regularização extraordinária autorizados por vários governos – desde o do PSD com Cavaco Silva em 1992 e sobretudo do PS com António Guterres em 1996 e, de novo, no governo do PSD/CDS com Durão Barroso entre 2002 e 2004.

A adesão de Portugal ao acordo de Schengen, no início dos anos noventa do século passado, veio confirmar um novo ciclo migratório e um aumento da diversidade de nacionalidades de imigrantes. Segundo Lages *et al.* (2006), assistimos a um desenvolvimento positivo da população estrangeira, ao longo da década de 90, atingindo uma taxa de crescimento anual de aproximadamente 7%. Esta evolução fez-se sentir, principalmente, na população estrangeira oriunda de África e da Europa. A presença de imigrantes em Portugal era, até à década de 90, relativamente fraca e diretamente relacionada com o passado colonial e com as relações históricas e culturais com os africanos das ex-colónias.

Relativamente à imigração africana para Portugal, podemos constatar que a capacidade recetora de fluxos migratórios é um fenómeno que se articula com as vicissitudes que acompanharam a Revolução de Abril, o fim do Império,

a descolonização e o ‘reencontro’ da Europa (Martins 1998: 105). Numa fase anterior à década de sessenta dá-se, como referido, o início de alguns fluxos migratórios, de pequena intensidade, oriundos de Cabo Verde, movimentações estas, maioritariamente, constituídas por indivíduos de origem urbana, quadros técnicos, funcionários e estudantes, neste caso, vindos também de Angola, Guiné e Moçambique. Já nos finais da década de 60, pode constatar-se, como referido, um novo fluxo, constituído por indivíduos, sobretudo cabo-verdianos, de origem rural, com poucas habilitações literárias e profissionais, que chegam a Portugal, em que se conjugam as suas estratégias de sobrevivência com o objetivo, por parte das empresas e do Estado, de colmatar a escassez de mão de obra afetada pela emigração portuguesa e pelo recrutamento militar durante as guerras coloniais.

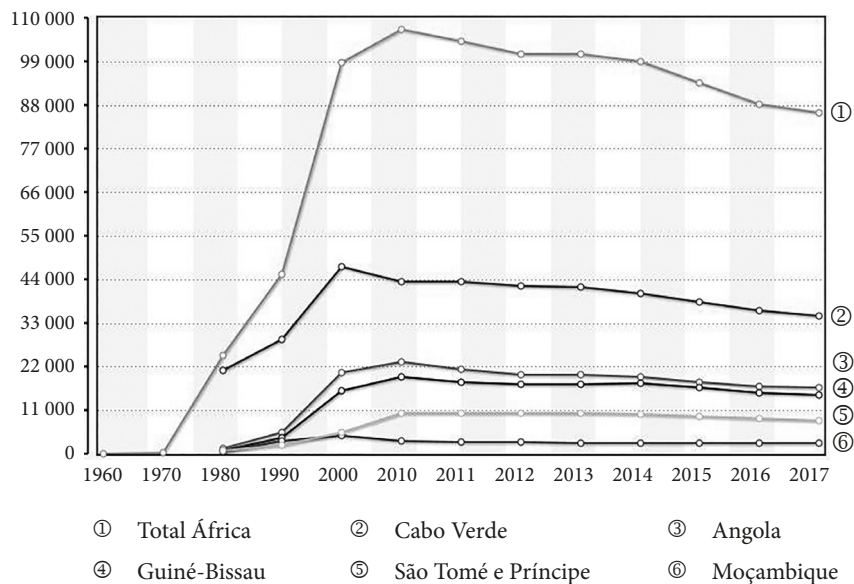
Com as alterações políticas, sociais e económicas iniciadas em 1974, verifica-se um êxodo generalizado de população branca residente, sobretudo de Angola e Moçambique (Pires 1999: 3), a qual foi “secundada na sua fuga por africanos de nacionalidade portuguesa” (Martins 1998: 106). Este processo, na sua maioria, não obedeceu a fatores de repulsão e de atração, geralmente presentes nos fluxos migratórios de países periféricos para os países industrializados, foi antes uma consequência do processo de descolonização (Machado 1994: 113). Percentualmente, passam de 1,5% em 1960 para 44% em 1981. A imigração deixou de ser um fenómeno residual para se tornar num movimento populacional com crescente impacto na sociedade portuguesa. Estas imigrações funcionaram como “uma espécie de ‘detonador’ da consciência de pluriculturalidade, de diferenças sociais” (Rocha-Trindade, 1993b: 873) que desenvolvem movimentos de construção de identidades diferenciadas.

Nesta segunda fase de imigração africana pós-1974, coexistem dois tipos de migração (Saint-Maurice e Pires 1989): a migração de refugiados, protagonizada por angolanos e moçambicanos, com uma maior presença de estudantes logo uma população mais jovem; e, em seguida, a migração laboral, constituída maioritariamente por cabo-verdianos, uma imigração de componente familiar, elevada taxa de atividade e menores qualificações escolares. Os imigrantes de São Tomé e Príncipe e da Guiné eram mais heterogéneos, assistindo-se a migrações laborais de população qualificada e grupos estudantis. Tratou-se, como foi referido, dum processo de repulsão criado no âmbito duma rápida, difícil e nem sempre controlável situação de transferência de poderes da antiga potência colonial – no caso em questão de Portugal – para os novos países independentes. As dificuldades da transição e a eclosão da própria guerra civil em Moçambique e sobretudo em Angola, pelas quais certos círculos de direita e

sobretudo extrema direita pretendem responsabilizar o Governo saído da revolução de Abril, esquecem que o principal responsável desta situação, de atrasos no desenvolvimento dos novos países e sobretudo a perda de milhares de vidas e consequências dramáticas para portugueses/as e africanos/as residentes nesses países deveu-se à obstinada e anacrónica política colonial salazarista – de resto condenada em várias instâncias internacionais e sobretudo por países europeus nórdicos. A tal acrescem os conflitos armados a nível interno, na sequência dos processos de independência, entre as formações políticas dos novos países – em particular Frelimo *versus* Renamo em Moçambique e, sobretudo, MPLA já no novo poder *versus* UNITA e seus respetivos líderes e seguidores, com algumas conotações de cariz étnico. Ora, como referimos, foram estes conflitos armados que contribuíram para alimentar o fluxo de imigrantes africanos para Portugal, por efeito conjugado das razões económicas que devem ser analisadas não só a partir das necessidades dos mercados de trabalho em Portugal – os quais se ressentiam da falta de mão de obra indiferenciada – mas também a partir das próprias estratégias dos imigrantes africanos, as quais nem sempre são tidas em conta mas que constituíram em muitos casos, como veremos, o móbil central da sua vinda para Portugal.

Na década de 80 verifica-se, segundo Saint-Maurice (1997), uma consolidação da imigração africana, apesar de se ter constatado uma perda de peso relativo desta imigração, porque baixa de 48% para 42% do total da população estrangeira, recuperando na década de noventa, em que o número de estrangeiros cresce, em média, 63%, enquanto os imigrantes oriundos dos PALOP aumentam 79% (Pires 1999: 8), representando em 1998 46,4% do total de estrangeiros em Portugal. Segundo Martins (1998: 105), em dezembro de 1994 existiam, em Portugal, 157.073 estrangeiros com situação regularizada, dos quais 46.2% eram oriundos das comunidades africanas dos PALOP, o que se traduzia num crescimento de 19,7% em relação a 1993. Estas flutuações ter-se-iam devido, segundo Pires (1999), à elevada percentagem de estrangeiros em situação irregular que se foi solucionando com as referidas regularizações extraordinárias, tal como se pode ver na Figura 2:

Figura 2. Imigrantes africanos em Portugal
População estrangeira com estatuto legal de residente:
total e por algumas nacionalidades



Fontes/Entidades: INE | SEF/MAI, PORDATA.

A Figura 2 evidencia a acentuada subida de imigrantes particularmente a partir de finais dos anos 80 até 2000. Se pretendermos indagar a evolução e a distribuição dos estrangeiros dos PALOP, segundo a nacionalidade, entre 1960 e 2017, o Quadro 2 oferece-nos o seguinte panorama:

**Quadro 2. Imigrantes dos PALOP em Portugal
por nacionalidade (1990-2017)**

	Nacionalidades					
	Total	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe
1960	96	X	X	X	X	X
1970	221	X	X	X	X	X
1980	24 788	1482	21 022	678	594	715
1990	45 255	5306	28 796	3986	3175	2034
2000	98 769	20 416	47 093	15 941	4619	5437
2010	107 079	23 233	43 510	19 304	3109	10 175
2015	93 583	18 088	38 346	16 817	2787	9405
2017	85 887	16 764	34 706	14 951	2814	8478

Fontes de dados: INE|SEF/MAI – População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente; PORDATA.

Tendo em conta o Quadro 2, verifica-se ter havido entre 1980 e 2010 um aumento substancial de estrangeiros dos PALOP, denotando um panorama de forte movimento migratório da população dos PALOP para Portugal, passando de 24 788 para 107 079. Em 1998 a comunidade cabo-verdiana era a mais representativa em Portugal com 37% do total dos imigrantes dos PALOP, à qual se seguiam a angolana com 30%, a guineense com 15%, a moçambicana com 7% e a são-tomense com 4%. Em 2005 os cabo-verdianos mantêm-se e até se reforçam como a maior comunidade de imigrantes, com 45% do total dos imigrantes dos PALOP, 43% do continente africano e 21% do total geral no país que se cifrava então em 276 460, com particular ênfase em Lisboa, de modo similar, segundo Góis (2006), a contingentes de cabo-verdianos em Milão e em Roterdão.

A presença de imigrantes africanos oriundos de outros países, embora não desprezável, é já bastante inferior ou mesmo residual: África do Sul com 1871, Senegal com 480, Marrocos com 443 e outros imigrantes provindos, de modo mais disperso, dos restantes países africanos, somam 2794, perfazendo no total 5269 imigrantes (cf. SEF, 2002). Se pretendermos fazer uma estimativa, diremos que o total de imigrantes legalizados provindos do continente africano seria de 82 500 em 1998 e de 116 000 em 2002, um número que, considerando

as movimentações e entradas clandestinas, se elevaria provavelmente para o dobro. De resto, tal como foi possível constatar ainda em 2005 e 2006, crescem imparavelmente e de modo não controlável as imigrações irregulares, apesar das restrições impostas pelas políticas migratórias.

Neste campo, tal como noutras fases históricas – entre as quais a do êxodo de emigrantes portugueses nos anos sessenta e setenta do século XX – quem não conseguir preencher os pré-requisitos e critérios seletivos de entrada no país, encetará todas as estratégias – inclusive as mais arriscadas do ponto de vista humano – para alcançar os seus objetivos, tal como se pôde comprovar nas recentes entradas de africanos “sem papéis” pelas fronteiras do sul de Espanha. Face a um modelo restritivo e seletivo de imigração – que viria a acentuar-se com o governo do PSD-CDS/PP entre 2002 e 2005 – os imigrantes tendem a buscar outras vias para entrar em países com défice de determinado tipo de mão de obra, uma situação propícia à formação de redes de imigração clandestina, a que se sujeitam os trabalhadores que têm como objetivo estratégico escapar a situações de miséria ou simplesmente melhorar as suas vidas, de modo a reconstruir um melhor futuro para si, seus parentes e sobretudo os seus filhos.

Se algumas destas estratégias individuais ou familiares dos imigrantes dos PALOP e doutros países africanos foram em parte realizadas graças a enormes esforços de resistência e adaptação, não é menos verdade que, quer antes do 25 de Abril de 1974, quer no pós-25 de Abril e, particularmente na construção de grandes obras públicas, no setor industrial, sobretudo na construção civil, no comércio e nos serviços, a economia portuguesa, como referem Eduardo S. Ferreira *et al.* (2000), deve muito do seu crescimento aos imigrantes dos PALOP. Tal é raramente reconhecido não só pelas entidades oficiais, como por uma grande maioria dos/as portugueses que, em vez deste reconhecimento, mantêm, como constatável em vários estudos (Miranda, 1994, Filho 1995) e no estudo empírico no distrito de Braga, toda uma série de preconceitos e estereótipos.

Se até ao ano 2000, a população imigrante de países terceiros era, de forma muito visível, mormente proveniente de países lusófonos, este quadro migratório foi subitamente alterado com a entrada de um novo tipo de imigrantes provenientes dos países da Europa de Leste. Segundo Baganha, Marques e Góis (2004: 96), a análise às autorizações de permanência concedidas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de Janeiro confirma, por um lado, que a “hierarquia das principais nacionalidades deixa de ser encabeçada pelos imigrantes originários dos países lusófonos e passa a ser dominada pelos nacionais de países da Europa de Leste”, como podemos verificar no Quadro 3:

**Quadro 3. Autorizações de permanência
concedidas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de janeiro**

	2001		2002		2003	
	N	%	N	%	N	%
PALOP	15 624	12.3	6874	14.4	1925	21.2
Angola	4997	3.9	2681	5.6	855	9,4
Cabo Verde	5488	4.3	2452	5.1	618	6.8
Guiné-Bissau	3239	2.6	866	1.8	213	2.3
Mocambique	315	0.2	117	0.2	29	0.3
São Tomé e Príncipe	1585	1.2	758	1.6	210	2.3
Brasil	23 713	18.7	11 559	24.3	2648	29.1
Europa de Leste	70 430	55.5	26 475	55.6	4057	44.6
Moldávia	8984	7.1	3066	6.4	582	6.4
Roménia	7461	5.9	2992	6.3	473	5.2
Rússia	5022	4.0	1807	3.8	218	2.4
Ucrânia	45 233	35.6	16 913	35.5	2546	28.0
Outros	3730	2.9	1694	3.6	238	2.6
China	3348	2.6	520	1.1	41	0.5
Paquistão	2851	2.2	–	–	34	0.4
Índia	2828	2.2	488	1.0	69	0.8
Outros	8107	6.4	1770	3.7	323	3.6
Total	126 901	100.0	47 657	100.0	9097	100.0

Fonte: Baganha, Marques e Góis (2004: 96).

Em 2001, ao abrigo do referido Decreto-Lei, foram concedidas 126 901 autorizações de permanência⁸ a trabalhadores estrangeiros que se encontravam irregulares no país, o que contribuiu para o reconhecimento oficial da existência no país de imigrantes até então irregulares. A maioria das autorizações de permanência foi concedida a cidadãos/ãs da Europa de Leste (56%), sendo que, em apenas um ano, assistimos a um crescimento de 68% no volume da população estrangeira com residência legal (cf. Lages *et al.*, 2006). Este fluxo de emigrantes do Leste europeu deveu-se, como referem Baganha *et al.* (2004), não só à escassez de mão de obra na construção civil e obras públicas em Portugal, mas também às diferenças salariais praticadas em Portugal e nos países do Leste europeu, à elevada pressão migratória nesses países, à facilidade de movimento no espaço Schengen, à promoção de ‘agências de viagens’ e à ausência de controlo na emissão de vistos de curta duração por outros países da União Europeia.

Este novo fluxo migratório veio transformar a composição e o panorama da população imigrante em Portugal, retirando do primeiro lugar do *ranking* das maiores comunidades estrangeiras em território nacional a comunidade cabo-verdiana. Em 2002, os dados do SEF permitem-nos constatar que a Ucrânia passa a ser o país mais representado, com 62 041 residentes em Portugal, seguido do Brasil com 59 950, de Angola com 32 182 e de Cabo Verde com 30 368. Embora até 2010 os imigrantes dos PALOP tenham conhecido um aumento (cf. Quadro 2), é sobretudo a partir de 2010 que se verifica uma gradual diminuição de imigrantes africanos/as em Portugal, tal como se pode ver especificado por ano no Quadro 4:

⁸ Em Portugal, as condições de entrada, autorizações de residência e eventual afastamento de estrangeiros estão sob tutela do Ministério de Administração Interna e, no seio deste, sob a responsabilidade direta do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), tendo por base o Decreto-Lei n.º 244/98 de 8 de Agosto que estabelece as seguintes condições para concessão de residência: (i) inexistência de qualquer facto impeditivo de residência; (ii) visto de residência válido; (iii) presença em território português (artigo 81.º DL 244/98, de 8 de Agosto). De resto, segundo o artigo 15 da Constituição da República Portuguesa (CRP), os cidadãos/ãs estrangeiros/as legalmente residentes em Portugal têm os mesmos direitos e deveres que os cidadãos portugueses, à exceção dos direitos inerentes à participação política e os constantes do Tratado da União Europeia, enquanto cidadãos/ãs europeus/eias, configurando esta condição uma limitação considerável.

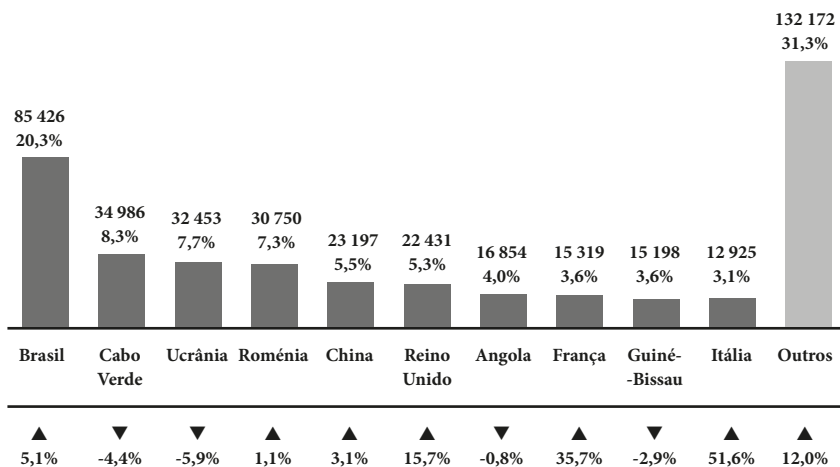
**Quadro 4. Imigrantes dos PALOP em Portugal
por nacionalidade (2010-2017)**

Anos	Nacionalidades					
	Total	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe
2010	107 079	23 233	43 510	19 304	3109	10 175
2011	103 993	21 329	43 475	18 131	2995	10 274
2012	100 876	19 873	42 388	17 462	2901	10 174
2013	100 845	19 967	42 011	17 574	2825	10 169
2014	98 948	19 478	40 563	17 728	2813	10 028
2015	93 583	18 088	38 346	16 817	2787	9405
2016	88 157	16 876	36 193	15 306	2823	8840
2017	85 887	16 764	34 706	14 951	2814	8478

Fontes de dados: INE|SEF/MAI – População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente; PORDATA.

Esta descida prende-se certamente, para além das condições internas dos PALOP, com o reforço de contingentes vindos de outros continentes e regiões, nomeadamente da Europa de Leste e de países da União Europeia e, em particular, com a eclosão da crise de 2007-2008 e os efeitos daí emergentes nos anos 2010-2011 na diminuição da oferta de trabalho (Padilla e Cruz 2012). Em todo o caso, embora constituam um fluxo migratório da Europa, distanciam-se substancialmente dos números de imigrantes das nacionalidades referidas os conjuntos de estrangeiros provindos de países da União Europeia, maioritariamente profissionais detentores de elevadas qualificações e inseridos em determinados nichos de mercado qualificado – gestores, quadros superiores e médios de multinacionais, médicos, professores e cientistas. Em 1998, segundo o SEF, os residentes provenientes de países europeus ocidentais eram 52 073, dos quais 48 200 de países da União Europeia, sendo de destacar o Reino Unido com 12 680, a Espanha com 10 191 e a Alemanha com 8846. Porém, em 2005 o número de residentes originários de países da União Europeia ascendia a 77 504, sendo de destacar cidadãos/ãs de países como o Reino Unido com 18 942, a Espanha com 16 350 e a Alemanha com 13 529 (*in* www.sef.pt/estatisticas). Já, porém, em 2017, a imigração europeia foi a mais representativa (43,8%), seguindo-se a do continente americano (22,6%), a africana (20,6%) e, por fim, a asiática (12,9%):

Figura 3. Comunidades imigrantes mais representativas em Portugal (2017)

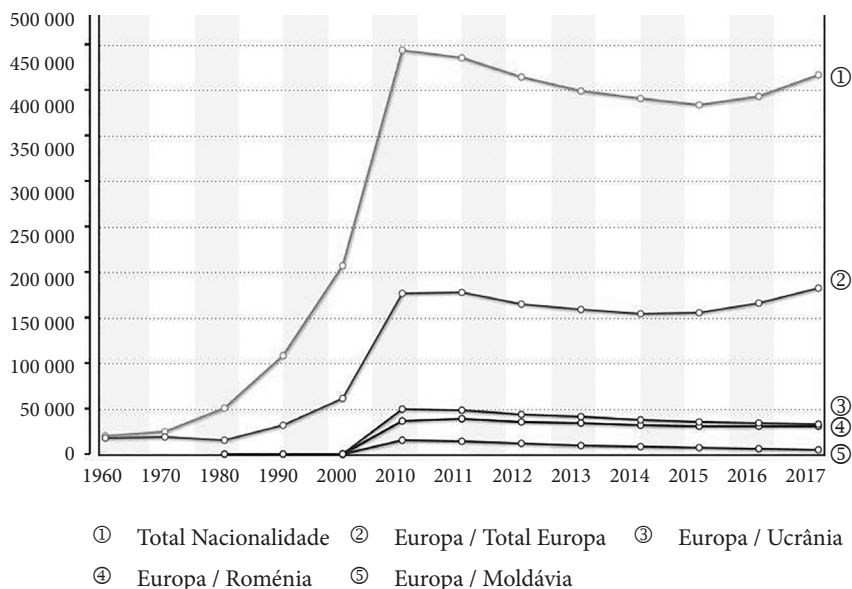


Fonte: SEFSTAT, 2018

Voltando aos imigrantes originários dos países de Leste, embora estes não detenham, em regra, nem tão altas qualificações nem ocupem funções de quadros médios e superiores, como os estrangeiros providos dos países centrais da União Europeia, apresentam a particularidade de possuírem uma qualificação média e mesmo superior – bastante superior à média das demais comunidades imigrantes não europeias e mesmo em relação à média dos trabalhadores portugueses⁹ – mas não desempenham, como referido, funções correspondentes com a sua formação, vendo-se, em regra, obrigados a aceitar trabalhos mais desqualificados nomeadamente na construção civil, na restauração e em serviços de limpeza.

⁹ Contrariamente ao que se supõe e alega, também há um considerável número de trabalhadores imigrantes providos dos PALOP que, tendo qualificações de nível médio ou superior, em Portugal exercem profissões ou atividades abaixo das suas habilitações, conhecendo a este nível uma despromoção profissional (por exemplo, passando de professoras a mulheres de limpeza). Não só suportam esta situação, na expectativa de ascenderem a outra posição, como também, mesmo com estatuto mais baixo, consideram que os salários, em relação aos dos respetivos países de origem, compensam.

Figura 4. População de países do Leste em Portugal (1960-2017)
 População estrangeira com estatuto legal de residente:
 total e por algumas nacionalidades



Fontes/Entidades: INE | SEF/MAI, PORDATA.

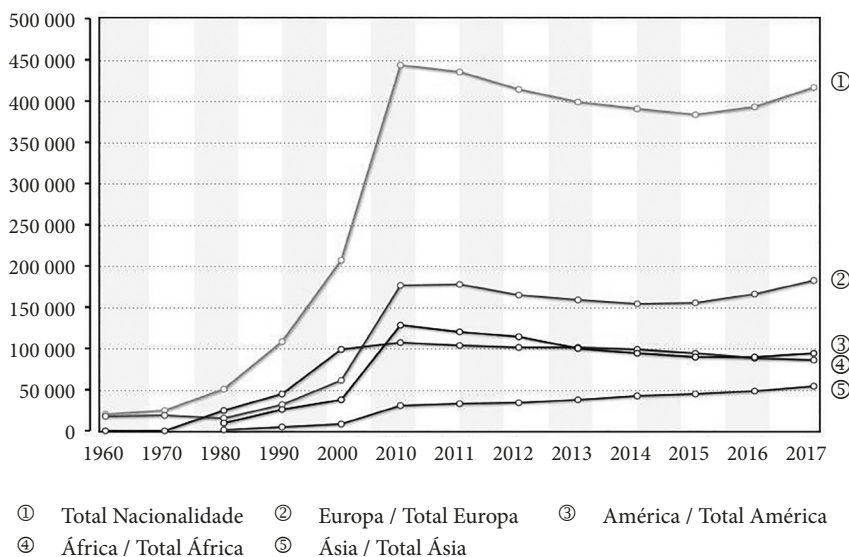
Se até 1997 não passavam de 82 imigrantes, em 1998 já eram 64 123 e em 2002 ascendiam a 75 550. É de destacar neste conjunto o contingente de imigrantes originários da Ucrânia (50 499), Moldávia com (10 221), Roménia (8815) e Rússia (6015), comparando os valores de 2002 com os de 2017: 32 420 da Ucrânia, 30 750 da Roménia e 5207 da Moldávia(cf. SEF, 2002 e 2017)¹⁰.

Uma parte considerável destes imigrantes – que vieram clandestinamente, sobretudo por via terrestre, em autocarros – assume a passagem por Portugal como transitória, seja na ida para outros países europeus, seja nas suas estratégias de regresso, logo que as economias dos seus países os possam reabsorver com salários mais condignos e elevados.

¹⁰ Para uma maior especificação de dados relativos a estas comunidades de imigrantes de Leste e uma análise mais circunstanciada deste segmento de imigrantes, cf. Baganha *et al.* (2004).

Fixando-nos nos imigrantes originários dos vários continentes, a Figura 5 evidencia o volume de imigrantes em Portugal, por região do globo e na totalidade.

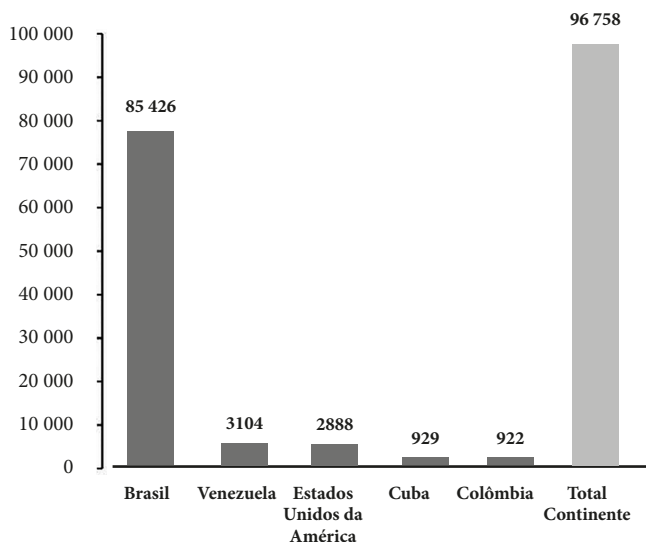
Figura 5. Número de imigrantes por região do globo em Portugal
População estrangeira com estatuto legal de residente:
total e por algumas nacionalidades



Fontes/Entidades: INE | SEF/MAI, PORDATA.

Nesta Figura 5 é visível, não só uma constante subida de imigrantes provindos do continente europeu como uma subida muito mais acentuada de pessoas provindas da América do Sul, com compreensível destaque para os brasileiros, atendendo ao domínio da língua e às ligações históricas, tal como se pode ver na Figura 6.

Figura 6. Nacionalidades dos imigrantes da América em Portugal (2017)



Fonte: INE e SEF, 2018.

Se atentarmos na evolução e no volume de imigrantes, constatamos que o Brasil é de longe o país que fornece a maior quota-parte de imigrantes que demandam Portugal como país de destino. Nos últimos anos, este fluxo migratório foi aumentando progressivamente, uns ocupando cargos média ou superiormente qualificados, mas a maioria trabalhando em profissões indiferenciadas na construção civil, mormente mão de obra masculina, no comércio e na restauração.

Em 1998 o conjunto de imigrantes provindos dos Estados Unidos da América, Canadá, Venezuela e sobretudo Brasil perfaziam 33 487 (95% do total de 35 038 imigrantes de toda a América do Norte, Centro e Sul), dos quais 19 860 brasileiros legalmente registados. Mas nos anos seguintes são sobretudo os brasileiros/as que conhecem um progressivo aumento: 22 411 em 2000, 26 533 em 2003 e 31 353 em 2005 (*in* SEF, 2005). Em 2017 as maiores comunidades de imigrantes do continente americano consistiam no Brasil (88,3%), sendo minoritárias as de Venezuela (3,2%), dos Estados Unidos (3%) e residuais as de Cuba e Colômbia, que apenas contabilizavam 1% do total da imigração desse continente.

Relativamente à imigração brasileira, é importante acrescentar as oportunidades de legalização que foram criadas especificamente para os cidadãos/ãs brasileiros/as a viver irregularmente em Portugal, no âmbito de acordos bilaterais, em 2003 (Decreto-Lei n.º 40/2003, de 19 de setembro).

Para completar o quadro dos imigrantes por continentes, importa, por fim, referir o continente asiático e a Oceânia, sendo estes largamente minoritários e pouco representativos, pois contabilizam no total 7886 residentes (4% do total de imigrantes). Se pretendermos avaliar o peso relativo de imigrantes em Portugal provenientes dos diversos continentes constatamos em 1998 a seguinte distribuição por ordem decrescente: 47% de África, 29% de Europa, 20% da América do Norte, Centro e Sul, 4% da Ásia e 0,2% da Oceânia. Os imigrantes residentes que em 1998 representavam 2,2% do total da população, em 2018 esse valor subiria para 4,1% (Pordata, 2018).

Os dados estatísticos analisados e fornecidos, quer pelo SEF quer pelo INE, apresentam, na sua comparação, algumas discrepâncias, principalmente os dados relativos a 2003 que, segundo Lages *et al.* (2006: 73), devem ser trabalhados com alguma prudência, até porque devem ser adicionadas as autorizações de permanência recentemente concedidas.

“Por isso, se a informação do SEF aponta para um total de 250.697 estrangeiros residindo legalmente em 2003, o seu número poderá, eventualmente, ascender a 434.548 se contabilizadas as autorizações temporárias de permanência (anos de 2001, 2002 e 2003).” (Lages *et al.* 2006: 3)

O Relatório do Alto Comissariado para as Imigrações e Minorias Étnicas (ACIME) sobre as estatísticas de imigração, divulgado em Dezembro de 2005, permite-nos aprofundar um pouco mais estas questões e trabalhar algumas características da imigração em Portugal. Em 2002 Portugal tinha 4% de estrangeiros por total de população e 5.3% de população ativa estrangeira por total de população ativa. É bom lembrar que foi justamente a entrada de imigrantes que não só compensou, em parte, a estagnação ou mesmo susteve a progressiva perda de população portuguesa autóctone, como, por via de nascimentos em Portugal de filhos/as de imigrantes, nomeadamente africanos, sul-americanos e asiáticos, fez com que a queda demográfica fosse menor. De 2001 para 2004 houve uma variação positiva de 148.5% de imigrantes não comunitários e 31% de cidadãos/ãs de Estados da União Europeia.

Uma análise da distribuição dos imigrantes por distrito permite-nos verificar uma concentração dos imigrantes em Lisboa e Vale do Tejo, Faro, Setúbal

e Porto. Segundo os dados dos Censos de 2001, estes distritos já agregavam 75% do conjunto de estrangeiros. Vai-se assistindo, progressivamente, a uma litoralização cada vez mais acentuada da imigração.

Ainda segundo o referido Relatório, a imigração em Portugal é predominantemente masculina (cf. Quadro 5) e composta por faixas etárias jovens (40% dos estrangeiros em Portugal tem entre 25 e 34 anos) e ativos na vida económica.

Quadro 5. Relação de masculinidade (1960-2017)

Anos	Relação de masculinidade
1960	91.9
1970	90.9
1980	92.8
1990	93.1
2000	93.3
2010	91.7
2011	91.4
2012	91.1
2013	90.8
2014	90.5
2015	90.2
2016	90.0
2017	89.9

Fonte: INE 2019.

Quanto aos impactos da imigração na economia e na sociedade portuguesas, eles são bastante consideráveis, podendo, como referido, o seu número duplicar com os imigrantes em situação irregular, mesmo que as estatísticas não

os evidenciem nem salientem. Sabemos da subestimação do número efetivo de imigrantes, ou seja, que os clandestinos não contam nas estatísticas oficiais nem provavelmente nos descontos para a Segurança Social. Todavia não deixam de ter uma função crucial na recuperação e/ou reestruturação económica do país, na criação de riqueza e na acumulação de mais valias para empresários menos escrupulosos e ávidos de extrair ou extorquir vantagens inclusive à revelia da lei, preferindo, como veremos, a sua condição de clandestinos à de trabalhadores legalizados.

II PARTE

IMIGRANTES DOS PALOP NO DISTRITO DE BRAGA: PERCURSOS, CONDIÇÕES DE VIDA E RELAÇÕES INTERÉTNICAS

Nesta segunda parte¹, dar-se-á conta dos resultados obtidos na pesquisa empírica através dos questionários, das entrevistas e da recolha de fragmentos de histórias de vida, o que permitirá fornecer um retrato dos percursos de vida dos imigrantes, das suas condições de vida, assim como das relações interétnicas, quer entre eles próprios, pertencentes a diversas nacionalidades, quer face aos portugueses autóctones brancos, nomeadamente no distrito de Braga.

Far-se-á no quinto capítulo uma breve caracterização sociodemográfica e económica de Braga como espaço de receção de imigrantes enquanto distrito e, em particular, como município e cidade, seguida, num primeiro momento, dum retrato sociodemográfico dos imigrantes dos PALOP e do seu percurso migratório. Num segundo momento descrever-se-á o trajeto entre a partida (e o modo de saída direta ou não) e a chegada destes imigrantes, dando conta da época de entrada, do padrão da imigração (individual ou familiar, por sexo) e dos motivos da saída.

No sexto capítulo analisar-se-á a situação dos imigrantes africanos no novo espaço social, seja quanto às condições laborais/profissionais, seja quanto às modalidades de habitação. Primeiramente, no que concerne os tipos de trabalho ou profissão e o regime contratual, dar-se-á conta dos principais meios de subsistência, quais as respetivas profissões e os salários mensais em média e por grupos de nacionalidade, situação profissional (por conta própria ou por conta de outrem), perceções face ao trabalho e frequência de controlo no trabalho, regime contratual, setor de atividade no geral e por grupos de

¹ Parte deste capítulo foi apresentada no âmbito do Congresso sobre a Cidadania realizado em Palmela em 2006, como referido na introdução (cf. Silva 2006).

nacionalidade, grau de escolaridade por setor de atividade. Em segundo lugar, relativamente à habitação ou alojamento, serão descritas e analisadas as condições e os equipamentos de habitação e alojamento, os tipos de área residencial especificados por nacionalidade, a composição do agregado familiar, os índices de bens possuídos em termos percentuais, o número de mudanças de residência, entre outros aspetos.

No sétimo capítulo a análise será focalizada nas relações interétnicas, nas quais se descortinam diversos fenómenos: desde a convivência pluricultural designadamente entre grupos de imigrantes dos PALOP – em que as relações são mais próximas e fluidas –, passando por relações com os portugueses, onde se detetam, a par de modos de convivência e aceitação mútua, formas de racismo quotidiano, até outros tipos de relações com os detentores de cargos e respetivas instituições, onde, a par de tratamentos de respeito e cidadania, se constata formas de racismo institucional. São descritas e analisadas as dificuldades de adaptação, as línguas faladas e as religiões professadas por nacionalidade, as diferenças salariais entre homens e mulheres, quais os tipos de descontos e seguros, quais as condições de vida comparadas com a sua situação anterior à emigração, as suas opiniões sobre a lei portuguesa para a imigração, assim como as suas representações sobre as instituições e serviços a que recorrem.

Ainda no que concerne as sociabilidades e interações quotidianas dos imigrantes na comunidade envolvente, são indagadas as relações de vizinhança, a frequência de contactos e/ou eventuais problemas com vizinhos, assim como as suas perceções sobre Portugal e os portugueses, nomeadamente o seu grau de acolhimento e/ou suas práticas de hostilidade e racismo. Por fim, são registadas as perceções dos imigrantes inquiridos e entrevistados dos PALOP sobre quais os grupos mais discriminados na sociedade portuguesa.

CAPÍTULO 5. IMIGRANTES AFRICANOS/AS: COMPOSIÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E PERCURSO MIGRATÓRIO

5.0. INTRODUÇÃO

Em termos históricos, sobretudo quando comparado com outros países e metrópoles à escala europeia e mesmo portuguesa a médio-longo prazo, o fenómeno da imigração no distrito, designadamente na cidade de Braga, é relativamente recente, o que se prende com o contexto, a natureza e o ritmo de industrialização e urbanização da cidade de Braga, assim como das outras três cidades do quadrilátero minhoto (Guimarães, Barcelos, Famalicão), para não nomear as restantes, em que as cidades e vilas minhotas absorviam a força de trabalho vinda das aldeias – o que era considerado como suficiente. Este facto tem condicionado o funcionamento do mercado de trabalho e a respetiva absorção da mão de obra envolvente e, com isto, também tem moldado os padrões migratórios, no caso em questão a lenta vinda de imigrantes dos PALOP ou doutras origens como os imigrantes de Leste num segundo momento. Correlativamente, as autoridades estatais e municipais até aos anos noventa não se preocuparam nem tiveram qualquer tipo de intervenção significativa nas áreas laboral, habitacional e educativa em relação aos imigrantes e minorias étnicas, embora em relação aos ciganos a intervenção, ainda que por vezes desadequada e discriminatória, se tenha iniciado mais cedo.

5.1. BRAGA COMO ESPAÇO DE IMIGRAÇÃO: BREVE CARATERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E ECONÓMICA

O distrito de Braga enquadra-se, juntamente com o distrito de Viana do Castelo, na região do Minho, totalizando esta uma área de 4691 km², distribuída por 24 concelhos com um total de 555 freguesias e uma população de 1 088 318

habitantes. A região do Minho que nos anos sessenta e setenta conheceu fortes perdas populacionais devido a um intenso êxodo rural e, em particular, a migrações maciças para a Europa (sobretudo França e Alemanha) – 32% em Braga e 33% em Viana do Castelo – tem recuperado particularmente em Braga, com novos acréscimos: 16% entre 1971 e 1981, 16% entre 1991 e 2001 e, a um ritmo bem menor, 2,2% entre 2001 e 2011, numa taxa de crescimento ligeiramente superior ao do país, que na última década rondou os 2%.

Quanto à distribuição da população ativa, se em 1950 o Minho ocupava 52,4% da população no setor primário, 29% no secundário e 18,6% no terciário, em 1981 já o primário descera para 26%, enquanto o secundário subira para 49% e o terciário para 24%. Em 1998 o setor do comércio e serviços é já dominante, representando cerca de 61% da população ativa, seguindo-se a indústria e a construção civil com 33% e restando 6% para a agricultura e pescas, sendo aliás a agricultura cada vez mais exercida a tempo parcial e em regime de pluriatividade orientado para a sobrevivência² (cf. Almeida 1986, Lourenço 1991, Silva 1998). No entanto, à semelhança do que acontece noutros indicadores, a distribuição da população no setor secundário não é homogénea, verificando-se, por exemplo, no Ave o ‘pico’ mais elevado da população ativa na indústria numa taxa superior a 50%, enquanto na sub-região Minho-Lima persistia numa considerável presença do setor primário, que em 1981 rondava os 30% da população ativa mas hoje ainda ocupa entre 18% e 20%.

Em termos demográficos, o distrito de Braga, detendo uma superfície de 2706 km², apresentava uma densidade populacional em média de 252,8 habitantes por km². Se em 1998 contabilizava 790 520 habitantes, 8,34% do total do Continente e 25,3% do total da sub-região Norte Litoral, em 2011 subia para 848 185 habitantes distribuídos por 14 concelhos e 347 freguesias. Engloba uma parcela territorial dinâmica, quer do ponto de vista demográfico, ainda que em curva descendente na última década, quer do ponto de vista económico, mesmo que dependente a nível regional, nacional e internacional. E, a nível da cidade de Braga, esta tem conhecido um forte rejuvenescimento, ainda que

² Tal modalidade constitui, em termos históricos (cf. Cabral 1979 e 1983; Silva 1998) e ainda, em parte, com repercussões na atualidade, um dado muito importante para perceber o relativo baixo grau de conflitualidade social, quando comparado com outras regiões e cidades de áreas metropolitanas. Com efeito, a retaguarda complementar da atividade agrícola a tempo parcial ou a distribuição das atividades no setor primário exercidas por determinados membros da família e a atividade no setor secundário ou terciário pelos restantes, ou vice-versa, tem uma dupla vantagem: difundir o risco, ora das más colheitas por razões climatéricas ou outras, ora do desemprego ou da precariedade laboral nos setores da indústria e dos serviços.

em relativa quebra entre 1998 e 2011: 36% dos residentes em 1998 e 28,5% em 2011 têm menos de 24 anos; 54% em 1998 e 57% em 2011 entre 25 e 64 anos; e apenas 10% em 1998 e 14,5% em 2011 com 65 ou mais anos. Contrariamente a cidades como Lisboa, Porto e Coimbra que estão perdendo população nos seus centros urbanos, despejando para as periferias uma porção notável de população, a cidade de Braga, assim como as de Famalicão, Barcelos e Guimarães, tem conhecido aumentos de população urbana (cf. Varão 1974: 192, J. C. Ribeiro 1984, Silva e Cardoso 2003).

Em termos de população industrial no distrito de Braga, os concelhos de Guimarães, Famalicão, Braga e Barcelos absorviam, segundo J. C. Ribeiro (1984: 33-34), 90% da mão de obra industrial em 1971, 79% em 1981, 60,4% em 2001 e 43,3% em 2011. A norte do Porto, e a nível da região minhota, são basicamente estas cidades mais litoralizadas do Norte do país, que, além de reterem cerca de 80% da população, continuam sendo locais polarizadores de atração e veículos de indução de crescimento económico, conhecendo outras cidades e vilas do interior uma gradual regressão demográfica e, em particular, nos seus espaços rurais. Já em 1981, enquanto no continente os têxteis, o vestuário e o calçado absorviam 30% da indústria transformadora, Braga somava 68% e a região do Minho 64% da mão de obra das indústrias transformadoras. Contudo, a falta de diversificação industrial, a par doutros problemas (baixa produtividade, falta de criatividade e pulverização), tem conferido uma certa debilidade na economia industrial na região, mantendo-se semiperiférica em relação aos grandes centros metropolitanos em termos nacionais e sobretudo internacionais. Segundo diversos especialistas nomeadamente J. C. Ribeiro (1984), Silva e Ribeiro (2000), Silva e Cardoso (2003), este modelo de acumulação que, segundo M. V. Cabral (1979), teve uma histórica razão económica devido ao diferencial salarial e a uma industrialização difusa em benefício dos industriais e em complemento aos exíguos rendimentos das famílias camponesas mais pobres, operando em pluriatividade e plurirrendimento, começou a estar em vias de esgotamento, como o demonstraram estudos de E. Ferreira (1993) e M. Carvalho da Silva (2000).

Quanto à taxa de atividade, o distrito e o concelho de Braga caracterizam-se sobretudo desde os anos 80 pela importância das atividades ligadas à indústria têxtil, ao vestuário, ao couro e ao calçado (ainda que o setor de indústrias elétricas, eletrónicas e de transporte tenha vindo a registar um crescimento considerável), bem como das atividades de serviços e comércio a grosso e a retalho. Desde os anos 90, no quadro do processo da globalização e concorrência internacional, nomeadamente pela não modernização do tecido

empresarial e importação de produtos têxteis doutros países e, em particular, da China, a indústria têxtil atravessou uma crise severa com alguns efeitos na taxa de desemprego, que em parte foi contornada pela modernização de algumas empresas. Com efeito, em 1999, salvo o caso do Ave, com 4.8%, no Cávado e no Minho-Lima verificam-se taxas de desemprego, respetivamente de 3.3% e 3.6%, taxas estas inferiores à média nacional (4.5%). Porém, a partir de 2001, verificou-se uma taxa de desemprego na região, sendo de sublinhar a recente crise provocada pela deslocalização de empresas para o Norte de África³.

Um outro setor a realçar tem sido a construção civil (centros comerciais, habitação) e obras públicas com cerca de 13.5%, uma taxa ligeiramente superior à média nacional no volume total de emprego (9.9%), a qual, juntamente com outras necessidades, constituiu a razão da absorção de força de trabalho estrangeira no quadro de um modelo de desenvolvimento dum região (semi)periférica. Se a produtividade era, em relação a outros setores e a nível do continente, algo mais baixa, o custo da mão de obra, bastante intensiva e barata, é ainda bastante inferior à própria taxa da produtividade, em termos não só nacionais como regionais.

Em suma, Braga, embora tenha conhecido algumas melhorias infraestruturais, enquadra-se numa economia em crescimento, mas dependente e desigual, visível nas disparidades territoriais e infraestruturais, sociais, educativas e culturais⁴. Em todo o caso, é inegável que Braga conheceu, sobretudo ao longo das três últimas décadas, mudanças significativas em termos demográficos, económicos, políticos e sobretudo científico-culturais, a que não é alheio um certo crescimento em diversos setores (industrial, académico, económico e social), crescimento esse que comportou também a chegada de inúmeros estrangeiros a esta cidade, tornando-se, após as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e o Algarve, uma cidade com alguma atração não só para

³ O distrito de Braga era, após os distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, o mais afetado com uma taxa de 6.9% de desemprego, sendo particularmente atingidos os trabalhadores semiquificados e sobretudo os menos qualificados (64%), tendo esta taxa entretanto subido para 7.4% em 2005. Começavam, porém, a ser afetados também jovens, incluindo jovens qualificados: cerca de 30% tinham idades inferiores a 25 anos. Porém, consideráveis taxas de desemprego, e sobretudo emprego informal e trabalho clandestino, eram, nos finais dos anos 1990 e início do século XXI, ainda mais notórias entre imigrantes e minorias étnicas nacionais, aliás não só em Portugal como noutros países do Sul da Europa (cf. Baganha 1998, Malheiros 1998, Baganha e Reyneri 2001).

⁴ Tal como referido no início, a análise mais pormenorizada sobre o distrito de Braga será desenvolvida no próximo livro a publicar sobre as relações interétnicas no distrito, assim como sobre as percepções e representações da maioria dos cidadãos/ãs para com os imigrantes africanos e as minorias étnicas ciganas.

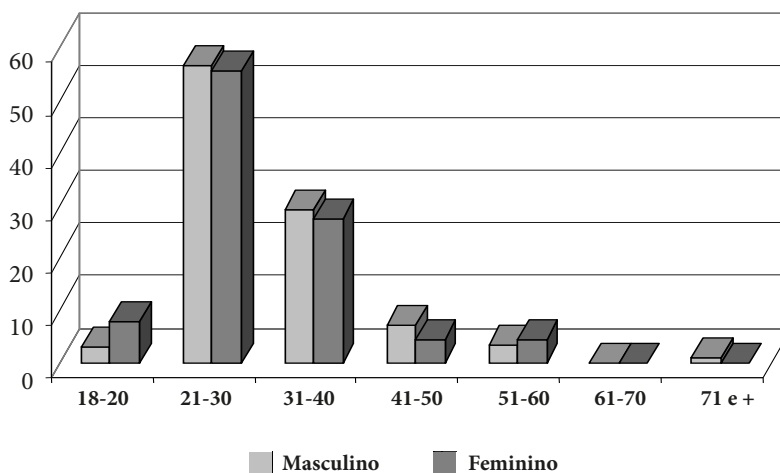
nacionais como também para estrangeiros em geral. Com efeito, o número de estrangeiros no distrito de Braga e, em particular, na cidade de Braga, tem aumentado consideravelmente: uns enquanto estudantes e, sobretudo desde os anos noventa, cada vez mais como imigrantes, entre os quais uma boa parte de africanos dos PALOP ora em condições jurídicas regulares, ora desprovidos de direitos em termos jurídicos com dificuldades em termos laborais, habitacionais e educacionais.

Nesta rubrica começar-se-á por caraterizar brevemente os inquiridos/as do ponto de vista sociodemográfico, para num segundo momento relevar alguns traços que dizem respeito ao relacionamento entre os cidadãos/ãs imigrados/as provenientes dos PALOP e os cidadãos/ãs portugueses/as brancos/as.

5.2. BREVE CARATERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS IMIGRANTES DOS PALOP

A segmentação sexual e etária é crucial para melhor compreender os processos migratórios. Em Braga, a população africana distribui-se conforme evidencia a Figura 7:

Figura 7. Distribuição dos imigrantes por idade e sexo

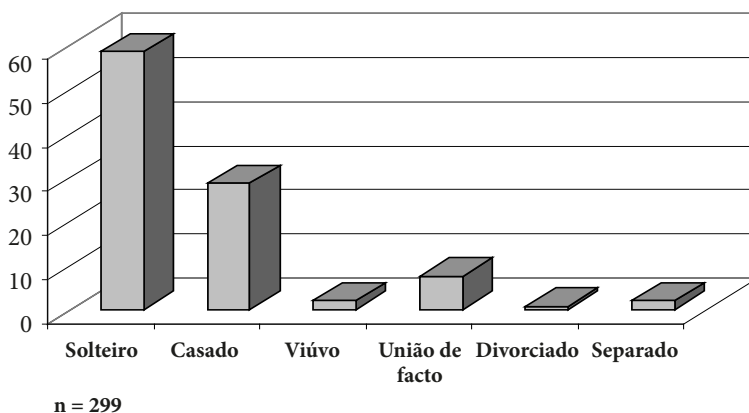


Fonte: Inquérito aos Imigrantes Africanos dos PALOP Braga (IIAPB), 2003.

Como se pode ler na Figura 7, a faixa etária largamente predominante situa-se entre os 21 e 30 anos, com 52% homens e 51% mulheres, logo seguida da de 31-40 anos com 25% homens e 22% mulheres, faixas estas que somam a grande maioria dos inquiridos/as. As restantes faixas etárias têm um valor largamente minoritário ou mesmo residual, nomeadamente entre 5% e 2% (entre 41-50) ou entre 1 a 5% (entre 18-20).

Quanto à distribuição do estado civil entre os imigrantes, a Figura 8 mostra-nos os seguintes resultados:

Figura 8. Estado civil dos imigrantes

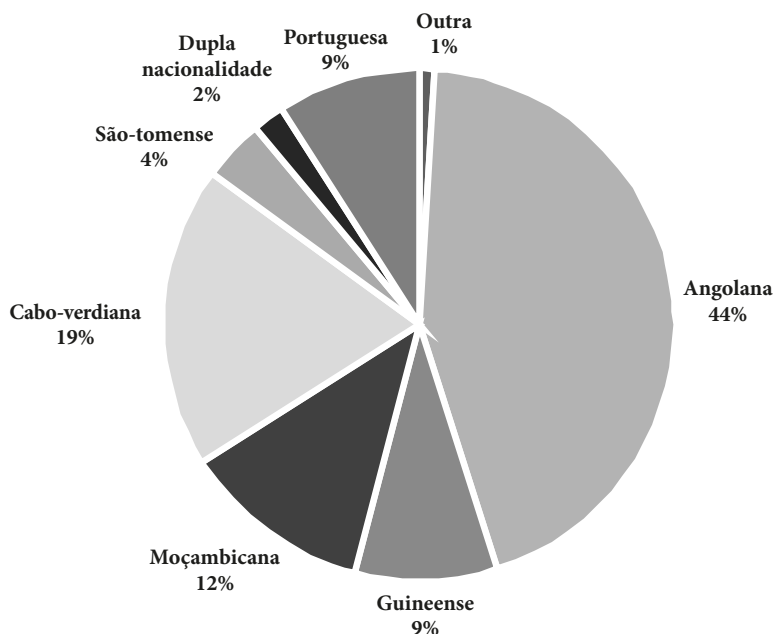


Fonte: IIAPB, 2003.

A Figura 8 evidencia que uma considerável maioria de 55% é solteiro, havendo contudo uma percentagem de 25% de casados, a que acresce uma fatia de 5% de uniões de facto e outras residuais: viúvo, divorciado, separado. Estes dados relativos ao estado civil sugerem, em termos comparativos com a sociedade de acolhimento, entenda-se as famílias portuguesas autóctones⁵, um padrão diferente.

No que diz respeito à nacionalidade dos inquiridos/as, a Figura 9 permite-nos constatar a seguinte distribuição:

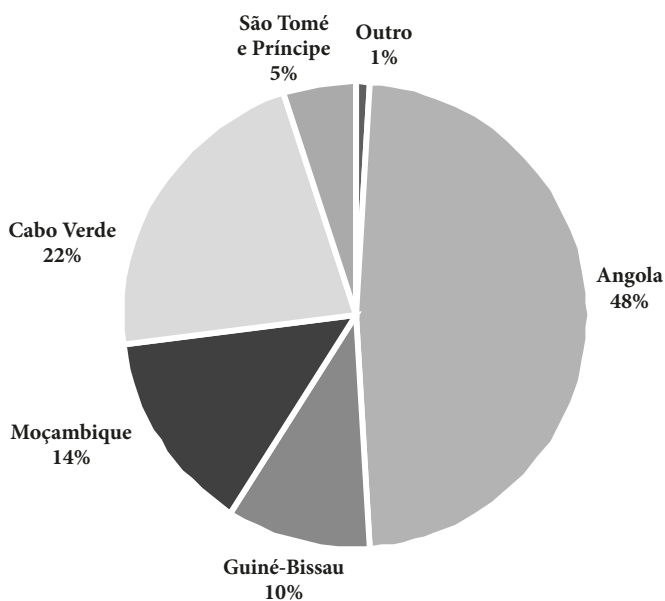
⁵ Entre outros autores, refira-se que Leandro (2001: 97) aponta a distribuição das famílias pelos seguintes tipos: 13,8% de isolados, 80% em estrutura conjugal (com ou sem filhos) e 7,2% monoparentais.

Figura 9. Nacionalidade dos inquiridos/as

Fonte: IIAPB, 2003.

Para além da situação de cidadãos/ãs negros/as com nacionalidade portuguesa (9%), os demais membros inquiridos distribuem-se pelos diversos países dos PALOP com forte predominância de angolanos/as (44%) sobre as demais nacionalidades, aos quais se seguem 19% de cabo-verdianos/as, 12% de moçambicanos/as, 9% de guineenses e 4% de são-tomenses. Não é, contudo, despidendo o facto de 2% dos inquiridos terem dupla nacionalidade e 9% terem nacionalidade portuguesa. A socialização na língua e mesmo nalguns costumes e hábitos da cultura portuguesa ao longo de séculos constituiu um importante recurso que, nalguns casos, se consubstanciou na própria aquisição da nacionalidade portuguesa: “Eu já era portuguesa lá, cheguei aqui e não tive problema” (g, mu, 44 anos, empregada de limpeza).

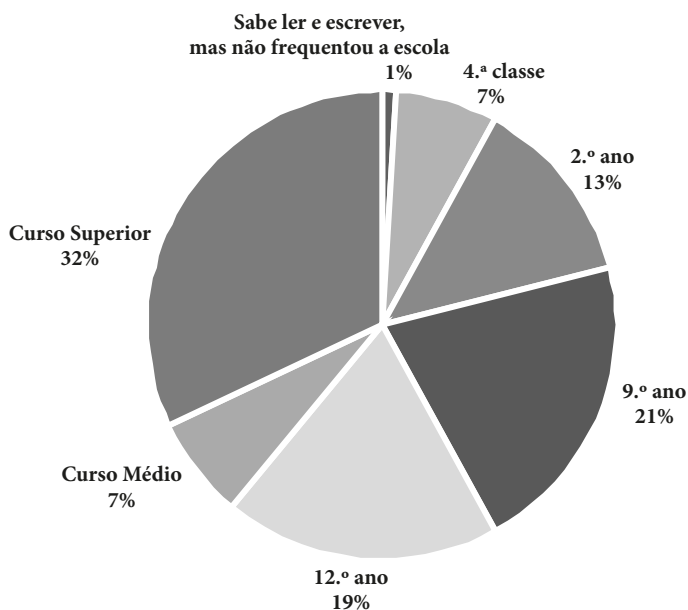
Uma análise por país de origem não trouxe, contudo, grandes alterações a esta distribuição que se apresentou por nacionalidades, como podemos constatar na Figura 10:

Figura 10. País de origem dos imigrantes dos PALOP

Fonte: IIAPB, 2003.

Tal como se pode constatar, 48% dos inquiridos/as são originários de Angola, seguidos de 22% de Cabo Verde, 14% de Moçambique e 10% da Guiné e, de modo menos expressivo, de São Tomé e Príncipe (5%). Assim, enquanto no país a comunidade cabo-verdiana é a mais representativa, em Braga é a angolana seguida da cabo-verdiana, mantendo-se a mesma ordem nas demais, a saber, moçambicana, guineense e são-tomense.

Procurando saber qual o grau de instrução dos inquiridos/as, os dados recolhidos e expressos na Figura 11 dão conta da sua distribuição por graus de instrução escolar:

Figura 11. Grau de instrução dos imigrantes dos PALOP

Fonte: IIAPB, 2003.

Ressalta no perfil escolar dos inquiridos/as a frequência e/ou a conclusão de curso superior (32%), sem que possamos discriminar se se trata de formações obtidas antes de emigrarem dos seus países ou de formações em curso, designadamente na própria Universidade do Minho e noutras escolas superiores no distrito. O mais provável é a última modalidade, mesmo para aqueles que têm como estratégia gizada a estadia temporária e o subsequente regresso aos respetivos países. Há ainda a relevar uma franja considerável de 19% de indivíduos que têm o 12.º ano e 7% um curso médio, somando estes dois grupos um total de 26%, situados numa posição intermédia da escala. Por fim, um terceiro subconjunto de 42% que, sobrepondo-se em termos percentuais ao primeiro grupo com qualificação elevada, agrega os menos qualificados, desde os que detêm o 9.º ano, 2.º ano e 4.ª classe até aos que sabem ler e escrever, mas não frequentaram a escola. Podemos constatar que, no conjunto da população imigrante em Braga em 2003, há um peso considerável de estudantes com elevado ou potencial elevado de qualificação e de população ativa média ou superiormente qualificada. Ou seja, comparativamente a outras cidades, nomeadamente Lisboa e Porto,

estes dados apresentam perfis diferentes, no que se refere à percentagem dos que têm formação média e superior – mais elevada que em Lisboa, por exemplo – e correlativamente uma menor taxa de trabalhadores menos qualificados a exercer trabalho indiferenciado, os quais, em Braga, surgem mais tarde e numa proporção bastante reduzida⁶. Em todo o caso, mesmo levando em linha de conta alguma sobrerrepresentação de respondentes no meio académico, em particular de estudantes com frequência do ensino superior, a população inquirida não obedece, pelo menos em Braga, à corrente representação de que os imigrantes dos PALOP têm, na sua grande maioria, baixos níveis de instrução, pois 58% detêm o 12.º ano, curso superior ou frequência de curso superior. Nem sempre, porém, como veremos, esta qualificação intermédia ou superior se traduz em tipo de atividade ou categoria profissional correspondente.

Por fim, se quisermos aferir o nível de instrução dos inquiridos/as por nacionalidade, o Quadro 6 mostra-nos a respetiva distribuição:

Quadro 6. Escolaridade por país de origem (em %)

País de origem	Angola		Guiné-Bissau		Moçambique		Cabo Verde		São Tomé e Príncipe		Outro		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Sabe ler e escrever	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0.3
4.ª Classe	9	7	0	0	0	0	3	5.3	1	8	9	26	22	7
2.º Ano	15	12	6	22	3	8	8	14	2	17	3	9	37	13
9.º Ano	29	23	7	26	6	16	7	12.3	1	8	11	31	61	21
12.º Ano	22	17.5	2	7.5	14	38	8	14	0	0	8	23	54	18.4
Curso Médio	17	13.5	0	0	0	0	4	7	0	0	1	3	22	7
Curso Superior	32	25	12	44.5	12	38	27	47.4	8	67	3	8	96	33
Outro grau	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0.3
Total	126	100	27	100	35	100	57	100	12	100	35	100	294	100

Fonte: IIAPB, 2003.

⁶ Mesmo tendo em conta estas condicionantes, não ignoramos algum eventual enviesamento da amostra que, pelo facto de não ter tido acesso ao universo dos imigrantes africanos em Braga nem ter sido extraída uma amostra representativa em consonância com os grupos, admitimos obviamente alguma sub-representação nas classes ou grupos sociais assalariados nos setores industrial, incluindo a construção civil, e dos serviços e alguma sobrerrepresentação de estudantes.

No conjunto da população inquirida, verifica-se que os são-tomenses (67%), seguidos dos cabo-verdianos (47,4%) e dos guineenses (44%), são os que apresentam níveis de escolaridade mais elevados, especificamente o ensino superior. Os moçambicanos marcam a sua presença, principalmente, ao nível do 12.º ano (38%). Em escolaridades mais baixas (até 9.º ano), são os guineenses (48%) e os angolanos (43%) os grupos que mais de destacam.

5.3. TRAJETÓRIAS: ENTRE A PARTIDA E A CHEGADA

Quando passamos à análise dos percursos migratórios, podemos constatar que 90% dos inquiridos vieram diretamente para Portugal, sendo largamente minoritários os que o fizeram por escala, passando por outros países.

Outra questão igualmente pertinente é a de saber se, na sua partida para Portugal, assumiram Braga como cidade de destino ou teria sido uma etapa posterior depois de terem residido, trabalhado ou estudado numa das outras cidades, nomeadamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Considerando os dados relativos ao inquérito realizado a nível distrital e, em particular no concelho de Braga, estamos perante cidadãos/ãs que se deslocaram para Portugal como força de trabalho jovem e/ou para efeito de formação, que se explica pela presença mais pronunciada, em termos proporcionais, de estudantes em formação na Universidade do Minho e noutras escolas do distrito. Estes dados prendem-se, portanto, com duas razões de fundo: por um lado, a procura de formação, sobretudo universitária, por parte de jovens vindos dos PALOP e, por outro, a crescente demanda de mão de obra indiferenciada e pouco qualificada, sobretudo na última década em função de obras públicas (autoestradas, estádio de futebol, centros comerciais e construção civil para habitação) e no setor industrial, para além dalguma mão de obra semiqualficada no setor de serviços, como veremos.

“O que me levou a vir para Portugal foram os estudos. Cheguei a pensar em França, em Cuba, mas porque não tinha condições e porque não tinha lá nenhum familiar que me acolhesse, acabei por vir para Portugal. Pensei em Angola, mas Angola comparativamente a São Tomé, em termos de comparação é ela por ela, portanto não ganhava nada, então é por isso que eu vim para Portugal... Eu tinha cá um primo... ele disse se eu conseguisse ingresso na Universidade através do sistema de cooperação entre São Tomé e Portugal, ele não teria problema de fazer um termo de responsabilidade e foi nesses termos que vim.” (st, 33 anos, h, licenciado, bancário)

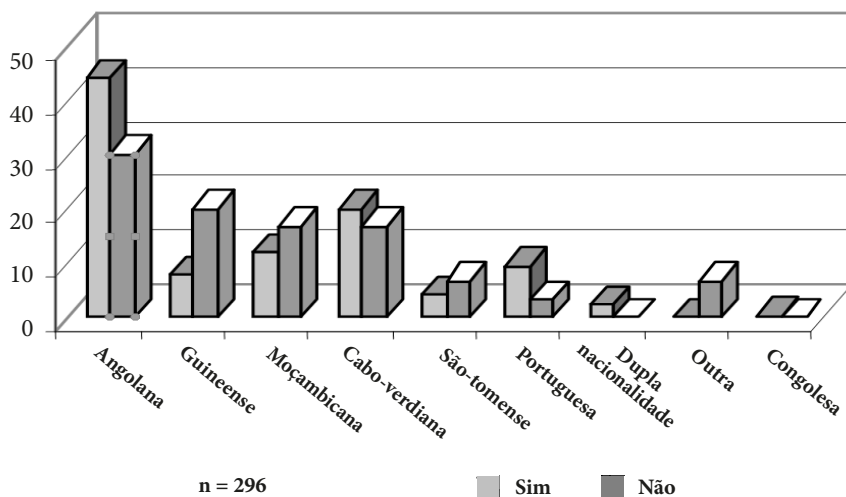
“Pensei noutros países mas, depois o que acabou por sobressair dentro desse leque de escolhas foi Portugal. E foi Portugal, por motivos linguísticos, afinidades históricas e outras coisas que estavam em causa também.” (st, 21 anos, mu, estudante)

Contrariamente ao contingente de estudantes que, na sua grande maioria⁷, vêm diretamente para Braga, os imigrantes de cariz mais acentuadamente económico conheceram, em relação a Braga, uma emigração por etapas, ou seja, tiveram Lisboa, Porto ou outras como primeiras cidades de estada, movendo-se para Braga em função da oferta de trabalho e de alojamento mais barato. É em atenção ao dinamismo na oferta de trabalho não só no setor terciário (comércio e serviços) como no setor industrial predominantemente na indústria de construção e transformadora, aliada à relativa atratividade do alojamento que os migrantes provenientes dos PALOP se foram dirigindo para Braga. Se após o 25 de Abril no quadro do processo de descolonização se registam algumas entradas em Braga, foi sobretudo a partir de meados dos anos oitenta que se verificou um maior fluxo devido não só aos traumas causados pela guerra civil em Moçambique e sobretudo em Angola, como também graças à crescente oferta derivada do crescente dinamismo industrial e sobretudo da construção civil e obras públicas, como referido.

Mesmo assim, contrariamente ao panorama no Porto e sobretudo em Lisboa, os imigrantes dos PALOP em Braga em 1998, segundo o SEF, não surgem como a comunidade mais representativa do total de estrangeiros (3073), mas ocupam o terceiro lugar com 813 (26,46%) após as comunidades originárias da América do Norte, do Centro e Sul com 1183 residentes (38,5%), seguidas das da Europa, nomeadamente da Europa não só ocidental como do Leste com 988 residentes (32,15%). Num patamar bastante mais abaixo estariam os imigrantes provenientes de Ásia com 84 (2,73%) e de Oceânia com 5 residentes (0,16%).

⁷ Há, no entanto, exceções, tal como refere Vasco: “Comecei a trabalhar na construção civil – comecei a trabalhar na obra em Lisboa –, depois eu juntei um dinheirito; depois vim para cá [Braga], matriculei-me no 12.º ano que era para desenraizar do sistema de ensino, para ter uma maior adaptação e foi assim que vim parar aqui a Braga” (st, 33 anos, sociólogo de formação, bancário).

Figura 12. Saída direta do país de origem para Portugal, por nacionalidade



Fonte: IIAPB, 2003.

Por nacionalidades, podemos constatar que o grupo com percursos menos intermitentes é o grupo dos angolanos seguido do dos cabo-verdianos. O tempo histórico em que ocorreram os movimentos populacionais delineiam, também, os próprios fluxos migratórios e aqui encontramos, como períodos mais marcantes, o período a partir dos anos oitenta, especificamente entre 1985 e 1999, em que chegam 89% dos inquiridos/as. Ainda em 1998, de entre o conjunto de cidadãos/ãs estrangeiros/as, os africanos/as somavam apenas 813 (26,46%) do total, mas nos anos 90 e subsequentes eles foram aumentando.

Dentro deste período, 74% entram em Portugal entre 1990 e 1999, situação a que não é estranho o grande surto da construção civil e também a estabilização das relações entre Portugal e os PALOP para efeitos de formação, nomeadamente no ensino superior e, no caso de Angola, por razão da guerra intestina entre UNITA e MPLA como fator repulsivo (92% entre 1990 e 1999), como se pode ver no Quadro 7:

**Quadro 7. Tempos de entrada em Braga por país de origem
(em números e em %)**

Anos	Angola		Guiné- -Bissau		Moçam- -bique		Cabo Verde		São Tomé e Príncipe		Outro		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
1975-79	5	4	0	0	2	5.4	4	7	2	15.4	9	26	22	7.4
1980-84	2	1.5	0	0	1	3	4	7	0	0	3	9	10	3.4
1985-89	4	3	14	52	9	24.3	10	17	3	23	5	14	45	15.2
1990-94	48	38	13	48	19	51.3	14	24	6	46.2	13	37	113	38
1995-99	68	53.5	0	0	6	16	26	45	2	15.4	5	14	107	36
Total	127	100	27	100	37	100	58	100	13	100	35	100	297	100

Fonte: IIAPB, 2003.

Quando operamos uma análise por nacionalidades, verificamos que, salvo o caso dos cabo-verdianos já existentes desde os anos sessenta, nomeadamente no pós-25 de Abril são os são-tomenses o grupo que apresenta um trajeto migratório mais antigo (15,4% entram em Portugal no período de 1975-1979) e, assim como os moçambicanos, mais irregular no que concerne à construção de uma história migratória. A entrada dos cabo-verdianos foi sendo progressiva e com sinais claros de crescimento, como podemos verificar no Quadro 7. Os guineenses em Braga marcam, na sua totalidade, a sua chegada a Portugal no período de 1985-1994 e 92% dos angolanos no período de 1990-1999. Nos anos 90 e subsequente década, foram multiplicando as entradas não só por razões socioeconómicas e de segurança num quadro de guerras civis, mas também por afinidades culturais, linguísticas e de interconhecimento com familiares ou amigos já residentes e/ou ainda porque os custos de transportes se foram tornando relativamente mais acessíveis a camadas intermédias da população.

Tal como, entre outros, frisou Saint-Maurice (1989: 209), as migrações podem assumir um carácter temporário ou permanente e esta estratégia condiciona o padrão de imigração, principalmente a decisão de emigrar sozinho ou acompanhado. Procurando saber em que medida os imigrantes vieram sozinhos ou com familiares, os resultados da pesquisa expressos no Quadro 8 oferecem-nos o seguinte padrão de imigração, por sexo:

Quadro 8. Padrão de imigração, por sexo

Padrão de imigração	Masculino		Feminino		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Sozinho	121	58	39	44	160	53.5
Com o cônjuge	19	9	6	7	25	8
Com o cônjuge e filhos	17	8	6	7	23	8
Com os pais	17	8	15	17	32	11
Com outros familiares	24	11.4	11	12	35	12
Com amigos	9	4.2	11	12	20	6.5
Redes informais/outras	3	1.4	1	1	4	1
	210	100	89	100	299	100

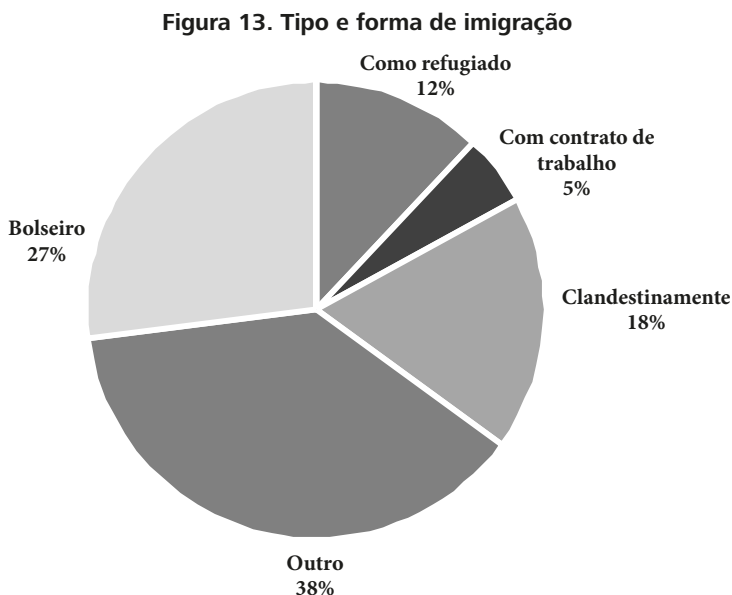
Fonte: IIAPB, 2003.

Os imigrantes dos PALOP vieram na sua maioria (53,5%) sozinhos, embora haja, sobretudo entre membros do sexo feminino, um conjunto razoável de mulheres que vieram acompanhadas de pais e familiares (29%), seguido de 16% que vieram com cônjuge e/ou filhos e, por fim, uma percentagem, sobretudo do género feminino, que veio para Portugal com amigos (6,5%).

A opção, ainda que condicionada, de partir por um tempo indeterminado para um país estrangeiro pressupõe uma experiência de rutura com o quotidiano conhecido e um possível salto no desconhecido. Com efeito, o emigrante, ao partir, sobretudo quando vem sem apoios ou contrato de trabalho, desconhece o seu percurso mesmo provável, estando sujeito a toda série de vicissitudes e contingências, nomeadamente as normas do país de destino que tendem a disciplinar e reger os fluxos de entrada, controlar a estadia e condicionar o trajeto da vida do emigrante, tal como vários estudiosos da emigração/imigração o têm salientado (Rocha Trindade 1995: 40, 298ss, Leandro 1995, Machado 1994)⁸.

⁸ Diversa é a legislação sobre a Lei da Nacionalidade que visa justamente controlar a entrada e a residência de estrangeiros, sendo de salientar a Lei 37/81 de 3/10, regulamentada pelo Decreto Lei 322/82 de 12/08 e alterada pelo Decreto-Lei 253/94 de 20/10, sendo novamente alterada pela Lei 25/94 de 19/08; Decreto-Lei 60/93 de 03/03 relativa a imigrantes provindos da União Europeia, alterado pelo Decreto-Lei 250/98 de 11/08; Decreto-Lei 3-A/96 de 26/01 que institui o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas; a Lei 17/96 de 24/05 que estabelece regularização extraordinária de estrangeiros em situação irregular; Decreto-Lei 79/96 que institui

Quando questionados sobre os motivos da emigração e sob a alçada de que estatuto, a Figura 13 mostra-nos uma diversidade de situações: de bolseiro a refugiado, passando pela clandestinidade ou pelo contrato de trabalho.



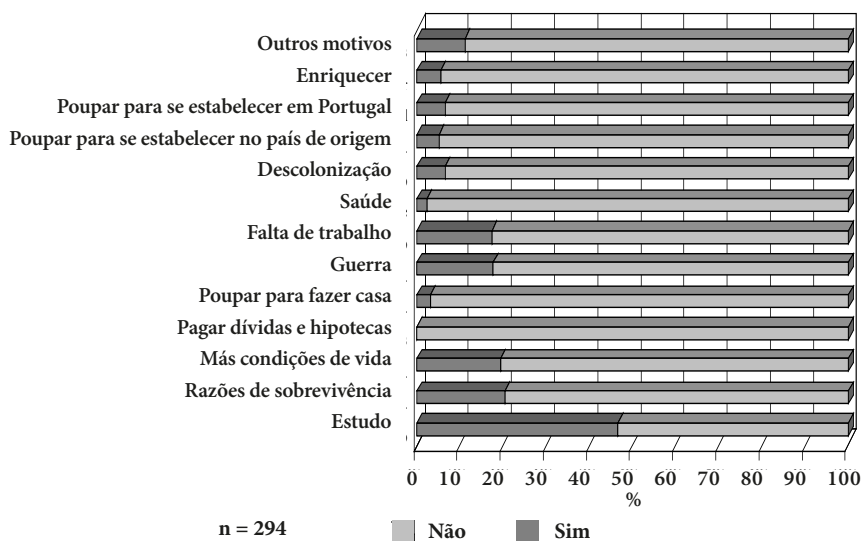
Fonte: IIAPB, 2003.

Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, aprovado por Decreto-Lei 163/93 de 07/05; Lei 19-A/95 de 29/06 em que aplica a todos os cidadãos/ãs, incluindo imigrantes, o rendimento mínimo garantido; a Lei 20/96 de 6/07 que permite a constituição de assistente em processo crime de índole racista ou xenófobo; Decreto-Lei 39/98 de 27/02 que cria Conselho Consultivo para Assuntos da Imigração; Lei 15/98 de 26/03 que estabelece regime jurídico em matéria de asilo e de refugiados; Lei 20/98 de 12/05 que regulamenta o trabalho de estrangeiros em Portugal e o Decreto-Lei 244/98 de 08/08 que regulamenta a entrada, a permanência, a saída e o afastamento de estrangeiros do território português e o Decreto 65/2000 de 26/04 que regulamenta o Decreto-Lei 244/98 de 08/08; Decreto-Lei 115/99 de 03/08 que estabelece regime de constituição e os direitos e deveres de Associações representativas dos imigrantes e seus descendentes, regulamentado pelo Decreto-Lei 75/2000, de 09/05; e, por fim, a última Lei da Nacionalidade em 2006 que, na base do critério do direito de solo (*jus soli*), atribui a nacionalidade a filhos de imigrantes que residam legalmente em Portugal há cinco anos.

Em função dos motivos para a saída do território de origem e da situação em que se encontram no de acolhimento, os imigrantes podem ser (i) *requerentes de asilo/refugiados*, como sendo os que alegam receio fundado de perseguição em virtude da raça, da religião ou pertença a um grupo social e/ou político, com a proteção da Convenção de Genebra de 1951, relativa ao estatuto de refugiado; (ii) *não ativos* quando a razão de migração se prende com os estudos, formação profissional ou realização de estágios ou outros motivos que não envolva o exercício de atividade profissional; (iii) *investidores*, quando vêm realizar investimentos do seu capital; e os (iv) *ativos*, quando se tenham deslocado para exercer uma profissão remunerada (cf. Rocha-Trindade 1995: 30ss). Para além do específico caso dos requerentes de asilo ou refugiados, os demais tipos de imigrantes são aqueles que, graças à posse de recursos económicos, qualificações ou contactos oficiais, políticos ou familiares, estão em condições de entrar legalmente, eventualmente até com contratos. Assim, e a par de uma porção considerável de indivíduos que vieram para Portugal como bolseiros (27%), os demais vieram ora clandestinamente (18%) ora como refugiados (12%) e, numa muito reduzida expressão, com contrato de trabalho (5%). Os dados do inquérito não facilitaram conclusões, ainda mais quando grande parte (38%) dos inquiridos/as responderam, dentro das opções apresentadas, que o fizeram por formas de migração sem especificar sob que estatuto vieram ou se encontram em Portugal, podendo tratar-se de razões de investimento ou atividade profissional, reagrupamento familiar e/ou ainda como *retornado* numa fase mais tardia ou título de refugiado. Assim, tal como podemos constatar para grande parte dos imigrantes, estes tão pouco saíram dos seus países de origem com contratos de trabalho, o que apenas teria ocorrido com 5%.

Os dados do inquérito permitem-nos concluir que os imigrantes africanos dos PALOP em Braga vêm, principalmente, para estudar, trabalhar, uns e outros para procurar melhores condições de vida. Esta questão ganha mais visibilidade, quando analisamos os principais motivos de saída do país de origem, como se vê na Figura 14:

Figura 14. Motivos de saída do país de origem



Fonte: IIAPB, 2003.

Das respostas dadas, por vezes cumulativas, sobressaem, tendo em conta o grosso dos inquiridos/as, como mais importantes dois grandes motivos ou conjuntos de motivos: por um lado, as razões de estudo, para cerca de 45%, e as razões de sobrevivência, falta de trabalho, privações e/ou más condições de vida e de saúde no país de origem, razões estas que, quando somadas, foram aduzidas por 53% dos inquiridos. De facto, são estas razões apontadas que impelem a grande maioria das pessoas ao ato de emigrar, a sair da sua terra, não obstante as dificuldades em deixar a família e o seu ambiente. Outras razões com menor expressão (17%), mas nem por isso destituídas de importância, são as que se prendem com diferenças de rendimentos e correlativas estratégias de poupança, de implantação de pequena empresa ou negócio em Portugal ou no país de origem, dos quais 5% manifestaram o “sonho” de “enriquecer”, sendo estas últimas respostas denotativas de estratégias de melhoria social e/ou mesmo mobilidade social ascendente. Com efeito, em relação a Portugal, há alguns imigrantes africanos uma espécie de sonho em torno do *El Dorado*, como o exprime um dos entrevistados: “Qualquer um de nós que está em África tem o sonho de vir para aqui” (g, h, s, 39 anos, armador de ferro, pescador na Guiné).

Um terceiro grupo de razões referidas, em 21% de respostas, relacionam-se com perturbações económicas e tensões sociais e políticas, designadamente com o processo de descolonização e sobretudo com a guerra civil subsequente, tendo dado lugar nalguns casos a acolhimento por razões de refúgio político, atendendo à intensificação da guerra civil em Angola em certos períodos.

Seja na sequência do dito retorno do pós-25 de Abril no processo de descolonização, seja posteriormente em processos de emigração pelos mais diversos motivos, enquanto 32% dos inquiridos dizem não ter tido qualquer apoio, nem institucional nem familiar ou outro, 68% referem ter-lhes sido proporcionada alguma forma de apoio no processo de chegada a Portugal: desde o moral-psicológico ao financeiro, alimentar e clínico. Tal compreende-se não só pela política governamental de então aos indevidamente designados *retornados*, como sobretudo graças às redes de interconhecimento e laços criados nos países de origem e/ou através de interconhecimento com conterrâneos e portugueses – familiares e amigos – que viveram e vivem nos PALOP e/ou em Portugal, um fenómeno recorrente nas migrações internas e para o exterior⁹. Aliás são estas redes de interconhecimento prévio ou logo à chegada que permitem uma primeira inserção no local de destino, quer em termos habitacionais, quer na procura e na obtenção do primeiro trabalho.

Em alguns casos, independentemente das razões apontadas, há por parte dos imigrantes sobretudo de raiz económica a ideia arraigada de coragem, aventura, capacidade de luta, tal como o denotaram as inúmeras respostas espontâneas sobre o que era “ser imigrante”. Daqui resultaram qualificativos como o de “corajoso”, “aventureiro”, “lutador”, entre outras. Em todo o caso, nem todos comungam desse brio ou orgulho, pois, como referiu um dos informantes-chave: “Há vários tipos de imigrantes: há os que se perdem por se sentirem inferiorizados e pensam que não têm capacidade para evoluir”, a par de outros que têm uma estratégia de valorização das suas capacidades.

Os laços com os países de língua portuguesa, como é o caso dos imigrantes africanos dos PALOP, assim como a integração na então Comunidade Económica Europeia e posteriormente União Europeia, não deixam de ser também causas significativas para a chegada contínua de imigrantes estrangeiros ao território português, o que traz à colação outra questão de crucial importância: a situação

⁹ Tal como o sublinharam, em relação às comunidades migrantes de portugueses no país e no estrangeiro, Trindade (1976: 984, 1986: 326), Goldey (1982: 538), A. F. Costa (1984: 10), A. Almeida (1985: 17), Gonçalves (1987), Leandro (1995) e Silva (1998), fenómeno este resto já observado e estudado classicamente por Thomas e Znaniecki (1971: 23-29) e por E. Weber (1976: 282).

face à lei portuguesa. Nesta amostra 82% dos inquiridos/as encontravam-se em situação regularizada e 18% em situação irregular, em grande parte por escassa fiscalização e controlo por parte do Estado perante empresas infratoras das normas jurídicas estatuídas no DL n.º 97/77, de 3 de Março, art. 2.º e seguintes da Legislação de Trabalho¹⁰. Numa pesquisa parcelar junto de operários foi possível detetar que, entre 30 inquiridos, quatro ofereceram uma inicial resistência ao inquérito precisamente por se encontrarem em situação não regularizada, o que se prende, conforme refere H. M. Santos (1978), com as condições impostas pelos patrões, sujeitando-se a salários mais baixos e a trabalhos mais duros, sendo de referir o testemunho de um dos operários guineenses: “A referida lei é discriminatória, pois não vem resolver o problema do trabalho” (g, h, 9.º ano, operário) e de um outro já com o 12.º ano:

“Sou por enquanto clandestino e trabalho sempre nas obras, às vezes pagam-me e outras vezes não, ou mal pago e seja o que for, não posso fazer nada, só preciso alguma coisa para viver e curtir.” (g, h, 22 anos, 12.º ano, operário)

Por outro lado, a demora na avaliação dos pedidos de residência, tardando dois ou mais anos, significa ou que o trabalhador não pode trabalhar, mesmo tendo uma oferta de trabalho, ou que é oferecido um bónus especial aos patrões que se aproveitam da situação irregular para impor condições desvantajosas aos imigrantes.

Para os imigrantes em situação irregular a procura de emprego representa um problema especial e prioritário, o qual se agrava pela ignorância das leis, inexistência de uma estrutura de acolhimento e informação adequada, levando-os a aceitar qualquer trabalho, sejam quais forem as condições, tal resultando em grande proveito para as entidades patronais. Sendo a insegurança do trabalho e o receio de despedimento uma fonte de angústia e de marginalidade, os trabalhadores em situação irregular, nomeadamente os que se encontram em barracas, estão à mercê dos patrões, aliás proprietários das barracas, que os podem despedir a qualquer momento e a seu bel-prazer. Dois dos imigrantes clandestinos, sentindo-se fortemente explorados e discriminados, desabafaram

¹⁰ Em Portugal os imigrantes considerados legais estão abrangidos pelas normas estatuídas no Decreto-Lei n.º 244/98 de 8/8, o qual regula a entrada, a permanência, a saída e o afastamento dos estrangeiros no/do território português. Do mesmo modo, do ponto de vista laboral, estes imigrantes estão protegidos ao abrigo da norma consagrada no DL n.º 97/77 de 17/03, art. 2.º e seguintes, da Legislação de Trabalho (1996).

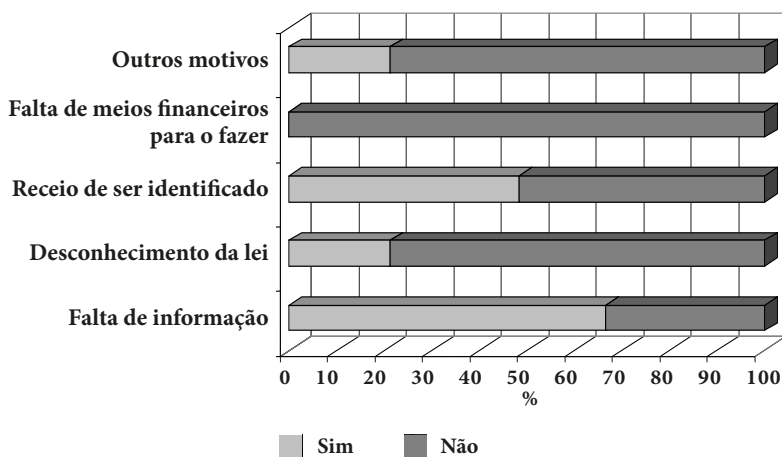
que, se não fosse a guerra nos seus países de origem, regressariam sem qualquer relutância.

Dos que se encontram regularizados, se bem que a maior parte não tenha manifestado desagrado quanto ao tratamento do processo de regularização ou renovação da autorização de residência, alguns queixam-se das limitações da lei, das burocracias dos processos e dos tratamentos que são violadores dos direitos humanos, sobretudo quando se sentem maltratados pelas autoridades policiais:

“Estou muito chateada, porque me tiraram um direito que já tinha adquirido: a minha autorização de residência e tudo desde que vim para Braga! Quando estava em Lisboa não tinha nenhum destes problemas. O meu passaporte caducou. A Embaixada demorou oito meses para tratar de me arranjar outro, entretanto tinha que tratar da renovação da autorização de residência. Por causa da falta de passaporte tive que pagar multas e agora estou com visto temporário! Estou em Portugal desde 1980, sempre tive autorização de residência e agora dão-me autorização temporária. Estou revoltadíssima, estão a brincar comigo, se não fosse o meu filho, ia-me embora! Eu trabalho, eu desconto para a segurança social e ainda sou tratada assim.” (g, mu, s, 41 anos, licenciada, cabeleireira)

Outros há que entram em situação clandestina e nela permanecem durante muito tempo, quer por falta de informação e receio de ser identificado, quer por algum engenho e dose de criatividade gerada pela necessidade de sair, superando os mais diversos obstáculos e controlos oficiais, quer na partida, quer na permanência. O número considerável de imigrantes que disseram ter entrado clandestinamente em Portugal (12%), ainda que este número possa não ser real por subestimação ou ocultação, põe em relevo a questão da existência de imigrantes “legais” *versus* imigrantes “ilegais” que permanecem em Portugal, sendo de assinalar alguns, ainda que raros, casos de trabalhadores/as em situação irregular sujeitos/as a situações similares a trabalhos forçados sem horários, a viver e residir no local de trabalho, na prática sem quaisquer direitos de circulação.

Enquanto não identificados pelas autoridades competentes e sem a proteção da lei, os imigrantes “irregulares” estão sujeitos a todo o tipo de exploração, condições de vida precárias, sujeição a trabalhos pesados e ingratos, baixas remunerações sem poder reclamar ou até sem remuneração com a ameaça de eventualmente serem repatriados. Esta suposta conjectura sai confirmada, quando, uma vez questionados 38 imigrantes (13%) sobre o motivo da sua situação não regularizada, respondem do modo expresso na Figura 15:

Figura 15. Imigrantes não regularizados: razões e motivos

Fonte: IIAPB, 2003.

É de realçar que, entre os motivos invocados para a não regularização, sobressai, em primeiro lugar, a falta de informação em 62% dos casos, os quais, acrescidos ao desconhecimento da lei (18%), perfazem 80% dos motivos de não regularização. No entanto, a alguma destas razões acresce e/ou persiste o “receio de ser identificado” para 45% das respostas dos não regularizados.

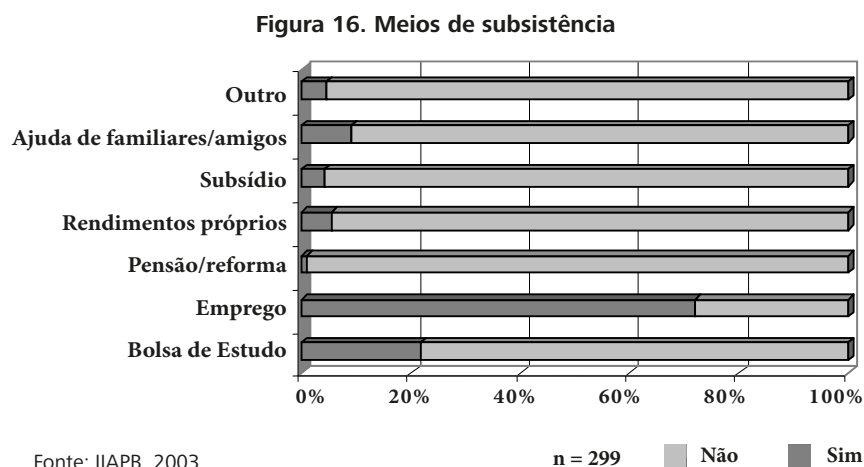
Em suma, os percursos dos imigrantes africanos desde o seu país de origem até aos locais do país de destino, nomeadamente em Braga, são de facto perpassados de dificuldades, as quais, para além dos aspetos já referidos, se circunscrevem a problemas de vária ordem, designadamente no campo laboral, como veremos de seguida.

CAPÍTULO 6. IMIGRANTES NO NOVO ESPAÇO SOCIAL: SITUAÇÃO LABORAL-PROFISSIONAL E HABITACIONAL

Uma vez feita uma breve caracterização sociodemográfica dos inquiridos/as e traçado o seu perfil social, familiar e escolar, dando especial atenção à partida e aos motivos de saída do país de origem, a atenção incidirá agora sobre vários *itens* relacionados com a estadia daqueles/as em termos de sobrevivência, situação legal, situação laboral e profissional, regime contratual no trabalho e setor de atividade, salários ou remunerações sobre o trabalho e tipo de alojamento.

6.1. TRABALHO: PROFISSÕES E REGIMES CONTRATUAIS

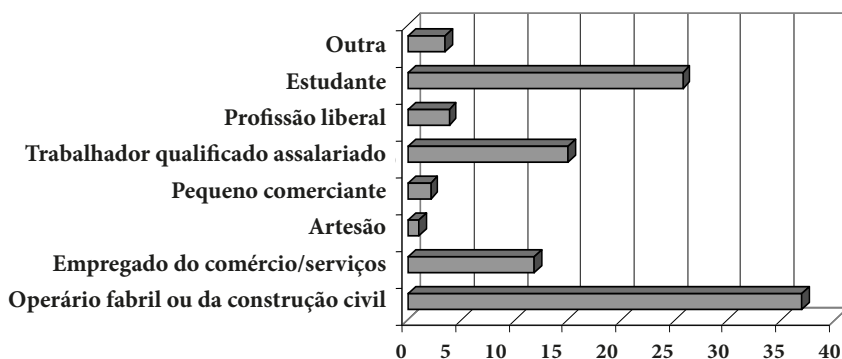
Começando por identificar os meios de subsistência, das respostas recolhidas obteve-se a seguinte distribuição, visível na Figura 16:



Da análise dos dados expostos na Figura 16 é possível salientar, em primeiro lugar e bem distanciado dos demais meios de subsistência, o emprego que surge para 68% dos inquiridos/as como a fonte principal ou exclusiva de sobrevivência. Segue-se a bolsa de estudos para 20%, o que, tendo em conta que uma parte significativa dos inquiridos/as demandou Portugal por razões de estudo, significa que apenas uma parte dos mesmos usufruía de bolsa de estudo, restando aos demais a necessidade de trabalhar para custear os seus próprios estudos. Ainda que com menor peso, há a referir 7% que assinalam a ajuda de familiares e amigos e, por fim, só uma minoria de 3% que aduz ora rendimentos próprios – provavelmente poupanças, dividendos, rendas ou negócios – e um grupo insignificante de 2% que vive de pensões ou subsídios. Tais dados permitem contrariar e desmontar o usual preconceito corrente entre bastantes portugueses/as brancos/as: a falsa alegação de que os emigrantes africanos, como aliás os ciganos, vivem na sua maior parte do Rendimento Mínimo Garantido (RMG), atualmente conhecido como Rendimento Social de Inserção (RSI).

Quando questionados os imigrantes sobre qual a sua profissão anterior à vinda para Portugal, as respostas distribuíam-se entre o não exercício de qualquer atividade profissional, nomeadamente os estudantes, e a ocupação como pequenos agricultores, jornaleiros e caseiros, 'domésticas', por um lado e, por outro, atividades (semi)qualificadas como empregados/as e técnicos/as superiores. Incidindo agora sobre as profissões exercidas já como imigrantes, este é sem dúvida um dos aspetos mais relevantes a serem analisados no retrato sociológico destes grupos migratórios provindos dos PALOP, o que nos é dado pela Figura 17:

Figura 17. Profissão atual dos imigrantes dos PALOP



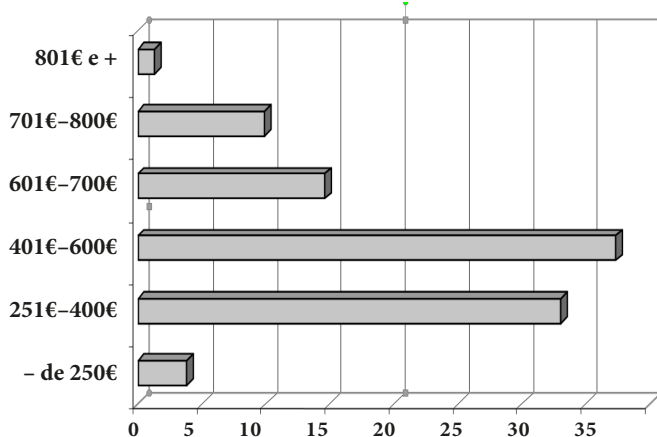
Fonte: IIAPB, 2003.

Apesar das dificuldades de aceder a trabalhadores do setor secundário – parte deles em situação irregular – foi possível constatar que 39% dos inquiridos/as eram operários fabris, da construção civil ou artesãos, os quais, acrescidos dos 12% empregados no setor terciário (comércio e serviços), somam uma maioria de 51%¹. Tais atividades, sendo exercidas por imigrantes em grande parte por serem menos atrativas e com mais baixa remuneração (construção civil e obras públicas exercidas sob grandes empresas ou em subempreitada de pequenas ou médias empresas), ocorrem mesmo quando as experiências profissionais e sobretudo as qualificações destes imigrantes se situam num patamar superior à atividade exercida. Por outro lado, as condições de trabalho destes trabalhadores/as imigrantes são perpassadas de grande instabilidade, precariedade e incerteza, pois, na sua maioria, não têm vínculo contratual ou têm contrato a termo certo, podendo ser descartáveis a qualquer momento (construção civil para os homens e serviço doméstico para as mulheres). Ou seja, as ditas subclasses étnicas, além de deterem, em regra, posições de desvantagem e dependência, mantêm amiúde ocupações pior remuneradas no mercado de trabalho (cf. Figura 18) em geral e, especificamente, em relação à sua categoria profissional por ser imigrante e, eventualmente, por ser negro/a. Mais, deixam de ser objeto de igual tratamento e proteção perante a lei (por exemplo, sem segurança social ou seguro, excesso do horário de trabalho ou recusa abusiva de pagamentos de salários atrasados após o fim do contrato) e são não raro alvo de discriminação por parte de agentes das várias instituições (policiais, de saúde, segurança social, escolares). Além disso, amiúde, por razões de enconchamento identitário ou mesmo de autodefesa, os/as imigrantes negros/as constituem-se em mundos isolados, separados ou até segregados em *ghettos*, cuja baixa ou nula comunicação com portugueses/as brancos/as provoca sentimentos de insegurança e medo junto destes, o que reforça preconceitos e processos de rotulagem e estigmatização para com aqueles, imigrantes negros/as.

Procurando saber os níveis de remuneração salarial, obtivemos ainda relativamente aos inícios da década de 2000 os seguintes resultados distribuídos nos seguintes escalões e expostos na Figura 18:

¹ Convém ter presente que um não desprezável número de respondentes declara que, além da profissão principal na construção ou nos serviços, tem outro trabalho complementar, tendo alguns, nomeadamente guineenses, referido ser também futebolistas, certamente em clubes de terceira divisão ou locais.

Figura 18. Salário médio mensal



Fonte: IIAPB, 2003.

Analisando a Figura 18, não contabilizando 2% sem resposta, ressaltam, em primeiro lugar, como traço dominante os baixos salários atinentes a inícios da década de 2000: 37% situavam-se entre 401 e 600 euros e 33% entre 251 e 400 euros, havendo ainda 4% que se encontravam abaixo dos 250 euros. Apenas 14% ganhavam entre 601 e 700 euros, uma menor fatia de 9% entre 701 e 800 euros e ainda 1% com mais de 800 euros. Assim, 74% dos inquiridos/as recebiam um salário abaixo do salário médio, dos quais 37% abaixo do salário mínimo.

A esta discrepância não serão alheios processos de discriminação salarial também em função da origem étnico-racial, de género ou simplesmente migratória, como podemos ver no Quadro 9:

Quadro 9. Salários por grupos de nacionalidades

Nacionalidade	Angolana		Guineense		Moçambicana		Cabo-verdiana		São-tomense		Outra		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Escalões														
-250 €	6	6	2	9.5	0	0	0	0	1	17	0	0	9	4
251€ - 400€	35	35.4	5	24	19	55.5	9	22	3	50	6	20	77	33
401€ - 600€	35	35.4	12	57	8	23.5	16	39	0	0	14	47	85	37
601€ - 700€	17	17.2	2	9.5	4	12	4	10	2	33	5	16.5	34	15
701€ - 800€	6	6	0	0	2	6	12	29	0	0	5	16.5	25	11
801€ e +	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	0	0	1	0
Total	99	100	21	100	34	100	41	100	6	100	30	100	231	100

Fonte: IIAPB, 2003.

Uma análise por nacionalidades permite-nos mostrar que são os guineenses, os moçambicanos e os angolanos os grupos que apresentam salários mais baixos – assumindo como linha de análise comparativa a média destes valores salariais. Os cabo-verdianos, apesar de apresentarem também salários baixos são, no conjunto, os que auferem rendimentos menos baixos, ligados a profissões intermédias.

Um número considerável de imigrantes africanos, sobretudo enquanto trabalhadores assalariados e membros de minorias étnicas, exercem trabalhos precários nomeadamente na esfera da economia informal ou subterrânea, pertencem a um conjunto de indivíduos vulneráveis à pobreza, dado que o desemprego é para eles um risco permanente. Em Braga, até finais da década de noventa, o desemprego, incluindo o de imigrantes africanos, era reduzido, apesar de o subemprego ser uma situação recorrente. A partir do início da década de 2000 e sobretudo desde 2005 o desemprego começa a ser uma realidade mais visível, de acordo com as informações do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)². Além disso, sair do desemprego e encontrar

² O Decreto-Lei n.º 46731 de 9/12/1965 criou o Serviço Nacional de Emprego, cujos objetivos eram, entre outros, “a colocação dos trabalhadores; a elaboração da classificação nacional das profissões; o estudo do mercado de emprego para facilitar a mobilidade profissional e geográfica da mão-de-obra e colaborar na definição da política de emigração que culminou com a elaboração do DL n.º 97/77, de 17/03 sobre o trabalho dos estrangeiros em Portugal. Em relação a este decreto-lei, ele nem sempre é aplicável na prática, não passando de uma medida meramente

trabalho não significa ter trabalho estável nem deixar a pobreza ou a vulnerabilidade à pobreza, pois, como o exprimem vários dos testemunhos, restam-lhe os trabalhos piores e mais mal pagos e amiúde no setor informal: “Arranjar trabalho é mais difícil para nós, nós ficamos com os piores trabalhos” (h, a, s, 24 anos, operário); ou, quando muito, sentem-se razoavelmente no trabalho, mas consideram os salários muito baixos: “Sinto-me bem no trabalho, mas o salário não compensa” (m, a, s, 22 anos, empregada). Um outro conta que, antes de vir para Braga, vivia em Queluz-Massamá e trabalhava na construção civil, fazendo notar, hoje já como licenciado, a segmentação racial marcante nas atividades da empresa, mesmo quando alguns apresentavam habilitações superiores ao trabalho indiferenciado na construção:

“Vivi na zona de Queluz – Massamá, tinha que apanhar um comboio ... não vivi num desses bairros chamados de bairros étnicos, vivi num quarto alugado mas ia trabalhar para a zona do Campo Grande nas obras e apercebi-me que naquela altura tinha muitos, muitos africanos, uma quantidade de pessoal autóctone muito limitada com a exceção dos chefes, dos engenheiros que eram autóctones ou brancos, de resto era tudo pessoal africano negro, convém que se frise isso. Foi assim.” (st, 33 anos, sociólogo, bancário)

Comparada a situação profissional atual e a que exerciam no país de origem, alguns deles sentem uma desqualificação estatutária, sendo de referir alguns testemunhos que, por outro lado, mostram a necessidade de um horizonte mais alargado, sobretudo a formação superior:

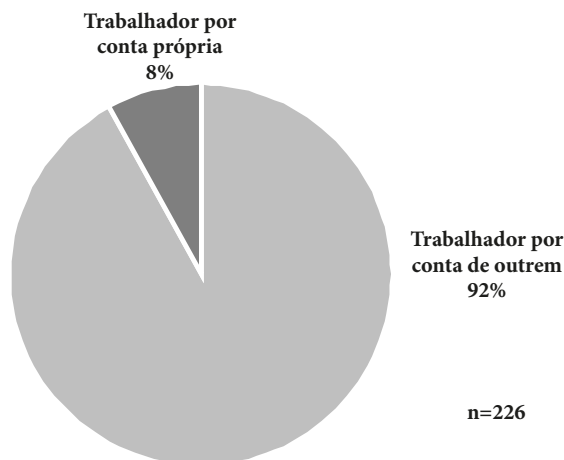
“Em São Tomé eu estudei, trabalhei na construção civil, dei aulas – aulas de alfabetização, desenvolvi também projetos junto à UNICEF e ao PNUD, e dava a catequese, eram essas coisas que eu fazia em São Tomé. Sentia-me bem porque estava ocupado e fazia muitas coisas, mas, por outro lado, sentia que não tinha

jurídico-formal sem aplicação nem consequências práticas. O conceito de desempregado-imigrante como ator social é convencionalmente definido “como todo aquele que, à margem do enquadramento legal por parte dos empregadores, de forma friccional e involuntariamente, não exerce, num determinado período de tempo, uma actividade remunerada que lhe permita adquirir meios básicos de sobrevivência individual ou grupal”. No caso específico de Braga, se nas últimas décadas já se observa um desemprego estrutural, até cerca de 2000-2001 o desemprego era mais de tipo friccional, na medida em que se observava um movimento incessante em busca de novos e/ou melhores empregos; contudo, não se pode falar propriamente de desemprego voluntário, pois era frequente a falta de contratos de trabalho para alguns e contratos a prazo para outros, a falta de boas condições de trabalho e a ocorrência de situações de discriminação.

informações suficientes para fazer determinadas coisas. Mesmo nas coisas que eu fazia – trabalho com crianças, o dar aulas – a formação e a informação que eu tinha era muito pequena, e então sempre lutei com o objetivo de ter uma formação superior.” (st, 33 anos, sociólogo de formação, bancário)

Por outro lado, importa ter presente que entre os inquiridos/as há uma notável taxa de trabalhadores qualificados por conta de outrem (14%) que, adicionados aos profissionais liberais por conta própria, perfazem uma razoável taxa de 17%, não se afastando esta última da média da população portuguesa qualificada autóctone, branca. Por fim, a taxa relativamente elevada de estudantes, em torno dos 25%, foi assim arrumada como categoria específica, a qual, enquanto tal e do ponto de vista dos lugares laborais ou profissionais, não conta ou, pelo menos, não deve ser considerada, em termos atuais, podendo, quando muito, ser projetada potencialmente como força de trabalho qualificada em Portugal ou, mais provavelmente, nos seus países de origem. A sua inclusão na Figura 17, se, por um lado, se justifica em termos da contabilidade dos resultados noutros *itens* relevantes da amostra, neste aspeto em particular faz descer as taxas dos ativos, enviesando dalgum modo a distribuição destes, como veremos. Olhando os dados tendo apenas em conta a situação profissional – por conta própria ou por conta de outrem – pudemos apurar a seguinte distribuição em termos dicotómicos de assalariados *versus* trabalhadores por conta própria:

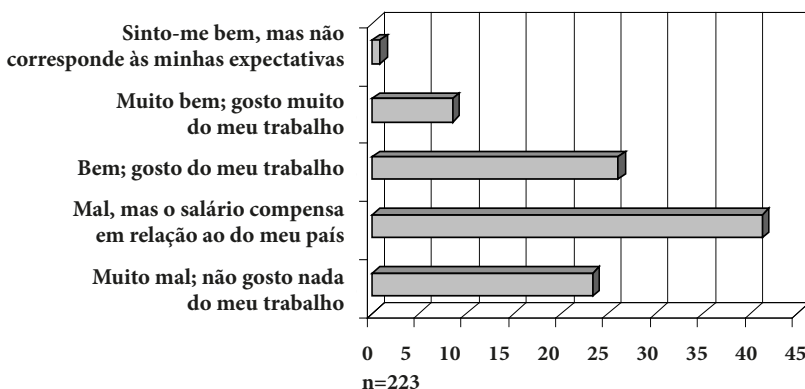
Figura 19. Situação profissional dos imigrantes dos PALOP



Fonte: IIAPB, 2003.

A Figura 19 sobre a situação profissional replica *grosso modo* e resume o quadro da distribuição por profissões, com 8% de trabalhadores por conta própria e 92% por conta doutrem. Sendo a condição de assalariados a largamente predominante, seria importante questionar em que medida os imigrantes no contexto laboral se sentem satisfeitos no seu trabalho, cujas respostas obtidas expressas se resumem na Figura 20:

Figura 20. Perceções face ao trabalho



Fonte: IIAPB, 2003.

Se, por um lado, temos um considerável número de respostas a sustentarem “gostar do trabalho” (26%) e mesmo “gostar muito” (8%), somando, assim, 34%, a grande maioria (63%) vê negativamente o trabalho: 40% sente-se mal no trabalho, mas o salário compensa em relação ao país de origem, 23% sente-se “muito mal” e “não gosta nada” do trabalho que faz.

Para além de trabalhos com salários baixos, como vimos, a estas percepções predominantemente negativas não será estranho o facto de os imigrantes, quer dos PALOP, quer de outras origens geográficas, nomeadamente do Leste, executarem, como mencionado, trabalhos mais duros, do ponto de vista do esforço físico, nas grandes obras públicas, de infraestruturas (pontes, autoestradas) e de construção civil. Porém, o que mais magoa os imigrantes negros é a discriminação de que são objeto: “*Eu lá no trabalho sou visto como o diferente, todos me tratam não pelo nome mas como o black*” (g, h, 35 anos, armador de ferro); e um outro que desabafa:

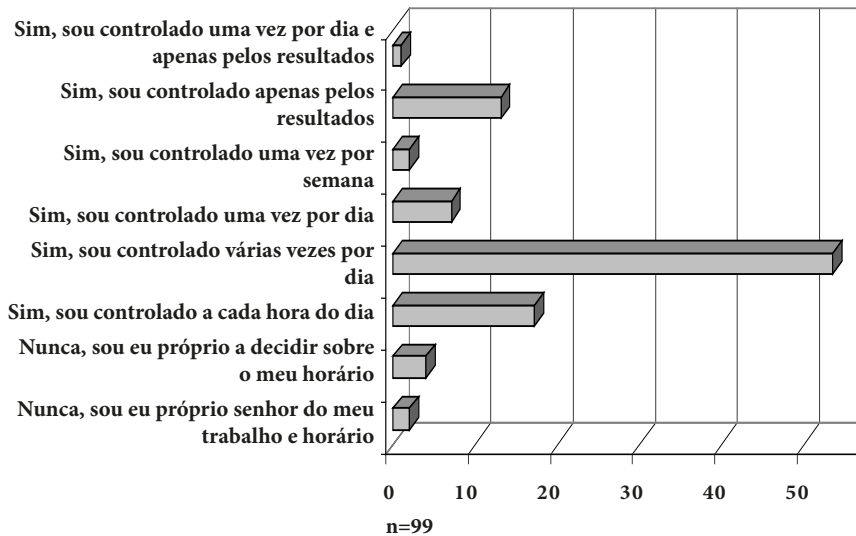
“Há muitas rasteiras e os africanos são testados nos seus locais de trabalho sob o seguinte princípio: “és burro, até que proves o contrário!” Há a ideia de que tudo que vem de África não tem capacidade de pensar!” (cv, h, 21 anos, estudante)

Estes dados, para além de serem um indicador do grau de “satisfação” ou “insatisfação”, convocam para a reflexão alguns outros conceitos mais amiúde utilizados pela Psicologia Social como a motivação e o *stress* na esfera laboral³. Porém, o *stress*, tendo lugar no espaço laboral, pode tornar-se mais grave se o imigrante se confronta com períodos de desemprego elevado e persistente, com rendimentos e outros recursos cada vez mais reduzidos, afetando as emoções dos próprios e transbordando sobre pessoas da sociedade recetora. Ora as emoções e os sentimentos de revolta podem mesmo vir à superfície, nomeadamente quando é aplicado ao imigrante o epíteto de ‘usurpador’ dos postos de trabalho dos nacionais, esquecendo-se uns e outros que, na realidade, o problema do desemprego no país é especialmente decorrente da lógica do sistema capitalista vigente.

Acresce que o *stress* pode ainda aumentar, sempre que ocorre um excessivo controlo dos trabalhadores no processo de trabalho. Se entre os trabalhadores autóctones se constata amiúde um controlo laboral causador de *stress*, este faz-se sentir mais ainda sobre os próprios migrantes. A frequência de controlo é-nos dada através das respostas expressas na Figura 21:

³ Segundo Lázaro (1997), “a motivação no trabalho é normalmente relacionada com a satisfação, mas a natureza dessa relação não é clara, pois a satisfação no trabalho não é o mesmo que a motivação. A satisfação é mais do que uma atitude ou estado interno, associado a um sentimento pessoal, a motivação é entendida como um processo que pode conduzir à satisfação. Quanto ao conceito de *stress*, embora difícil de definir, ele surgiu no século XIX, foi posteriormente aplicado pela medicina no início do século XX e aplicada pela Psicologia após o fim da Segunda Guerra Mundial, a fim de explicar a situação de distúrbio mental provocado pela guerra. Tem sido cada vez mais aplicado em contexto laboral e visto como desgastante e ameaçador, nomeadamente quando o fator stressor principal, já físico, já psicológico, reside na sobrecarga laboral, à qual se adiciona, no caso dos imigrantes africanos negros, a discriminação de que são alvo, forçando-os a adaptações do organismo, o que coloca em risco a vida pessoal ou social (cf. Lázaro 1997).

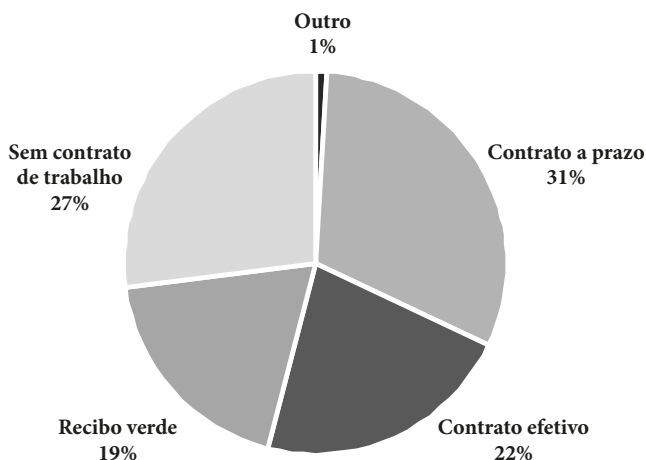
Figura 21. Frequência de controlo dos imigrantes no trabalho



Fonte: IIAPB, 2003.

Relativamente aos inquiridos/as, o que salta, em primeira instância, é o facto de 52% referirem serem controlados várias vezes ao dia no seu trabalho e 15% serem controlados a cada hora de trabalho, elevando assim para 67% aqueles que sentem um controlo mais apertado no trabalho. Apenas uma minoria diz ser controlada uma vez por dia (7%) ou uma vez por semana (2%) ou pelos resultados (11%), sendo baixa ou mesmo residual a percentagem dos que se sentem relativa ou absolutamente autónomos na definição do seu trabalho e do tempo de trabalho (6%).

No que toca ao regime contratual de trabalho, os resultados obtidos a partir das respostas dos inquiridos/as e expressos na Figura 22 são também significativos.

Figura 22. Regime contratual dos imigrantes dos PALOP

Fonte: IIAPB, 2003.

Salvo 22% que afirmam ter um contrato efetivo de trabalho, os inquiridos/as, na sua grande maioria, ou têm contrato a prazo ou trabalham a recibos verdes (50%) com contornos de acentuada precariedade laboral ou simplesmente trabalham sem qualquer contrato (27%), indiciando este tipo de situações uma permanente insegurança socioeconómica, jurídica com riscos graves em termos de doença, acidente ou mesmo repatriamento. A partir dos resultados do trabalho de terreno, registamos casos de homens profundamente afetados devido às preocupações causadas por empresas que exigem a adaptação a estas novas formas de trabalho, especialmente em contexto de trabalho sem contrato e/ou com contrato a prazo, circunstâncias que dão origem a incompatibilidades e provocam estados de insegurança económica e psicossocial nos próprios imigrantes. Mesmo aqueles emigrantes que estão em situação regular se deparam com dificuldade de arranjar emprego, pois as exigências dos empregadores tornaram-se maiores perante ele, ao contrário do que observava quando era trabalhador “clandestino”, tal como testemunha um deles:

“Não posso pensar valer-me da situação legal. Trabalho como guarda-noturno sem contrato, já que a vida aqui para nós é assim. Conheço aliás muitos amigos legais que trabalham nas obras [trolhas], sem contrato de trabalho, pois os patrões não aceitam fazer contrato.” (g, h, 42 anos, guarda-noturno)

Tendo presente os regimes contratuais, será igualmente relevante aferir como se distribuem os diferentes regimes contratuais pelos diversos setores de atividade, o que nos é dado pelo Quadro 10:

Quadro 10. Regime contratual por setor de atividade

Regime Contratual	Cons- trução		Comércio/ serviços		Funcio- nalismo		Outros		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Contrato a prazo	14	26	31	33	0	0	20	31	65	30
Contrato efetivo	0	0	39	41	3	100	7	11	49	23
Recibo verde	6	11	14	15	0	0	19	30	39	18
S/ contrato de trabalho	34	63	8	9	0	0	18	28	60	28
Outro	0	0	2	2	0	0	0	0	2	1
Total	54	100	94	100	3	100	64	100	215	100

Fonte: IIAPB, 2003.

Da análise do Quadro 10 podemos constatar que, enquanto o funcionalismo é o setor em que se verifica uma maior estabilidade contratual, seguido do comércio/serviços, o setor da construção civil é aquele que apresenta maior precariedade de trabalho, concentrando 63% de trabalhadores sem contrato de trabalho e 26% com contrato a prazo. Ora o trabalho sem contrato ou com contrato a prazo são formas de trabalho considerado eufemisticamente trabalho atípico mas que na realidade se trata de trabalho sem direitos, na medida em que facilita a flexibilização do emprego, promove a submissão do mercado de trabalho à lógica microeconómica de curto prazo, a que estão associadas situações de vínculo laboral precário, nas quais se encontram trabalhadores com baixos salários em atividades fisicamente pesadas e económica e socialmente desqualificadas (cf. Amaro 1986, Marques 1997, Baganha 1999).

Com base em relatos dos próprios imigrantes podemos nos aperceber de situações preocupantes do ponto de vista existencial causadas pelas situações discriminatórias de que são alvo, especialmente no emprego e/ou no mercado de trabalho ou no momento de um desemprego involuntário. Enquanto vivem com trabalho – mesmo que sem contrato ou a prazo – sentem alguma, ainda que frágil e incerta, satisfação; porém, o seu nível de ansiedade, sobretudo quando

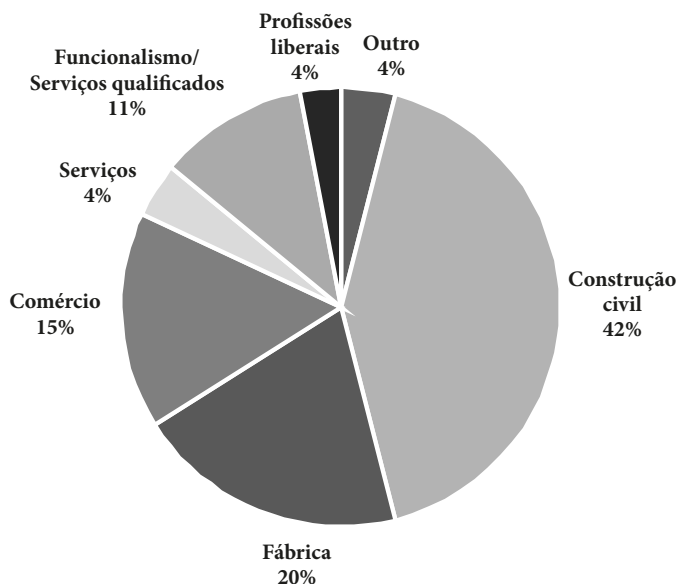
o contrato a prazo está prestes a terminar, é elevadíssimo⁴ e, na eventualidade de ficarem involuntariamente sem trabalho, a sua frustração emotiva ou psíquica é tremenda, desembocando em sentimentos de “desespero” ou numa profunda desmotivação⁵. Com efeito, pudemos observar casos de imigrantes africanos submetidos a diversas responsabilidades e trabalhos de risco, em que são exigidos esforços físicos para além das suas próprias capacidades físicas. Se a estas situações de desgaste físico e psíquico se segue o desemprego, instala-se o “desespero”, amiúde conducente ao desenvolvimento de doenças cardiovasculares, hipertensões ou depressões causadas pelo choque do desemprego, associado a um sentimento de rejeição e discriminação⁶. Mais, por vezes, sentem-se invadidos por sentimento de mal-estar, de baixa autoestima e mesmo de culpabilidade contra semelhante “fracasso”, colocando-se a si próprios uma série de dúvidas e perguntas: “sou discriminado porque tenho pouca formação profissional, ou porque sou africano, ou porque...”. Em suma, para além da precariedade socioeconómica, estes imigrantes veem-se emocional e afetivamente destroçados, com tensões nervosas, reações depressivas, especialmente os clandestinos, os quais, para tentarem reduzir o seu mal-estar, tendem por vezes a cair no alcoolismo.

Relativamente à distribuição dos imigrantes por setores de atividade, deixando de parte os estudantes que, estando apenas exclusivamente ocupados e direcionados para os estudos, não operam como trabalhadores nos processos de (re)produção, conseguimos apurar a seguinte distribuição dos respondentes ativos pelos seguintes setores de atividade, o que nos é dado pela Figura 23:

⁴ Raramente os imigrantes se atrevem a mostrar os sinais da sua fadiga física ou psíquica com o receio de ficarem desempregados e/ou desqualificados/as aos olhos do empregador, da família e da sociedade de acolhimento e sobretudo da comunidade de origem.

⁵ Segundo Sammuelson e Nordhaus (1993: 662), estudos da saúde pública indicam que o desemprego leva à deterioração da saúde, tanto física como psíquica, a níveis elevados de doenças do coração, ao alcoolismo e ao suicídio. A nível psicológico, indicam que ser despedido de um emprego é geralmente tão traumático quanto a morte de um amigo ou falhanço escolar.

⁶ As elevadas pressões psicossociais movidas pela discriminação designadamente no emprego, na rua ou na habitação perturbam a satisfação, a motivação e, em alguns casos, o desempenho dos indivíduos envolvidos. Em relação aos resultados nefastos que a discriminação traduz no indivíduo, é de salientar que, de uma maneira geral, estudos realizados consideram que a discriminação é altamente prejudicial não só na vida laboral, como inclusive na própria identidade do trabalhador/a, sendo um fator que aumenta o risco da rutura das relações laborais, sociais e familiares.

Figura 23. Setor de atividade dos imigrantes PALOP

Fonte: IIAPB, 2003.

A Figura 23, contrariamente à Figura 17, que incluía os estudantes, faz subir as taxas dos ativos por setor e, nesse sentido, mostra com maior clareza que a grande parte dos respondentes no ativo é constituída por operários fabris (20%) e sobretudo da construção civil (42%), o que perfaz 62% dos inquiridos/as.

Em menor percentagem, mas também considerável, podemos anotar a presença de 19% de inquiridos/as no comércio e nos serviços e 11% no funcionalismo e outros serviços qualificados, restando ainda 4% de profissionais liberais e, sob a designação “outro”, 4% de, como acima foi inferido, profissionais mais qualificados, nomeadamente por conta própria.

**Quadro 11. Setor de atividade
por comunidades nacionais de imigrantes**

Nacionalidade	Angolana		Guineense		Moçambicana		Cabo-verdiana		São-tomense		Outra		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Construção	31	26	8	29.6	0	0	8	14	0	0	11	34	58	20
Fábrica	25	21	2	7.4	6	16	12	21	0	0	3	9	48	17
Comércio/serviços	28	24	10	37	20	54	20	34	3	23	10	31	91	32
Funcionamento	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	4	13	5	2
Outros	34	29	7	26	10	27	18	31	10	77	4	13	83	29
Total	118	100	27	100	37	100	58	100	13	100	32	100	285	100

Fonte: IIAPB, 2003.

Analisando o Quadro 11, podemos visualizar a distribuição das comunidades nacionais de imigrantes, por setor de atividade. Na construção civil e na fábrica encontramos, predominantemente, angolanos (47%), guineenses (37%) e cabo-verdianos (35%). Os moçambicanos/as inquiridos trabalham, principalmente, no comércio/serviços (54%) – entre os quais alguns comerciantes indianos que, tendo-se transferido para Moçambique após a independência de Goa e, posteriormente, no pós 25 de Abril de Moçambique para Portugal⁷ – e os são-tomenses enquadram-se mais na categoria “outros” (77%) que, como vimos anteriormente e cruzando com o grau de escolaridade, nos permite aferir que se relacionam com atividades mais qualificadas e/ou por conta própria ou então com a situação de estudo.

⁷ Esta franja de comerciantes indianos a viver em Lisboa foi analisada por Ávila e Alves (1993).

Quadro 12. Graus de escolaridade dos imigrantes por setores de atividade

Setor	Construção civil		Fábrica		Comércio/serviços		Funcionalismo		Outros		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Sabe ler e escrever	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
4.ª Classe	6	10	4	8.5	8	8.5	0	0	3	4	21	7.4
2.º Ano	12	21	7	15	15	16	1	20	1	1	36	13
9.º Ano	23	40	7	15	24	26	0	0	6	7.5	60	21.2
12.º Ano	12	21	9	19	21	22.5	3	60	10	12.5	55	19.4
Curso Médio	2	3	5	10.5	5	5	1	20	4	5	17	6
Curso Superior	2	3	15	32	20	22	0	0	56	70	93	33
Total	58	100	47	100	93	100	5	100	80	100	283	100

Fonte: IIAPB, 2003.

Se pretendemos cruzar a instrução escolar destes trabalhadores com a sua distribuição por setores de atividade, a análise do Quadro 12 não nos permite traçar linearidades, ou seja, se, numa primeira análise, podemos dizer que quanto menor a escolaridade maior é a presença em trabalhos desqualificados, como é o caso nítido da construção civil (63% dos inquiridos têm até 9.º ano de escolaridade), o contrário não é assim tão evidente: por exemplo, 32% dos inquiridos/as com curso superior trabalham em fábricas.

6.2. HABITAÇÃO E ALOJAMENTO: CONDIÇÕES E EQUIPAMENTOS

Sendo a habitação um direito fundamental inscrito na própria Constituição da República Portuguesa (art. 65.º) e correspondendo a uma necessidade básica, as condições de habitação são reveladoras das condições de existência, como podemos verificar, observando alguns indicadores que lhe dizem respeito: a localização residencial, o tipo de alojamento e as infraestruturas, as condições sanitárias, o valor da renda e o número de pessoas que vivem em cada casa, para o que deve ser tida em conta o mais fácil acesso à habitação no concelho e inclusive na cidade de Braga, em grande parte por uma política de solos e construção economicamente mais acessível até à década de 2000.

A análise dos resultados, na sua totalidade, vem contrariar a ideia feita de se associar os imigrantes a péssimas ou mesmo más condições de habitação, começando, desde logo, pela localização residencial, que é uma expressão direta da existência ou não de significativos contrastes na condição social. Contrariamente às comunidades ciganas que foram deliberadamente mantidas ou deslocadas para bairros sociais mistos (Santa Tecla e Enguardas) ou mesmo totalmente segregadas (bairro do Picoto), em Braga não existem bairros de negros, nem estes são relegados para as zonas pobres da cidade ou da periferia, como nos mostram os Quadros 13 e 14:

Quadro 13. Tipo de área residencial por nacionalidade

Nacionalidade	Angolana		Guineense		Moçambicana		Cabo-verdeana		São-tomense		Outra		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Área residencial														
Área urbana central	102	83	15	56	29	81	46	82	8	80	27	77	227	79
Área urbana periférica	16	13	10	37	7	19	8	14	2	20	6	17	49	17
Área periurbana	4	3	2	7		0		0		0	0	0	6	2
Área rural	1	1		0		0	2	4		0	2	6	5	2
Total	123	100	27	100	36	100	56	100	10	100	35	100	287	100

Fonte: IIAPB, 2003.

Segundo o Quadro 13, 79% dos inquiridos responderam residir na área urbana central, 17% na área urbana periférica, contra as baixas percentagens dos que responderam na área periurbana (2%), ou na área rural (2%). Podemos daqui inferir, para além de outros dados de ordem qualitativa, que não se evidenciam, em regra, processos de segregação espacial e habitacional, contrariamente a outras situações no país, nomeadamente nas zonas metropolitanas de Lisboa e Porto (cf. Machado 1992 e 1994), a que não será estranho o diferencial das rendas nestas áreas urbanas e em Braga em favor dos residentes

nesta última cidade, nomeadamente até anos mais recentes. A fim de dar conta das situações de habitação em Braga, começaremos por olhar para o tipo de alojamento, que nos é dado pelo Quadro 14:

Quadro 14. Tipo de alojamento. por nacionalidade

Nacio- nalidade	Ango- lana		Gui- neense		Moçam- bicana		Cabo- -verdiana		São- -tomense		Outra		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Apartamento	92	72	14	52	24	65	46	79	4	31	26	74	206	69.4
Moradia	1	1	0	0	1	3	0	0	0	0	2	6	4	1.3
Quarto	26	20	8	29.5	6	16	1	2	1	8	3	9	45	15.2
Lar de estudantes	2	2	5	18.5	4	11	7	12	6	46	0	0	24	8.1
Lar de Inst. Sociais	1	1	0	0	0	0	3	5	2	15	0	0	6	2
Outro	5	4	0	0	2	5	1	2	0	0	4	11	12	4
Total	127	100	27	100	37	100	58	100	13	100	35	100	297	100

Fonte: IIAPB, 2003.

À exceção dos 10% de inquiridos/as que vivem em residências/lares de estudantes e lares de instituições sociais, destacando-se aqui o grupo dos são-tomenses (61%), e dos 15% que vivem em quartos, principalmente guineenses (30%) e angolanos (20%), 70% dos inquiridos/as vivem em apartamento, dos quais residualmente 1% tem uma moradia. Embora não seja um esquema exclusivo por parte de imigrantes – também o fazem os estudantes não africanos do ensino superior –, uma prática corrente em Braga consiste no arrendamento por um dos imigrantes de um apartamento, cuja renda, seguidamente, é dividida por vários, o que torna mais económico o custo da habitação e explica também a elevada percentagem de habitação em apartamento. De resto, esta distribuição não deixa de ser condizente com os percursos e trajetos migratórios e com a própria constituição familiar (cf. Quadro 15).

Quadro 15. Composição do agregado familiar

Agregado familiar	n.º	%
Sozinho/a	106	37
Irmãos	33	11.5
Sem laço conjugal	10	3.5
Casal sem filhos	23	8
Casal com filhos	82	29
Viúvo/a com filhos	5	2
Solteiro/a com filhos	17	6
Com alargamento*	8	2
Múltiplo**	3	1
Total	287	100

* Inclui o alargamento ascendente e descendente.

** Inclui o múltiplo secundário unificado masculino e feminino.

Fonte: IIAPB, 2003.

Ao nível da composição do agregado familiar, 37% dos inquiridos vivem sozinhos, 29% vivem em agregados constituídos por casal e filhos e 11.5% numa unidade como irmãos/ãs. Embora a larga maioria dos inquiridos/as viva em apartamentos, tal não significa necessariamente que aí vivam apenas famílias nucleares ou compostas. Estes são, também, objeto de opção habitacional para homens ou mulheres sem laços familiares que decidem arrendar um apartamento, movidos por razões de economia, de redução de gastos, assim como pela partilha material, cultural e simbólica. Neste caso estarão incluídas algumas das respostas de inquiridos/as que, face à questão do tipo de agregado, preferiram a resposta “sozinho” pelo facto de a habitação ser partilhada, não tanto por razões de afinidade, mas mais de cariz instrumental e sem ligações de ordem parental.

Se situações de alojamento em subúrbios ou em bairros de lata degradados e insalubres não são uma realidade muito presente no distrito de Braga, não podemos deixar de destacar os 4% de habitação não especificada que o trabalho de campo permitiu aferir serem habitações de tipo barraca ou contentor⁸, uma questão à

⁸ De uma pequena amostra levada a cabo entre a comunidade guineense pelo assistente estagiário Justino Tati no quadro desta pesquisa, concluiu-se que 26,6% dos respondentes num

qual voltaremos quando analisarmos as condições de habitabilidade. A razão pela qual, contrariamente às áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, se pode explicar a residual existência de barracas, prende-se, como referido, com os preços de arrendamento dos apartamentos e dos quartos em Braga, tendo sido a Câmara Municipal entidade facilitadora no processo de disponibilização de solos a preço acessível para construção quer para habitação própria, quer para arrendamento. Pelo menos até à altura em que foram aplicados os inquéritos, e no conjunto dos que tinham casa arrendada, 34% pagavam igual ou menos de 20 000\$00 (100 euros), 37% entre 21 000\$00 e 40 000\$00 (101 e 200 euros), 23% entre 41 000\$00 e 60 000\$00 (201 e 300 euros), 3% entre 61 000\$00 e 80 000\$00 (301 e 400 euros) e 3% mais de 80 000\$00 (400 euros).

Falar do tipo de alojamento leva-nos a olhar para as condições de habitabilidade. Pelos resultados apurados é possível inferir que a maior parte dos inquiridos/as possui habitação ou alojamento condigno e com um mínimo de condições (cf. Quadros 16 e 17)

Quadro 16. Condições habitacionais

	%
Cozinha	94.5
Um quarto	53.1
Dois quartos	22.7
Três ou mais quartos	24.7
Simplex retrete	2.5
Retrete/duche	9.3
Casa banho completa	89.4
Água corrente	95.7
Eletricidade	95.7
Janelas	94.5
Chão/pavimento	55.3

Fonte: IIAPB, 2003.

determinado espaço periférico junto de obras de construção viviam em barracas em condições degradadas. Tratava-se de trabalhadores da construção civil que viviam em contentores, pertença do proprietário das obras.

Em termos gerais, constatamos que a grande maioria possui condições básicas de habitabilidade: água corrente, eletricidade, janelas, cozinha e mesmo casa de banho, sendo minoritários os que apenas dizem ter “simples retrete”. Além disso, há a reter que só 55% têm pavimento na sua casa. De resto, as respostas dos inquiridos/as quanto às condições de habitação reforçam os dados de ordem objetiva: 48% referem ser muito satisfatórias, 30% satisfatórias e 20% razoáveis, havendo apenas uma minoria residual de 2% que as considera insatisfatórias, sobre as quais convém todavia fazer algumas considerações, tal como foi observado no trabalho de campo.

Ainda que em número reduzido, não podemos obnubilar o caso dos inquiridos/as que vivem em barracões e contentores, como foi possível detetar por um dos inquiridores em trabalho de campo nas imediações de alguns locais de trabalho. Em 30 inquéritos aplicados nestes locais, 22 (73,3%) dos inquiridos/as viviam em apartamento, mas 8 (26,7%) viviam em barraca ou contentor, dos quais 7 eram guineenses e 1 angolano. E, em termos de grupo etário, entre estes 8 cidadãos a viver em barracas ou contentores 5 tinham entre 15 a 29 anos e 3 entre 30 e 44 anos. A aplicação dalguns inquéritos, entrevistas e a observação participante permitem descrever algumas dessas condições. Em cada contentor havia quatro camas (duas camas montadas uma por cima da outra), uma casa-de-banho e cozinha, de uso coletivo, para cerca de 15 ou mais trabalhadores de diversas nacionalidades; a água escorria por toda a cozinha e pela casa de banho; o lixo amontoava-se à volta da cozinha e o ferro e outro material da construção ‘adornavam’ os espaços exteriores dos contentores. Por outro lado, havia falta de pratos e de talheres e, em alguns casos, não existiam casas de banho nas obras, sendo as necessidades biológicas feitas ao ar livre.

No quadro deste conjunto de condições habitacionais degradadas para os trabalhadores importa, por outro lado, registar o evitamento de custos de transporte de/para o trabalho, o ocasionar de aumento de horas extraordinárias, amiúde não pagas, e outras condições favoráveis aos patrões, a saber: a presença dos trabalhadores garantia a vigilância permanente do seu material, aumentava a dependência dos trabalhadores à empresa e diminuía o poder reivindicativo desses operários. Mais, em termos psicossociais, é de assinalar o sentimento de “exclusão” e o aumento de tensão devido à sobrecarga laboral que muitas vezes se traduzia na falta de condições adequadas de segurança e higiene no trabalho, pois muitos dos operários trabalhavam sem capacetes, botas e outras medidas preventivas de trabalho.

O interesse em manter esta situação tem-se prendido, principalmente, com fatores de ordem económica e psicossocial. Relativamente à primeira,

podemos exemplificar em duas grandes linhas: em termos da produção, ao tornar a força de trabalho mais controlável e vigiada diretamente pelo patrão ou pelos encarregados; e nos custos de reprodução da força de trabalho, tornada mais barata pela poupança em transportes e no consumo de bens – estratégia eventualmente convergente com a dos próprios imigrantes preocupados em reduzir custos e aforrar o mais possível, mesmo à custa de condições de vida degradantes e com a contrapartida de terem que fornecer horas extraordinárias, amiúde não pagas em compensação do alegado alojamento precário. Quanto à segunda, foi possível constatar que a dependência psicossocial faz com que os trabalhadores que têm menos contactos com colegas nacionais se sintam mais vinculados ou coagidos e tenham menor ‘poder tático’, na expressão de Wolf (1974: 300), ou seja, estejam menos predispostos à reivindicação dos seus direitos. Acresce, neste âmbito, um sentimento de “exclusão” e um aumento de tensão por sobrecarga laboral, traduzida em horas extraordinárias e na falta de condições adequadas de segurança e higiene no trabalho.

Quanto aos equipamentos, há a distinguir os diversos tipos, cuja distribuição nos é dada pelo Quadro 17:

Quadro 17. Índice de bens por percentagem

Tipo de Bens	%
Frigorífico	83.7
Fogão	84.6
Rádio	79.5
Máquina de lavar roupa	84.6
Máquina de lavar louça	7.4
Micro-ondas	23.5
Aspirador	30.2
TV a cores	97.5
Vídeo	40.1
Hi-fi	64.8
Máquina de filmar	4.9
Telefone	66.0
Telemóvel	71.4
Computador	21.7
TV cabo	33.5

Fonte: IIAPB, 2003.

Se uma grande parte dos imigrantes inquiridos/as possui os equipamentos básicos e de maior necessidade (fogão, frigorífico, máquina de lavar roupa, televisão, rádio), outros bens, embora não tão essenciais mas hoje considerados importantes (v.g., telemóvel e/ou telefone e wi-fi), são possuídos também por uma parte considerável, respetivamente 71% e 64%. Já, porém, bens menos necessários ou economicamente menos acessíveis (máquina de lavar louça, aspirador, micro-ondas, TV cabo, computador, vídeo, máquina de filmar) são bem menos expressivos, ficando-se entre 40% e 5% de possuidores.

Se a maioria apresenta boas condições habitacionais, esta situação particular não esconde, todavia, algumas dificuldades sentidas pelos inquiridos/as na hora de encontrar uma casa, principalmente no que se prende com atitudes discriminatórias no mercado de alojamento, como refere C., um dos imigrantes entrevistados:

“Eu vivi durante três anos num apartamento, com casa de banho (sem porta e janelas e com lavatório partido), com água a escorrer nas paredes quando chovia e mais não digo... Mas quando eu de lá saí, o senhorio fez todas as remodelações necessárias que nunca tivera feito durante a minha estadia: pintou, alcatifou, colocou portas, janelas e lavatório em condições, enfim, meteu tudo no ponto... e, depois, alugou-o a nacionais. Eu, assim, pergunto-me: porque não tinha feito tudo isso durante o meu tempo?” (cv, h, s, 32 anos, operário)

Das condições de fiança à apresentação de restrições de vária ordem, muitos são os pretextos que bloqueiam um normal processo de arrendamento, ainda mais se o senhorio se defronta com um inquilino negro após marcação de encontro para ver a casa ou o quarto, podendo esse (des)encontro ser ilustrado com os seguintes casos relatados:

“Além de nos exigirem fiador, que em si é difícil de arranjar, quando eu ou o meu marido respondemos a um anúncio e pelo telefone dizemos que somos de “cor” (tal como alguns nos consideram), a resposta era imediata: têm fiador?! Onde viviam antes?! Porque saíram da outra casa?! Enfim, é impossível relatar tudo que a gente passa para alugar casa.” (m, c, mu, 34 anos, empregada)

“Primeiro estivemos a morar com uma senhoria, e parecia que ela queria-nos ensinar coisas básicas como utilizar um ferro de engomar, a lidar com gás, e reclamava por causa dos banhos ‘Ah! vocês estão toda a hora a tomar banho, parece que nunca viram água’. A filha inclusive perguntou se nós em São Tomé

usávamos ganga. Coisas assim, se usamos jeans, coisas do género.” (st, s, mu, 19 anos, estudante)

“Reservei um apartamento por telefone, confirmei tudo, enviei por fax dados pessoais para a elaboração do contrato, quando me encontrei com o proprietário disse-me que aqueles apartamentos não eram para africanos, mas que me arranjava mais barato e noutra zona.” (a, c, mu, 25 anos, operária)

Todas estas situações, sintomáticas no mundo de alojamento clássico, devem-se, entre outras razões, à desconfiança sobre os imigrantes, à ignorância sobre os seus costumes, à incerteza sobre a sua solvabilidade financeira ou ainda a certos preconceitos, entre os quais o de os imigrantes “não saberem viver em apartamentos, mas só em bairros pobres ou bairros de lata”. Certamente estas atribuições, atitudes e práticas discriminatórias afetam e contribuem para que os imigrantes se sintam na necessidade de mudar mais frequentemente de alojamento, uma realidade sentida em 10% da população.

Quadro 18. Mudança de residência por grupo etário

Grupo etário	2 a 3 vezes		1 a 2 vezes		Nenhuma vez		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
15-29	3	10	8	26.6	6	20.0	17	56.7
30-45	2	6.6	6	20.0	3	10.0	11	36.6
45-59	-	-	1	3.3	1	3.3	2	6.7
Total	5	16.6	15	50.0	10	33.3	30	100

Fonte: IIAPB, 2003.

Pelo quadro se infere que quanto mais jovens são os inquiridos/as, mais se faz sentir esta mudança de residência e que mais de metade dos inquiridos/as tem mudado de residência mais do que uma vez (50% correspondem à escala de 1-2 vezes e 17% correspondem aos que mudaram de residência 2 a 3 vezes). Os motivos predominantes são, a par da procura de melhores condições de habitação, a busca de uma maior tranquilidade em termos de relações interétnicas.

Embora não desenvolvido no projeto, um outro aspeto relevante consistiu em perguntar aos inquiridos/as se tencionavam regressar aos seus países de origem, tendo-se manifestado 32% no sentido de regressar, com o intuito de criar uma pequena empresa, oficina ou comércio. Porém, os restantes preferiram dizer que não ou que não sabiam. No polo oposto, manifestaram-se 17% que de modo algum tencionam voltar ao país de origem, ou porque se sentem bem em Portugal ou porque perderam qualquer esperança de que alguma vez a situação no seu país melhore.

CAPÍTULO 7. AS RELAÇÕES INTERÉTNICAS: ENTRE A CONVIVÊNCIA PLURICULTURAL, A ACOMODAÇÃO PASSIVA E O RACISMO INSTITUCIONAL E NA VIDA QUOTIDIANA

A imigração não é apenas um movimento populacional, ela implica, também, modalidades de inserção social por parte de quem imigra (Machado 1999), o qual transporta consigo diferentes formas de cultura, de padrões e modos de vida, fruto de um diferente processo de socialização, que pode vir a incompatibilizar-se com os valores, normas e padrões de comportamento aceites pela sociedade recetora. Grande parte da história das sociedades se alicerça em torno das atitudes de rejeição/aceitação de diferentes padrões culturais, por parte da sociedade maioritária; por outro lado, o grupo étnico, estando numa clara situação de desvantagem face à maioria e sendo alvo potencial de todo o tipo de discriminação (social, cultural, profissional, étnica, económica, política), procurará articular diferentes formas ou estratégias de sobrevivência e/ou melhoria social, sem excluir estratégias mais proativas de ascensão social, ainda que minoritárias¹. Tal situação pluridimensional de discriminação poderá levar

¹ Machado, Roldão e Silva (2012), em pesquisa relativamente recente, elaboraram uma tipologia de estratégias de integração por parte de imigrantes africanos/as, dando conta de seis tipos de estratégias: (i) empreendedorismo (criação de microempresas por conta própria); (ii) trabalho manual qualificado estável (v.g. mecânicos, eletricitistas, cozinheiras); (iii) escolarização e formação profissional, enquanto investimento para o futuro; (iv) envolvimento associativo e mediação intercultural (animadores socioculturais, ativistas em associações e ONG, animadores socioculturais); (v) gestão da escassez (imigrantes com poucos recursos); (vi) dependência (imigrantes sem saber ler e escrever, sem recursos e dependentes de instituições públicas ou privadas). Certamente que os autores da pesquisa não abordaram a questão apenas enquanto modos de lidar com as situações ou modalidades resultantes de decisões ou opções dos atores sociais, mas tiveram em conta os constrangimentos macroeconómicos e sociais – traduzindo-os por fatores facilitadores ou dificultadores –, o que remete para uma análise das condições objetivas de vida (territorial, social, étnica), incluindo as pertenças de classe diferenciadas. Neste sentido o conceito de ‘estratégias de integração’ poderia merecer uma revisão crítica, dada a conotação ambígua e polissémica do conceito de integração em termos teóricos.

membros do grupo étnico, ora para contextos de marginalização, ora para processos de inserção/integração (Martins 1998), embora estas estratégias tenham como pano de fundo contextos de conflito e de competição pela afirmação e preservação de identidades, pelo poder e participação representativa e pelo acesso a bens e oportunidades, bem como, pelo direito ao reconhecimento de que o diferente não deve ser tratado como inferior.

7.1. ENTRE A INSERÇÃO, A CONDESCENDÊNCIA PATERNALISTA E A EXCLUSÃO SOCIAL

No quadro da problematização em torno da inter/multiculturalidade e de diálogo cultural, a inserção dos imigrantes na sociedade portuguesa implicará a capacidade de confrontar e de trocar valores, normas e modelos de comportamento. Se cada indivíduo é estruturado pelas suas pertenças identitárias, não deixa de ser produto, também, dos múltiplos empréstimos ou marcas de outras culturas.

Como processo gradual, a inserção e a adaptação, segundo Berry (1997: 14), permitirão aos imigrantes tornar-se participantes ativos na vida económica, social, cívica, cultural e espiritual do país que os acolheu. Todavia, como questiona Rocha-Trindade (1995: 102), será que os imigrantes de facto se inserem e se adaptam à nova sociedade? Que tipo de inserção alcançam e que fatores intervêm nesse processo?

A resposta da sociedade de acolhimento é fundamental para a compreensão do lugar e da capacidade de inserção dos imigrantes com padrões de socialização e traços culturais diferentes no seu seio, dos quais nem sempre se desfazem nem têm de se desfazer, designadamente em qualquer sociedade democrática que se apresenta como pluriétnica e pluricultural. Esta questão remete para a problematização desenhada por vários autores que, a este respeito, não convergem no modo como entendem que os forâneos imigrantes se devem inserir (ou não) na sociedade recetora, bem como no modo como são vistos, percebidos e reconhecidos (ou não) nos seus modos de vida e padrões culturais, enfim, nas suas identidades étnico-culturais. Porém, o problema da identidade não se restringe ao cultural mas enraiza-se nas posições objetivas de vida e respetivo volume (ou ausência) de recursos, pelas relações de poder e correlativo grau de participação e decisão sobre as mais diversas matérias que lhes dizem respeito, a começar pelo direito e pelo reconhecimento às suas singularidades e diferenças.

É corrente e assumido como desejável que os imigrantes e as minorias étnicas se integrem e sejam integrados na sociedade envolvente, maioritária,

sem que se problematizem os termos em que a almejada integração possa e deva ocorrer. Porém, antes de discutirmos e avaliarmos a justeza ou não desse desiderato, importa aferir o que se entende por cada conceito, procurando destilar alguns critérios que permitam traduzir e concretizar cada um deles. Recusamos o conceito de integração pela ambiguidade que encerra e claramente quando implique homogeneização e subalternização das culturas vindas de fora, porque, tal como referem Dias *et al.* (1997: 141), sendo “um conceito socialmente manipulado sob uma perspectiva funcional, significaria uma espécie de assimilação elegante, sem hostilização, que de forma subtil constitui um marco num Estado de Direito... que garanta direitos e oportunidades para todos os cidadãos”. É este aliás o conceito-chave que é invocado por Berry (1997) que, tal como o resumimos na parte teórica, arquiteta uma tipologia de quatro possíveis respostas dos atores sociais ao meio envolvente: duas adaptativas, consideradas positivas pelo autor, tais como a integração e a assimilação, e outras negativas, como a segregação ou a marginalização². Ou seja, dependendo do grau de satisfação, da incorporação linguística e cultural, do desempenho económico, assim será o grau de integração dos membros das comunidades migrantes.

Um outro conceito mais sofisticado que tem sido utilizado é o de inserção, o qual já não tem todavia a mesma conotação político-ideológica de subalternização social e cultural em relação à sociedade e cultura dominantes, mas tão-só a inserção social em termos habitacionais, laborais, educativos, enquanto cidadãos, não lhes sendo exigido pautar-se pelas normas e valores da cultura dominante.

7.2. IDENTIDADES E DISCRIMINAÇÕES: ADAPTAÇÃO, ACOMODAÇÃO TÁTICA E RESISTÊNCIA

Tomando como ponto de partida a questão colocada, importará agora indagar e dar conta de alguns resultados extraídos da pesquisa empírica, tendo em conta o que já pudemos apurar e continuaremos a desenvolver. Não há, a este respeito, uma resposta uniforme, pois, enquanto observamos e comprovamos haver membros das comunidades migrantes dos PALOP inseridas na sociedade portuguesa, nos termos acima referidos, outros há que de modo algum

² Tal como referimos no enquadramento teórico, o autor peca de um psicologismo de cariz individualista porque não analisa o contexto e as várias variáveis presentes na interação dos atores sociais, para além de assumir como padrão referencial os valores da cultura dominante.

se sentem inseridos e outros ainda estão em parte inseridos mas reservam para si espaços e nichos da sua identidade sociocultural, vivendo um processo de relativa adaptação de maneira instrumental, tal como mostraremos, quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos. Assim o clarifica Vasco:

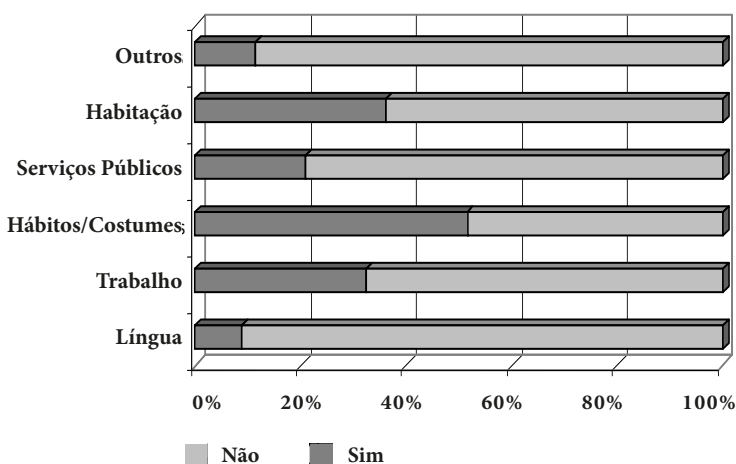
“Isto é difícil, eu tive que vestir muitas capas e, passe a expressão, engolir muitos sapos. Tinha que vestir a capa de que a minha posição era uma posição inferior, tive que vestir essa capa. Tive que vestir a capa de que estava tudo bem e de que estava satisfeito com o patrão, com a empresa e com o trabalho; tive que vestir outra que considerava a maneira e o ritmo como se trabalhava, aquilo era escravatura moderna, entre aspas: era violento o ritmo de trabalho, havia uma diferenciação nítida entre pessoal africano e pessoal não africano a trabalhar, e depois houve também umas coisas caricatas que tive, que observei, que tive que engolir. Havia muita exigência, muita pressão, não havia maneira de tratos – tipo faz isso –, não sei se é linguagem própria da construção civil – a linguagem da construção civil é muito própria, é muito rude –, mas também assisti a muito absentismo da parte do pessoal; o pessoal, sempre que tivesse uma oportunidade para não trabalhar, não trabalhava e nas situações mais delicadas possíveis, desde estar a dormir em cima de um andaime, num quarto escuro com risco de cair, o pessoal às vezes dizia que aquilo era para se vingar das pessoas que os tratavam muito mal.” (st, h, s, 33 anos, ex-operário, sociólogo e, presentemente, bancário)

Quanto questionado se tinha sido discriminado no trabalho e como se sentia, Vasco é perentório:

“Sim fui discriminado, sim objetivamente, como os outros. Sentia-me muito revoltado, e às vezes pensava que se eu tivesse um outro meio de ganhar a vida abandonava logo, e cheguei mesmo a confrontar as pessoas com esse tipo de situação. Se calhar, eu tinha mais à-vontade de fazer isso porque sabia que aquilo não ia ser futuramente a minha vida, não ia ser o meu futuro e, então, estava à-vontade e confrontava muito os patrões e as pessoas, refileava muito e discutia; e o facto de eu refilear e discutir granjeou-me um outro estatuto, mudaram-me, continuei na construção civil mas passaram-me para um trabalho mais leve, e havia comentários do género – “*vê-se que você não é pessoa para esse trabalho*” – e eu uma altura perguntei – “*quem é que é pessoa para esse trabalho?*” – era mais ou menos, isso e muito mais, coisas muito complicadas.” (st, h, s, 33 anos, ex-operário, sociólogo e, presentemente, bancário)

Deste modo, as modificações na variável inserção serão determinadas pelos perfis de cada grupo, analisados no âmbito das condições de vida reais e das mundividências culturais, onde se formam sistemas sociais diferenciados e aí se produzem universos simbólicos específicos. Neste sentido, torna-se pertinente auscultar os atores sociais sobre o grau de facilidade ou dificuldade de adaptação e inserção na sociedade de acolhimento e em que setores ou aspetos, conforme se pode ver na Figura 24:

Figura 24. Dificuldades encontradas no processo de adaptação



Fonte: IIAPB, 2003.

Da análise dos dados da Figura 24 podemos constatar que os inquiridos/as destacam três principais dificuldades no processo de adaptação: ao nível dos hábitos e costumes (50%); na esfera da habitação (38%), situação que pode, em parte, ser explicada por motivos étnico-raciais, como exposto anteriormente; e no mundo do trabalho, com 35% de respostas. Estas são as principais dificuldades de adaptação, dependendo o grau de dificuldade da condição regular ou irregular sobretudo do ponto de vista laboral. A língua e determinadas afinidades culturais constituem fatores de adaptação mais rápida, embora não tão automática nem presente entre membros das comunidades cabo-verdiana e guineense que se comunicam básica ou exclusivamente em crioulo. Em todo o caso, a língua surgiu como o obstáculo menor e menos frequente (10%), situação que se compreende quando constatamos que 64% dos inquiridos falam, em casa, a língua portuguesa (cf. Quadro 19).

Quadro 19. Língua falada em casa por nacionalidade dos imigrantes

Língua falada	Ango-lana		Gui-neense		Moçam-bicana		Cabo-verdiana		São-tomense		Outra		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Portuguesa	100	79	6	23	26	74	21	39	11	85	22	63	186	64
País de origem	2	2	5	19	0	0	14	26	0	0	2	6	23	8
Portuguesa e país de origem	24	19	15	58	9	26	19	35	2	15	11	31	80	28
Total	126	100	26	100	35	100	54	100	13	100	35	100	289	100

Fonte: IIAPB, 2003.

Dos 8% que em casa falam apenas a língua do país de origem e dos 28% que procuram conciliar a língua portuguesa com a do país de origem são expressivamente cabo-verdianos e guineenses os grupos que mais se destacam. Aliás, não só na língua, como na versatilidade com que encaram a situação de inserção no novo espaço, dão conta alguns testemunhos, tais como o de um cabo-verdiano escolarmente qualificado:

“Para mim, o principal para a adaptação é o ‘saber estar’. Eu, por exemplo, consigo dar-me com todo o mundo, por isso sinto-me bem! Como se costuma dizer em Cabo Verde: ‘conforme é a música, assim é a dança.’” (cv, h, s, 39 anos, engenheiro civil)

Apesar destes dados sobre as línguas faladas e de alguma continuidade de hábitos e costumes, importa questionar uma certa ideia corrente em torno da lusofonia, quando nos referimos aos imigrantes dos PALOP. O facto de o português permanecer língua oficial desses países e grande percentagem deles se exprimir em Português não significa que as populações sejam lusófonas ou que o português seja a sua língua materna; muitas vezes o português constitui, antes, uma segunda língua, sendo a primeira uma língua africana ou o crioulo de base lexical portuguesa, o que lhes possibilita um veículo paralelo de comunicação e, em certas situações, de válvula de segurança e até de cumplicidades num meio culturalmente diferente. Está todavia fora de dúvida que, quando

questionados sobre qual a língua falada em meio familiar, 64% declararam ser a língua portuguesa, 8% a língua de origem e 28% ambas.

O domínio da língua não deixa de ser percebido como um trunfo no processo de inserção social, uma vez que o não domínio da língua do país de acolhimento coloca o imigrante numa situação de duplo estatuto de dominado ou excluído, não só por ser etnicamente diferente e sofrer os efeitos da lógica de distinção por parte dos autóctones, mas também porque não possui instrumentos que lhe permitam minimizar a distância social em relação a eles. A este respeito um dos entrevistados diz:

“[...] em todos, a língua foi o meu maior trunfo, apesar de – não digo apesar de porque não vejo grandes diferenças entre ontem e hoje, em termos de falar, continuo com algumas insuficiências – mas acho que aqui não modificou grande coisa porque eu lá tinha em atenção essas coisas – por isso mesmo, eu acho que a língua foi o maior elemento de integração entre aspas, eu ponho sempre entre aspas, não chamo integração, chamo mais interação: falar com as pessoas, perguntar às pessoas.” (st, h, s, 33 anos, sociólogo, bancário)

Se a língua não foi um obstáculo à integração e constituiu até, em regra, um recurso facilitador de alguma adaptação e mesmo sentimento de partilha de um bem cultural básico, vimos que os hábitos e os costumes são, para os inquiridos/as, a pedra de toque na dificuldade de adaptação, principalmente nas questões da abertura ao outro, como nos mostra uma das entrevistadas:

“[...] acho que as pessoas são muito frias, e mesmo os colegas nas turmas é assim: se querem algo, chegam e falam, mas depois na rua nem sequer te cumprimentam; em São Tomé uma pessoa está habituada assim a isto: se eu falei com alguém hoje, já há aquele laço de que posso falar daqui a alguns minutos e cumprimento [...]” (st, mu, s, 21 anos, estudante)

Outras componentes importantes para aferir o grau de inserção e aproximação aos hábitos são as que se prendem com os ritos e as festas, assim como com a alimentação e a música, que diferem de grupo para grupo e são formas de tradução cultural, expressão de etnicidade e manifestações de sociabilidades comunitárias.

Quanto à alimentação, a comida que é confecionada em casa é, maioritariamente, do país de origem e portuguesa (78%), seguido de comida portuguesa (14%) e, em último, a comida do país de origem (6%). Porém, é pertinente

notar que, apesar de em casa fazerem a comida portuguesa, em alturas festivas, em reuniões familiares ou de convívio, o que predomina é a comida do país de origem.

Relativamente às práticas religiosas declaradas pelos inquiridos/as é notória a predominância da religião católica sobre outras religiões, tal como se pode ver do Quadro 20:

Quadro 20. Religião professada, por nacionalidade

Religião	Angolana		Guineense		Moçambicana		Cabo-verdiana		São-tomense		Outra		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Católica	82	65	11	44	11	31.4	43	75	13	100	30	85.7	190	65
Protestante	13	10	0	0	12	34.2	0	0	0	0	2	5.7	27	9
Islâmica	0	0	2	8	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1
Budista	0	0	1	4	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Outra	1	1	3	12	4	11.4	0	0	0	0	0	0	8	3
Nenhuma	31	24	8	32	8	23	14	25	0	0	3	8.6	64	22
Total	127	100	25	100	35	100	57	100	13	100	35	100	292	100

Fonte: IIAPB, 2003.

No tocante à religião professada, 65% declararam serem católicos/as³, destacando-se aqui os são-tomenses e os cabo-verdianos. Seguidamente, há a referir 22% que responderam não professar nenhuma religião. As restantes religiões que ocupam as posições seguintes apresentam, todas elas, valores pouco significativos, mas com alguma expressão quando analisados por nacionalidades. Dos 9% que respondeu ser protestante, grande parte dos inquiridos/as são moçambicanos ou angolanos. Há inquiridos/as nomeadamente guineenses que professam a religião islâmica (1%). A prática do culto não é muito assídua, tendo-se verificado que 44% dos inquiridos/as praticam de vez em quando e 23% responderam que praticam ao domingo ou uma vez por semana. A visita

³ Este resultado não é obviamente alheio ao processo de 'evangelização' no contexto da colonização, tal como aliás noutras colonizações pela via do protestantismo ou do islamismo.

a bruxas e a curandeiros não é de facto significativa, sendo praticada apenas por 9% da população inquirida.

Ao chegar a Portugal, segundo um dos angolanos inquiridos/as, há uma necessidade de agrupamento, porque há a partilha comum de um país, de uma terra, de uma cor, de uma herança cultural muito própria. Há a comunhão de uma mesma forma de estar, de uma identidade cultural, as quais se exprimem por atitudes comportamentais, tais como o modo de expressão, a alimentação, a música ou a dança, que são verdadeiros instrumentos de cultura, ou, como refere um dos entrevistados, o “veículo utilizado para exprimir sentimentos de pertença a um conteúdo que nos é próximo”. Sem dúvida, as diferenças culturais entre os vários países africanos são enunciadoras de uma identidade cultural: (i) na gastronomia a cachupa, típica de Cabo Verde; o funje, a muamba e o *Calulu*, expressões de manjares de Angola, a *Mboa* e a *Matapa*, características de Moçambique; (ii) na música e na dança as mornas, as coladeras e o funaná de Cabo Verde, a kizomba, o semba e, mais atual, o kuduro de Angola; a marrabenta moçambicana; (iii) na língua utilizada e na forma de se expressar assume-se a distintividade grupal; o português do angolano é diferente do português do cabo-verdiano ou do português do moçambicano e do guineense, quanto à entoação. Tal permitir-lhes-á distinguir, como o exprimia um angolano, quem é *mongolé* (angolano), *cabudjuva* (cabo-verdiano), *guigui* (guineense) ou *zazá* (moçambicano). Porém, mais importante do que entender identidades nacionais e práticas regionais, é entender aquilo que é vetor de coesão ao nível das práticas e ao nível do simbólico, o desencadear de sentimentos de identidade e de identificação, dirimindo o estado de “orfandade”, expressão de um dos inquiridos/as, que a saída do seu país de origem lhes causou. Esta ideia é reiterada por uma das entrevistadas que, quando foi questionada sobre como é que se define, qual a identidade cultural, ela responde:

“Terrivelmente africana, sem dúvida. Aliás, aqui uma pessoa consegue assumir-se mais são-tomense, mais africana do que em São-Tomé. Porque aqui, nós sentimos necessidade de marcar, somos isso e não temos vergonha, temos orgulho de sermos aquilo que somos, ou talvez mesmo por isso, [...] temos a tendência de nos unirmos mais.” (st, mu, s, 21 anos, estudante)

Analisadas as questões culturais, vimos também que temas como o do desemprego e da habitação suscitam reações emotivas, ao abordarmos os pontos de vista dos autóctones, em que os inquiridos/as ou entrevistados/as põem a nu a natureza dos problemas interétnicos, a presença (ou não) de práticas regidas

por princípios de solidariedade em sociedades eivadas de forte competitividade, emulação e individualismo, cujas consequências podem ser gravosas para a convivência interétnica. Se os dramas de desemprego têm vindo a afetar milhares de nacionais e estrangeiros, o ambiente dominante do senso comum e de baixa consciência política por parte de bastantes cidadãos/ãs autóctones, sobretudo se em situação difícil, tende a remeter o problema para a presença dos estrangeiros como uma das razões, senão mesmo a razão principal desses problemas. Porém, a escassez de trabalho, salvo nalguns setores com trabalhos muito duros e mais mal pagos, e sobretudo o desemprego⁴ afetam também imigrantes e, mais ainda, quando negros por discriminação, o que suscita problemas de igualdade de tratamento de cidadãos/ãs perante a lei. Tal tem induzido diversos atores institucionais políticos – sindicatos, partidos políticos e associações de imigrantes – e religiosos, nomeadamente a Igreja Católica, a assumir esta e outras questões como uma preocupação básica em torno da defesa e do respeito pelos direitos humanos, tendo tais atores institucionais sido decisivos nas medidas de regularização dos imigrantes e na política estatal, sobretudo na alteração da lei da nacionalidade para filhos de estrangeiros nascidos em Portugal.

Ainda que não sob formas tão extensas e dramáticas como nalguns bairros das grandes áreas metropolitanas, também em Braga, a par de alguns imigrantes que têm conseguido um razoável emprego e nível de vida, uma parte considerável deles é afetado por situações de exclusão social e de pobreza relativa, quando não absoluta, constituindo os imigrantes africanos uma das categorias vulneráveis à pobreza e precariedade social a que Almeida *et al.* (1992: 91) se referiram na sua tipologia sobre pobres e excluídos sociais na sociedade portuguesa⁵. O acesso ao trabalho e à perceção de um rendimento proporciona ao indivíduo a possibilidade de acesso aos bens materiais, de consumo e à satisfação de todo um conjunto de necessidades em termos materiais, políticos e cultural-simbólicos. O poder de compra resultante da remuneração salarial constitui como que a base nuclear que orienta e abre possibilidades aos indivíduos não

⁴ O problema do desemprego é amiúde analisado predominantemente numa perspetiva macroeconómica e analisado sobretudo como consequência dos períodos das flutuações económicas; porém, é importante analisá-lo também na perspetiva sociológica, sobretudo quanto às causas e impactos sociais e seus significados e dimensões simbólicas, nomeadamente nos próprios imigrantes.

⁵ Sobre as categorias em situação de precariedade e de pobreza, referem Almeida e outros (1992: 91), que, para além de desempregados de longa duração e jovens à procura de primeiro emprego, entre outros, sobressaíam “certas minorias étnicas, nomeadamente africanos, asiáticos, ciganos, deficientes e idosos com recursos limitados”.

só de satisfazerem as suas necessidades, como de elevarem a sua autoestima e o seu sentido de dignidade cidadã. Assim, uma permanente diferenciação salarial na mesma função, para não falar de casos de não pagamento, como têm ocorrido com alguns imigrantes, pode propiciar o sentimento discriminatório e, em casos extremos, levar à exclusão social e étnica. Para além do predomínio de baixos salários, como podemos comprovar pela Figura 17, e da execução de trabalhos mais duros e mal pagos, acrescem ainda as diferenças salariais entre homens e mulheres:

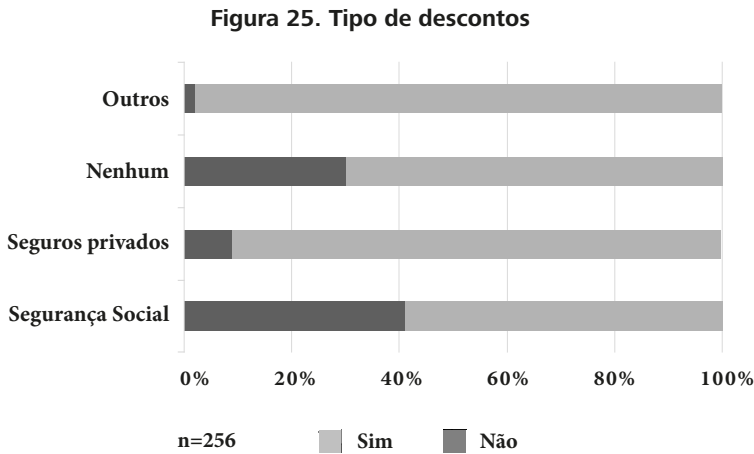
Quadro 21. Diferenças salariais entre homens e mulheres

	Masculino		Feminino		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
-250 €	6	3.4	3	5	9	4
251€ - 400€	47	27.2	30	49	77	33
401€ - 600€	69	40	18	30	87	37
601€ - 700€	30	17.4	4	6.5	34	15
701€ - 800€	19	11	4	6.5	23	10
801€ e +	1	1	2	3	3	1
Total	172	100	61	100	233	100

Fonte: IIAPB, 2003.

Quando fazemos uma análise das diferenças salariais por género, constatamos que são as mulheres que recebem menos. Estes dados assemelham-se em termos homólogos, todavia, à própria realidade entre portugueses e portuguesas, embora os imigrantes com salários em patamares ainda mais baixos. Como podemos constatar no Quadro 21, 84% das mulheres auferiam em 2003 menos de 600€/mês (contra 70.6% dos homens), sendo que destas 49% recebiam entre 251-400€ (contra 27.2% dos homens). Se o salário do homem era igualmente reduzido, não podemos deixar que constatar que 40% dos inquiridos de sexo masculino auferiam um salário compreendido entre os 401€ e os 600€ (contra 30% das mulheres). Ou seja, os salários, não obstante pequenas gradações, eram baixos ou muito baixos para os homens, sendo todavia ainda algo mais baixos para as mulheres.

Considerando os ativos e outros que, de uma ou outra forma, fazem descontos em termos de segurança social, importa agora aferir quais os principais tipos de descontos, o que é possível entrever através da Figura 25:



Fonte: IIAPB, 2003.

A Figura 25 é clara no sentido de constatar que, ao lado de 41% que fazem descontos para a segurança social e uma parte menor com cerca de 9% que têm seguros privados ou outros, há um considerável contingente de 30% que não têm qualquer seguro em contexto laboral ou privado. Aliás, se fizermos a correlação entre tipo de descontos e setor de atividade, concluímos que são os trabalhadores da construção civil aqueles que apresentam menor número de descontos, enquanto os trabalhadores de fábrica, do comércio e serviços e, sobretudo do funcionalismo, vão fazendo descontos, principalmente, para a segurança social.

Se é certo que uma parte considerável de imigrantes conhece uma descida de estatuto em relação à sociedade de origem, aceitando atividades e profissões abaixo das suas qualificações e, por outro lado, recebe baixos salários, também importa referir, num aparente paradoxo, que, apesar de grande parte não ter melhorado as suas condições de vida, 43% afirmam que as suas condições de vida melhoraram, tal como se pode ver pelo Quadro 22, quando questionados a este respeito.

Quadro 22. Comparação das condições de vida antes da emigração e atualmente

Nacionalidade	Ango- lana		Gui- neense		Moçam- bicana		Cabo- -verdiana		São- -tomense		Outra		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Condições de vida														
Melhoraram	32	45.7	1	25	2	33	7	39	1	100	11	39	54	43
Nem melhoraram nem pioraram	32	45.7	3	75	3	50	9	50	0	0	13	46	60	47
Pioraram	4	5.6	0	0	0	0	2	11	0	0	3	11	9	7
Não sabe	2	3	0	0	1	17	0	0	0	0	1	4	4	3
Total	70	100	4	100	6	100	18	100	1	100	28	100	127	100

Fonte: IIAPB, 2003.

Com efeito, de acordo com os dados do Quadro 22, se para 47% dos inquiridos/as o processo migratório não trouxe alterações significativas ao nível das suas condições de vida, para 43% houve melhorias substanciais contra os 7% que dizem ter piorado, o que terá sobretudo ocorrido aos que, por razões de descolonização ou de guerra, saíram do seu país, forçando-os a uma descida de estatuto ou a uma deterioração maior das suas condições económicas. Em suma, se o melhoramento no nível das condições de vida é algo que sobressai para uma parte dos inquiridos/as, tal não se estende à maioria. Falar em condições de vida, principalmente em percursos migratórios, leva-nos a acrescentar a questão das estratégias de poupança que são encetadas pelos imigrantes e que os leva a reconhecer que “valeu a pena” emigrar, independentemente do seu projeto de regresso/permanência. Enquanto uns denotam dificuldades de inserção e adaptação à sociedade recetora, outros conseguem estabelecer pontes e ligações, pela via escolar e/ou laboral, em parte também dependendo tais atitudes dos tempos de residência e fixação no território, em particular das relações de vizinhança, pelas vicissitudes do percurso ou pelas relações de amizade e/ou ligações afetivas e emocionais que vão construindo nos seus próprios espaços, esbatendo-se por vezes diferenças em processos de miscigenação com casamentos ou uniões de facto interétnicos.

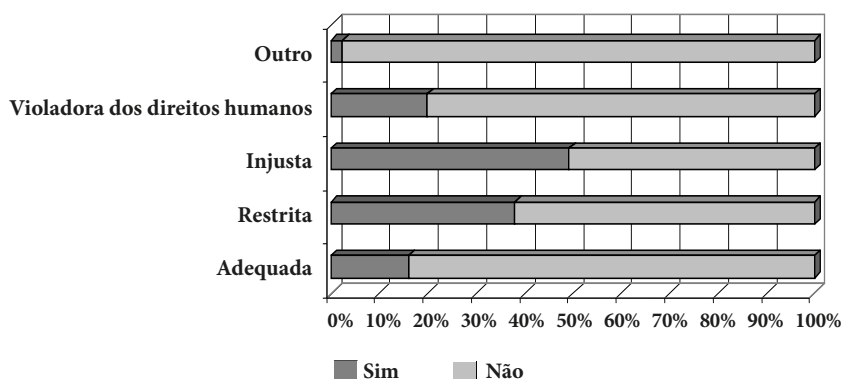
O tempo de permanência tem efeitos diferentes sobre os imigrantes e, numa análise ao destino das poupanças, constatamos que 32.5% dos inquiridos poupam para comprar uma casa em Portugal, 21.9% poupam para regressar ao país de origem e 14.4% para enviarem dinheiro para a família.

Se uns adiam o projeto de regresso, outros consolidavam esse projeto consoante os tempos de imigração. Por sua vez, 50% dos imigrantes inquiridos/as responderam que pretendiam regressar por razões diversas das quais se destacava, com maior número de respostas (29%), outras atividades para além das tipificadas, normalmente associadas às qualificações; e de seguida, 25% que queriam investir em pequena empresa ou em pequeno comércio; 35% ainda não sabiam se regressariam e 15% não pensavam em regressar, alegando, como motivos, ter melhores condições de vida em Portugal (40.3%) e ter família já estabelecida (28%).

Esta questão do regresso/permanência põe em relevo a vivência – contraditória nalguns casos – entre nacionalidade e cultura, o ser português por nacionalidade, mas africano na cultura. Se a nacionalidade é um “vínculo jurídico-político que prende uma determinada pessoa à população constitutiva de um determinado Estado” (Pestana 1995: 111), para os imigrantes que pretendiam permanecer em Portugal, a aquisição da nacionalidade constituía o derradeiro e culminante passo do processo gradual de inserção neste país. Esta questão traz-nos uma outra que se prende com a posição dos africanos inquiridos/as, ao nível da opinião, face à lei e às instituições (para)estatais.

Relativamente ao conhecimento da lei portuguesa então em vigor por parte dos inquiridos/as, embora houvesse ainda uma percentagem considerável de 31% que ignoravam a lei portuguesa de imigração, a grande maioria (69%) conhecia-a. Para além do conhecimento desta lei, é importante considerar também a opinião que tinham sobre a mesma, o que se pode ler na Figura 26:

Figura 26. Opinião acerca da lei portuguesa de imigração



Fonte: IIAPB, 2003.

Salvo para 15% que consideravam a lei adequada, as respostas foram de teor negativo e condenatório por ser considerada “restrita” (36%), “injusta” (48%) e mesmo “violadora dos direitos humanos” (18%), situação que não abonava a favor do Governo de então e demais órgãos da soberania responsáveis pela aprovação daquela Lei, devendo ressaltar-se que estas opiniões foram emitidas antes da promulgação da nova Lei da nacionalidade em 2006, que viria a corrigir algumas das injustiças e restrições a este nível. Porém, nessa altura a lei era sentida como uma espécie de ‘camisa de forças’ que não permitia a liberdade de circulação:

“Relativamente aos vistos de permanência, acho injusto que uma pessoa que trabalha e faça descontos não possa ter um visto de residência permanente. Assim, sentimo-nos como numa prisão, porque só posso ir para o meu país. Mesmo tendo dinheiro, não posso passar férias, por exemplo, em Espanha, só com um visto de permanência.” (g, h, s, 24 anos, 12.º ano, operário e futebolista)

Convém notar que, quando estas respostas foram emitidas acerca da lei em vigor, nomeadamente em relação à nacionalidade, na altura a lei não considerava que os filhos dos imigrantes nascidos em Portugal e com residência permanente pudessem ser portugueses em razão do *jus soli* (direito de solo)⁶, situação que entretanto conheceria, no ano de 2006, uma importante alteração legislativa no sentido de atribuir a nacionalidade portuguesa a imigrantes residentes há mais de cinco anos e aos filhos nascidos em Portugal.

Para além da relação com a lei, a inserção, mesmo em termos legais, só terá lugar quando se verificar o acesso dos/as imigrantes às instituições sociais (para)públicas e privadas. Cabe em todo o caso referir quais as instituições a que os imigrantes recorrem, o que nos é dado no Quadro 23.

⁶ Mesmo que outros aspetos da lei não tenham sido alterados, a alteração da Lei em 2006, nomeadamente a lei da nacionalidade para os filhos de imigrantes nascidos em Portugal, representou um considerável avanço em relação à situação anterior. Será, porém, com as alterações introduzidas na Lei da Nacionalidade a 21 de junho de 2017 que os filhos de imigrantes nascidos em Portugal verão mais facilitada a atribuição da nacionalidade portuguesa.

Quadro 23. Instituições/Serviços a que os imigrantes recorrem

Instituições/Serviços	%
Hospital	82.7
Centro de Saúde	70.8
Clínicas Privadas	28.6
Junta de Freguesia	59.0
Câmara Municipal	23.8
Consulado	71.4
Embaixada	64.1
SEF	79.7
Polícia	23.2
Associações	32.7
Instituições Religiosas	24.4

Fonte: IIAPB, 2003.

Da lista apresentada é notório que as entidades mais procuradas pelos imigrantes eram o hospital (82.7%), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (79.7%), o Consulado (71.4%) e o Centro de Saúde (77,8%). As opiniões que os imigrantes têm da ação destas entidades diferem conforme a instituição em causa, mas pelo que nos foi possível aferir no terreno, assumem-nas como necessárias e num registo instrumental, apesar de termos verificado por alguns testemunhos uma tendência para uma apreciação negativa em relação ao serviço das repartições públicas.

“[...] quando nós nos dirigimos a uma instituição qualquer [...] de uma forma geral, o africano existe como uma pessoa que veio entre aspas desenrascar-se – como nós dizemos em São Tomé –, uma pessoa que não tinha lugar para cair morto, há sempre aquele tratamento de terceira, de rejeição, a forma mesmo inclusive de falar connosco já mostra que a abordagem que a pessoa faz da questão já é uma abordagem pejorativa. Por exemplo, quando vamos anualmente renovar os nossos vistos, creio que no SEF, aliás, muitas das vezes é onde se nota maior discriminação.” (st, h, s, 21 anos, estudante)

É em relação aos serviços públicos que várias queixas foram formuladas, dirigindo-se mais em relação ao SEF e a outras repartições públicas, incluindo também as escolas. Ora, estas formas de discriminação institucional reforçam a produção da diferenciação entre o “nós” e o “eles”, cavando mais o fosso já existente na própria sociedade.

7.3. SOCIABILIDADES E INTERAÇÕES QUOTIDIANAS NA COMUNIDADE ENVOLVENTE

Para os imigrantes é crucial manter as solidariedades familiares e grupais e as redes interpessoais que permitam a sua inserção e suportem, também, novas estratégias migratórias. Um dos fatores determinantes das migrações é, precisamente, o acesso a redes sociais de parentesco e amizade, que já existiam nos países de origem. A solidificação dos mecanismos de solidariedade e dos laços de entreajuda são uma primeira fase indispensável, porque estas sociabilidades, no quadro dos processos de reprodução, sobrevivência e reciprocidade, permitirão estratégias de maximização das possibilidades de obtenção de sucesso no processo de adaptação (Carita, 1997: 139).

Desta forma, de entre os tipos de sociabilidade existentes e, para além dos já analisados apoios no momento de chegada, dar-se-á relevo, principalmente, às relações de vizinhança, às amizades que se vão construindo e aos relacionamentos com as diversas instituições da sociedade de acolhimento.

7.3.1. AS RELAÇÕES DE VIZINHANÇA

Vários dos inquiridos/as e, posteriormente, entrevistados/as consideram que têm sobre as relações de vizinhança outras atitudes e práticas diferentes das que ocorrem não só entre eles como das que têm lugar entre os portugueses:

“O que eu achei mais complicado foi lidar com as pessoas, porque eu cumprimentava sempre com um bom dia, por exemplo, e ninguém me dava resposta. Eu ficava mesmo chateada!” (g, mu, 41 anos, licenciada, cabeleireira).

A mesma ideia é expressa por cabo-verdiano que, no seu dia a dia, fez notar o seguinte:

“Lá em Cabo Verde, se me relacionar com uma pessoa durante três semanas, depois se passamos na rua cumprimentamos, quer passe um ou cinco anos. Aqui as pessoas viram a cara!” (cv, h, 21 anos, estudante)

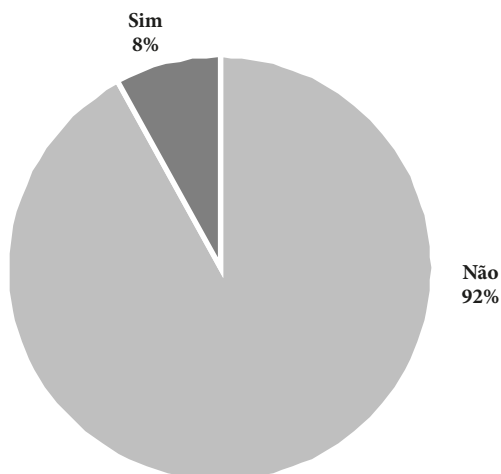
Alguns dos entrevistados/as mostraram um certo espanto perante o modo como os próprios portugueses, de uma maneira geral, são insensíveis a diversas situações sociais de exclusão como o caso dos “sem-abrigo” e dos “velhos”.

“Eu não percebo a mentalidade aqui, porque aqui quem está mal, está mesmo mal, porque ninguém ajuda. Nós não somos assim. Por exemplo, os sem-abrigo dormem no chão, à chuva... Se um estiver a dormir à porta do meu prédio, eu não vou conseguir dormir descansada! No meu país isso não acontecia, alguém ia arranjar um sítio.

“E os velhos? Aqui deixam-se no lar. Isso entre nós não acontece. Por exemplo, os meus pais estão a morar com a minha irmã, porque ela é deficiente motora, está numa cadeira de rodas, mas a minha mãe passa a vida a visitar os filhos. Um mês aqui, outro ali para ajudar os filhos no que for preciso. Se um dia eles precisarem também ficam connosco, entre mim e os meus irmãos, nós tratávamos logo de arranjar uma solução!” (g, mu, s, 41 anos, licenciada, cabeleireira)

Uma primeira pergunta – talvez demasiado genérica mas explícita e, como tal, convidativa a respostas negativas ou evasivas – consistia em questionar se os inquiridos/as tiveram problemas com a vizinhança, cujas respostas são expressas na Figura 27:

Figura 27. Medida de problemas com vizinhança



Fonte: IIAPB, 2003.

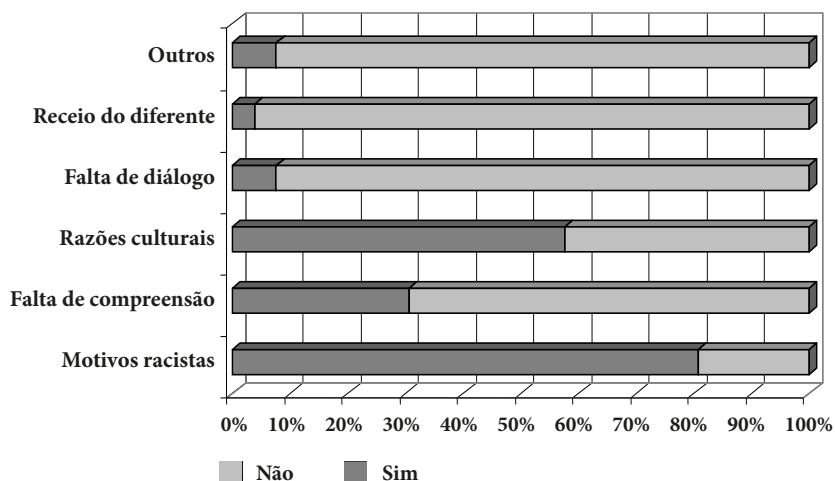
Conforme registado na Figura 27, 92% dos inquiridos/as não consideram ter tido problemas com a vizinhança, o que, em face de outras respostas a determinadas questões, suscita alguma perplexidade. Contudo, a resposta às outras questões do inquérito que analisamos evidencia que esta percepção aparentemente positiva e não problemática quanto ao relacionamento com a vizinhança se deve sobretudo ao evitamento de contactos ou, mais precisamente, ao facto de haver um distanciamento entre as comunidades migrantes e a maioria branca.

“Como estratégia eu tenho de fazer a minha vida e não me meter na vida dos outros, não me meter em situações desagradáveis e fazer a minha vida.” (a, h, s, 28 anos, empregado)

“Houve uma fase, a fase da guerra fria que era chamada o equilíbrio do terror, não sei se sabes, é mais ou menos isso, quer dizer, eu não lhes chateio, eles não me chateiam para não haver problemas, é essa a relação que eu tenho com eles [...] para evitar problemas, para evitar confusão, para ficar na minha, convivemos, damo-nos bem, há portugueses espetaculares, como há portugueses maus, como para nós há africanos espetaculares e há africanos que não prestam.” (m, h, s, 24 anos, estudante)

Se a estratégia de evitamento surge como forma de contornar situações de conflito e confronto, não deixam de transparecer, também, quezílias latentes ao nível das relações interétnicas ou interfamiliares, como nos deixam perceber estudos parcelares realizados em Vila Verde e em Barcelos a portugueses ciganos/as e cidadãos negros/as, já demonstrado noutros textos (cf. Silva e S. Silva 2002; Silva e Pinto 2004). Nesta base podem ir acumulando-se condições propícias à eclosão de conflitos interétnicos, como já tem ocorrido em grandes cidades do país e sobretudo de países centrais como França, Alemanha, Suíça, Áustria ou Inglaterra. Por outras palavras, tais situações e respetivos ‘caldos’ socioculturais nas relações interétnicas são virtualmente propícias à emergência de tais fenómenos de discriminação e racismo. De resto e não obstante a esmagadora maioria de respostas denotar haver um bom relacionamento com a vizinhança, os respondentes, ao terem tido algum problema, apontam como principais motivos os vertidos na Figura 28:

Figura 28. Motivos dos problemas com os vizinhos



Fonte: IIAPB, 2003.

Dos motivos invocados, a par de 34% que aduzem “falta de compreensão” e “falta de diálogo” e 55% que apresentam “razões culturais”, sobressaem com 79% respostas que aduzem motivos racistas:

“Não fui bem aceite na família do meu marido. Senti e vivi muito racismo na escola.” (a, mu, cs, 53 anos, licenciada, professora 1.º ciclo)

“Tínhamos um vizinho [...] que dizia que ouvia barulho da nossa casa, é incrível podia ser barulho exterior, mas ele dizia que era da nossa casa, e sempre, para aí à meia-noite, ele tocava a campainha porque estávamos a fazer barulho; é que ele chegou quase a bater-me na escada [...] só porque eu respondi, porque ele disse “*vocês pretos só vêm praqui fazer confusão, vocês deviam voltar para a vossa terra*”, e eu respondi “*então que tirem todos os portugueses d’África*”. [...] Eu tive que avisar o senhorio, é que era mesmo implicância.” (st, mu, s, 21 anos, estudante)

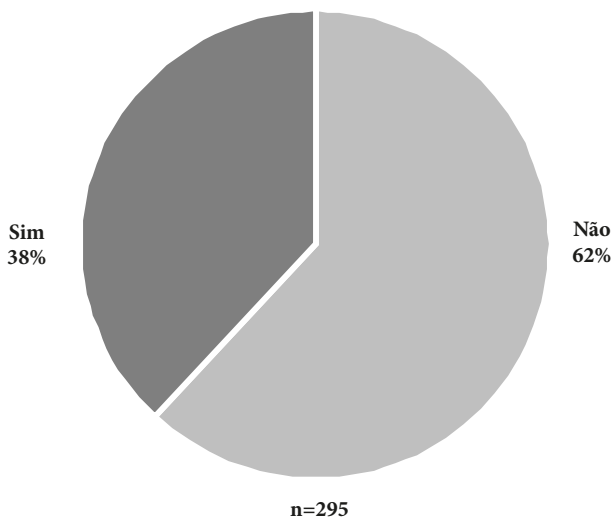
“Uma vez, também, a senhoria quando nos alugou o apartamento era um T1, estávamos só as duas “*ah! não alugamos apartamentos ... não alugo apartamentos a meninas de vida, digam-me já o que é que vocês fazem?*”; “*nós somos estudantes*”; “*pra além de estudantes não fazem mais nada?*”, e nós “*não*”, “*ah! acho bom, não quero homens aqui dentro de casa*”. Uma vez ela entra aqui em casa à procura de

alguma coisa, e nós perguntámos “*mas então o que é que se passa?*”, “*não, é que a vizinha disse-me que costuma parar um mercedes aqui à porta, que vocês saem com homens e que vocês fazem vidas noturnas*”; e nós: “*desculpe, mas acho que a vizinha enganou-se um pouco na porta*”, “*ai não! mas ela disse que as meninas africanas, aqui, no prédio fazem isso.*” (st, mu, s, 18 anos, estudante)

Alguns, ao referirem que a maioria dos portugueses é racista, não deixam de reconhecer também o inverso (“os negros são também racistas” (a, h, 24 anos, operário), mas justificam-no por razões defensivas, por retaliação ou em nome da honra: “os negros são também racistas mas em defesa de honra pessoal ou de grupo” (a, h, s, 29 anos, estudante universitário), ou simplesmente “por causa de não darem os mesmos direitos de um português” (a, h, s, 30 anos, curso médio, vendedor). O mesmo se diga quando os portugueses os avaliam como pessoas agressivas, mostrando sê-lo quando se sentem objeto de discriminação ou tratamento injusto:

“Agora acho que a agressividade é agora menor, mas se a gente não é agressiva, está feita, a gente tem que se defender, por isso passa a ser um traço mais frequente. O africano, se lhe ‘baterem’ e ele souber que têm razão, deixa, fica quieto, mas se soube que quem lhe bateu não tem razão, ui, ele tem de levar a dele avante!” (cv, h, 32 anos, 12.ano, empregado)

A seguir como motivos de racismo são apontadas, em ordem decrescente, as razões culturais (55%), falta de compreensão e/ou diálogo (34%) e, embora residualmente, o “receio do diferente”, um motivo aduzido e valorizado heurísticamente por alguns psicólogos sociais (cf. Vala 1999), o que de resto transpõe alguns dos desabafos: “Para mim o maior entrave é a questão cultural, a questão é a falta da compreensão, a estranheza” (a, h, s, 29 anos, estudante universitário). Talvez este e outros motivos de estranheza face ao diferente possam explicar por que é que a taxa das respostas negativas ao “encontro frequente com vizinhos” seja largamente superior às respostas positivas, tal como se pode ver pela Figura 29:

Figura 29. Frequência de contacto com os vizinhos

Fonte: IIAPB, 2003.

Este resultado já é por si sintomático dos processos de evitamento e menor frequência de contacto com vizinhos. Porém, o evitamento, tal como o definiu Goffman (1974), tanto pode ser expressão duma estratégia consciente e de omissão calculada com contornos discriminatórios, como também pode ser reflexo condicionado do medo pelo diferente derivado do desconhecimento mútuo, da angústia em torno do desconhecido, supostamente assumido como “perigoso” ou preconcebido como “raiz de incerteza, perturbação ou mal-estar”. A interação interétnica rareia ainda mais, se se tratar de convites a casa de vizinhos brancos. Dos inquiridos 70% responderam nunca ter tido um convite para ir à casa dos vizinhos. Contudo, esta questão, embora denotativa de um maior distanciamento interétnico, exige que façamos um esclarecimento prévio. Sabemos que hoje, inclusive nas relações entre vizinhos em médias e grandes cidades, as visitas entre pessoas da mesma etnia e bairro são também um fenómeno cada vez menos frequente. Deste modo, a baixa frequência de visitas, por si, não é algo específico das relações interétnicas, sendo aliás, ainda que em menor medida, um fenómeno de evitamento, próprio das particularidades do meio urbano, mais anónimo e impessoal, cuja realidade é contraposta por um adensamento das relações intraétnicas, como comprovado.

No caso específico dos imigrantes africanos, encontramos as questões das representações que se vão formando acerca dos residentes negros e que podem, de facto, ser um obstáculo ao relacionamento:

“O problema da imigração é que há uma má imagem em torno do imigrante... Enquanto as pessoas virem os africanos como alguém agressivo, vai ser difícil a gente integrar-se. Generalizam-se muito as coisas... Para mim o maior entrave é a questão cultural, a questão é a falta da compreensão, a estranheza.” (a, h, s, 29 anos, estudante universitário)

Se pretendermos destrinçar como é que os diversos grupos das diferentes nacionalidades convivem ou não com os vizinhos brancos, o Quadro 24 dá-nos conta dessa situação, mostrando algumas diferenças que não invalidam, contudo, o grosso das conclusões.

Quadro 24. Convívio com grupos por nacionalidade

Nacionalidade	Ango- lana		Gui- neense		Moçam- bicana		Cabo- -verdiana		São- -tomense		Outra		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Convívio com														
Indivíduos portugueses	22	17	2	7.4	7	19	8	14	3	23	13	37	55	19
Outros imigrantes	68	54	16	59.3	18	49	32	56	7	54	13	37	154	52
Portugueses e imigrantes	37	29	9	33.3	12	32	17	30	3	23	9	26	87	29
Total	127	100	27	100	37	100	57	100	13	100	35	100	296	100

Fonte: IIAPB, 2003.

Como podemos constatar, e numa primeira leitura, a maior parte das amizades e convívios é feita com outros imigrantes do mesmo país (52%) e, dentro desta percentagem, a amizade intragrupal, ainda que transversal aos vários grupos, é mais visível entre os guineenses (59.3%) e os cabo-verdianos (56%).

“Acho que os cabo-verdianos é a comunidade mais fechada [...]. E é assim, à hora do almoço, na cantina, os cabo-verdianos não se misturam e depois há aqueles que não falam crioulo e todo o mundo a falar crioulo e acabas por te sentir mal.

A comunidade cabo-verdiana é uma comunidade extremamente fechada a aceitar os outros de fora, e se chega uma pessoa estranha até conseguir adquirir a confiança das pessoas leva muito tempo.” (cv, s, h, 29 anos, gestor)

Para além do convívio intragrupal e da mesma nacionalidade, 29% afirmaram que se relacionam amigavelmente com portugueses e imigrantes e 19% com portugueses, sendo que aqui se destacam são-tomenses, moçambicanos e angolanos. Assim, verificamos que existe um adensamento das redes de sociabilidade intra-imigrantes, pelos contactos e pelas amizades que se vão construindo e que o Quadro 25 nos permite verificar:

Quadro 25. Amizades feitas em Portugal, por nacionalidade de imigrantes

Nacionalidade	Ango- lana		Gui- neense		Moçam- bicana		Cabo- -verdiana		São- -tomense		Outra		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Bastantes	28	22	9	33	13	35.1	33	57	3	23	11	31	97	32.7
Algumas	71	56	15	56	19	51.4	22	38	10	77	16	46	153	51.5
Poucas	13	10	3	11	2	5.4	3	5	0	0	2	6	23	7.7
Muitas	15	12	0	0	3	8.1	0	0	0	0	6	17	24	8.1
Total	127	100	27	100	37	100	58	100	13	100	35	100	297	100

Fonte: IIAPB, 2003.

As amizades construídas em Portugal ao longo do tempo são importantes elementos de identificação e aproximação que convergem no sentido da aproximação, destacando, como refere Simmel (1987), os aspetos de semelhança, o que potencia a inserção sociocultural. Em resposta à pergunta se fez amigos em Portugal, 51.5% responderam que fizeram “algumas amizades” durante o período de permanência no país, destacando-se aqui 77% dos são-tomenses; 32.7% teceram “bastantes amizades”, principalmente os cabo-verdianos (57%) e os moçambicanos (35.1%); e 8.1% referiram “muitas amizades”, mas 7.7% assinalaram que “poucas amizades” foram construindo ao longo da sua estadia. As respostas dos inquiridos/as podem ser lidas, ainda que com certa prudência, como um indicativo de alguns laços históricos, culturais e sobretudo linguísticos que facilitam a comunicação e as relações de interconhecimento e amizade. Por outro lado, importa reter que, quando os respondentes se referem à construção

de amizades em Portugal, eles têm sobretudo em vista as amizades criadas e adensadas entre os próprios imigrantes africanos, que passam pela formação de redes intragrupoais da mesma nacionalidade ou doutras nacionalidades africanas. Com efeito, é despendido muito mais tempo de convívio entre os próprios imigrantes da mesma nacionalidade ou doutras nacionalidades africanas nas próprias casas ou noutros locais (por exemplo, Casa de Angola) ou mesmo em práticas de desporto coletivo como o futebol ou o basquetebol em espaços menos frequentados pelos não africanos. Além disso, é igualmente despendido muito tempo em convívio nos jantares acompanhados de toda a espécie de manjares e suas misturas de várias origens e matizes:

“Fazemos os pratos típicos de Portugal mas fazemos também os nossos. Juntamos tudo! Cada um... costumamos fazer um bocadinho daqui, um bocadinho dali. Um bocadinho de bacalhau, um bocadinho de muamba, um bocadinho de calulu fazem os são-tomenses também, cachupa fazem os cabo-verdianos, a muamba fazem os angolanos. No Natal utilizamos símbolos, da árvore de Natal, do presépio, porque nós comemoramos o Natal por força da colonização!” (a, h, s, 27 anos, estudante)

O mesmo se diga em relação às festas africanas que, nomeadamente, em Braga, ocorrem na Casa de Angola ou noutros locais, sendo salientadas as festas de estudantes africanos/as em Braga:

“Fazemos festas quando temos as nossas datas: independência, dia de África, heh, normalmente festas da independência de outros países africanos também comemoramos, porque nós estamos sempre em festa [*risos*]. E depois temos sempre aqueles almoços em casa ao fim de semana, né? Combinamos, o pessoal combina encontrar-se numa casa, cada um leva uma coisita. Essas festas são assim. São sempre cheias de comida, cheias de comida e bebida, é mesmo com fartura. Essa é a grande diferença em relação às festas portuguesas e nas nossas festas há ambiente de envolvimento! Normalmente nós os africanos conhecemo-nos a todos, ao passo que eu posso ir a uma festa de portugueses e conheço duas ou três pessoas e mesmo que eu conheça algumas pessoas na faculdade, não há à vontade, porque eu acho que as pessoas são amigas, mas são amigas até certo limite, não é uma amizade sem limites, mas isso são pormenores, deve ser a barreira, não conta só com o sentimento!
A relação entre os africanos é natural e comemos... todos juntos, estamos muitas vezes juntos para não nos sentirmos deslocados, porque precisamos de nos integrar numa sociedade e se chegarmos de forma abrupta podemos ser rejeitados, porque não conhecemos os costumes, então vamo-nos chegar naqueles locais, naqueles

círculos que nós sabemos que há reciprocidade, há uma comunhão de práticas, de sentimentos, de comportamentos, porque, se calhar, as pessoas têm tendência a ir onde há africanos.” (a, h, s, 27 anos, estudante)

Estas sociabilidades, constatadas em diversos estudos etnográficos designadamente em meio urbano (cf. Machado 2003), ativam os laços de entreajuda e solidificam os mecanismos de solidariedade indispensáveis a situações ora de sobrevivência ora de trocas e reciprocidades, constituindo, tal como igualmente o sustenta Pires (1999: 20), um dos recursos mais eficazes nos processos de manutenção e reforço das próprias identidades nacionais e raízes étnicas e culturais, permitindo-nos perceber, por exemplo, o seguinte testemunho:

“Normalmente, a maior parte [das amigas] são africanas, eu acho que é um problema que nós temos aqui, em Braga, é que nós fechamo-nos muito, nós resumimo-nos às nossas festas de sábado, na UM, em que só estamos africanos, em que nós convivemos, em que falamos sobre nós e acabamos por nos isolar um bocado.” (st, mu, s, 19 anos, estudante)

Os laços de entreajuda e solidariedade em meio urbano por parte das minorias étnicas constituem uma realidade que abona em favor da tese de Pahl (1966) na sua crítica a autores como Park (1987) e Wirth (1987) em torno da dicotomia do rural-urbano. Ou seja, enquanto estes sustentam o critério cultural e sobretudo geográfico como as variáveis decisivas para caracterizar o rural como o espaço do interconhecimento e das relações afetivas, primárias e face a face e o urbano como o espaço das relações segmentadas, impessoais e anónimas, Pahl (1966) vem contestar essa dicotomia rural-urbano, sustentando que os critérios decisivos para explicar os comportamentos em meio urbano – como aliás no rural – não são geoculturais mas antes os critérios inerentes à fase do ciclo de vida, à classe e ao género, decorrendo daqui a possibilidade de haver relações de interconhecimento e afetivas em meio urbano, designadamente entre minorias étnicas e imigrantes.

As associações surgem como outra forma de sociabilidade e funcionam como o exercício de um direito e meio de expressão da vida coletiva dos imigrantes, os quais se encontram numa situação de dupla pertença, com carências e desproteção institucional por não serem considerados plenos “cidadãos/ãs” participantes e ativos e com todos os direitos e deveres. Em Braga, 52% dos/as imigrantes responderam não estar associados/as; porém, é importante notar que dos 48% que estão associados/organizados(as), 42% estão em associações

de imigrantes, 26% em associações culturais e 22% em associações académicas. Estes valores vão ao encontro do facto de os imigrantes, na sua maioria, acharem que os seus interesses seriam melhor defendidos através de associações criadas por eles próprios, mais do que pelos partidos políticos, os quais, para 47% dos inquiridos/as, não defendem os seus interesses. O associativismo étnico funcionará como um grupo de autoajuda que proporcionará estratégias de sobrevivência, ao permitir motivos de encontro e de coesão de grupo, funcionando, também, como agente de promoção da língua, da cultura e do conhecimento.

“[...] sem dúvida nenhuma que são importantes. Por um lado, ajudam as pessoas a adaptarem-se e também, por outro lado, ajudam as pessoas a encontrarem formas e mecanismos de superar certas coisas, como é o caso da sucessiva e constante rejeição social de que são vítimas.” (st, h, s, 21 anos, estudante)

O grau de etnicidade variará consoante os contrastes sociais e culturais que demarcam as minorias e as maiorias no contexto em que se inserem. Segundo Machado (1992), apesar do aumento e da diversificação das minorias étnicas em Portugal, com especial relevância para os grupos étnicos vindos dos PALOP, o fenómeno da etnicidade é, segundo este autor, pouco expressivo. Também em Braga, ainda que em menor grau por comparação com as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, foi possível verificar situações de privação entre imigrantes e não imigrantes no que respeita as condições socioeconómicas, a situação residencial, a identidade linguística, a filiação religiosa e, mesmo nalguns grupos sociais, similares modos de vida. Ou seja, a par de algumas diferenças significativas entre uns e outros, há também claras continuidades em termos de condição social desfavorecida entre a maior parte de imigrantes e uma franja significativa de portugueses autóctones em situação de pobreza⁷.

⁷ Portugal é considerado um dos países com maiores proporções de pobres entre a população total (v.g., 19,5% em 2015). A sua situação é muito desvantajosa, com um poder aquisitivo muito baixo e uma grande extensão de pobreza. Atingindo um quinto da população, os pobres, em Portugal, são constituídos, segundo dados de Lídia Barreiros retirados dos inquéritos aos Orçamentos Familiares de 1995, por pessoas reformadas e idosas (41%), camponeses pobres e trabalhadores familiares não remunerados (62%) e assalariados da agricultura, da indústria e dos serviços menos qualificados e mal remunerados (37.9% dos pobres são empregados ou trabalhadores por conta própria) (cf. também Capucha 1998). Têm surgido novas categorias de pessoas pobres, geralmente, vivendo mais na franja marginal, nomeadamente os desempregados de longa duração que aumentaram de 28,2% (49 600) do total de desempregados em 1992, para 41.5% (137 300) em 1996, 47% em 2001 e 53,1% em 2011); os grupos étnicos e culturais minoritários, os jovens em risco, os toxicodependentes e os detidos ou ex-reclusos.

Não obstante estas continuidades, as sociabilidades e relações interétnicas, nomeadamente entre africanos/as negros/as e portugueses/as autóctones são ainda relativamente débeis, sobretudo no tocante aos cruzamentos que impliquem relações de intimidade e sobretudo casamentos interétnicos, tal como o refere um estudante angolano:

“Quanto à comunidade africana aqui em Braga em relação à comunidade portuguesa, da experiência que eu tenho, digamos assim, há uma disparidade, uma certa discrepância, um certo afastamento, porque não é muito fácil um africano namorar ou contrair casamento com uma moça que seja portuguesa. Isso é um problema às vezes, não, isso é uma ameaça às vezes. Os portugueses entendem que isso poderia estragar a raça e eu acho que isso está mal. Porque quando uma pessoa gosta da outra e a outra também, deve-se permitir que as coisas se passem. Se os pais intervierem para que não se realize, acho que isso é mau, acho isso mal.”
(a, h, s, 40 anos, estudante)

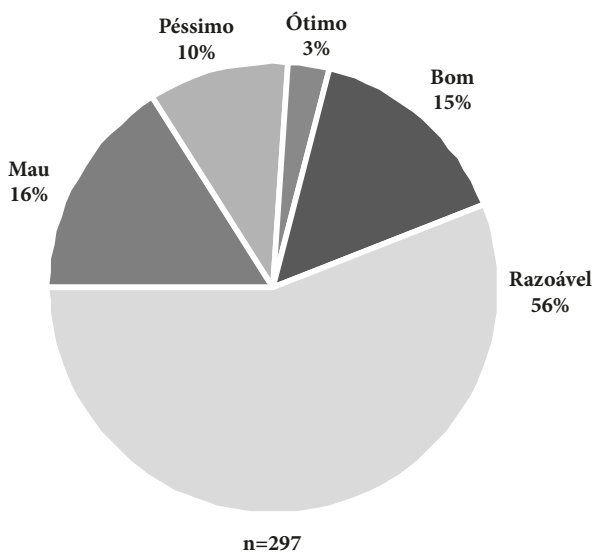
Os grupos sociais vulneráveis à pobreza são vistos principalmente pelo fator rendimento, que é o mais direto e visível, mas também pelas condições de habitação, condições de saúde, educação e emprego/desemprego, níveis e fontes de rendimento (Almeida *et al.* 1992: 17). Na habitação contabiliza-se a falta de conforto habitacional, elevados graus de insalubridade, superlotação e inadequação geral dos alojamentos. Várias famílias partilham os mesmos alojamentos e o número médio de pessoas por divisão é elevado. Poucos têm acesso às infraestruturas básicas como eletricidade, água, rede de esgotos, recolha de lixo. Quanto às condições de saúde, a esperança de vida é mais curta, são maiores os níveis de mortalidade infantil, menor o consumo de serviços médicos, maior o risco de contrair doenças e acidentes de trabalho. No que concerne à educação, os níveis de escolaridade são fracos e tardios, assiste-se a saídas precoces do sistema educativo, tornando mais difícil a inserção no mercado de trabalho e em empregos qualificados. Existe, ainda, um elevado grau de analfabetismo. Se é certo que em 2011 o analfabetismo desceu para 5,2%, em 2001 era de 9% mas em 1985 era ainda de 17% entre os homens mas 21% entre as mulheres. Às carências em recursos culturais somam-se as carências de natureza económica. O rendimento económico acaba por condicionar o prosseguimento dos estudos. A ligação entre o desemprego e a pobreza é imediata, tornando-se mais patente quando se refere um desemprego de longa duração ou de trabalho temporário e precário (Almeida *et al.* 1992: 47-75). Do mesmo modo, quanto mais baixo for o nível de escolaridade, maior o risco de pobreza: 19% em pessoas com 9 ou menos anos de escolaridade vs 8% com o ensino secundário e 3% com o ensino superior (Carmo *et al.* 2012: 18ss). Relativamente à precariedade e à pobreza, é de realçar que, tal como referiu Almeida (1992: 91), “de modo geral, as categorias da população mais vulneráveis à pobreza são essencialmente os desempregados de longa duração, os jovens à procura do primeiro emprego e certas minorias étnicas, nomeadamente africanos, asiáticos, ciganos, deficientes e idosos com recursos limitados. As minorias étnicas com os trabalhos precários e vivendo em economia informal acabam por aumentar o conjunto de indivíduos vulneráveis à pobreza, em que o desemprego é para eles um risco permanente. Além do mais, a saída do desemprego não significa sempre deixar a pobreza ou a vulnerabilidade à pobreza. Os que se empregam podem entrar num conjunto de trabalhos de baixos rendimentos ou então ter como alternativa a entrada na economia informal.

7.3.2. PERCEÇÕES DOS IMIGRANTES AFRICANOS SOBRE PORTUGAL E SOBRE OS PORTUGUESES

Uma vez analisadas as sociabilidades e as interações quotidianas na comunidade de acolhimento, importa agora aferir as percepções e representações dos imigrantes inquiridos sobre Portugal como país e, em especial, sobre os portugueses em matérias como o acolhimento recebido e até que ponto se verificam atitudes e práticas racistas por portugueses/as.

Em matéria de acolhimento, a análise dos dados da Figura 30 permite-nos destacar três principais posicionamentos: desde o maioritário “razoável”, passando pelo ‘bom’ ou ‘ótimo’ como menos expressivo, até ao ‘mau’ e ‘péssimo’ como significativo:

Figura 30. Percepções sobre o acolhimento dos portugueses



Fonte: IIAPB, 1999-2003.

Entre as respostas se infere uma maioritária com 56% de respostas que traduzem, ainda que de modo pouco definido, um acolhimento ‘razoável’ até uma outra que exprime um posicionamento francamente favorável com 18% de ‘bom’ ou ‘ótimo’ acolhimento. Porém, são de registar as respostas abertamente desfavoráveis e denotativas de ‘mau’ ou ‘péssimo’ acolhimento com 26% de respostas dos inquiridos/as.

De “são boa gente” (g, mu, s, 42 anos, trabalhadora de limpeza) a atitudes mais negativas como “Eles mandam-nos embora quando querem. Nós somos colónia portuguesa, mas nós não merecíamos” (g, mu, 44 anos, 12.º ano, trabalhadora de limpeza), predomina todavia a perceção de que o acolhimento é razoável, o que se prende provavelmente com lógicas de tolerância e de não hostilização, mas desde que os imigrantes “cumpram as suas obrigações”. Ou seja, segundo uma entrevistada “alguns portugueses ‘racistas’ não nos aceitam, querem que ocupemos o nosso lugar, não tolerando que ascendamos numa posição acima deles” (g, mu, 42 anos, 12.º ano, trabalhadora de limpeza, professora na Guiné)⁸.

Se atendermos às opiniões dos inquiridos/as sobre o tipo de acolhimento dos portugueses/as, diferenciando tais opiniões por grupos nacionais, podemos traduzir os resultados no Quadro 26:

Quadro 26. Opiniões sobre o tipo de acolhimento dos portugueses, por nacionalidade

Nacionalidade	Ango- lana		Gui- neense		Moçam- bicana		Cabo- -verdiana		São- -tomense		Outra		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Ótimo	2	2	0	0	2	5	4	7	0	0	2	6	10	3
Bom	14	11	3	11	10	27	11	19.3	2	15.3	6	17	46	16
Razoável	78	62	15	55.5	15	41	31	54.4	5	38.4	17	49	161	55
Mau	22	17	5	18.5	6	16	7	12.3	2	15.3	6	17	48	16
Péssimo	10	8	4	15	4	11	4	7	4	31	4	11	30	10
Total	126	100	27	100	37	100	57	100	13	100	35	100	295	100

Fonte: IIAPB, 1999-2003.

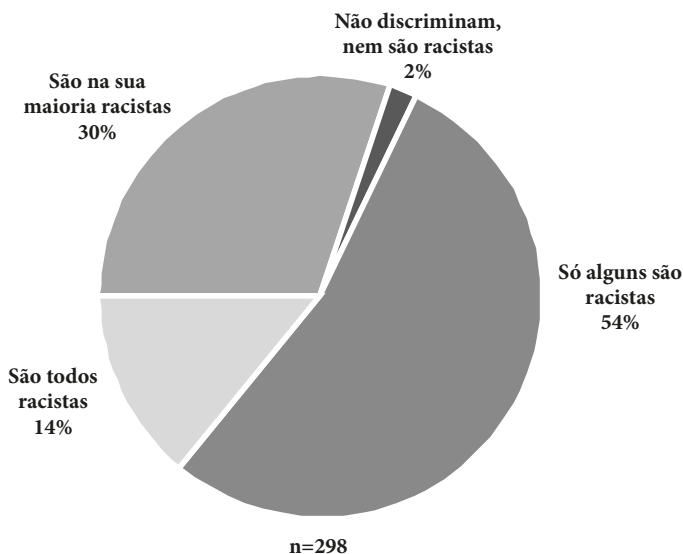
Como vimos, todos os grupos consideraram que o acolhimento foi, na sua maioria, razoável; porém, foi entre os moçambicanos/as e os cabo-verdianos/as que o acolhimento dos portugueses/as foi considerado melhor, ao contrário dos/as são-tomenses e dos/as guineenses, que o consideraram pior.

⁸ Tal será constatável também nos resultados da próxima publicação, em que as visões e os discursos dos autóctones refletem uma certa hostilidade para com os imigrantes e os ciganos.

Para além dos juízos construídos sobre o acolhimento dos portugueses em relação aos imigrantes é importante captar a sua perceção sobre as atitudes e práticas dos portugueses/as brancos/as relativamente às questões do racismo e aqui, ao optar pelo plano relacional, evidenciam-se os processos de interação entre imigrantes e autóctones que se desenrolam em dois planos: o plano atitudinal representativo e o plano comportamental:

(i) o plano atitudinal e de representação traduz-se na forma de desvalorizar o outro e enaltecer-se a si mesmo que poderá assumir forma de discriminação. O imigrante surge como impasse simbólico, na expressão de Sibony (*in* Wieviorka, 1995: 43) e, por isso mesmo, um impasse cultural; o autóctone é o ‘outro’ a partir do qual expressam as suas diferenças e delimitam as suas fronteiras.

Figura 31. Perceções dos imigrantes sobre práticas racistas de portugueses



Fonte: IIAPB, 2003.

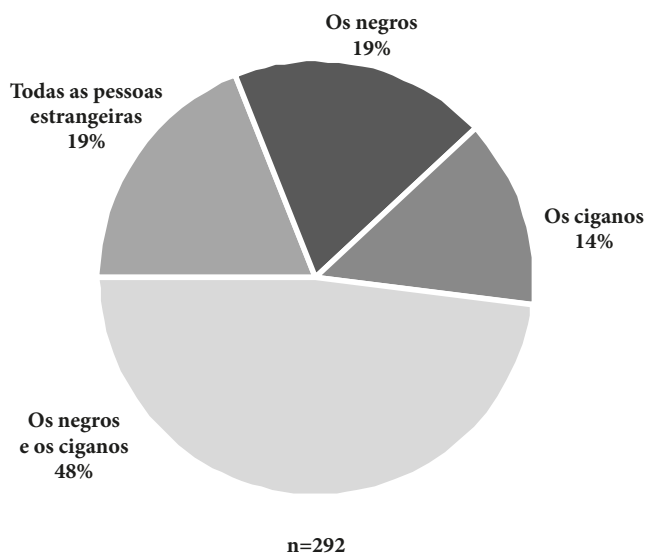
À exceção de uma minoria residual de 2% para os quais os portugueses “não discriminam nem são racistas”, para 54% “só alguns portugueses são racistas”, para 30% “os portugueses são na sua maioria racistas” e para 14% os

“portugueses são todos racistas”, um retrato que não deixa de suscitar alguma preocupação. Mesmo podendo relativizar por inconsistência os 14% que dizem que “todos os portugueses são racistas”, esta questão não deixa de ser, ora de produto de vivências concretas de discriminação, ora de reprodução de generalizações simplistas, como será evidenciado noutra obra a publicar em breve; no entanto, é de relevar que, para além dos 54% que apontam que “alguns portugueses são racistas”, 30% consideram que a maioria dos portugueses/as é racista.

“[...] no Norte, tendo em conta o conservadorismo que ainda se verifica cá, pronto o tratamento já é diferente, porque as pessoas têm uma certa resistência em aceitar a diversidade étnica, a diversidade racial, e qualquer tipo de inovação é facilmente rejeitado.” (st, h, s, 21 anos, estudante)

Estas representações negativas sobre os portugueses/as, além de traduzir eventuais estratégias de autodefesa, articulam-se e traduzem também percepções e convicções em torno de questões mais relacionadas com factos discriminatórios, sobretudo em relação a negros/as e a portugueses ciganos/as, avaliações que, embora com diferentes graus, são anotados na Figura 32:

Figura 32. Percepções sobre os grupos mais discriminados



Fonte: IIAPB, 2003.

Salvo a resposta generalizante e simplista de que todas as pessoas estrangeiras são discriminadas (19%), os mais discriminados/as são, na opinião de 48% dos inquiridos/as, os negros/as e os ciganos/as, que, quando somados aos 14% que só referiram ciganos e aos 19% que só mencionaram os negros/as, fazem subir esse valor para 81%. Os inquiridos/as consideram, contudo, que os negros/as são os mais discriminados/as, situação que poderá estar claramente associada a experiências e vivências subjetivas de construção de sentido da sua realidade e da sua condição enquanto imigrante.

Apesar desta opinião, não deixa de ser clara a consciência de que o racismo é visível para grande parte dos negros/as. Alguns dos entrevistados, se, por um lado, reconheceram o racismo em Portugal para com os negros/as, assinalaram também existir racismo inverso em África por parte de negros/as para com brancos/as: “Racismo há em todo o lado, em África também há dizendo: Lá vai o branco”. Porém, esta afirmação de tipo generalista, além de não ter em conta as formas de colonização e racismo nas relações históricas de exploração e dominação em termos coloniais e neocoloniais por parte de Portugal colonizador, não é de modo algum comprovada em vários trabalhos de especialistas, sendo de salientar num registo etnográfico e jornalístico a recente recolha e análise por parte de J. G. Henriques (2017) de diversos e reflexivos testemunhos por parte de africanos/as dos PALOP, dando conta de suas experiências sofridas de discriminação.

Merece uma nota de registo o facto de vários dos imigrantes negros/as inquiridos/as e/ou entrevistados/as, não obstante serem vítimas de racismo e até narrarem episódios de comportamentos discriminatórios, denotarem preconceitos face aos ciganos (“maus”, “aldrabões”), embora o inverso também seja frequente, situação que diversos teóricos como Adorno *et al.* (1950) remetem para a cadeia causal hierárquica dos mecanismos de repressão interiorizados; e outros como Bourdieu (1980) com mais justeza apontam para as relações de emulação e concorrência entre os dominados a ignorar os traços comuns da condição objetiva e a marcar e demarcar a última diferença específica entre eles, sem deixar também de ter em conta, neste caso concreto, a distância ou estranheza entre estes dois grupos vítimas de discriminação.

(ii) Num plano comportamental 72% dos inquiridos/as afirmaram já ter sido alvo de discriminação racial, sendo de especificar que estas práticas se fazem sentir, para 67% dos/as respondentes, um pouco por todo o lado: nos cafés/bares (65%), na escola (62.8%), no comércio/mercado (59.4%), na rua (56.4%) ou no local de trabalho (51.4%).

A discriminação no espaço laboral é, aos olhos de grande parte dos inquiridos/as e entrevistados/as, uma realidade sentida e vivenciada, tal como nos testemunham alguns relatos:

“Eu acho que a discriminação vive connosco, pois, quando eu fui indicado para substituir o meu chefe de turno durante a sua ausência por uma semana, os meus colegas nacionais ficaram bastante tristes, ou mesmo revoltosos. Falavam em voz alta uns para os outros: – “agora que vamos ser orientados ou mandados por um “preto”, já não sabemos onde é que isto irá parar... Olhavam para mim com bastante desconfiança e indiferença, culminando com uma rotura quase total das relações que eram normais. Assim, posso adiantar que a discriminação é o pão nosso de cada dia.” (cv, h, cs, 33 anos, empregado)

“A procura de emprego em que foi dito textualmente que a pessoa gostava que eu lá trabalhasse, o pior seria quando os clientes chegassem e não iam gostar como cabeleireira!” (g, mu, s, 41 anos, licenciada, cabeleireira)

“Em Lisboa trabalhava mais que os brancos e ganhava quase metade.” (g, h, s, 34 anos, operário)

Ainda no que concerne à discriminação no acesso ao mercado de trabalho, vale a pena relatar mais uma situação narrada por uma jovem negra a estudar na Universidade do Minho, que procurava aproveitar o tempo livre de férias para trabalhar e fazer face aos gastos da sua condição de cidadã estudante:

“Dentre as várias ofertas resolvi procurar a de uma perfumaria que aparentava dar melhores condições de trabalho, ou seja, era a que ia mais ao encontro dos meus interesses. Telefonei e marcaram-me entrevista. No dia combinado apareci toda requintada e apresentável como mandam as regras de ida a entrevista. A entrevista correu-me bem e pensei logo que o ‘lugar’ estaria no papo. Só que sabia que a raça, a cor da pele era um elemento de peso na avaliação e seleção. Logo que saí da entrevista, foram dadas as saudações formais com aparente sinceridade, mas estava tudo “armado”. Depois de ter abandonado o recinto da entrevista, consegui ouvir o seguinte comentário da entrevistadora para as outras colegas: “uma negra a querer trabalhar aqui? Nunca”. Ainda hoje estou à espera que me telefonem e deem o resultado da entrevista.” (Ana, s, 21 anos, BragaShopping, 21-07-1999)

E num outro testemunho relatado de modo expressivo por uma angolana num outro processo de seleção aquando da entrevista:

“Na verdade a diferença está na cor. Eu há uns anos tive uma experiência quando estava a procurar emprego que nunca vou esquecer! Telefonaram-me para o meu telemóvel para ir a uma entrevista e a Diretora de Recursos Humanos elogiou imenso o meu currículo deixando-me com esperanças. Quando fui à entrevista e me viram ali de corpo e alma, inventaram logo uma desculpa. Já nem me lembro do que me disseram. Eu é que disse que não precisava de embrulhar, porque era por eu ser preta! Aí a senhora deu um passo para trás, ficou toda atrapalhada e tentou justificar, mas era um facto.” (a, mu, s, 29 anos, economista)

Estes casos ilustrativos relatados por pessoas que vivenciaram tais situações de discriminação evidenciam que, contrariamente, por um lado, a visões conservadoras que legitimam o racismo em base biogenética ou ‘cultural’ e, por outro, à perspectiva marxista ortodoxa que destaca a classe como único fator explicativo do racismo, que a cor da pele – que por diversos autores tem sido assumido como marcador a partir do qual se estruturam processos de discriminação e racismo (Hall 2000, Essed 2002, Omi e Winant 2002, Silva 2014) – apresenta-se como elemento a partir do qual se desencadeiam práticas de discriminação e racismo.

Uma outra situação que reflete a discriminação laboral e que deve ser relevada diz respeito à desigualdade salarial. Constatou-se *in loco* que há uma diferenciação salarial entre nacionais e imigrantes a trabalhar nas mesmas condições e tipos de atividade laboral. Ou seja, enquanto, ao tempo da recolha dos dados, havia imigrantes com a categoria de “serventes” que recebiam quatrocentos escudos/hora (2€/hora), os nacionais na mesma categoria recebiam seiscentos escudos/hora (3€/hora). Semelhante disparidade salarial, além de representar uma injustiça relativa, constitui um fator que impede que o imigrante se sinta tratado com equidade e como ser humano com direitos idênticos aos demais cidadãos. Esta permanente diferenciação salarial agrava-se nos casos em que não há pagamento, situação que não só potencia os sentimentos discriminatórios como fomenta e reforça situações de exclusão social. Tal como afirmam inclusive autores de orientação liberal como Sammelson e Nordhaus (1993: 422), para além da questão da capacidade ou do mérito e dos tipos de ocupação ou profissão, surgem outros fatores que influenciam a desigualdade dos rendimentos salariais, entre os quais são referidos justamente a discriminação e a exclusão que delimitam os rendimentos das mulheres e de muitos grupos minoritários, tal

como referimos não só em relação ao desemprego, como em relação ao trabalho executado por mulheres negras, cuja remuneração acumulava a discriminação étnica e de género com salários inferiores aos dos homens negros.

Quer seja na maior vulnerabilidade ao desemprego ou na disparidade salarial, por razões de discriminação ou segregação na base rática ou étnica potenciam-se situações de tensão e conflitualidade, umas mais latentes, outras manifestas, mas em nenhuma se augura um adequado caminhar no sentido duma cidadania pluriétnica e multicultural. Tais situações interpelam entidades e organizações de vários tipos – político-partidário, sindical, associativo⁹ – mas sobretudo põem em causa a passividade e a não fiscalização do Estado perante estas situações discriminatórias.

O fenómeno da discriminação não se limita apenas à dimensão do emprego e da habitação, como já referimos, estando presente em diversos espaços físicos e sociais (a rua, a escola, os locais públicos), sem descurar a importância do fenómeno da discriminação na esfera político-ideológica. Na esteira de Van Dijk (1987), estudioso das formas e expressões de racismo nos meios de comunicação social, estes poderão ser relevantes para desconstruir preconceitos e estereótipos. Sublinha-se assim o papel crucial dos *media*, tal como o realçaram alguns dos entrevistados/as:

“A comunicação social não dá abertura e espaço para falar de Cabo Verde; quando dá notícias é *“prenderam um cabo-verdiano porque em posse de droga”*. Desde que cheguei só ouvi duas vezes música cabo-verdiana na rádio e nenhuma na RTP... Os portugueses dizem assim: o Brasil é o país irmão, mas não ouves dizer Cabo Verde é um país irmão.” (cv, h, s, 21 anos, estudante)

O sentimento de ser rejeitado na sociedade deixa marcas profundas e induz a que se acantonem mais os indivíduos que se sentem psicologicamente indefesos e socialmente desenquadrados.¹⁰ Atendendo a que as pressões da

⁹ A esta interpelação responderam, nomeadamente na cidade de Braga, com mérito e sentido de cidadania algumas associações tais como “Associações Juvenis” e, em especial, a “Associação Olho-Vivo”, desenvolvendo atividades contra o fenómeno de discriminação. Esta última Associação, como referido, além de sensibilizar a população e, em especial, a juventude, prestou durante muitos anos relevantes serviços no combate à discriminação racial e, simultaneamente na defesa dos “Direitos dos Imigrantes”, em conformidade com uma das linhas mestras que orienta a razão da existência daquela Associação” a Defesa dos Direitos Humanos, o Combate ao racismo e a xenofobia”.

¹⁰ As elevadas pressões psicossociais movidas pela discriminação no emprego, na rua, na habitação, entre outras, não só perturbam o desempenho laboral, como afetam profundamente a sua própria identidade e, no caso de desemprego, suscitam o aumento do risco da rutura das

própria sociedade de origem e os objetivos de ordem familiar não admitem o fracasso, estes homens e mulheres imigrantes sentem-se embebidos numa dura e encarniçada luta em função do sucesso do seu empreendimento pessoal e familiar, o que explica grande parte do *stress* e suas várias formas de expressão pela dissonância entre as expectativas familiares e exigências sociais e a realidade do fracasso, sobretudo o desemprego. Trata-se, portanto, dum enorme sobrecarga não só laboral como existencial, nomeadamente quando bate à porta o desemprego e, dada a premência das responsabilidades individuais, familiares e sociais, em semelhante situação tudo se fratura e desmorona. Em tal situação instala-se a incerteza em termos socioeconómicos, o caos existencial e o desequilíbrio emocional e afetivo com repercussões no seio da própria família – vista ainda como a célula básica, nomeadamente na sua sociedade de origem. Em suma, o imigrante, quando tenha más condições de trabalho e de habitação e sobretudo quando desempregado e discriminado, corre o risco de ser profundamente aturdido, além de afetadas e perpassadas de tensão as próprias relações familiares com marcas físicas e lesões psíquicas e mentais. O imigrante vive um constante dilema entre a realização do seu “sonho” e o subsequente regresso numa espécie de nostalgia em relação às raízes da sua terra natal e uma sociedade que formalmente o acolhe mas na qual nem sempre se sente acolhido social e afetivamente por ela.

“Este país tem tudo o que uma pessoa precisa e necessita para viver, mas conviver eternamente com a intolerância é insuportável.” (g, mu, s, 28 anos, empregada de restaurante)

“Cada vez mais me sinto rejeitado pela sociedade e o destino aponta para o regresso mais rápido do que eu pensava.” (g, h, s, 33 anos, sem informação sobre profissão)

Por estes e outros comentários se infere que uma parte dos imigrantes inquiridos/as manifestou a intenção de regresso, o que se reforça com estas situações e vivências de discriminação. Assim, o desejo de voltar reforça-se ao ouvir cada vez mais comentários em que ressalta o mau ambiente criado, assim

relações familiares e sociais, como aliás o demonstram vários estudiosos e não só em relação aos imigrantes obviamente (cf. Paugam 1996). De resto, as formas ocultas de violência simbólica por via das pressões de ordem emocional e afetiva têm o condão de apresentar-se subtilmente como não violentas sob formas eufemísticas, mas não deixam de ser por isso violentas, como bem o demonstrou Bourdieu (1980).

como as dificuldades de emprego. No pequeno guião de entrevista junto dos imigrantes africanos, quando questionados se a discriminação lhes causava tensão, desmotivação, nervosismo ou outra situação de *stress*, salvo 6,6% que responderam negativamente e 20% dos inquiridos que se abstiveram de emitir opinião, 73,3% do total dos entrevistados responderam afirmativamente, dos quais 43,3% pertencentes ao grupo etário dos 15-29 anos e 30% do grupo etário dos 30-45 anos.

No que concerne as percepções de racialização por parte de jovens negros em meio escolar, também nesta pesquisa, como noutras (cf. Lopes e Vala 2003), se constata essa realidade, por vezes com o silêncio ou a cumplicidade dalguns professores e mesmo até do Conselho Diretivo, em que a discriminação por parte de alunos brancos em relação a colegas negros é um facto recorrente, tal como o refere uma das mães acerca do seu filho:

“Na escola do meu filho, quanto aos trabalhos de grupo, os colegas faziam os trabalhos e depois tapavam para que meu filho não visse. Chamavam-no ‘preto’, riscavam-lhe a roupa e ele não respondia porque ele compreendia. Agora no 5.º ano um colega mais velho apanhou-o e perguntou-lhe o que é que ele estava a fazer naquela escola, começando a agredi-lo, mas ‘ninguém viu’ e ninguém se responsabiliza. Eu já me dirigi à escola por causa de situações de racismo e desrespeito pelas origens étnicas das pessoas e pela sua cor da pele. Isto só aqui (em Braga), em Lisboa não tive problema nenhum nestes termos. Depois eu fiz a participação da agressão, chamando a atenção para esta discriminação (“Ó preto, ó preto”) e a resposta do conselho executivo foi que eu, como mãe, tinha que inculcar ao meu filho que ele precisa de se integrar, se ele não se sente integrado é porque a mãe não lhe dá educação intercultural, quando a situação era precisamente a inversa.” (g, mu, s, 41 anos, licenciada, cabeleireira)

“Os meus filhos queixam-se frequentemente de serem chamados ‘pretos’ e os outros meninos não querem brincar com eles por indicação dos pais.” (a, h, cs, 30 anos, licenciado, trabalhador na Grundig)

Também no meio estudantil do ensino superior se constata atitudes e opiniões racistas, tal como narra Rui A., estudante negro:

“Paula, professora de chinês, grávida de sete meses, não gozava de muita simpatia entre uma turma de alunos, onde eu me integrava. Num intervalo numa aula, uma colega mais ousada diz em voz alta: “Eu gostaria que o filho da professora

nascesse preto e feio”. A reação do grupo igual a zero, ou seja, não houve nenhum comentário reprovador. Eu próprio recém-chegado que nunca ouvira semelhante coisa, fiquei sem resposta. O que me chocou mais foi a naturalidade com que a colega disse aquilo, sabendo que estava ali um colega seu de raça negra!” (Rui, 19 anos, UM, Gualtar)

A rua e os locais públicos são claramente locais onde se manifesta a discriminação com base na cor da pele, segundo o revelam vários testemunhos:

“Na rua e/ou locais públicos chamaram-me preta, eu já considero normal, mas pessoas não se mentalizam... O que eu achei complicado foi lidar com as pessoas, porque eu cumprimentava sempre com “bom dia”, por exemplo, e ninguém me dava resposta! Eu ficava mesmo chateada.” (g, mu, s, 41 anos, licenciada, cabeleireira)

“Um motorista de táxi recusou-se a levar-me porque no carro dele “não entravam pretos.” (a, h, s, 31 anos, operário)

Ser minoria permite que afirmem, de modo diferenciado, as suas filiações ao grupo. Segundo Feagin (*in* Smith 1991: 223), ser branco significa não ter que pensar nunca sobre isso. Ser negro significa ter que pensar nisso a todo o tempo, porque a eles se recorda disso constantemente, principalmente, porque, segundo os inquiridos/as, apesar de “ser negro” é ser humano, normal, africano e de outra cor, o negro é também, na ótica dos inquiridos/as, discriminado, vítima social, uma pessoa com dificuldades. “Ser branco” é ser humano, normal e superior.

“Ser português é ser demagogo, ser branco é ser xenófobo, ser negro é ser discriminado, ser cigano é ser discriminado, ser racista é ser ignorante, ser imigrante é ser difícil.” (a, mu, s, 24 anos, estudante)

“O que acontece é que a cor, para eles [portugueses], é uma forma de diferenciação, de supremacia, ou seja, todo o branco é inteligente, é esperto, pronto, é capaz de coisas boas, e os pretos, normalmente, são pessoas burras, não sabem nada, estão cá pra sobreviver e essas coisas todas.” (st, h, s, 21 anos, estudante)

“Uma colega disse-me que eu era muito inteligente para ser preto.” (m, h, s, 29 anos, estudante)

Assim, se ao nível simbólico e cultural, os imigrantes africanos tendem a salientar as suas identidades racializadas em função dum marcador simbólico – a cor da pele –, em termos de estilos de vida procuram evidenciar, quando dominantes no seu grupo (medido pelo nível de instrução e qualificação superior, nível de rendimentos, profissão e acesso aos bens), identidades de classe; precisamente porque, como pudemos constatar, o estatuto social e o nível cultural é superior, oferece-lhes uma segurança que se sobrepõe à insegurança da identidade racializada (em função da cor), o que comporta, em si, a tal propriedade pejorativa que, no plano relacional e de diferenciação identitária, traduz-se na desvalorização do outro, assumindo a forma de discriminação e a forma de uma desigualdade de oportunidades no acesso aos bens e aos serviços, tal como refere um dos entrevistados:

“Na verdade a diferença está na exibição dos cartões, tudo funciona por títulos. Depois de ter sido vítima de discriminação pela minha cor, só porque queria ir ao médico e eu estou legal e tudo, e depois de andar de um lado para o outro para falar com o superior, quando fui novamente ter com a senhora, depois ‘daqueles’ telefonemas, ela com um sorriso nos lábios disse-me: – o senhor doutor podia-me ter dito!” (a, h, cs, 48 anos, professor)

“Outro rótulo é que todo o africano, todo o preto é burro, não sabe nada: uma vez [...] tive que preencher um requerimento, uma folha qualquer e cheguei ali, e a pessoa que atendeu perguntou com um ar de desprezo se eu sabia preencher... tem piada, mas pronto. Só que nessas situações, às vezes, uma pessoa acaba por ser radical, naquele dia, depois da pessoa dizer isto e a expressão que a pessoa teve, só limitei-me a dizer à pessoa que o facto de andar no ensino superior a frequentar o curso que frequento e em determinado ano em que estou, isso já diz alguma coisa.” (st, h, s, 21 anos, estudante)

O estatuto social, quando elevado, tende a diluir ou a esbater a característica fenotípica; isto leva-nos a concluir que o imigrante, à medida que avança na escala de posição social, torna-se menos étnico (Rex 1988). Uma estrutura social continua a assentar (i) no nível socioeconómico da sociedade – indicadores socioprofissionais e rendimento (a propriedade, as relações sociais de produção e relações de dominação/exploração são atributos de classe mas não o único prelevante), (ii) no prestígio (o *status* dependerá da avaliação das diferenças sociais e dos diferentes estilos de vida seguidos pelos grupos sociais), (iii) na posse/não posse de qualificações e diplomas (a posse de capital

social e cultural, como conjunto de propriedades objetivadas, manifesto em estilos de vida e em relações sociais específicas), o que é visto como vantagem ou desvantagem no acesso a oportunidades sociais; e (iv) na combinação de atributos sociais complementares. Neste caso, a ligação a pertença étnica e racial e as apreciações subjetivas dos atores em relação ao seu posicionamento social são importantes para a avaliação de identidades sociais e étnicas.

A etnicidade, segundo Rocha Trindade (1995), de resto na esteira de autores como Weber (1978) e Rex (1988), constitui-se como fonte de diferenciação social tão ou mais importante que a classe social. Tal significa que a etnicidade pressupõe que existem diferenças relativamente ao estatuto étnico de vários grupos, estatuto este considerado fator responsável pela forma como se encontram atribuídos rendimentos e posição social, influenciando os modos de inserção, mas também pelo grau maior ou menor de mobilização por parte da etnia dominada ou subjugada.

BALANÇO E CONCLUSÃO

No início deste trabalho foi evidenciado com base em fontes secundárias e da própria pesquisa que a emigração com as suas características contemporâneas tem sido uma constante na sociedade portuguesa, nomeadamente desde o século XVIII e sobretudo XIX e XX, não levando em consideração as deslocções maiores ou menores no quadro da colonização, cujas características, não obstante alguns pontos de contacto, se afastam do estrito fenómeno das migrações, pese embora tenham sobre estas uma influência considerável. Também foi constatado sobretudo a partir dos anos 60 do século passado e, com maior intensidade, a partir dos anos 80 desse século que Portugal não é apenas um país de emigração, mas também um país de imigração.

Delineada a problemática e feito um breve resumo das diversas perspectivas sobre o fenómeno migratório, foi possível equacionar que a abordagem mais pertinente e fundamentada é a teoria marxista em torno da relação entre capital e trabalho não só a nível nacional como internacional. Esta posição estruturante viria a ser desenvolvida pela teoria da dependência e do centro-periferia, sendo as mesmas úteis para analisar as deslocções e os fluxos migratórios não só no contexto nacional como europeu e internacional. Por outro lado, foram colocadas em debate as formas de exclusão e desigualdades sociais não só na base da classe, mas também étnica e de género, de que as análises nesta amostra a nível do distrito e, em particular, do concelho de Braga, o evidenciaram. Os imigrantes dos PALOP, simultaneamente grupos étnicos, têm sido neste processo migratório objeto de exclusão por razões de classe e rácico-étnicas, o que exigiu igualmente um enquadramento teórico básico, o qual, ainda que não largamente desenvolvido, foi fundamental para dar conta, interpretar e explicar os fenómenos de discriminação e racismo não

só institucional como na vida quotidiana. Porém, antes de desenvolver estes aspetos, nesta obra foram caracterizadas, com base nos resultados do inquérito, das entrevistas e do trabalho de campo, a situação sociodemográfica dos imigrantes inquiridos/as da amostra, a composição e diversidade quanto aos países de origem, os constrangimentos e estratégias dos próprios imigrantes que permitem afirmar tratar-se de uma imigração certamente condicionada do ponto de vista social, económico e, não raro, político, mas também expressiva da vontade estratégica dos atores migrantes de sobreviver e, se possível, melhorar as suas vidas. Num momento seguinte, foi analisada a sua situação laboral e habitacional e, por fim, as suas perceções e representações sobre os portugueses autóctones brancos.

Com base nos resultados dos inquéritos e entrevistas evidenciaram-se as razões de saída e motivações dos imigrantes africanos dos PALOP em direção a Portugal como país de destino, traçou-se um breve panorama não só dos tipos de saídas (regulares e irregulares), das dificuldades na chegada, como a sua situação a nível laboral e profissional nomeadamente o exercício de profissões predominantemente desqualificadas, mais duras e mais mal pagas, condições de habitação mais dispersas, mas mais razoáveis em função do preço e não tão concentradas como nas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Em termos laborais, as suas vindas são estimuladas pela via legal, irregular ou informal pelos próprios patrões que retiram daí proveito, nivelando por baixo os salários praticados em determinados setores, nomeadamente na construção civil e nas obras públicas, nas indústrias transformadoras e nos serviços domésticos. Esta situação é agravada com uma legislação negativa, restritiva, uma burocracia lenta e permissiva de atropelos e uma fiscalização estatal quase ausente nas práticas empresariais praticadas sem escrúpulos sobretudo para com os trabalhadores/as em situação irregular, ameaçando-os ou chantageando-os inclusive com a denúncia da sua situação ilegal.

Do ponto de vista da ação coletiva, os imigrantes dificilmente têm conseguido, a nível sindical, associativo e político, colocar na agenda de debate e mobilização as suas exigências e direitos, verificando-se uma débil organização ou até predominando as estratégias de tipo individual ou familista. Tal é mais visível num quadro em que o próprio grau de relativa conflitualidade social não só em meio rural mas inclusive por parte dos próprios operários autóctones, movidos pelo princípio da segurança em contexto minhoto de pluriatividade e plurirrendimento e sob influência conservadora nomeadamente eclesiástica, tem sido relativamente baixo (cf. Silva 1998 e 2012). No entanto e não obstante estas situações e processos de exploração, exclusão e

discriminação a nível institucional e na vida quotidiana, os imigrantes dos PALOP, na sua maior parte, conseguem graças a estratégias de resiliência e resistência uns sobreviver e outros melhorar a sua situação socioeconómica, nomeadamente por comparação com a sua situação nos respetivos países de origem.

Por fim e, em particular, importa relevar os modos como têm sido tratados os negros/as nas sociabilidades interétnicas e quotidianas com os portugueses não negros, sendo de relevar a perceção de não se sentirem de corpo inteiro na sociedade portuguesa. Tal é verificável na sua opinião sobre as dificuldades encontradas na chegada e na permanência no país, sobre a lei de imigração, sobre a natureza e o grau de acolhimento por parte de portugueses autóctones brancos e, de modo especial, pelo modo como se relacionam com os vizinhos e como são tratados por estes e pela comunidade envolvente.

As desigualdades e exclusões sociais são produzidas e reproduzidas pela ação social dos diversos tipos de atores sociais e esta, por sua vez, é estruturada pelas condições (pre)existentes das desigualdades. No entanto, a fim de evitar qualquer raciocínio de tipo circular, impõe-se uma hierarquização dos níveis de análise. Assim, embora cada um dos níveis tenha a sua relativa autonomia, lógica e campo específicos, dever-se-á manter, na esteira de Luhmann (1982), Bader e Benschop (1988) e Silva (1998), a seguinte hierarquia de níveis de compreensão-explicação: o nível socio-estrutural, embora não determine totalmente, estrutura e integra o organizacional e este, por sua vez, o interacional, afastando-se esta posição de qualquer alinhamento incondicional, em relação quer à teoria organizacional e das elites, quer à teoria interacionista simbólica, quer ainda da teoria dos jogos ou das redes que esquecem ou subalternizam os aspetos estruturais. Porém, por outro lado, a inclusão do nível organizacional e interativo permite-nos evitar cair nas posições rígidas do estruturalismo marxista tradicional que subestima as componentes organizacionais e sobretudo interativas. Em suma, em relação ao velho dilema estrutura-ação, torna-se cada vez mais insustentável, em termos exclusivos ou unidimensionais, a defesa de um dos polos da dicotomia, pelo facto de se cair ora no monolitismo ora no dogmatismo teórico-metodológico.

A pertença étnica, reivindicada ou atribuída, bem como as relações interétnicas fornecem-nos um código de categorias destinado a orientar o desenvolvimento das relações sociais, sendo este um código de contraste, na medida em que a identidade étnica se afirma, por um lado, “negando” a(s) outra(s) identidade(s) e, por outro lado, em confronto com ela(s), apreendida(s) num sistema de representações de carácter político e ideológico.

Embora não tenha sido tratado de modo central, procuramos aferir até que ponto os imigrantes se sentem social, económica, política e culturalmente inseridos na sociedade de acolhimento, dando conta do relativo baixo grau de inserção social. Tal se tornou visível no baixo grau de intensidade de relacionamento intercultural e, sobretudo, na percepção de se sentirem discriminados nos contextos laboral e residencial, em diversas instâncias institucionais e noutras situações da vida quotidiana. Ou seja, é possível concluir que se, por um lado, ao nível das relações de sociabilidade, os imigrantes, sem negar atritos e conflitualidades internas, evidenciam relações mais fortes de entajuda, de proximidade e mesmo de amizade, já nas relações entre membros de grupos étnicos imigrantes e autóctones persistem, a par de relações de boa vizinhança e solidariedade, bastantes preconceitos e distâncias sociais que parecem não confirmar a tão propalada política de ‘integração’. Este conceito ambíguo, discutido e desenvolvido no enquadramento teórico, tem-se mantido, no tocante aos imigrantes africanos negros/as, como retórica política e ideológica mas negada à luz dos argumentos e factos empíricos evidenciados nesta obra.

As estratégias dos imigrantes por si próprios, em grupo ou em associações de imigrantes, nomeadamente na Associação Olho Vivo, foram sobretudo de sobrevivência e melhoria das suas condições de vida, procurando superar os constrangimentos de vária ordem. Nesta ótica, não obstante as dificuldades constatadas a vários níveis e setores, vão melhorando as suas condições de existência e assegurando níveis mínimos e até, nalguns casos, satisfatórios por comparação com os das suas sociedades de origem. Porém, nas sociabilidades e relações face a face, os imigrantes, tendo a consciência das desigualdades socioeconómicas, culturais e políticas, sentindo as formas de discriminação ora velada ora flagrante, salvo nalguns casos em que ripostam com raiva e revolta, ainda que contida, ficam desapontados e denotam atitudes expressivas de sentimentos de contenção e de evitamento de conflitos. Mantendo a sua cultura, afirmam, na maioria, estar abertos às culturas da sociedade de acolhimento – o que no modelo de Berry (1997) representaria a tão anelada integração –, mas de modo algum tal corresponde à maioria dos casos desde as dificuldades na adoção de certos hábitos e costumes até às experiências sentidas de indiferença e discriminação por parte das instituições e do exogrupo maioritário. Seja com base em dados de ordem quantitativa, seja com base em dados de ordem qualitativa, designadamente nos testemunhos vivos de africanos dos PALOP entrevistados, é-nos possível concluir, seguindo uma abordagem compreensiva e interpretativa de cariz weberiano, que os sentimentos ora de indiferença, ora de exclusão e de discriminação por parte de certas instituições e de um número

considerável de membros da maioria autóctone são uma realidade vivida, à qual subjazem, para além das diferenças e preconceitos étnico-culturais, constrangimentos de vária ordem – económica, social e política. Tendo por base tais constrangimentos, os preconceitos étnico-culturais por parte de membros da sociedade recetora são projetados sobre as minorias étnicas e imigrantes, estando neste processo sempre presente a racialização e etnicização discriminatória respetivamente na base de traços físicos (sobretudo a cor da pele) e de componentes alegadamente étnico-culturais e morais. Neste processo é fácil de inferir estarmos perante representações essencialistas e fixistas de cultura, à qual subjazem consciente ou inconscientemente imagens negativas e depreciativas do Outro – neste caso do Africano Negro/a – e invocações de hierarquização, umas subtis, outras mais denotativas do que Bastos e Bastos (1999) designam de estratégias de aculturação antagonista, herdeiras não só das representações do passado colonial, como tributárias dos processos de homogeneização cultural no contexto nacional e da globalização hegemónica do mundo de hoje.

A inserção deve ser analisada levando em consideração que as diferenças étnicas não devem ser obstáculo ao reconhecimento de condições objetivas de vida similares no campo social e económico e, por isso, tal não deveria ser motivo de competição entre imigrantes e autóctones, o que todavia ocorre, como pudemos constatar. Para que a inserção social ocorra, é necessário que os cidadãos/ãs negros/as, tal como os brancos/as, tenham trabalho estável, casa digna, acesso a serviços sociais básicos de saúde e educação, nos vários níveis, para si e para seus filhos. Para tal é previamente nuclear que os imigrantes sejam aceites como cidadãos/ãs pela sociedade e pelo Estado e, sendo objeto de discriminação positiva nalguns setores (v.g., educação, habitação), façam ouvir a sua voz e, ouvidas as suas reivindicações através de suas associações e organizações, participem na arte, na cultura, na política e nas demais dimensões do espaço público.

BIBLIOGRAFIA

- ABOU, Selim (1990), *Identité culturelle. Relations interethnique et problèmes d'acculturation*, Paris: Anthropos.
- ABRANCHES, Maria (2005), "Mulheres muçulmanas em Portugal: formas de adaptação entre múltiplas referências". In SOS Racismo (org.) *Imigração e Etnicidade. Vivência e Trajetórias de Mulheres em Portugal*, Lisboa: SOS Racismo, pp. 149-180.
- ADORNO, Theodor, FRENKEL, E., LEVINSON, D. J. e SANFORD, R.N. (1950), *The Authoritarian Personality*, Nova Iorque: Harper and Brothers.
- ALBUQUERQUE, Rosana (2005), "Para uma análise multidimensional da situação das mulheres: as relações entre género, classe e etnicidade". In SOS Racismo (org.) *Imigração e Etnicidade. Vivência e Trajetórias de Mulheres em Portugal*, Lisboa: SOS Racismo, pp. 37-50.
- ALEXANDRE, Valentim (1999), "O Império e a ideia de raça (séculos XIX e XX)". In J. Vala (org.), *Novos racismos: Perspectivas Comparativas*, Oeiras: Celta, pp.133-144.
- ALMEIDA, Ana Nunes (1985) "Trabalho feminino e estratégias familiares". In *Análise Social*, vol. XXI, 85: 7-44.
- ALMEIDA, Carlos C. (1975), "Movimentos migratórios, espaços socioculturais e processos de aculturação". In *Análise Social*, 42/43: 203-212.
- ALMEIDA, Carlos e BARRETO, António (1976), *Capitalismo e emigração*, Lisboa: Prelo.
- ALMEIDA, João Ferreira (1986), *Classes sociais nos campos. Camponeses parciais numa região do noroeste*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (1992), *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- ALMEIDA, Miguel Vale de (2000), *Um Mar da Cor da Terra, Raça, Política e Cultura de Identidade*, Oeiras: Celta.
- AMÂNCIO, Lúgia (1994), *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.

- AMÂNCIO, Lúgia (1993), "Identidade social e relações intergrupais". in J. Vala, M. B. Monteiro (coords.), *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 287-307.
- AMARO, Rogério Roque (1986), "Mercado de trabalho e franjas marginalizadas: o caso dos emigrantes cabo-verdianos". In *II Conferência do CISEP, O comportamento dos agentes económicos e a reorientação da política económica*, Lisboa: Instituto Superior de Economia, pp. 355-380.
- ANTUNES, M. A. (1977), *Os Imigrantes Africanos na Área Metropolitana de Lisboa*. 2.º Fórum Nacional de Urbanismo e Autarquias. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- ANTUNES, Manuel L. Marinho (1981), "Migração portuguesa, mobilidade social e identidade cultural: factos e hipóteses sobre o caso português". In *Análise Social*, Vol. XVII, 65: 17-27.
- ARROTEIA, Jorge (1983), *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*. Lisboa: Biblioteca Breve.
- ÁVILA, Patrícia e ALVES, M. (1993), "Da Índia a Portugal: trajectórias sociais e estratégias colectivas dos comerciantes indianos". In *Sociologia. Problemas e Práticas*, 13: 115-133.
- BADER, Veit (1985), "Nieuw racisme of neo-nationalisme?". In *Komma*, 5, 1: 109-142.
- BADER, Veit-Michael (1995) "Citizenship and Exclusion. Radical Democracy, Community and Justice. What is wrong with communitarianism?". In *Political Theory*, 23: 2: 211-246.
- BADER, Veit (2005), "Etnicidade e classe: um exercício para um mapeamento prototérico", *Configurações*, vol. 1, n.º 1: 15-38.
- BADER, Veit e BENSCHOP, Albert (1988), *Ongelijkheid*, Groningen: Wolters Noordhoff.
- BADER, Veit [2008 (1995)], *Racismo, Etnicidade, Cidadania. Reflexões sociológicas e filosóficas*, Porto: Afrontamento.
- BADER, Veit e BENSCHOP, Albert (1988), *Ongelijkheid*, Groningen: Wolters Noordhoff
- BAGANHA, Maria Ioannis (1998), "Immigrants involvement in the informal economy: the Portuguese Case". In *Journal of Ethnic and Migration Studies*, XXIV (2): 367-385.
- BAGANHA, Maria Ioannis (1999), "Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português". In *Análise Social*, XXXIV (150): 147-173.
- BAGANHA, Maria Ioannis, MARQUES, José Carlos e FONSECA, Graça (2000), *Is a ethnic class emerging in Europe? The Portuguese case*, Lisboa: Fundação Luso-Americana.
- BAGANHA, Maria Ioannis e PEIXOTO, João (1996), "O estudo das migrações nacionais: Ponto de Intersecção Disciplinar". In J. C. Ferreira *et al.* (orgs.). *Entre a Economia e a Sociologia*. Oeiras: Celta, pp. 231-239.
- BAGANHA, Maria Ioannis e REYNERI, Emilio (2001), "La Inmigración en los Países del Sur de Europa y su inserción en la Economía Informal". In C. Solé e E. Reyneri (orgs.), *El impacto de la inmigración en la economía y en la sociedad receptora*, Barcelona: Anthropos, pp. 53-212.
- BAGANHA, Maria Ioannis, MARQUES, José Carlos e GÓIS, Pedro (2004), "Novas migrações, novos desafios: a imigração do Leste Europeu". In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69: 95-115.
- BALIBAR, Étienne e WALLERSTEIN, Immanuel (1988), *Race, Nation, Classe : Les identités ambiguës*, Paris: La Découverte.
- BARKER, Martin (1981), *The new racism: conservatives and the ideology of the tribe*, Frederick: Aletheia.

- BARTH, Frederic [1980 (1969)], *Ethnic Groups and Boundaries. The Social Organization of Cultural Difference*, Oslo: Bergen/Tromsø.
- BASTOS, J. Gabriel Pereira e BASTOS, Susana Pereira (1999), *Portugal multicultural*, Lisboa: Fim do Século.
- BECKER, Howard S. {1968(1963)}, *Outsiders – Studies in the Sociology of Deviance*, Nova Iorque e Londres: The Free Press of Glencoe.
- BELL, Daniel (1975), “Ethnicity and Social Change”. In N. Glazer e D. P. Moynihan (orgs.) *Ethnicity: Theory and experience*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, pp. 141-174.
- BENSCHOP, Albert (1993), *Klassen. Ontwerp van een transformationele klassenanalyse*. Amsterdão: Het Spinhuis.
- BERGER, Peter e LUCKMAN, T. (1973) *A Construção social da realidade*. Petrópolis: Editorial Vozes.
- BERRY, W. J. (1980), “Acculturation as varieties of adaptation”. In A. Padilla (org.), *Acculturation: Theory, Models and Some New Findings*, Boulder, CO: Westview, pp. 9-25.
- BERRY, J.W.(1997), “Immigration, acculturation and adaptation”, *Applied Psychology: an International Review*, 46 (1): 5-68.
- BERTRAND, Bellon (1975), *Desemprego e Capital*, Porto: Regra do Jogo.
- BONACICH, Edna (1980), “Class Approaches to Ethnicity and Race”. In *Insurgent Sociologist*, 10(2): 9-24.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction. Critique sociale du jugement*, Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1980), *Le sens pratique*, Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa: DIFEL.
- BRANCO, Sofia (2005), “Mulheres, africanas e mutiladas”. In SOS Racismo (org.) *Imigração e Etnicidade. Vivência e Trajetórias de Mulheres em Portugal*, Lisboa: SOS Racismo, pp. 217-222.
- BRETON, Roland (s/d), *As etnias*, Porto: Rés Editora.
- CABECINHAS, Rosa (2007), *Preto e Branco. A naturalização da discriminação racial*, Porto: Campo das Letras.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1979), *Portugal na alvorada do século XX*, Lisboa: Regra do Jogo.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1983), “A economia subterrânea vem ao de cima: estratégias da população rural perante a industrialização e a urbanização”. In *Análise Social*, vol. XIX, 76: 199-224.
- CAMILLERI, Carmel (org.) (1995), *Différence et cultures en Europe*, Estrasburgo: Les Éditions du Conseil de l’Europe.
- CAPUCHA, Luís (1998), “Pobreza, exclusão social e marginalidades”. In J. M. L. Viegas e A. F. Costa (orgs.), *Portugal, que modernidade?*, Oeiras: Celta, pp. 245-283.
- CARBY, Hazel (2000), “White Women Listen! Black Feminism and the boundaries of sisterhood”. In L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 389-403.
- CARMO, Renato M. et al. (2012), *Desigualdades*, Lisboa: Mundos Sociais.
- CASA-NOVA, Maria José (2002), *Etnicidade, Género e Escolaridade. Estudo em torno das socializações familiares de género numa comunidade cigana da cidade do Porto*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

- CASA-NOVA, Maria José (2005), "(I)Migrantes, diversidades e desigualdades no sistema educativo português: balanço e perspectivas". In *Ensaio: Avaliação das Políticas Públicas Educativas*, 13 (47): 181-216.
- CASTEL, Robert (1998), *As metamorfoses da questão social. Uma crónica do salário*, Petrópolis: Editora Vozes.
- CASTELO, Cláudia (1999), "*O Modo Português de Estar no Mundo*": o Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa, Porto: Edições Afrontamento.
- CASTLES STEPHEN E KOSACK, Godula (1973), *Immigrants Workers and Class Structure in Western Europe*, Londres/Nova Iorque: Oxford University Press.
- CEPEDA, Francisco José Terroso (1988), *Emigração, Regresso e Desenvolvimento no nordeste interior*, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- COLLINS, Patricia Hill (2000), "Black Feminist Thought". In L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 404-420.
- CORTESÃO, Luísa e PINTO, Fátima (1995), *O povo cigano, cidadãos na sombra: processos explícitos e ocultos de exclusão*, Porto: Afrontamento.
- COSTA, Alfredo Bruto da (1998), *Exclusões Sociais*, Lisboa: Gradiva Publicações.
- COSTA, António Firmino da (1984), "Entre o cais e o castelo: identidade cultural num tecido social inigualitário". In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 14: 77-107.
- COSTA, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras: Celta Editora.
- COX, Oliver C. [1970 (1948)], *Caste, Class and Race*, Nova Iorque: Monthly Review Press, Modern Reader Paperback.
- CREENSHAW, Kimberlé W. (2000), "Race, Reform and Retrenchement. Transformation and Legitimation in antidiscrimination laws". In L. Back e Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*: 549-560, Londres e Nova Iorque: Routledge.
- CUNHA, Luís (2001), *A Nação nas malhas da sua identidade: O Estado Novo e a construção da identidade nacional*, Porto: Afrontamento.
- CUNHA, Manuela I. (2000), "A natureza da "raça". In *Cadernos do Noroeste*, Série Sociologia, *Sociedade e Cultura*, vol. 13, n.º 2: 191-203.
- DAVIS, Angela (1983), *Women, Race and Class*, Nova Iorque: First Vintage Books.
- DIAS, Maria do Rosário, FERRER, Jordi Garcés, RIGLA, Francisco Rodenas (1997), "Investigação transcultural sobre atitudes face aos emigrantes: estudo piloto de Lisboa". In *Sociologia – Problemas e Práticas*, 25: 139-153.
- DOLLARD, J. (1937), *Caste and Classe in Southern Town*, New Haven: Yale University Press.
- DU BOIS (1961 [1903]), *The Souls of Black Folk*, Greenwich: Fawcet Publications, CT.
- DURKHEIM, Émile {1977 (1893)}, *A divisão social do trabalho*, Lisboa: Presença.
- DURKHEIM, Émile (1994), *Sociologia e Filosofia*, São Paulo: Ícone Editora.
- DUSSEL, Enrique (2009), *Política de Liberación*, vol II, Madrid: Trotta.

- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. (1969 [1963]), *The Established and the Outsiders. A Sociological Enquiry into Community Problems*, Londres: F. Cass.
- ESSED, Philomena [2002 (1984)], "Everyday Racism. A New Approach to the Study of Racism". In Ph. Essed e D.T. Goldberg (orgs.), *Race Critical Theories*, Malden, Oxford: Blackwell Publishing, pp. 176-194.
- ESTANQUE, Elísio e MENDES, José Manuel (1997), *Classes e desigualdades sociais em Portugal. Um estudo comparativo*, Porto: Afrontamento.
- ESTEVEVES, Maria do Céu (1991), *Portugal, País de Imigração*, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- FANON, Frantz (1961), *Les Damnés de la terre*, Paris: Maspero.
- FERNANDES, António Teixeira (1995), "Etnicização e racização no processo de exclusão social". In *Sociologia*, I série, vol. V: 7-69.
- FERREIRA, Eduardo Sousa et al. (2000), *Economia e Imigrantes. Contribuição dos Imigrantes para a Economia Portuguesa*, Oeiras: Celta.
- FERREIRA, Elisa (2003), *Relatório sobre o Desenvolvimento do Vale do Ave*, Porto: Comissão de Coordenação da Região Norte (policopiado).
- FERREIRA, José Maria, PEIXOTO, João, CARVALHO, Anabela Soriano, RAPOSO, Rita, GRAÇA, João Carlos e MARQUES, Rafael (1995), *Sociologia*, Amadora: Editora McGraw-Hill.
- FILHO, João Lopes (1995), "O estigma da faca. Caboverdianos em Portugal". In *Etimologia*, 3-4: 71-80.
- FINDLAY, Allan (2001) *International Migration and Globalisation. International Migratios into 21 st Century*, Elgar: Cheltenham.
- FONSECA, Maria Lucinda (org.) (1999), *Immigration, social-spatial marginalisation and urban planning in Lisbon: challenges and strategies*, Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- FORTUNA, Carlos (1987), "Desenvolvimento e sociologia histórica: acerca da teoria do sistema mundial capitalista e da semi-periferia". In *Sociologia. Problemas e Práticas*, 3: 163-193.
- FRANK, André Gunder (1961), *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- GARCIA, José Luís (2000), *Portugal Migrante: Emigrantes e Imigrados. Dois Estudos Introdutórios*, Oeiras: Celta.
- GARNSEY, Elizabeth (1982), "Women's Work and Theories of Class and Stratification". In A. Giddens e D. Held (orgs.), *Classes, Power and Conflict*, Londres: MacMillan Education, pp. 425-445.
- GEERTZ, Clifford [1978 (1963)], *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro: Zahar Editores
- GIDDENS, Anthony (1997), *Sociologia*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GILROY, Paul (1991), "'There Ain't No Black in the Union of Jack?': *The Cultural Politics of Race and Nation*", Chicago: University of Chicago Press.
- GLAZER, Nathan, MOYNIHAN, Daniel P. (1975), *Ethnicity: Theory and experience*, England: Harvard University Press.

- GOBINEAU, Arthur de (1940/1852), *Essai sur l'inégalité des races humaines*, Paris: Firmin-Didot.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1978), “Lémigration portugaise (XV-XX siècles): une constante structurale et les réponses aux changements du monde”. In *Revista de História Económica e Social*, 1: 5-32.
- GOFFMAN, Erving (1974), *Les rites d'interaction*, Paris: Minuit.
- GOFFMAN, Erving [1981 (1959)], *La presentación de la persona en la vida cotidiana*, Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- GOFFMAN, Erving [1988(1963)], *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- GÓIS, Pedro (2006), *Emigração Cabo-Verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em Mercados de Trabalho Locais: Lisboa, Milão e Roterdão*, Lisboa: ACIME.
- GOLDEY, Patricia (1982), “Emigrantes e camponeses: uma análise da literatura sociológica”. In *Análise Social*, vol. XVIII, 71: 533-553.
- GOMES, Sílvia (2014), *Caminhos para a prisão*, Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- GONÇALVES, Albertino (1987), “O presente ausente. O emigrante na sociedade de origem”. In *Cadernos do Noroeste*, Vol. I, 1: 7-30.
- GROSFOGUEL, Ramón (2016), “Caos Sistémico, Crisis Civilizatoria y Proyectos Decoloniales: pensar más allá del Proceso Civilizatório de la modernidad/colonialidad”. In *Revista Tábula Rasa*, 25: 153-174.
- HALL, Stuart (2000), “Old and New Identities, Old and New Ethnicities”. In L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp.144-153.
- HALL, Stuart [2002 (1980)], “Race Articulation and Societies Structured in Dominance”. In Ph. Essed e D. T. Goldberg (orgs.), *Race Critical Theories*, Malden, Oxford: Blackwell Publishing, pp. 176-194.
- HENRIQUES, Isabel Castro (2009), *A herança escravocrata em Portugal – Séculos XV-XX*. Lisboa: Correios de Portugal.
- HENRIQUES, Joana Gorjão (2017), *O racismo em português: o lado esquecido do colonialismo*. Lisboa: Tinta da China.
- HENRIQUES, Joana Gorjão (2018), *Racismo no país dos brandos costumes*, Lisboa: Tinta da China.
- HOOKS, Bell (2000), “Racism and Feminism”. In L. Back e J. Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 373-388.
- HORTA, Ana Paula Beja (2005), “A minha vida começa por quatro pontas”. In M. Beatriz Rocha-Trindade e M. Christina Siqueira de S. Santos (orgs.), *História, Memória e Imagens nas Migrações*, Oeiras: Celta, pp. 165-188.
- JACKSON, John (1991), *Migrações*, Lisboa: Escher, Fim do Século.
- JAHODA, Gustav (1999), *Images of Savages: Ancient Roots of Modern Prejudice in Western Culture*, Londres e Nova Iorque: Routledge.
- JENKINS, Richard (2008), *Rethinking Ethnicity*, Londres: Sage Publications.
- KEYNES, John (1947), *The General Theory of Employment, Interest and Money*, Londres.

- KHAN, Sheila (2003), *African Mozambican Immigrants: Narrative of Immigration and Identity and Acculturation Strategies in Portugal and England*, Warwick, University of Warwick, Centre for Research in Ethnic Relations.
- LAGES, Mário *et al.* (2006), *Os Imigrantes e a População Portuguesa. Imagens Recíprocas – Análise de duas sondagens*, Observatório da Imigração, 21, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (http://www.acime.gov.pt/docs/Publicacoes/estudos/Estudo_21.pdf)
- LÁZARO, Alexandra, (1997), “Teorias do Processo”. In *Cadernos de Psicossociologia das Organizações*, Braga: Universidade do Minho.
- LEANDRO, Maria Engrácia (1995), *Au delà des apparences. Les portugais face à l'insertion sociale*, Paris: L'Harmattan.
- LEANDRO, Maria Engrácia (1999), « Portugal, un pays partagé entre l'emigration et l'immigration ». In *Migrations et Société*, 64-65: 181-197.
- LEANDRO, Maria Engrácia (2001), *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas*, Lisboa: Universidade Aberta.
- LEANDRO, Maria Engrácia, CUNHA, Manuel A. e BAUMAN, Michèle (2014), “Migrações Humanas: teorias e práticas”. In M. C. Silva e J. M. Sobral (orgs.), *Etnicidade, Nacionalismo e Racismo. Migrações, minorias étnicas e contextos escolares*, Porto: Afrontamento, pp. 181-223.
- LEE, Everett (1969), “A Theory of Migration”. In J. A. Jackson (org.), *Migration*. Sociological Studies, Cambridge, Nova Iorque: Cambridge University Press, pp. 282-297.
- LEVI-STRAUSS, Claude (1975), *Raça e História*, Lisboa: Editorial Presença.
- LOPES, Diniz e VALA, Jorge (2003), “Percepção e racialização, percepção de etnicização e estratégias de relação com a sociedade portuguesa”. In J. Vala (org.), *Simetrias e identidades. Jovens negros em Portugal*, Oeiras: Celta.
- LOPES, José Silva (1996), “A economia portuguesa desde 1960”. In A. Barreto (org.), *A situação social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- LORENZ, Konrad (1987), *De constructie van het verleden*. Amesterdão: Boom.
- LOURENÇO, Nelson (1991), *Família Rural e Indústria. Mudança social na região de Leiria*, Lisboa: Fragmentos.
- LUHMANN, N. [1982 (1970)], *The Differentiation of Society*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- LUVUMBA, Felícia Marta (1997), *Minorias Étnicas dos PALOP's Residentes no Grande Porto: estudo de caracterização sociográfica*, Porto: Rede Europeia Antipobreza.
- MACHADO, Fernando Luís (1992), “Etnicidade em Portugal: contrastes e politização”. In *Sociologia – Problemas e Práticas*, 12: 123-136.
- MACHADO, Fernando Luís (1994), “Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade”. In *Sociologia – Problemas e Práticas*, 16: 111-134.
- MACHADO, Fernando Luís (1999), “Imigrantes e Estrutura Social”. In *Sociologia – Problemas e Práticas*, 29: 51-76.
- MACHADO, Fernando Luís (2003), “Etnicidade e sociabilidades dos guineenses em Portugal”. In G. I. Cordeiro, L. V. Baptista, A. F. Costa (orgs.), *Etnografias Urbanas*, Oeiras: Celta, pp. 131-142.

- MACHADO, Fernando Luís, ROLDÃO, Cristina e SILVA, Alexandre (2012), *Vidas plurais: estratégias de integração de imigrantes africanos em Portugal*, Lisboa: Mundos Sociais, Observatório das Desigualdades.
- MAESO, Sílvia Rodriguez e ARAÚJO, Marta (orgs.) (2016), *Os contornos do eurocentrismo – raça, história e textos políticos*, Coimbra: Almedina.
- MALHEIROS, Jorge M. (1996), *Imigrantes na região de Lisboa: os anos da mudança. Imigração e processo de integração das comunidades de origem indiana*. Lisboa: Colibri.
- MALHEIROS, Jorge M. (1998), “Immigration, clandestine work and labour market strategies: the construction sector in the Metropolitan Region of Lisbon”. In *South European Society and Politics*, 3 (3): 169-186.
- MALTHUS, Thomas Robert (1999), *Ensaio sobre o princípio da população*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- MARINI, Ruy Mauro (1973), *Dialéctica de la dependencia*, Cidade do México: Editora Era.
- MARTINS, José Soares (1998), “Minoria Étnica e Identidade”. In V.P. Rosa e S. Castillo (org.), *Pós-colonialismo e identidade*, Porto: Universidade Fernando Pessoa, pp. 105-116.
- MARTINS, Manuel Gonçalves (1996), “Migrações internacionais e aumento do racismo e da xenofobia na União Europeia”. In *África*, 16: 75-90.
- MARTINS, Moisés Lemos (1996), *Para uma inversa navegação: o discurso da identidade*. Porto: Afrontamento.
- MARQUES, Ana Paula (1997), *Teorias de Segmentação e de Discriminação*, Disciplina de Sociologia de Trabalho – Questões Especiais, Braga: Universidade do Minho.
- MARQUES, João Filipe (2000), “O neorracismo europeu e as responsabilidades da Antropologia”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56: 35-60.
- MARQUES, João Filipe (2013), “O racismo contra as colectividades ciganas em Portugal. Sequelas de uma modernização”. In M. M. Mendes e O. Magano (orgs.), *Ciganos Portugueses. Olhares plurais e novos desafios numa sociedade em transição*, Lisboa: Mundos Sociais, pp. 111-121.
- MARQUES, José Carlos (2009), “E continuam a partir”: as migrações portuguesas contemporâneas”. In *Ler História*, 56: 27-44.
- MARQUES, Margarida e SANTOS, Rui (2001), “Politics, welfare and the rise of immigrant participation in a Portuguese suburban context: Oeiras during the 1990’s”. In A. Rogers e J. Tillie (orgs.), *Multicultural Policies and Modes of Citizenship in European Cities*, Aldershot: Ashgate, pp. 107-126.
- MARQUES, Margarida e VALENTE, Maria João (2003), “L’integration des immigrés au Portugal: singularité ou retard?”. In *Sociologia. Problemas e Práticas*, 41: 8-35.
- MARX, Karl [1974 (1967)], *O Capital*, Lisboa: Delfos.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich [1998 (1846)], *O Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa: Hugin.
- MATOS, Patrícia Ferraz (2006), *As Côres do Império. Representações Raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.
- MBEMBE, Achille (2017), *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona.

- MEAD, Herbert (1934), *Mind, Self and Society: from the Standpoint of a Social Behaviorist*, Chicago: Chicago University Press.
- MEMMI, Albert [1993 (1983)], *O Racismo*, Lisboa: Editorial Caminho.
- MENDES, Manuela & MAGANO, Olga. (2013). *Os ciganos portugueses*. Lisboa: Mundos Sociais.
- MILES, Robert (1986), "Labour Migration, Racism and Capital Accumulation in Western Europe". In *Capital and Class*, 28: 49-86.
- MILL, Stuart [1970 (1848)], *Principles of Political Economy*, Londres: Penguin.
- MIRANDA, Joana (1994), *Grupos étnicos em Portugal: os estereótipos dos portugueses*. Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade Aberta.
- MIRANDA, Joana C. (2009), *Mulheres imigrantes em Portugal: memórias, dificuldades de integração e projetos de vida*, Estudos OI, n.o 35, Lisboa: ACIDI.
- MIRANDA, Sacuntala de (1993), "Emigração e fluxos de capital, 1870-1914". In M. B. Silva, M. H. Pereira et al. (org.), *Emigração/Imigração em Portugal*, Lisboa: Fragmentos, pp. 47-62.
- MONTEIRO, Maria Benedicta (1993), "Conflito e cooperação nas relações intergrupais". In J. Vala e M. B. Monteiro (coords.), *Psicologia Social*. 309-352, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MOSCOVICI, S. (1989), « Des representations collectives aux Representations Sociales ». In D. Jodelet (org.), *Les representations sociales*, Paris: Presses Universitaires de France, pp. 62-86.
- MYRDAL, Gunnar (1944), *An American Dilema. The Negro Problem and Modern Democracy*, Nova Iorque: Harper and Row.
- MYRDAL, Gunnar (1970), *The Challenge of World Poverty*, Londres: Allen Lane.
- MYRDAL, Gunnar (1974), *Teoria económica e regiões subdesenvolvidas*, Rio de Janeiro: Edição Paz e Terra.
- NAPOLEONI, Claudio (1995), *O Valor na Ciência Económica*. Lisboa: Editorial Presença.
- NOGUEIRA, Conceição (2013), A teoria da interseccionalidade nos estudos de género e sexualidades: condições de produção de 'novas possibilidades' no projeto de uma psicologia feminista crítica". In A.L. Brizola et al. (orgs.), *Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos*, Florianópolis: Abrapso/Nuppe/CFH/UFSC.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (1976), *Identidade, etnia e estrutura social*, S. Paulo: Livraria Pioneira.
- OMI, Michael e WINANT, Howard (2002), "Racial Formation". In Ph. Essed e D.T. Goldberg (orgs.), *Race Critical Theories*, Malden e Oxford: Blackwell Publishing, pp. 123-145.
- PADILLA, Beatriz e CRUZ, Alejandra (2012), Fluxos migratórios em Portugal: do boom migratório à desaceleração no contexto da crise. Balanços e desafios. In *Revista Internacional de Mobilidade Humana*, Brasília, ano XX, n.º 39: 159-184.
- PAHL, R. E. (1966), "The Rural-Urban Continuum". In *Sociologia Ruralis*, vol. VI, 3-4: 299-329.
- PARK, Robert (1987), "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano". In O. G. Velho (org.), *O fenómeno urbano*, Rio de Janeiro, Guanabara: 26-67.
- PARKIN, Frank (1979), *Marxisme and Class Theory: a Bourgeois Critique*, Londres: Tavistock Publications.
- PARSONS, Talcott [1988(1951)], *El sistema social*, Madrid: Alianza Editorial.
- PAUGAM, Serge (1996), *L'exclusion, l'état des savoirs*, Paris: Éditions La Découverte.

- PEIXOTO, João (1992), “Portugal e as migrações internacionais: as perspectivas de evolução”. In *Actas do II Congresso Português de Sociologia, Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, I, Lisboa: Fragmentos, pp. 849-862.
- PEIXOTO, João (1999), “A mobilidade internacional de quadros nas empresas transnacionais: a imigração de quadros estrangeiros em Portugal”. In *Organizações e Trabalho*, 21: 47-65.
- PEREIRA, Victor (2012), *La dictature de Salazar face à l’émigration. L’Etat portugais et ses migrants en France (1957-1974)*, Paris: Presses Sciences Po.
- PERISTA, Heloisa e MACHADO, Fernando (1997), “Femmes immigrés au Portugal: identités et différences”. In *Migrations – Société*, IX (52): 91-103.
- PEROTTI, Antonio (1997), *Apologias do Intercultural*, Lisboa: Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural do Ministério da Educação.
- PESTANA, J. (1995), “Integração europeia e migrações: de A a Z”. In *Portugal, a Europa e as Migrações*, Lisboa: Conselho Económico e Social, pp.11-188.
- PETTIGREW, Thomas F. e MEERTENS, Roel W. (1995), “Subtle and blatant prejudice in Western Europe”. In *European Journal of Social Psychology*, 25: 57-75.
- PIERRÉ-CAPS, Stéphane (1995), *A Multinação – o futuro das minorias étnicas na Europa Central e Oriental*, Lisboa: Instituto Piaget.
- PINTO, Fátima (1995), “Etnia Cigana – realidade socio-cultural múltipla e dinâmica”. In L. Cortesão e F. Pinto (orgs.), *O Povo Cigano: Cidadãos na sombra. Processos explícitos e ocultos de exclusão*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 37-51.
- PINTO, José Madureira (1991), “Considerações sobre a produção social da identidade”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32: 217-231.
- PIRES, Rui Pena (1999), “Imigração”. In F. Bettencourth e K. Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa (1930-1998)*, vol. 5, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 197-213.
- PIRES, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração. Teoria e aplicações à sociedade portuguesa*, Oeiras, Celta.
- QUESNAY, François (1978), *Quadro Económico: análise das variações do rendimento de uma Nação*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- QUIJANO, Anibal (2005), “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, pp. 117-142.
- RAVENSTEIN, Ernest George (1885), “The laws of migration”. In *Journal of Royal Statistical Society of London*, vol. 48, n. 2: 167-235.
- REICH, Wilhelm. [1972 (1933)]. *La Psychologie de masse du fascisme*. Paris: Payot.
- REX, John (1986), “The role of class analysis in the study of race relations – a Weberian perspective”. In J. Rex e D. Mason (orgs.), *Theories of Race and Ethnic Relations*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 64-83.
- REX, John (1988), *Raça e Etnia*, Lisboa: Editorial Estampa.
- REX, John (1995), “Estratégias anti-racistas na Europa”. In M. Wiewiorka (org.), *Racismo e modernidade. Atas do Colóquio “Três dias sobre o Racismo*, Venda Nova: Bertrand.

- REX, John & TOMLINSON, S. (1979). *Colonial Immigrants in a British City*, Londres: Routledge and Kegan Paul.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2017), *Uma Sociologia do Desenvolvimento*, Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- RIBEIRO, José António Cadima (1984), *Minho: Base Económica e Modelo de Desenvolvimento*, Braga: Universidade do Minho.
- RIBEIRO, Manuela, SILVA, Manuel Carlos, SCHOUTEN, Maria Johanna, RIBEIRO, Fernando Bessa e SACRAMENTO, Octávio (2007), *Vidas na raia. Prostituição feminina em regiões de fronteira*, Porto: Afrontamento.
- RICARDO, David [1975 (1817)], *Princípios de Economia Política e de Tributação*, vol. I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- RINGUELET, Roberto (1997), *Processos de contacto interétnico*, Buenos Aires: Ediciones Búsqueda.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1973), *Imigrés portugueses*, Instituto de Ciências Sociais Políticas, Lisboa.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz Rocha (1976), “Comunidades migrantes em situação dipolar: análise de três casos de emigração especializada para os E.U.A., para o Brasil e para a França”. In *Análise Social*, vol. XII, 48: 983-997.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1995), *Sociologia das Migrações*, Lisboa: Universidade Aberta.
- RODRIGUES, Walter (1989), “Comunidade cabo-verdiana: marginalização e identidade”. In *Sociedade e Território*, 8: 96-103.
- ROLDÃO, Cristina e ABRANTES, Pedro (2016), *Os afrodescendentes no sistema educativo português*, Lisboa: CIES-ISCTE-IUL.
- SAINT-MAURICE, Ana de (1997), *Identidades Reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- SAINT-MAURICE, Ana e PIRES, Rui Pena (1989), “Descolonização e migrações. Os imigrantes dos PALOP em Portugal”. In *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 10-11: 203-226.
- SAMUELSON, Paul e NORDHAUS, William (1993), *Economia*, 12.ª edição, Lisboa: McGraw-Hill.
- SAN-ROMÁN Teresa (1986), “Reflexiones sobre marginación y racismo”. In *Entre la Marginación y el racismo. Reflexiones sobre la vida de los gitanos*, Madrid: Alianza Editorial, pp. 181-239.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1985), “O Estado e Sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português”. In *Análise Social*, XXI, 87-88-89: 869-901.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1995), “Construção multicultural da igualdade e da diferença”. In *VII Congresso Brasileiro de Sociologia*, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SANTOS, Maria Helena C. (1978), *Emigração, uma constante da vida portuguesa*, Porto: Edição FAOJ, caderno n.º 11.
- SCHIAVO-CAMPO, Salvatore e SINGER, Hans W. (1970), *Perspectives of Economic Development*, Boston e Nova Iorque: Houghton Mifflin Company.
- SCHNAPPER (1996), “Integration et exclusion dans les sociétés modernes”. In S. Paugam (org.), *L'exclusion, l'état des savoirs*, Paris: Éditions La Découverte.

- SCHOUTEN, Maria Johanna (2005), “Por detrás do véu: as mulheres islâmicas”. In SOS Racismo (org.), *Imigração e Etnicidade. Vivência e Trajetórias de Mulheres em Portugal*. Lisboa: SOS Racismo, pp. 185-198.
- SCOTT, James (1990), *Domination and the arts of resistance: Hidden transcripts*, New Haven e Londres: Yale University Press.
- SEABRA, Teresa (1994), *Estratégias familiares de socialização das crianças: etnicidade e classes sociais*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (dissertação de mestrado em Sociologia).
- SEABRA, Teresa; ROLDÃO, Cristina; MATEUS, Sandra; ALBUQUERQUE, Adriana (2016), *Caminhos escolares de jovens africanos (PALOP) que acedem ao ensino superior*, Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.
- SERRÃO, Joel (1982), *A Emigração Portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte.
- SERRÃO, Joel (1985), “Notas sobre emigração e mudança social no Portugal contemporâneo”. In *Análise Social*, XXI, 87-88-89: 995-1004.
- SERTÓRIO, Elsa e PEREIRA, Filipa Sousa (2004), *Mulheres Imigrantes*, Lisboa: Ela por Ela.
- SHILS, Edward (1957), “Primordial, Personal, Sacred and Civil Ties”. In *British Journal of Sociology*, 8(2): 130-145.
- SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesa no noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (2000), “Racismo e conflito interétnico: elementos para uma investigação”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56: 61-79.
- SILVA, Manuel Carlos (2001), “Sociedade e Estado perante as desigualdades sociais: o caso português”. In B. S. Santos, A. Cohn e A. Camargo (orgs.), *Brasil – Portugal entre o Passado e o Futuro. O Diálogo dos 500 anos*. Rio de Janeiro: EMC Edições, pp. 541-597.
- SILVA, Manuel Carlos (2002), “Sociedade, trabalho e desenvolvimento: virtualidades e limites do pensamento de Sen”. In *Cadernos do Noroeste, Série Sociologia, Sociedade e Cultura*, vol. 3: 323-348.
- SILVA, Manuel Carlos (2006), “Entre o infraestatal e o supra-estatal: o Estado-Nação e a democracia em perda”. In M.C. Silva (org.), *Nação e Estado: entre o Global e o Local*, Porto: Afrontamento, pp. 125-149.
- SILVA, Manuel Carlos (2006a), “Imigrantes dos PALOP em Braga: percursos, condições de vida e relações interétnicas”. In R. d’Espiney (org.), *Espaços e sujeitos de cidadania*, Palmela/Setúbal: Instituto de Comunidades Educatias, pp. 177-208.
- SILVA, Manuel Carlos (2008), “Imigrantes africanos no noroeste de Portugal: Relações interétnicas de acomodação e resistência”. In Renato Lessa (org.), *Travessias*, 9: 61-93.
- SILVA, Manuel Carlos (2009), *Classes Sociais. Condição objetiva, identidade e ação colectiva*, Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- SILVA, Manuel Carlos (2012), “Classes, crise e ação coletiva: pressupostos, desfasamentos e precondições”. In M.C. Silva e J. V. Aguiar (orgs.), *Classes, Políticas e Culturas de Classe. Capital, Trabalho e Classes Intermédias*, Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 15-52.

- SILVA, Manuel Carlos (2014), “Etnicidade e Racismo: uma reflexão pró-teórica”. In M. C. Silva e J. M. Sobral (orgs.), *Etnicidade, Nacionalismo e Racismo. Migrações, minorias étnicas e contextos escolares*, Porto: Afrontamento, pp. 21-75.
- SILVA, Manuel Carlos e colaboradores/as (2014b), *Sina social cigana*, Lisboa: Colibri.
- SILVA, Manuel Carlos e RIBEIRO, Fernando Bessa (2000), “Ciências Sociais e Desenvolvimento no Minho”. In *Territórios Alternativos*, 1: 121-135.
- SILVA, Manuel Carlos e SILVA, Susana (2002), “Práticas e representações sociais face aos ciganos. O caso de Oleiros, Vila Verde”. In *Antropológicas*, 6: 57-86, Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- SILVA, Manuel Carlos e CARDOSO, António (2003), “Assimetrias e dependências no desenvolvimento: a Região do Minho no Noroeste Peninsular”. In *Cadernos do Noroeste, Série Sociedade e Cultura*, vol.21 (1-2): 189-216.
- SILVA, Manuel Carlos e PINTO, Maria Goretti (2004), “Conflitos inter-étnicos latentes: um estudo de caso no concelho de Barcelos”. In *Sociedade e Cultura*, 6: vol. 22 (1-2): 97-112.
- SILVA, Manuel Carlos e CARDOSO, António (2005), “O local face ao global: por uma reavaliação crítica dos modelos de desenvolvimento”. In M. C. Silva, A. P. Marques e R. Cabecinhas (orgs.), *Desenvolvimento e assimetrias socio-espaciais. Perspetivas teóricas e estudos de caso*, Braga: Núcleo de Estudos em Sociologia/Universidade do Minho e Inovação à Leitura, pp. 23-79.
- SILVA, Manuel Carlos, SOBRAL, José Manuel e RAMOS, Mariana (2012), “Ciganos e não ciganos: imagens conflituosas em contextos de vizinhança. O bairro social de Atouguia, Guimarães”. In J. G. P. Bastos (org.), *Portugueses Ciganos e Ciganofobia em Portugal*, Lisboa: Edições Colibri, pp. 143-167.
- SILVA, Manuel Carlos e SOBRAL, José Manuel (orgs.) (2014), *Etnicidade, Nacionalismo e Racismo. Migrações, minorias étnicas e contextos escolares*, Porto: Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carvalho da (2000), *Ação sindical e transformação*, Porto: Campo das Letras.
- SILVA, Manuela (1996), “A exclusão social será inevitável?”. In *Brotéria*, vol. 142, 2: 229-238.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza, BAGANHA, Maria Ioannis, MARANHÃO e PEREIRA, Miriam Halpern (orgs.) (1993), *Emigração/Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal, Séculos XIX e XX*, Lisboa: Fragmentos.
- SIMMEL, Georg (1984), “Digressions sur l'étranger”. In Y. Grafmeyer e I. Joseph (orgs.) *L'École de Chicago, Naissance de l'écologie urbaine*. Paris: Aubier, pp. 53-60.
- SIMMEL, Georg (1987), “A metrópole e a vida mental”. In O. G. Velho (org.), *O fenómeno urbano*, Rio de Janeiro: Guanabara, pp. 11-25.
- SMITH, Adam [1993 (1776)], *Riqueza das Nações*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SMITH, Anthony (1991), *National Identity*, Londres: Penguin.
- SOBRAL, José Manuel (2014), “Racismo e nacionalismo: contributos para uma genealogia das suas relações”. In M. C. Silva e J. M. Sobral (orgs.), *Etnicidade, Nacionalismo e Racismo. Migrações, minorias étnicas e contextos escolares*, Porto: Afrontamento, pp. 77-126.
- SOS RACISMO (2005) (org.), *Imigração e Etnicidade. Vivência e Trajectórias de Mulheres em Portugal*, Lisboa: SOS Racismo.

- SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismena; MEDEIROS de MENDONÇA, Lena; MATOS, Izilda, ARRUDA, Jobson e SARGES, Nazaré (2014), *Portugal e as Migrações de Europa do Sul para a América do Sul*, Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE).
- STOER, Stephen, CORTESÃO, Luiza, (1999), *“Levantando a Pedra”: da Pedagogia Inter/Multicultural às Políticas Educativas numa Época de Transnacionalização*, Porto: Edições Afrontamento.
- STOLKE, Verena (2006), “O enigma das intersecções: classe, raça, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX”. In *Estudos Feministas*, vol. 14, 1: 15-42.
- STREETEN, P. (1972), *The Frontiers of Development Studies*, Londres: MacMillan.
- TAGUIEFF, Pierre-André (1987), *La Force du préjugé. Essai sur le racisme et ses doubles*. Paris: La Découverte.
- TAGUIEFF, Pierre (1995), “O antirracismo em crise. Elementos duma crítica reformista”. In M. Wiewiorka (org.), *Racismo e modernidade: actas do Colóquio “Três dias sobre o Racismo”*, Venda Nova: Bertrand, pp. 308-344.
- TAJFEL, Henri (1978), “Social categorisation, social identity and social comparison”. In H. Tajfel (org.), *Differentiation between social groups: studies in the social psychology of intergroup relations*, Londres, Academic Press, pp. 77-100.
- TAJFEL, Henri (1983 [1981]), *Grupos Humanos e categorias sociais-I*, vol. I (1981) e vol. II (1983), Lisboa: Horizonte.
- TAPINOS, George (1974), *L'économie des migrations internationales*, Paris: Armand Collin.
- THOMAS, William e ZNANIECKI, Florian (1971), “A Polish Peasant Family”. In T. Shanin (org.) *Peasants and Peasant Societies*, Hardmonsworth, Middlesex: Penguin Books, pp. 23-29.
- TINHORÃO, José Ramos (1988), *Os negros em Portugal: uma presença silenciosa*, Lisboa: Editorial Caminho.
- TODOROV, Tzvetan (2000), “Race and Racism”. In Les Back e Solomos (orgs.), *Theories of Race and Racism*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 64-70.
- TOURAINÉ, Alain (1995), “O racismo hoje”. In M. Wiewiorka (org.), *Racismo e modernidade: actas do Colóquio “Três Dias sobre o Racismo”*, Venda Nova, Bertrand: pp. 25-43.
- TRINDADE, Maria Beatriz Rocha e ARROTEIA, Jorge (1986), *A Emigração*, Lisboa: Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais.
- TURNER, John C. (1982), “Toward a cognitive redefinition of the social group”. In H. Tajfel (org.), *Social identity and intergroup relations*, Cambridge: Cambridge University Press.
- VALA, Jorge, LOPES, Diniz e BRITO, Rodrigo (1999), *Novos racismos: Perspectivas Comparativas*, Oeiras: Celta Editora.
- VALA, Jorge, BRITO, Rodrigo, LOPES, Diniz (1999a), *Expressões dos racismos em Portugal*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- VALA, Jorge, LOPES, Diniz e BRITO, Rodrigo (1999), “A construção social da diferença: racialização e etnicização das minorias”. In J. Vala *et al.* (org.) *Novos racismos: Perspectivas Comparativas*, Oeiras, Celta Editora: 145-167.

- VALA, Jorge, MONTEIRO, Maria Benedicta (orgs.) (1993), *Psicologia Social*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VAN DIJK, Teun (1987), *Communicating Racism. Ethnic Prejudice in Thought and Talk*, Londres: Sage.
- VARÃO, A. Proença (1974), *Estrutura e crescimento económico do distrito de Braga*, Lisboa: Banco do Fomento Nacional.
- VENÂNCIO, José Carlos (1999), *Colonialismo, antropologia e lusofonias: repensando a presença portuguesa nos trópicos*, Lisboa: Vega.
- WALLERSTEIN, Immanuel [1990 (1974)], *O sistema económico mundial*, Porto: Afrontamento.
- WEBER, Eugene (1976), *Peasants into Frenchmen. The modernisation of Rural France 1870-1914*, Stanford California: Stanford University Press.
- WEBER, Max [1978(1920)], *Economy and Society*, editado por G. Roth e C. Wittich, Berkeley e Londres: University of California Press.
- WELSCH, Wolfgang (1999), "Transculturality: the puzzling form of cultures today". In M. Featherstone, S. Lash (orgs.), *Spaces of culture: city - nation - world*, Londres: Sage Publication, pp. 194-209.
- WIEVIORKA, Michel (1992), *El Espacio del Racismo*, Barcelona/Buenos Aires, Ediciones Paidós.
- WIEVIORKA, Michel (1993), *A democracia à prova: nacionalismo, populismo e etnicidade*, Lisboa, Instituto Piaget.
- WIEVIORKA, Michel (1995), *Racismo e modernidade: Actas do colóquio "três dias sobre o racismo"*, Venda Nova: Bertrand Editora.
- WIRTH, Louis [1987 (1938)], "O urbanismo como modo de vida". In O. G. Velho (org.), *O fenómeno urbano*, Rio de Janeiro: Guanabara, pp. 90-113.
- WOLF, Eric (1974), *Les guerres paysannes du vingtième siècle*, Paris: Maspero.
- XIBERRAS, Martine (1993), *Teorias da exclusão*. Lisboa: Piaget.

As relações entre maiorias autóctones e minorias étnicas-imigrantes lançam importantes desafios à democracia e exigem uma nova gestão política, uma vez que determinadas situações históricas e atuais têm demonstrado que a identidade étnica não traduz uma realidade imutável, antes é relacional e tem constituído, na esteira da tese weberiana, uma fonte de clivagem social tão ou mais importante que a identidade de classe. As posições de relativa desvantagem social e económica em que se encontra(va)m membros de minorias étnicas e imigrantes, agravadas pelas definições e categorizações externas por parte dos membros da alegada maioria, comportam tensões e encerram contradições que refletem as da própria comunidade ou sociedade autóctone.

Esta obra faz uma caracterização socioprofissional dos imigrantes africanos negros no distrito de Braga, dando conta das suas dificuldades no processo de inserção. É feito um retrato das condições de vida objetiva (trabalho, alojamento) destes imigrantes, as sociabilidades com imigrantes africanos doutras nacionalidades, as interações com os vizinhos, as perceções sobre o modo de acolhimento dos portugueses, os atritos e as diversas formas de discriminação e de racismo de que são objeto – seja este flagrante, subtil, institucional ou da vida quotidiana.

Com base nos dados empíricos recolhidos e na discussão teórica, contestam-se os pressupostos funcionalistas que assumem de maneira acrítica o conceito de aculturação, o qual seria visto como uma espécie de género face às diversas diferenças específicas – integração, assimilação –, considerando a separação e a marginalização como respostas negativas dos membros das minorias étnicas.

Tendo presentes os diversos níveis de análise – socioestrutural, organizacional e interativo –, a obra critica os pressupostos funcionalistas, que ignoram os constrangimentos socioeconómicos e sobretudo afastam da análise a questão fulcral do poder nas relações institucionais e nas interações quotidianas entre a alegada maioria e as minorias étnicas. Os mesmos pressupostos desvalorizam ainda os “registos ocultos” (Scott 1990), as formas de esquivamento passivo e de distanciamento, a acomodação instrumental ou resistência silenciosa, aliás sintomáticas de identidades étnicas contidas como as de imigrantes africanos negros em Portugal.

